

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CAREN LETÍCIA PEREIRA GIACOMELLI

A OUSADIA DE SER PRESIDENTA: UMA ANÁLISE DAS MARCAS SEXISTAS E
IDEOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE DILMA ROUSSEFF E CRISTINA
FERNÁNDEZ DE KIRCHNER NAS REVISTAS ISTOÉ E NOTÍCIAS DE LA SEMANA

SÃO LEOPOLDO

2018

Caren Letícia Pereira Giacomelli

A OUSADIA DE SER PRESIDENTA: UMA ANÁLISE DAS MARCAS SEXISTAS E
IDEOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE DILMA ROUSSEFF E CRISTINA
FERNÁNDEZ DE KIRCHNER NAS REVISTAS ISTOÉ E NOTÍCIAS DE LA SEMANA

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestra em Ciências da
Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Comunicação da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado
Gomez de la Torre

SÃO LEOPOLDO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G429 Giacomelli, C. Letícia

A ousadia de ser presidenta: uma análise das marcas sexistas e ideológicas na construção midiática de Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner nas revistas Istoé e Noticias de La Semana / Caren Letícia Pereira Giacomelli – 2018.

220 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gomez de la Torre.

1. Comunicação – Aspectos políticos. 2. Mulheres. 3. Mídia. 4. Análise do discurso. 5. Periódicos. I. Maldonado Gomez de la Torre, Alberto Efendy. II. Título.

CDD 301.412

Para minha mãe, que ao lutar se fez exemplo para mim. Que ao enfrentar, me fez forte. Te amo “maior que o mundo”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, o carinho, amor, dedicação, cumplicidade e confiança de minha mãe, Eva Gladis. Meu maior exemplo de luta, resistência e honra, em um mundo cruel com as mulheres, principalmente, com as de origem humilde como ela. Obrigada por nunca ter aceitado que as coisas fossem como diziam que eram e por sempre buscar justiça. Sou grata por ter me ensinado o valor da educação e ter me dado a liberdade de entender que eu podia mais do que pretendem para nós. Espero jamais te decepcionar!

Ao meu “micro-núcleo” familiar, aquele realmente próximo e unido, composto por mulheres batalhadoras e bravas, que foi meu alicerce nessa e em outras empreitadas, meu agradecimento terno e profundo. Obrigada, minhas primas-irmãs, Emile e Evelin, pelo companheirismo e torcida, desde a infância; tia Bia, obrigada pelo carinho, pela força e pela confiança que, às vezes, nem eu mesma tinha em mim; dinda Sônia, agradeço pelas orações e manifestações de afeto, por sempre demonstrar a certeza de que transporíamos os obstáculos (e quantos foram!); obrigada ao “homem da casa”, Henrique, pela compreensão com as ausências da dinda! Tenho um orgulho imenso de ver que estás crescendo cheio de convicções, com a certeza de que serás um exemplar masculino dos melhores, com plena consciência de igualdade e solidariedade. E, ao novo integrante dessa equipe meio bagunçada, mas cheia de amor, Vicente, obrigada por renovar nossas esperanças na vida, no porvir, e reforçar nossas forças de construção de um mundo melhor para todos.

Às irmãs que a Unisinos me deu, Gabriela Schuch Kastner e Fernanda Locatelli, meu agradecimento eterno por terem segurado a minha mão nos momentos mais difíceis desse percurso. Eu não teria conseguido sem vocês! As palavras são poucas para expressar o agradecimento pelo carinho, dedicação, conforto e compreensão que vocês depreenderam a mim nos momentos difíceis que enfrentei durante o mestrado. Tenho orgulho em chamá-las de amigas, além de colegas. Vocês moram no meu coração.

Mas, quantos outros companheiros de jornada foram importantíssimos nesse processo, por seu entusiasmo, troca de ideias, experiências, conhecimentos, energias positivas. Muitos foram os cafés, os debates, a divisão das angustias. Obrigada pela parceria, “fanerônicos” Vini Brito e Noele Bolzan; pelo carinho, Júnior Melo; pela inspiração, Christian Gonzatti; pelo afeto, Melina Leite.

Outros se juntaram a nós nessa jornada e foram florindo esse caminho, nos emprestando suas mentes e corações, como a Leila Sousa, a Yvets Morales, a Vita Santos, a Marina Albuquerque.

Como deixar de agradecer a energia generosa e vibrante da Raquel Carneiro? Essa amiga que o destino insiste em fazer colega, na faculdade, no mercado de trabalho, na vida acadêmica, no mês de aniversário... Que sorte a minha em tê-la como irmã de jornada!

Um agradecimento mais que especial à Tabita Strassburger, minha primeira “orientadora”. Leitora generosa do que era apenas um projeto, foi grande incentivadora da construção dessa caminhada. Ah, como a vida é interessante, a pequena Bíbi, melhor amiga de infância da minha priminha Bia Giacomelli, cresceu, tornou-se jornalista como eu, e ganhou o mundo com seu coração cheio de sonhos e a alma repleta de boa vontade. Obrigada por ser essa pesquisadora que se faz exemplo, essa cidadã comunicante incansável e colega generosa. Agradeço o apoio e o carinho!

Quanto à Bia, ah, tanto eu teria a te agradecer, prima! O amor, o carinho, a compreensão de minhas limitações e incompletudes. A brava mãe do doce Valentim, que cresce lindamente instruído para ser um homem amável, gentil e solidário. Obrigada por tudo, especialmente, por ter dividido tão carinhosamente teu pai comigo. Meu amado tio João, nos deixaste tão cedo! Mas, se fechar bem olhos e me concentrar, ainda posso ouvir teu violão. Queria tanto que me visse agora...

Aos professores Doutores Jiani Bonin e Efendy Maldonado também preciso render gratidão por toda a solidariedade com a qual me ajudaram a passar por um momento delicado de saúde, que quase me fez desistir dessa dissertação, do mestrado. Obrigada, professora Jiani, pelas conversas, pelo carinho, pelo incentivo, pela vibração de pesquisadora que é contagiante. Obrigada, professor Efendy, meu orientador, pelo apoio incondicional, pela humanidade e generosidade com a qual tratou o meu momento, e por não ter desistido de mim. Agradeço o apoio, as palavras, o estímulo e a confiança.

Ao coordenador do PPG em Ciências da Comunicação, professor Doutor Gustavo Fischer, também agradeço pela compreensão e ajuda com a situação pela qual passei. Obrigada, professor, pela pronta e solidária disposição em colaborar com as resoluções burocráticas que se puseram. Em seu nome, agradeço igualmente à equipe da secretaria do Programa, sempre disposta e competente para auxiliar no que fosse necessário.

À Fernanda Kern preciso agradecer pelo início efetivo dessa trajetória. Da transformação do sonho de um mestrado em possibilidade real de pesquisa ao me apresentar a Unisinos, me

mostrar que havia um lugar de pessoas comprometidas com a produção de conhecimento que poderiam receber e considerar a minha proposta de estudo, um espaço onde eu encontraria quem pudesse me ajudar a desenvolver o que era uma ideia inquietante, um incômodo com o jornalismo e com o social, em uma análise crítica, sólida e ética.

Às professoras avaliadoras da minha banca, agradeço pelo imenso carinho e generosidade com os quais receberam e avaliaram esse trabalho. Infinito e imenso obrigada pelas palavras maravilhosas de incentivo pela continuidade da caminhada na pesquisa, pelas observações, pelas considerações, pelas correções, pelas dicas e indicativos. Querida Professora Doutora Márcia Veiga, saibas que és um exemplo para mim, de ânimo, de coragem, de pesquisadora. Obrigada por me acompanhar desde o início do mestrado e aceitar compor as bancas de Qualificação e Defesa. Linda Professora Doutora Nísia do Rosário, também és um exemplo para mim, de resistência, força, generosidade científica. Obrigada pela companhia (e risadas) nas nossas cruzadas Processoconianas. Tenho orgulho de poder ter contado com duas grandes mulheres no encerramento dessa travessia.

RESUMO

A pesquisa analisa a construção midiática de Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner, através do exame de matérias produzidas pela revista *IstoÉ* (publicação brasileira, da Editora Três) e pela revista *Noticias de la Semana* (publicação argentina, da Editora Perfil), durante os mandatos de ambas como presidentas de seus países. A argumentação é feita a partir das teorias de produção de sentido, tendo como referentes marcadores sociais que operam para hierarquizar os gêneros e determinar papéis para mulheres e homens na sociedade. O trabalho está ancorado em teorias e proposições como as trazidas por Eliseo Verón sobre produção de sentido (2004) e ideologia(s)/ideológico (1984; 2004) e as críticas de Armand Mattelart (1999, 2009) sobre o controle hegemônico da comunicação e sua posição estratégica e influenciadora na cultura. Além dos conceitos de “patriarcado” e “sexismo”, com Pateman (1993) e Saffioti (2015), a fim de refletir sobre esse sistema que classifica e hierarquiza as relações a partir dos gêneros, se perpetuando através dos tempos e gerações, organizando a sociedade e mantendo o poder, o controle e/ou o correto e justo no lado masculino em detrimento do feminino. O corpus da pesquisa foi composto por textos e capas, de forma que se procedeu à análise textual e de imagem, através da Análise do Discurso, com base em autores como José Luiz Fiorin (2009) e Dominique Maingueneau (1997). Como resultado, percebemos, dentre outras coisas, que ambas as revistas se aproveitam do fato de Dilma Rousseff e Cristina Fernández serem mulheres para convocar toda a ordem de preconceitos e misoginias presentes nas relações sociais a fim de desqualificá-las como sujeitas políticas. As características de personalidade das presidentas são usadas para desprestigiar a presença feminina nos espaços públicos e não faltam usos de expressões, frases, adjetivações ou insinuações que corroborem para estigmatizar e estereotipar as mulheres, as menosprezando como partícipes do campo político.

Palavras-chave: Dilma Rousseff. Cristina Kirchner. Revista. Mulheres e política. Produção de sentido.

RESUMEN

La investigación analiza la construcción mediática de Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner, a través del examen de reportajes producidos por la revista *IstoÉ* (publicación brasileña, del Editorial Três) y por la revista *Noticias de la Semana* (publicación argentina, del Editorial Perfil) a lo largo de los mandatos de las dos en la Presidencia de sus países. La argumentación es hecha desde las teorías de producción de sentido, teniendo como referentes marcadores sociales que operan para jerarquizar los géneros y determinar papeles para mujeres y hombres en la sociedad. El trabajo está anclado en teorías y proposiciones como las traídas por Eliseo Verón sobre producción de sentido (2004) e ideología(s)/ideológico (1984; 2004) y las críticas de Armand Mattelart (1999, 2009) sobre el control hegemónico de la comunicación y su posición estratégica e influenciadora en la cultura. Además de los conceptos de "patriarcado" y "sexismo", con Pateman (1993) y Saffioti (2015), a fin de reflexionar sobre ese sistema que clasifica y jerarquiza las relaciones a partir de los géneros, se perpetúa a través de los tiempos y generaciones, organizando la sociedad y manteniendo el poder, el control y/o el correcto y justo en el lado masculino en detrimento de lo femenino. El corpus de la investigación fue compuesto por textos y portadas, de forma que se procedió al análisis textual y de imagen, a partir del Análisis del Discurso, con base en autores como José Luiz Fiorin (2009) y Dominique Maingueneau (1997). Como resultado, fue posible percibir, entre más cosas, que ambas revistas se aprovechan del hecho de que Dilma Rousseff y Cristina Fernández sean mujeres para convocar toda la orden de prejuicios y misóginiás presentes en las relaciones sociales a fin de descalificarlas como sujetas políticas. Las características de personalidad de las presidentas son usadas para desprestigiar la presencia femenina en los espacios públicos y no faltan usos de expresiones, frases, adjetivaciones o insinuaciones que corroboren para estigmatizar y estereotipar a las mujeres, a las menospreciando como partícipes del campo político.

Palabras-clave: Dilma Rousseff. Cristina Kirchner. Revista. Mulheres e política. Produção de sentido.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo Veja.....	29
Figura 2: Exemplo IstoÉ.....	30
Figura 3: Montagem de capas da revista <i>Noticias de la Semana</i>	31
Figura 4: Capa da revista <i>IstoÉ</i>	32
Figura 5: Montagem de capas da revista <i>IstoÉ</i>	34
Figura 6: Montagem de capas da revista <i>IstoÉ</i>	35
Figura 7: Montagem de capas da revista <i>Noticias de la semana</i>	35
Figura 8: Montagem de capas da revista <i>Noticias de la semana</i>	36
Figura 9: Montagem com exemplos das capas das edições selecionados	48
Figura 10: Exemplos de capas da revista <i>IstoÉ</i>	50
Figura 11: Esquema visual da delimitação da amostragem de <i>IstoÉ</i>	52
Figura 12: Quadro demonstrativo das capas selecionadas de NLS	54
Figura 13: Montagem comparativa entre <i>Veja</i> e <i>IstoÉ</i>	69
Figura 14: Dilma Rousseff em depoimento na Auditoria Militar (Rio de Janeiro, 11/1970)	92
Figura 15: recorte da capa da folha de São Paulo de 05/04/2009.....	93
Figura 16: Ficha falsa de Dilma Rousseff	94
Figura 17: Ficha editada com dados fictícios de José Serra	97
Figura 18: Dilma e a filha Paula no desfile de posse, em 2011.....	106
Figura 19: Casal Kirchner na campanha de 1989.....	137
Figura 20: Posse de 2007. Cristina, Néstor e Máximo	140
Figura 21: Posse de 2011. Cristina, a filha Florencia e Julio Cobos atrás.....	140
Figura 22: Capa da revista Isto É de 29.10.2014.....	149
Figura 23: Capa da <i>IstoÉ</i> de 30.03.2016	150
Figura 24: Capa da <i>IstoÉ</i> de 03.06.2016	151
Figura 25: Capa da <i>IstoÉ</i> de 15.07.2016	154
Figura 26: Capa da <i>IstoÉ</i> de 20.04.2016	157
Figura 27: Capa da <i>IstoÉ</i> de 09.03.2016	160
Figura 28: Capa da <i>IstoÉ</i> de 06.04.2016	166
Figura 29: Dilma comemorando gol na Copa do Mundo de 2014	167

Figura 30: Imagem de abertura da matéria “Uma presidenta fora de si” da <i>IstoÉ</i>	169
Figura 31: Texto “As diabruras de ‘Maria, a louca’”	170
Figura 32: Texto “A volta da tática do terror”	171
Figura 33: Capa da <i>IstoÉ</i> de 11.08.2017	172
Figura 34: Exemplos de homens nas Capas da <i>IstoÉ</i>	173
Figura 35: Imagem de Dilma admirando “Medusa Murtola”	174
Figura 36: Montagem “A continuidade e a mudança” feita pela <i>IstoÉ</i>	181
Figura 37: Capa da <i>IstoÉ</i> de 15.10.2014	182
Figura 38: Montagem de Capas da <i>IstoÉ</i> de 08.10. 2014 e de 10.09.2014	182
Figura 39: Comparativo feito pela <i>IstoÉ</i> entre Temer e Dilma	185
Figura 40: Montagem de capas da <i>IstoÉ</i> sobre Temer	188
Figura 41: Capa da NLS de 27.12.2013	191
Figura 42: Capa da NLS de 07.09.2012	193
Figura 43: Capa da NLS de 27.09.2013	195
Figura 44: Frame retirado de vídeo da NLS	196
Figura 45: Capa da NLS de 07.06.2013	197
Figura 46: Montagem com exemplos de Capas da NLS	198
Figura 47: Capa da NLS de 11.01.2013	200
Figura 48: Capa da NLS de 13.02.2015	201
Figura 49: Capa da NLS de 23.10.2015	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Materiais analisados na categoria <i>Perfil</i>	144
Quadro 2: Principais palavras-chave do sentido crime	161
Quadro 3: Materiais analisados na categoria <i>Sexismo</i>	162
Quadro 4: Materiais analisados na categoria <i>Desqualificação</i>	178

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Justificativa	15
1.2	Pergunta geral orientadora	19
1.2.1	Perguntas específicas.....	19
1.3	Objetivo geral	19
1.3.1	Objetivos específicos.....	19
1.4	Estrutura da dissertação.....	20
2	CONSTRUINDO UM CAMINHO, DEFININDO O ANALISÁVEL	22
2.1	Revista, um documento histórico	27
2.1.1	IstoÉ e Noticias de la Semana: um mercado significativo, construtores de significados	32
2.2	Multiplicidades, arqueologias, olhares: as dimensões da abordagem metodológica.....	41
2.2.1	O corpo do corpus: sistematizando a análise.....	44
3	DOS JOGOS DE PODER E SEUS EFEITOS	56
3.1	As subjetividades ideológicas na construção do acontecimento midiático.....	59
3.1.1	Dos efeitos de sentido à Bela, recatada e do lar	64
3.2	Ordem patriarcal de gênero: entre o público, o privado e o poder político	70
3.2.1	Luta política das mulheres, uma questão de cidadania	72
4	A GERENTONA E A COQUETA: AS HISTÓRIAS DE VIDA QUE FORJARAM AS PERSONALIDADES DAS PRESIDENTAS E SUAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS	78
4.1	Dilma Rousseff: a primeira	81
4.1.1	Do sonho de bailarina à Torre das Donzelas	82
4.1.2	Soco, choque, pau-de-arara... A prisão	88
4.1.3	Guerreira ou guerrilheira? O caso da ficha falsa do DEOPS	92
4.1.4	Recomeço: a vida no sul, trabalhismo, maternidade e carreira.....	98
4.1.5	Um outro partido, a mesma energia	100
4.1.6	Uma mulher dura cercada de homens meigos	101
4.1.7	Honrar as mulheres brasileiras.....	105
4.1.8	Muita gestão, pouca conversa.....	107
4.1.9	Vitória apertada: o impeachment à espreita	111
4.1.10	Tchau, querida: um impeachment cerzido com machismo	115
4.2	Cristina Fernández: a “coqueta”	118
4.2.1	A política bate à porta.....	118
4.2.2	A paternidade da presidenta	123
4.2.3	A vaidade e a aparência ou a ideologia e o posicionamento político?	125
4.2.4	O casamento entre política e matrimônio na história Argentina.....	128

4.2.5	Ao sul da resistência	133
4.2.6	Batalhas necessárias	138
5	DESCONTROLADAS E PERIGOSAS: DILMA ROUSSEFF E CRISTINA FERNÁNDEZ EM ISTOÉ E NOTICIAS DE LA SEMANA	143
5.1	Ela não serve para isso	143
5.1.1	Entre o terrorismo e a corrupção	144
5.1.2	Entre as Marias loucas e seus descontroles.....	161
5.1.3	Entre a confusa mentirosa e os salvadores da Pátria.....	177
5.2	Ela pode fazer isso?	190
5.2.1	O rato roeu a ética	190
5.2.2	Meu corpo, suas regras?	192
5.2.3	Operação loucura	199
6	Considerações finais	204
	REFERÊNCIAS	208

1 INTRODUÇÃO

A construção discursiva das mulheres na mídia hegemônica está submersa em uma série histórica de estereótipos femininos que é parte de um sistema patriarcal enraizado culturalmente nas comunidades mundiais, acentuadamente na América Latina. Essa condição coletiva à qual estão submetidas é rechaçada pelos movimentos de mulheres e feministas há muito. No início, de forma isolada e afirmando a igualdade de valor entre homens e mulheres, depois, passando a uma discussão mais crítica da necessidade de extensão ao gênero feminino dos direitos comuns garantidos ao gênero masculino, até chegar aos debates sobre a construção de poder e presença feminina nas esferas públicas. Posicionamentos que criaram, definitivamente, ambientes para a discussão sobre o lugar e representatividade da mulher na sociedade, notadamente, a partir da segunda metade do século XX.

As reivindicações de espaço, respeito, reconhecimento e isonomia, capitaneadas pelos movimentos feministas, e defendidas no dia-a-dia pelas mulheres, são atravessadas, inegavelmente, pelas lutas de classe e raça e carregam consigo interesses difusos, mas significam, antes de tudo, uma reafirmação de cidadania. As mulheres ganharam cada vez mais lugares no mercado de trabalho, no entanto, isso se constitui mais em força operária significativa que em dignidade profissional propriamente, pois seus salários são menores que os dos homens e sua presença em cargos de chefia também, assim como nos espaços de poder e decisão da política. O sexismo, o machismo institucionalizado e a misoginia seguem discriminando e violando as mulheres em todas as esferas da vida pública e privada.

Os dados de assédio, violência sexual e doméstica são assustadores, e isso diz diretamente com a ausência e ineficiência de políticas públicas adequadas de proteção, criminalização, julgamento e educação, ou seja, passa pela vontade e preocupação política, o que significa dizer que é uma questão intimamente ligada à representação política institucional. Mas, como pautar assuntos de interesse majoritariamente femininos quando o espaço político silencia, hostiliza, negligencia e discrimina a presença das mulheres? Mais, como garantir, fortalecer e incentivar a presença delas nesses ambientes, quando há um arsenal midiático lhes esperando para ridicularizar, discriminar, estereotipar, estigmatizar, criticar?

Miguel e Biroli (2011) refletem que a ideia de que as mulheres não pertencem ao ambiente político tem raízes na “velha” divisão sexual do trabalho, a teoria que define quem “serve” para

fazer o quê. De acordo com eles, essa designação de posições diferentes para homens e mulheres na sociedade não foi vencida pelos direitos individuais, mantendo a subordinação e a dependência impostas às mulheres em todos os âmbitos de convívio. Mas há, sim, resistências. Como sempre houve. Também há conquistas. E, muito embora sobreviver nesses ambientes seja duro e difícil, as mulheres estabelecem espaços de perseverança, obstinação e representatividade. Aí está que os cenários foram sendo remodelados em vários países da América Latina, chegando ao ponto de termos quatro mulheres, ao mesmo tempo, no mais alto posto da democracia de suas nações. Uma conquista inédita na região. Demonstração de um reordenamento social e político que merecia e merece atenção. Sinal de um novo tempo e de vontades latentes que também precisam ser estudadas no âmbito acadêmico.

Cristina Fernández de Kirchner presidiu a Argentina de 2007 a 2011 e de 2011 a 2015; Dilma Rousseff, o Brasil de 2011 a 2015 e 2015 a 2016; Michelle Bachelet, o Chile de 2006 a 2010 e de 2014 a 2018; e Laura Chinchilla, a Costa Rica de 2010 a 2014¹. Enfrentaram oposição movida por questões de gênero, intolerância e preconceito. Tiveram sua atuação noticiada e amplificada todos os dias pela imprensa, mas com tom e forma que as descaracterizavam como cidadãs pertencentes ao campo político. Em lugar do debate, o figurino; ao invés da repercussão das ações governamentais, o novo corte de cabelo. Procuramos saber do discurso e encontramos informações sobre o erro que foi a escolha daquele sapato, a maquiagem inadequada, as especulações sobre a dieta secreta. Aqui nasce o meu interesse.

Como consumidora de comunicação, mulher, sempre me incomodou ver as mulheres retratadas como seres acéfalos, despreparadas, sem ideias próprias, fúteis e histriônicas, ou submissas e dependentes. Mesmo na imprensa feminina é possível perceber abordagens com essas nuances.

Como profissional da comunicação, jornalista, nunca aceitei a negação da mídia em romper com esses estigmas. Pelo menos os grandes representantes dela, a mídia hegemônica, forma como

¹ Muitas latino-americanas exerceram o cargo de presidenta por sucessão constitucional, por incumbência do Parlamento ou regimes de transição. As primeiras mulheres a serem realmente eleitas foram Violeta Chamorro, na Nicarágua, em 1990; Janet Jagan, na Guiana, em 1997; e Mireya Moscoso, no Panamá, em 1999. Mais recentemente, outras nações do bloco também tiveram mulheres no alto escalão de governo, mas não em cargos de presidente, são os casos da Jamaica, com a primeira-ministra Portia-Simpson Miller (que exerceu o cargo entre 05 de janeiro de 2012 e 03 de março de 2016), e de Trinidad e Tobago, com a também primeira-ministra Kamla Persad-Bissessar (no período de 26 de maio de 2010 a 09 de setembro de 2015). Ambas foram as primeiras mulheres a assumir o posto de primeira-ministra de seus países.

nos referiremos aos oligopólios nessa pesquisa, visto que o termo encerra melhor os significados dos fios de influências, simbologias e ideologias que tramam sua teia de poder.

Converse com repórteres de política e vai ver que sempre tem uma história de um editor que cobra o motivo de não se ter feito à mulher entrevistada aquela pergunta que nada tem a ver com a pauta, invariavelmente, sobre filhos, casamento, equilíbrio entre família e trabalho, as mudanças recentes na aparência. Enfim, as que não são feitas aos homens.

Também tem os colegas que acham que essa conduta é uma obrigação. Afinal, se uma mulher escolheu “ser pública”, está na chuva, e quem está na chuva é para se molhar mesmo. Para eles, a crítica a essa prática é um exagero, mas, afinal, você exagera mesmo, é mulher, e mulher exagera tudo!

Outros, simplesmente, acham normal. Está completamente incorporado na rotina deles. As perguntas são automáticas, irrefletidas. É natural. Mas, não é. Não deve ser. Se o jornalismo, a imprensa e a mídia, de forma geral, têm um compromisso, ele é social. Antes do alardeado compromisso com a informação, seu compromisso é social.

Talvez minha inquietude com essa situação tenha explicação no fato de eu fazer parte de um núcleo familiar essencialmente feminino. As pessoas mais próximas a mim sempre precisaram batalhar muito contra a discriminação e o assédio, somente para sobreviver. De repente, isso me sensibilizou para perceber quão machista é nossa sociedade. No entanto, essa também não é uma leitura fácil de fazer. Nem sempre eu entendi que mecanismo era aquele que nos segregava e fazia sofrer. Acredito até que, por vezes, devemos ter reproduzido algum machismo.

Meu maior exemplo de dignidade, tenacidade e coragem é minha mãe. Mulher nascida no “interior do interior” do Rio Grande do Sul, nos rincões onde se aglomeram machismos e subalternidades. Da mesma geração de Dilma Rousseff e Cristina Fernández - minha mãe tem a idade da presidenta argentina -, ao contrário delas, não pôde estudar de forma regular, alcançar um diploma universitário. De origem muito pobre, foi ainda criança mandada a “ajudar” em casa de família. Cresceu batalhando seu próprio pão e o da sua família. Mais tarde, concluiu o ensino médio em um grande esforço de tripla jornada, trabalhando, cuidando de mim e da casa, e estudando à noite. Uma realidade muito comum entre aqueles que provêm da pobreza. Eu me orgulhava. Espalhava minhas coisas na mesa da cozinha nos finais de semana para acompanhá-la nos estudos. Enquanto ela fazia seus trabalhos de aula, eu fazia os meus. Me ensinou o valor da educação, do conhecimento. Sem querer, me ensinou a lutar.

Minha mãe sempre teve um senso político aflorado, isso continuamente se confundiu com a ideia de justiça dentro dela, e em épocas de campanhas eleitorais, encontrava um “bico” para reforçar o orçamento e matar a vontade de fazer política. Fora isso, estava às voltas com a associação de moradores do bairro, nas reivindicações por melhorias para nossa região carente, fez parte do Conselho Gestor de Saúde de Porto Alegre e vários outros espaços de exercício de cidadania. Eu me desenvolvi assim, a vendo liderar, falar, opinar, batalhar, mas, muitas vezes, ser silenciada somente por ser mulher. Como ela, quantas mais?

A realidade não é fácil de ser lida. Provavelmente jamais será em sua totalidade. Daí a importância de entendermos que não existem verdades absolutas, e isso é tudo que essa pesquisa não faz. Aqui não se afirmam verdades absolutas. O que propomos é uma reflexão multidimensional, transmetodológica, embasada e coerente, que dê conta de nos ajudar a entender esses meandros socioculturais que hierarquizam relações e estabelecem poderes capazes de definir e limitar a vida das pessoas.

Pensamos a pesquisa viva, em movimento, qualificada para impactar a sociabilidade, a cidadania. Este é o motivo de eu levar o amor pela minha profissão, a predileção que tenho pela pauta política e minha essência inconformada para a academia. O que me moveu ao propor esse trabalho foi a certeza de que precisamos discutir sobre os variados níveis de opressão que as oligarquias reconstroem e reinventam para retomar o poder e as bases que estamos construindo enquanto sociedade plural, diversificada, heterogênea. Nós, profissionais e pensadores da comunicação, não podemos nos furtar a esse trabalho, que tem se mostrado cada vez mais necessário nos últimos tempos.

A esperança na construção de uma cidadania digna, justa e igualitária é o que me move.

1.1 Justificativa

A representação política das mulheres noticiada de forma que desnaturaliza a presença feminina nos ambientes públicos de poder e decisão é o recorte de um fenômeno mais amplo de estigmatização operado pela imprensa. Ao escolher apresentar as mulheres que fazem parte desses espaços dessa forma, a mídia contribui para a afirmação de preconceitos, reforçando estigmas presentes no imaginário social do senso comum. Portanto, é relevante entender o processo de produção midiática que constrói a *mulher política*. Compreender quais sentidos estão envolvidos

nessa construção. Em qual medida essa produção está perpassada por interesses ideológicos, sejam eles patriarcais ou políticos.

Pensar o *sujeito mulher política* a partir de Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner nos parece adequado, pois ambas são exemplos bastante significativos da construção estereotipada e sexista da mídia sobre as mulheres em cargos políticos elevados. Elas foram criticadas pela imprensa por sua aparência, seu comportamento e conduta pessoal. Tiveram suas vidas pessoais invadidas e a privacidade escrutinada pelos meios de comunicação, principalmente, pela veiculação de materiais que especulavam sobre a saúde e a capacidade mental das duas. Sem falar nas constantes insinuações de que não sabiam ou não deviam governar, que chegaram ao poder somente pela força política de seus antecessores homens e viviam a suas sombras, que uma era masculinizada demais, a outra muito feminilizada e tantos outros descompassos.

Através da relação que a mídia estabeleceu com elas é possível ver as estruturas de dominação sobre as quais nos fala Bourdieu (1999, p. 46, grifo do autor), aquelas que podem ser consideradas históricas na medida em que “*são produtos de um trabalho incessante de reprodução*”, legitimado - pelas instituições reconhecidas, como a igreja, a escola e o estado - como verdade, como condição natural, *imane*nte a todos os *habitus*, impondo-se de forma *transcendente*.

Sendo essa relação arbitrária, como sopesa o autor, é admissível considerar que, no caso das nações marcadas pelo colonialismo e pelo neocolonialismo – como os países da América Latina - onde o desenvolvimento foi comprometido por interesses exploratórios, as democracias constantemente ameaçadas, a educação deficitária e a evolução dos direitos sociais atrasada em comparação a outros países, como as da América do Norte e Europa, por exemplo, as lógicas de dominação se fazem ainda mais presentes e contam com os meios de comunicação como mais uma instituição validadora dessa situação.

Essa confluência de aspectos – as condições culturais e de desenvolvimento da América Latina e a centralidade legitimadora de práticas sociais dos sistemas midiáticos oligárquicos nessas sociedades – cria um ambiente de disputa de poder desigual entre os sexos, tornando as questões políticas e as relações de gênero concorrentes. De modo que se faz necessário reconhecer a representatividade do masculino e do feminino na mídia também como uma estrutura de poder, onde o masculino encontra espaço privilegiado, enquanto o feminino é estereotipado, como aponta Flávia Biroli (2010). Para a pesquisadora, o discurso que reproduz estigmas – aquele que coloca as

mulheres como pessoas sem habilidades para o exercício de cargos públicos, desinteressadas por política - colabora para a marginalização da mulher na esfera pública. Ela alerta para o fato de a visibilidade feminina na imprensa ser “concentrada em algumas poucas mulheres e produzida por filtros que reafirmam, de múltiplas maneiras, as separações tradicionais que associam as mulheres à esfera doméstica e íntima, à emotividade e ao corpo”. (BIROLI, 2010, p. 46).

Biroli considera que a centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas permite aos meios de comunicação a manutenção de um papel ativo na definição do que é socialmente relevante, posição que lhe possibilita legitimar as formas assumidas pelas relações de gênero. De acordo com a autora, “a mídia pode ser pensada como esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas, valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias [...]”². Ela pondera que, mesmo que se deva entender os estereótipos de gênero presentes na mídia “como produtos de uma dinâmica social complexa, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres”, há que se considerar que eles “são reproduzidos de acordo com as rotinas produtivas dos meios de comunicação de massa e as perspectivas sociais dos jornalistas, definindo quais os temas e vozes que constituem as notícias”. (BIROLI, 2010, p.47).

Nessa escolha da mídia sobre o que e como apresentar as notícias e os sujeitos, Biroli observou, além da descrição estereotipada quando a pauta envolve mulheres, uma sub-representação delas nos assuntos relacionados à política. De acordo com Miguel e Biroli (2011), o sexo do sujeito político pode determinar sua visibilidade, respondendo a características específicas de reprodução da hierarquia do próprio campo. Conforme os autores³, o noticiário político apresenta, predominantemente, homens, brancos, com instrução superior, ocupantes de cargos

² Ibid.

³ Miguel e Biroli (2011) realizaram pesquisa sobre a presença das mulheres no noticiário político dos meios de comunicação de massa durante dez meses, entre o primeiro semestre de 2006 e o primeiro semestre de 2007, a partir da observação de telejornais e revistas. Dos televisivos, foram selecionados o Jornal Nacional, o Jornal da Band e o SBT Notícias. Já, entre as revistas, analisaram Veja, Época e Carta Capital. Os pesquisadores relatam terem observado que as mulheres eram apenas 12,6% das personagens dos telejornais e 9,6% das personagens das revistas, sendo que a maior proporção de presença feminina se concentra entre o que classificaram de *populares*, ou seja, fontes não ligadas às temáticas políticas. Eles salientam que, retiradas as populares, a presença de mulheres com ‘voz’ nos noticiários fica ainda menor e acreditam que a baixa representação feminina na imprensa tem relação com a pouca presença de integrantes dos movimentos sociais, espaços onde a participação das mulheres é mais frequente, bem como nos lugares alternativos de ação política, como o orçamento participativo e os conselhos gestores. Conforme os pesquisadores, ao dar mais visibilidade para aqueles que possuem destaque nos partidos políticos e nos três Poderes, o noticiário se volta quase exclusivamente para o campo político estrito senso, reforçando também a compreensão de que as mulheres não fazem política.

públicos eletivos ou de confiança, ou seja, “a mídia noticiosa difunde uma visão comum da política, que se traduz em um noticiário homogêneo e concentrado em personagens com perfil específico”. (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 13).

O apontamento de Biroli e Miguel faz referência a uma realidade simbólica, aquela sobre a qual a mídia tem papel relevante em sua construção. Entendemos que essa realidade faz parte de um construto social que entrelaça comportamento cultural, hierarquia de gênero e poder, mas acreditamos, também, que sua sobrevivência se dá pelo controle da informação.

Nossa observação é conduzida através do produto revista, que oferece um recorte com segmentação de rotina produtiva e público, onde é possível mapear os processos comunicacionais existentes, pois foram selecionados magazines com linha editorial notoriamente política, mesmo que não se autotiquem como periódicos dedicados à essa pauta. As revistas são grandes representantes dos meios de comunicação hegemônicos e, invariavelmente, pertencentes a conglomerados empresariais para os quais a informação é um produto comercial, ou seja, mídias nas quais se une, facilmente, poder e lucro. É o caso tanto da revista brasileira *IstoÉ*, quanto da argentina *Noticias de la Semana*, definidas como objetos de referência dessa pesquisa.

Desse modo, a produção de questionamentos sobre a própria imprensa editorial, seus valores e pertinência, são relevantes para o universo de reflexões já consolidado sobre comunicação. Além disso, investigando a tríade mulher-política-comunicação é possível encontrar respostas que contribuam com o arcabouço de conhecimentos existentes sobre a interligação dos temas, podendo, inclusive, sugerir novos direcionamentos e perspectivas. Ademais, novas indagações acerca de suas dinâmicas e processos produtivos podem enriquecer o debate sobre o papel e a ética jornalísticas, bem como sobre o futuro desse campo de conhecimento.

Sinais ideológicos são visíveis no caso da cobertura midiática sobre os *acontecimentos* que envolvem as presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner durante seus mandatos. Verifica-se, no decorrer deste trabalho, que as publicações selecionadas abusam de operações discursivas repletas de marcas semióticas de interesse político, com forte viés sexista. É à observação dessa construção estética e simbólica que essa pesquisa se dedica.

Entendemos, portanto, que nosso problema de pesquisa se situa na observação e análise das operações discursivas das revistas selecionadas, a fim de verificar como estas escolhas de produção noticiosa constroem a representação midiática das presidentas. Nosso estudo deverá considerar os efeitos de sentido, as teorias de gênero e a força retórica da mídia.

1.2 Pergunta geral orientadora

Como foram construídas as imagens midiáticas das *sujeitas mulheres políticas* Dilma Rousseff, durante seu período como presidenta do Brasil, e Cristina Kirchner, em seu segundo mandato como presidenta da Argentina, a partir dos discursos veiculados pelas revistas *IstoÉ* e *Noticias de la Semana*?

1.2.1 Perguntas específicas

- 1) É possível perceber marcas patriarcais e/ou misóginas e/ou sexistas na construção midiática das presidentas?
- 2) Quais operações discursivas e retóricas são usadas para a construção noticiosa dessas *sujeitas mulheres políticas*?
- 3) Quais são as características narrativas, a partir das notícias observadas, de *IstoÉ* e *Noticias de la Semana*?
- 4) É possível dizer que a manutenção/perpetuação de estigmas e/ou estereótipos de gênero observados nos materiais analisados contribuíram para a desqualificação de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner como *sujeitas mulheres políticas*?
- 5) De alguma forma é possível considerar que a desqualificação das presidentas como *sujeitas mulheres políticas* possa ter tido motivações ideológicas e/ou comerciais? Esse tipo de percepção seria visível através das publicações observadas?

1.3 Objetivo geral

Analisar a construção discursiva da revista *IstoÉ* sobre Dilma Rousseff em seu período como presidenta do Brasil e da revista e *Noticias de la Semana* sobre Cristina Kirchner durante seu segundo mandato como presidenta da Argentina, enquanto *sujeitas mulheres políticas*.

1.3.1 Objetivos específicos

- 1) Verificar as operações discursivas trabalhadas pelas revistas nas notícias e imagens analisadas.
- 2) Observar a existência de expressões, frases, adjetivações ou insinuações que corroboram para estigmatizar ou estereotipar as mulheres as descredibilizando como partícipes do ambiente político.
- 3) Observar o tratamento dado a características de personalidade de forma generificada a fim de desqualificar a presença feminina nos espaços públicos.
- 4) Verificar as marcas dos possíveis interesses ideológicos e/ou comerciais das revistas ao optar por determinadas operações discursivas.

1.4 Estrutura da dissertação

Essa dissertação está estruturada em seis capítulos, divididos entre introdução, metodologia, capítulo teórico, contextualização, análises e considerações, além das referências bibliográficas e anexos. Após esta entrada em nosso conteúdo, que se constitui no capítulo 1 – Introdução, realizamos uma reflexão acerca do método construído para o desenvolvimento dessa pesquisa. Em *Construindo um caminho, definindo o analisável*, seção que compõe o capítulo 2, é possível verificar nossas opções de abordagem, decisões exploratórias, empíricas e de recortes. Conhecer nossos critérios de seleção e análise, bem como as definições dos dispositivos midiáticos escolhidos, seus históricos e presenças no mercado.

O capítulo 3 - *Dos jogos de poder e seus efeitos* traz os conceitos e teorias que embasam e sustentam nossas avaliações, discussões e abordagens sobre a centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas e suas estratégias de persuasão, as redes de sentidos envolvidas nos discursos, o estabelecimento de sistemas discriminatórios como os sexistas, patriarcalistas e machistas. E, ainda, perspectivas sobre a construção do acontecimento midiático e reflexões acerca das ideologias e cidadania no que tange à luta das mulheres ao logo dos tempos.

O capítulo 4 faz um apanhado das trajetórias política-biográficas de Dilma Rousseff e Cristina Fernández, na intenção de conhecer essas mulheres para além do que é exposto pela mídia. *A gerentona e a coqueta: as histórias de vida que forjaram as personalidades das presidentas e suas trajetórias políticas* é uma tentativa de contraponto à abordagem sobre elas que não se preocupou em fazer na imprensa. Através de biografias, entrevistas de amigos e declarações,

pretendemos costurar a personalidade dessas mulheres que somente conhecemos a partir do que a mídia nos contou. É também um esforço de contextualização, na medida em que se procura situar as várias fases políticas de Brasil e Argentina enquanto enveredamos pelas histórias das presidentas.

Em *Descontroladas e perigosas: Dilma Rousseff e Cristina Fernández em IstoÉ e Noticias de la Semana* – capítulo 5 – nos debruçamos sob os materiais selecionados para análise, buscando compreender como as revistas operaram discursivamente para construir as imagens midiáticas das presidentas.

Nossas considerações sobre essa trajetória de pesquisa e os resultados desse trabalho se encontram no capítulo 6. Ali reunimos nossas percepções acerca das ações de *IstoÉ* e *Noticias de la Semana* e, também, sobre o processo e a necessidade de pesquisar.

2 CONSTRUINDO UM CAMINHO, DEFININDO O ANALISÁVEL

Quando Maldonado (2013) aborda sobre os sistemas e processos midiáticos, lembra que estes “são resultado histórico de uma prolongada sucessão de estados e mudanças, na qual se combinam aspectos econômicos/políticos próprios da estruturação capitalista, bem como fatores múltiplos de transformação da espécie”. (MALDONADO, 2013, p. 88). Saber como esses processos se deram regionalmente é crucial para a compreensão do estado atual da imbricação mulher-política-comunicação. Na América Latina, esses *fluxos históricos* da mercantilização da comunicação são perpassados por interesses bastante oligárquicos, no sentido de que os meios de comunicação massiva sempre contribuíram para a “educação” cultural dos povos atendendo aos interesses econômicos dos donos das empresas de mídia. Estes, frequentemente interligados à política por serem, muitas vezes, também políticos eleitos. Situação notória no Brasil, por exemplo, que coleciona deputados e senadores proprietários de veículos de imprensa. De acordo com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), 25% dos senadores e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e televisão⁴.

O monopólio midiático representa um entrave à circulação da informação, já que apenas onze famílias controlam os principais meios de comunicação brasileiros (FNDC, 2015) e, em sua maior parte, essa propriedade é cruzada. Ou seja, um grupo empresarial ou uma família – o que é mais comum – comanda mais de um meio de comunicação, criando grandes conglomerados midiáticos que possuem o mesmo direcionamento e interesse corporativo. Essa ausência de pluralidade e concentração de verba publicitária fortalece os meios hegemônicos, permitindo que influenciem a economia e a política do país, de forma a estabelecerem-se como estruturas de poder. Trata-se de um poder simbólico, visto que trabalham com a propagação de ideias e discursos e, por isso mesmo, colocam-se estrategicamente nas culturas das populações.

Na Argentina, por sua vez, a concentração midiática foi fortemente enfrentada na última década através da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, conhecida no Brasil como lei de meios, que buscou democratizar a comunicação através da diversificação das fontes produtoras e distribuidoras de conteúdos ao impedir, justamente, a propriedade cruzada, ou seja, a concentração e centralização do capital. Aprovada em 2009 pelo Congresso daquele país, entrou em vigor em

⁴ Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/midia-brasileira-e-controlada-por-apenas-11-familias-924625/>>. Acesso em: 25/09/2017.

sua totalidade apenas em 2013, devido a batalhas judiciais travadas entre o Grupo Clarín – o maior conglomerado midiático da Argentina – e o governo, e já sofreu retrocessos. Logo que tomou posse como presidente, em dezembro de 2015, Mauricio Macri extinguiu as agências reguladoras dos serviços de telecomunicações e, em 04 de janeiro de 2016, expediu decreto modificando artigos fundamentais da lei. As alterações retiram a proibição da venda dos meios, permitindo a integração das emissoras de rádio e televisão em cadeia; eliminam os pontos que protegiam contra a propriedade cruzada de televisão por cabo, rádio e televisão aberta e permitindo a extensão dos prazos de licença⁵.

A linha tênue que separa, ou deveria separar, a comunicação industrial e a produção de informação do interesse político é apagada pelo fator comercial. Para Ianni (2003), essa problemática na qual a mídia é imersa está além de sua existência como um “quarto poder” simplesmente, na medida em que extrapola os limites políticos. Pois, favorecida pela globalização, está no cerne do que constitui as condições político-econômicas e socioculturais das populações. Sua identificação capitalista privilegia a prevalência da visão de mundo dos grupos de poder predominantes, seus interesses ideológicos e tudo o mais que sirva a suas intenções econômicas, de forma articulada.

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e a reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações” em escala global. (IANNI, 2003, p. 152).

Dessa forma, o poder da mídia é potencializado pela dificuldade de acesso da grande massa aos sistemas alternativos de informação e pela educação deficitária verificada nas classes mais necessitadas, obliterando as possibilidades de contestação dos fatos noticiados e relatados pelos meios hegemônicos.

O financiamento das mídias também é crucial para definir a forma como o sistema se organiza, expande e funciona, pois os grandes anunciantes também têm, frequentemente, interesses

⁵ Ver: “Decreto do presidente Macri altera principais pontos da Lei de Meios da Argentina”. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/2016/01/05/decreto-do-presidente-macri-altera-principais-pontos-da-lei-de-meios-na-argentina/>>. Acesso em: 26/05/2018.

políticos definidores dos *lobbies*, como já comentamos, gerando uma cadeia de interesses articulados:

Assim, o que parece neutro, útil, positivo, logo se revela eficiente, influente ou mesmo decisivo, no modo pelo qual se insere nas relações, processos e estruturas que articulam e dinamizam as diferentes esferas da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. Tomados em seu devido tempo e contexto, esse pode ser o caso do telefone, telégrafo, rádio, cinema, televisão, computador, fax, correio eletrônico, internet, ciberespaço e outras inovações e combinações de tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas. São organizadas, mobilizadas, dinamizadas e generalizadas como técnicas de comunicação, informação, propaganda, entretenimento, mobilização e indução de correntes de opinião pública, mitificação ou satanização de eventos, figuras, partidos, movimentos e correntes de opinião, colaborando mais ou menos decisivamente na invenção de heróis ou demônios, bem como na fabricação de democracias ou tiranias. (MATTELART, 1994; SMITH, 1984 *apud* IANNI, 2003, p. 155).

A modernidade trouxe certa flexibilidade à comunicação e permitiu ações de cidadania comunicativa que conseguem burlar o sistema hegemônico em dada medida. Como frisa Maldonado (2013), com o advento e popularização das tecnologias digitais, “as condições de produção simbólica transformaram-se, as formas de circulação quebraram o domínio das mídias hegemônicas, a experimentação vai sendo socializada aceleradamente [...]”. (MALDONADO, 2013, p. 92). No entanto, a penetrabilidade das mídias tradicionais nas sociedades é ainda exponencial e a formação da opinião pública passa, invariavelmente, pela realidade construída midiaticamente.

Ao mesmo tempo em que a tecnologia facilitou a resistência e ampliou os espaços de debate, também se apresentou como campo de exploração para os conglomerados midiáticos hegemônicos que possuem condições materiais, logísticas e de produção notadamente maiores que os das associações, coletivos, imprensa independente e redes alternativas de informação. A ausência ou ineficiência do letramento digital das populações é um fator relevante nesse contexto, agravado pela precária formação crítica.

É um fato que as condições de acesso às tecnologias que permitem as interações são diferentes nas várias partes do mundo. Situação que sofreu alteração, sim, desde que Garcia Canclini sentenciou que as

[...] possibilidades de aproveitar as inovações tecnológicas e adequá-las às próprias necessidades produtivas e comunicacionais são desiguais nos países

centrais – geradores de invenções, com altos investimentos para renovar suas indústrias, bens e serviços – e na América Latina [...]. (GARCIA CANCLINI, 1998, p. 308).

Pois, os anos de governos com vertente popular na região foram definitivos para os investimentos de políticas de acesso das classes menos favorecidas a bens de uso e consumo, através da redução de impostos da indústria e facilitação do crédito, promovendo a cidadania social e econômica das pessoas. Aquelas que, como diz Cortina, pretende “[...] proporcionar a todos os cidadãos um mínimo de bens materiais – que não fiquem a mercê do mercado – e [...] fazê-los participar ativamente dos bens sociais. [...]”. (CORTINA, 2005, p. 139). No entanto, mesmo com a popularização da tecnologia, para usá-la, as populações dos países pobres dependem fortemente de sistemas pertencentes a grandes conglomerados, frequentemente propriedades de multinacionais, o que não impede, mas dificulta a construção de uma contra-hegemonia, a *revanche sociocultural* comentada por Martin Barbero (2014).

Nesse mercado simbólico, as revistas se apresentam como representantes midiáticos privilegiados, pois, embora, como regra, sejam produzidas para nichos sociais específicos, ou seja, feitas para um determinado público, teoricamente conhecido e com o qual a publicação se relaciona, sua capacidade de alcance é incalculável, já que ficam disponíveis em bibliotecas, salas de espera, casas de amigos, no trabalho, são divididas, doadas, consultadas⁶.

Em termos mercadológicos econômicos a representação do meio revista também não é de se desprezar. Embora sua comercialização tenha sofrido quedas com a diminuição de consumidores desse meio nos últimos anos, esse tipo de periódico se mantém como o formador de opinião de uma parcela relevante da sociedade. No Brasil, de acordo com o estudo mais recente da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER)⁷, há mais de quatro mil títulos em circulação. O levantamento, datado de 2015, afirma que 39% da população acima dos 10 anos declara ler revistas (ANER 2015, p. 16). A ANER também diz que “[...] a penetração da revista nas classes A e B é maior que a de outros meios pagos, como jornal e TV paga [...]”⁸. Segundo a Associação, 53% dos leitores pertencem às classes AB e 58% têm entre 20 e 49 anos. Já, a Pesquisa Brasileira de Mídia⁹,

⁶ Dados da Pesquisa Brasileira de Mídias demonstram essa capacidade de expansão da revista para além de seu público inicial quando aponta que 29% de seus entrevistados responderam que leem os exemplares pertencentes a outras pessoas, bibliotecas, consultórios, trabalho e outros (PBM, 2016).

⁷ O “Factbook ANER 2015” está disponível em: <<http://aner.org.br/factbook/>>. Acesso em: 09/05/2018.

⁸ Ibid., p. 17.

⁹ A PBM 2016 está disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 09/05/2018.

realizada pelo Ibope Inteligência para a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, levantamento que busca conhecer os hábitos de consumo de mídia da população brasileira, aponta que "cerca de um em cada quatro entrevistados dizem ler revistas" (PBM 2016, p. 33). Os dados são do relatório de 2016, obtidos através da entrevista de "pessoas com 16 anos de idade ou mais, de todas as classes econômicas (ABCDE), de ambos os sexos, residentes nas 27 unidades da Federação (interior e capital)" (p.06), através de questionário estruturado, e são os números mais recentes acerca da audiência midiática brasileira em termos abrangentes.

De acordo com o detalhamento do plano amostral da pesquisa, o cálculo de representatividade da população brasileira levou em consideração o Censo Demográfico Brasileiro de 2010 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fixando o escopo em 15.050 entrevistas. Destes, 67% dos respondentes disseram que costumam ler revistas na versão impressa e 26% na digital.

Os dados sobre a aquisição das revistas se revelam interessantes para o entendimento do relacionamento dos leitores com esse meio. Por exemplo, 43% dos entrevistados que declararam ler revistas disseram comprá-las em banca, sendo que apenas 16% são assinantes, fator que pode ser respondido pela capacidade de significação provocada pelas capas¹⁰, primeira "leitura" que as pessoas fazem de qualquer exemplar. Para Valnecy Santos (2017)¹¹ as capas mobilizam a compra de revistas por apresentarem apelo visual e capacidade de acionamento da memória dos leitores, provocando interações cognitivas.

No contexto observado pela Pesquisa Brasileira de Mídia, *IstoÉ* insere-se como a terceira revista mais mencionada, por 5% dos leitores (9% como segunda opção), na sequência de *Veja* (25%) e de *Caras* (7%). A primeira, do Grupo Abril, é também uma revista semanal de notícias, "a maior e mais polêmica revista brasileira [...]". (MIRA, 2001, p. 75), e a principal concorrente de *IstoÉ* no segmento informativo. De posicionamento editorial conservador, com foco na pauta política e alinhada ao mercado "[...] tem sido, ao longo dos anos, a porta-voz da linha econômica e política da Editora Abril [...]"¹². *Veja* é "[...] a terceira revista de informação mais vendida no

¹⁰ As capas se constituem em parte importante de nossa pesquisa, compondo, inclusive, os critérios de seleção dos materiais. Ver item 2.2.1.1.

¹¹ A autora usa teorias da perspectiva de cognição para dizer que o texto resulta de operações mentais. Ela busca compreender como a cognição se constitui na interação, a partir da conjunção de contextos mentais e sociais. Cf: SANTOS, Valnecy Oliveira Corrêa. Cognição, referência e leitura: reconstruindo a argumentação no gênero capa de revista. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 26-44, jan./jun. 2017.

¹² *Ibid.*, p. 79.

mundo, atrás das norte-americanas *Time* e *Newsweek* [...]”. (SCALZO, 2016, p. 31). *Caras*, por sua vez, é uma revista de celebridades, produzida pela Editora Caras, que tem parte do capital controlado pela família Civita – dona da Abril -, mas pertence ao empresário argentino Jorge Fontevecchia, proprietário da editora Perfil que publica *Noticias de la Semana* na Argentina.

Nas próximas páginas passamos, então, a refletir sobre as revistas e sua capacidade histórico-política em sociedades midiaticizadas como as latino-americanas, a decisão por observar *IstoÉ* e *Noticias de la Semana* como suas representantes, suas localizações no mercado midiático e nossos critérios de seleção e categorias de análise.

2.1 Revista, um documento histórico

Nos anos em que estiveram nos governos de Brasil e Argentina, Dilma Rousseff e Cristina Fernández figuraram imensamente nos noticiários. Situação comum para governantes, mas, no caso de ambas, bem como o observado em relação a outras mulheres em situação de poder, esta presença na mídia teve acréscimos “interessantes” à pauta: desta feita, a cobertura política trazia “informações” sobre vestidos, penteado, maquiagem, dieta e, até, meia-calça desfiada etc. Ou seja, o repertório para observação sobre o sexismo no noticiário político é vasto e nossa pesquisa recorta desse universo representantes midiáticos importantes do segmento impresso: as revistas.

É necessário referir que a escolha considerou o fato de as revistas se constituírem em verdadeiros documentos históricos, comprovantes de uma época ou, como diz Vogel (2013), *arquivos de memória*.

Faz-se importante, também, considerar que, por reproduzirem fatos e *acontecimentos* a partir de um ponto de vista carregado de subjetividade, as revistas são o recorte de um tempo. Um extrato de uma forma de ver e entender um período. O que não diminui sua força documental, ao oposto, torna-se, ela mesma, atestado de disputas, culturas, comportamentos sociais ou até de realidades construídas. Portanto, conforme Vilas Boas (1996, p.15), “[...] A narrativa de um texto de revista é também um documento histórico”, já que sua construção está impregnada de análise e interpretação de fatos localizados no tempo e espaço.

Nessa direção, a força testemunhal de uma revista é a de uma

[...] contemporaneidade que, de qualquer modo, não poderia ser abordada como se fosse chapada, como se o seu tempo não fosse atravessado de esquecimentos,

seleções, intermitências. A revista se mostra, afinal, como caleidoscópio em que imagens, antes separadas, se justapõem, se alternam, se multiplicam, numa reconfiguração constante daquela que seria, em termos benjaminianos, a experiência do tempo, que é em tudo diferente da vivência perceptiva do presente. (VOGEL, 2013, p.18).

Assim, os periódicos acabam por contar sobre *hábitos, modas e personagens de cada período*, visto que “[...] dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas” (SCALZO, 2016, p. 16). Para a Marília Scalzo, o progresso do gênero magazine foi definitivamente marcado pela criação das revistas semanais de notícias. Ou, como chama Verón (2004), e a forma que também adotamos para nos referir ao gênero noticioso nesse trabalho: revistas de informação.

Para o autor, o fato de as revistas semanais de informação possuírem uma condição de produção diferente da imprensa diária, dada sua periodicidade, faz com que elas sejam *estratégicas para os estudos das ideologias*.

O exemplo mais banal diz respeito à relação entre as revistas semanais e os jornais: as primeiras pressupõem, na maioria dos casos, que seus leitores já leram os segundos. Não é o caso, portanto, de dirigir-se a um leitor que ignora o que ocorreu na semana, mas de propor a ele elementos mais gerais, critérios de interpretação, por assim dizer, sobre os acontecimentos que já lhe foram contados pela imprensa diária. As revistas semanais constituem, por isso, uma espécie de “metalinguagem”, cujo referente é menos o acontecimento em si (caso da “notícia”) do que a atualidade enquanto discursos produzidos pelos jornais. (VERÓN, 2004, p. 93, grifos do autor).

Isso equivale a dizer que as revistas têm capacidade de produzir sentido também sobre informações já absorvidas pelo leitor, preenchendo os vazios informativos deixados pelos outros meios (VILAS BOAS, 1996). Por outro lado, elas podem propor assuntos através de, “[...] por exemplo, ‘reportagens especiais’, cujo tema não está especificamente ligado a algum *acontecimento* da ‘atualidade’ da semana” (VERÓN, 2004, p. 93, grifo do autor). Influenciando, assim, outras mídias que reproduzem o material, aproveitando a pauta e construindo desdobramentos do caso, em processo de intermídiação¹³ do assunto primário proposto

¹³ Entendemos intermídiação como o trabalhado por Ana Paula da Rosa (2016), qual seja, a construção de sentidos que se dá no âmbito da circulação dos dispositivos midiáticos, que, ao replicar determinado assunto em dispositivos múltiplos, pode preservá-lo, mas também pode reinscrevê-lo gerando novas afetações, mutações no sentido, agregações e valorizações. A autora explica que “a circulação intermidiática é marcada pelos pluridispositivos, isto é, por uma interação que se dá entre vários dispositivos de diversas ordens, digitais ou não, de instituições midiáticas ou não. Há um circuito de inscrições de imagens, comentários, referências ao tema, enfim, que configuram um fluxo de trocas” (ROSA, 2016, p. 9).

inicialmente pelo semanário. No Brasil, muitos são os exemplos de casos de grande repercussão, especialmente escândalos políticos, que se originaram em matérias do tipo “exclusiva” nas revistas. Sejam oriundas de denúncias ou da apuração de um eficiente jornalismo investigativo. Muita revista já pautou rádio, televisão, jornais e, na atualidade, a internet.

Figura 1: Exemplo Veja



Fonte: Blog Reinaldo Azevedo¹⁴

¹⁴ O exemplo trazido aqui é um dos mais emblemáticos do jornalismo brasileiro e da história política recente do Brasil. O caso da entrevista exclusiva de Pedro Collor à revista *Veja*, onde o irmão do presidente acusava Paulo César “PC” Farias, homem de confiança de Fernando Collor de Mello, de extorquir empresas e realizar tráfico de influência em nome do presidente e significou o início do fim daquele governo. No dia seguinte à circulação da revista, o assunto era pauta dos outros meios de comunicação do país, inclusive, do jornal televisivo de maior audiência, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que apresentou reportagem de quase 10 minutos sobre o caso. Em junho, a revista *IstoÉ* publicou entrevista, também exclusiva, com o motorista da Presidência, Eriberto França (Figura 02), onde revelava que PC Farias pagava as despesas da família de Fernando Collor de Mello, dentre elas a compra de um Fiat Elba e a reforma em um imóvel particular, transformado em residência oficial, que ficou conhecido como Casa da Dinda. A entrevista do motorista à *IstoÉ* dava forças às colocações do irmão do presidente e foram, mais tarde, confirmadas por ele em CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Congresso, culminando no afastamento de Collor da Presidência da República.

Aos 20 anos do ocorrido, em 2012, o jornalista Reinaldo Azevedo, da *Veja*, republicou em seu blog a entrevista de Pedro Collor. O conteúdo pode ser conferido em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/>>. Acesso em: 09/05/2018.

Figura 2: Exemplo IstoÉ



Fonte: site da revista *IstoÉ*¹⁵

Ademais, as revistas possuem força retórica, pois, de acordo com Benetti (2013), o jornalismo de revista “é um tipo bastante específico de discurso, que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional”. (BENETTI, 2013, p. 45). Um exemplo dessa repetição constante de uma ideia, observado em nossa pesquisa, é a sugestão da revista *Noticias de la Semana* de que Cristina Fernández é emocionalmente descontrolada. A presidenta argentina foi alvo de sucessivas publicações onde a revista questionava sua capacidade governamental, dado um suposto estado mental alterado. A tese desenvolvida pelo periódico era a de que ela sofria de transtorno bipolar e, por isso, realizava tratamento psiquiátrico. Expressões como fúria e raiva são recorrentes na construção de um padrão emocional da estadista. E muitas reportagens falam sobre medo, depressão e paranoia, como pode ser percebido através dos exemplos apresentados na Figura 3.

¹⁵ Em 2011, a revista *IstoÉ* relembrou a entrevista com o motorista Eriberto França em seu especial de 35 anos. Disponível em: <https://istoe.com.br/161904_DEPOIMENTO+DE+MOTORISTA+LEVA+AO+IMPEACHMENT+DO+PRESIDENTE/>. Acesso em: 09/05/2018.

Figura 3: Montagem de capas da revista *Noticias de la Semana*



Fonte: ed. 07/06/13 (esquerda) e ed. 23/10/15 (direita)

A estratégia de desqualificação da capacidade governamental a partir do questionamento das faculdades emocionais também foi usada muitas vezes pela revista *IstoÉ* em relação à Dilma Rousseff. A leitura dos materiais na pesquisa exploratória nos permitiu formular uma lista de adjetivações a partir da construção discursiva da revista sobre a presidenta do Brasil na qual o apelo ao *gaslighting*¹⁶ fica notório, como se verá: delirante, intimidadora, tirana, fanfarrona, vitimista, enganadora, esquizofrênica, desesperada, criminosa, histriônica, arbitrária, terrorista, incoerente, vassala, inescrupulosa, desvairada, mentirosa, mitômana, lunática, inapetente, inábil, sabotadora, imitadora, fantasiosa, desonesta, difamadora, descontrolada. Foram considerados 134 textos, entre matérias, reportagens, entrevistas e editoriais para a formulação da lista de adjetivações, porém, o exemplo mais emblemático é o da edição 2417, de 06 de abril de 2016 (Figura 4).

¹⁶ Expressão usada para designar o tipo de violência emocional por meio de manipulação psicológica que leva a mulher e todos ao seu redor a acreditarem que ela enlouqueceu ou que é incapaz. Não há tradução para a língua portuguesa do termo *gaslighting*. Ele faz parte de uma série de palavras que vêm sendo incorporadas pelos movimentos feministas mundiais para caracterizar as violências emocionais (ou o chamado machismo invisível) que agridem diretamente a autoestima feminina e limitam simbolicamente o espaço das mulheres. O Coletivo feminista *Think Olga* explica que o termo “surgiu por causa de um filme de mesmo nome, de 1944, em que um homem descobre que pode tomar a fortuna de sua mulher se ela for internada como doente mental. Por isso, ele começa a desenvolver uma série de artimanhas – como piscar a luz de casa, por exemplo – para que ela acredite que enlouqueceu”. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>>. Acesso em 25/05/2017.

Figura 4: Capa da revista *IstoÉ*

Fonte: ed. 2417 - 06/04/16

A capa traz uma fotografia da presidenta Dilma Rousseff em semblante de grito, acompanhada da manchete: “As explosões nervosas da presidente”. Na matéria há colocações como “fora de si”, “incapaz”, “destempero”, “irascível”, “agressiva”, “surto”, “negação da realidade”, entre outras, além da afirmação textual de que ela perdeu “as condições emocionais para conduzir o país” e que “se entope de calmantes” que “nem sempre surtem efeitos”.

Desta forma, o jornalismo institui angulações e quadros interpretativos sobre as condições da presidenta e de seu governo, num exercício hermenêutico tendencioso, já que, sendo ele uma forma de conhecimento, “[...] se estabelece como um lugar de produção e de circulação de sentidos sobre a realidade” (BENETTI, 2013, p. 45). Ou seja, se manipula, altera ou retira do contexto uma imagem para que sirva de complemento à história que está sendo criada ou ateste o comportamento que está sendo construído. Essa capacidade significativa, se verá, é recorrente em *IstoÉ* e *Noticias de la Semana*.

2.1.1 *IstoÉ* e *Noticias de la Semana*: um mercado significante, construtores de significados

Como buscamos apontar até aqui, acreditamos, em consonância com vários dos autores chamados à nossa discussão, que a construção social da realidade, de formas de viver, das normatizações de comportamentos, estabelecimentos de padrões, passa pelos meios de comunicação. Na sociedade midiaticizada, o “ser/estar” é definido pelo “existir” nas mídias ou em conformidade com o que elas estabelecem como adequado, correto e verdadeiro. Isso, todavia, não

quer dizer que os sujeitos sejam espectadores passivos, inertes frente à imprensa, somente esperando que ela lhe traduza o mundo e diga como se posicionar nele. Mas, apenas, que essa relação é da ordem dos significados, da semiótica da influência dos meios no social.

Para ter a atenção desse sujeito, portanto, a comunicação usa o que Sodré (2006) chama de *estratégias sensíveis*, pois ela mesma   da ordem do emocional. Em busca da compreensão dessa influência da média, o autor tece uma rede reflexiva sobre afec o, afeto, emo o e sentimento a partir da Filosofia, donde depreendemos mobiliza es emocionais tão refinadas que chegam a constituir-se, praticamente, em um sistema dogmático. De modo que a argumenta o constante e consistente do ponto de vista dos valores ou das crenças do sujeito aciona a rela o emocional que pode explicar a influência da média sobre os indivíduos.

O que faz fixar-se a crença não   uma qualidade intrínseca de clareza da proposi o, mas a solidez do sistema. Não se trata, portanto, de *saber* o que se diz saber, e sim de aceitar como solidamente fixado aquilo que se sabe. E por que se fixa? Por confiança na autoridade das fontes, por aquilo que se transmite de uma certa *maneira*, isto  , no interior de uma totalidade, um meio, experienciado como vital, por ser fonte de razoabilidade e afeto, logo, de convencimento. (SODRÉ, 2006, p. 43).

O autor aponta a influência poderosa da média na redefini o da subjetividade contempor nea que, ao operar no plano dos valores, promove a conforma o psicológica das massas através de sua retórica.

Por observar indícios das técnicas retóricas de persuasão, sobre as quais fala o autor, em *Istoé* e *Noticias de la Semana*,   que optamos por essas publica es para compor nosso corpus de análise nesse trabalho. Principalmente baseados nas coloca es sobre a retórica do bode expiatório

[...], isto  , a inven o de alguém a quem se atribuam as culpas latentes e manifestas no grupo social [...]. O objeto coletivo da expia o   semioticamente conotado por afetos negativos e terroristas quanto ao princípio de realidade, geralmente com o concurso da média, de modo a que se configure como um "Outro" em que se cristaliza a incerteza ou o Mal. (SODRÉ, 2006, p. 75-76).

Nosso movimento para defini o de *Istoé* e *Noticias de la Semana* como *objetos de referência* foi feito pensando o meio *como um complexo de estruturas, como um campo de produ o e contradi es*, observando *seu funcionamento concreto*, "buscando sistematizar procedimentos operativos e ideias em raciocínios que incluam a experiência, as vivências de

realização diária, as condições de produção e os produtos fabricados nesses processos” (MALDONADO, 2011, p. 277).

Essa avaliação foi possível por meio do cercamento empírico que realizamos na pesquisa exploratória, a fim de gerar elementos concretos “que vão participar no processo de fabricação da proposta investigativa, ao serem colocados em relação com o polo teórico-metodológico”. (BONIN, 2013, p. 29). De acordo com Jiani Bonin, essa aproximação ao fenômeno concreto permite que conheçamos “seus contornos, nuances, singularidades. Tatear o fenômeno, explorar aspectos que interessam à problemática em construção, na sua feição concreta, caracterizam esse processo”¹⁷. Assim, pudemos observar que *IstoÉ*, por exemplo, costuma situar seu lugar de enunciação falando em nome da sociedade (Figura 5). E sua retórica sobre o governo de Dilma Rousseff é trabalhada na ideia de que a presidenta enganou seu eleitorado, chegando a usar expressões como “mentira” e “traição” (Figura 6).

Figura 5: Montagem de capas da revista *IstoÉ*



Fonte: ed. 2415 (esquerda), ed. 2345 (centro), ed. 2216 (direita)

¹⁷ Ibid., p.30.

Figura 6: Montagem de capas da revista *IstoÉ*

Fonte: ed. 2344 (esquerda), ed. 2389 (centro), ed. 2360 (direita)

Já a revista argentina *Noticias de la Semana* coleciona polêmicas, principalmente no que se refere a suas capas, que não economizam em montagens (Figura 7, esquerda e centro). Além disso, como já vimos anteriormente, sua retórica sobre Cristina Fernández é a de uma presidenta emocionalmente instável e irritadiça, chegando a lhe atribuir um comportamento paranoico e obsessivo (Figura 7, direita).

Figura 7: Montagem de capas da revista *Noticias de la semana*

Fonte: ed. de 27/12/13 (esquerda), ed. de 29/05/15 (centro), ed. de 11/01/13 (direita)

Nota-se, também, uma série de publicações que a retratam de forma sexualizada (Figura 8, esquerda), com grande destaque para sua personalidade vaidosa (Figura 8, centro), ou seja, um

flagrante discurso sexista. Além de especular a respeito da sua saúde, vida íntima e pessoal (Figura 8, direita).

Figura 8: Montagem de capas da revista *Noticias de la semana*



Fonte: ed. de 07/09/12 (esquerda), ed. de 23/12/14 (centro), ed. 11/10/13 (direita)

A revista *Noticias de la Semana* pertence a um conglomerado midiático que possui títulos inclusive no Brasil. Em circulação desde 1989, é publicada pela editora Perfil, empresa com atuação, além de Argentina e Brasil, no Uruguai, Chile, Paraguai e China. Ela também licencia revistas em Portugal, Rússia e Angola¹⁸.

No Brasil, a editora Perfil adquiriu, em 2014, dez revistas do Grupo Abril: “as semanais Minha Novela, Viva Mais, Sou Mais Eu e Recreio; e as mensais Manequim, Minha Casa, Máxima, Aventuras na História, Bons Fluidos e Vida Simples” (PORTFÓLIO PERFIL, p. 13). Em 2015, assumiu também: Contigo, Tititi, Ana Maria, Arquitetura e Construção, Placar, Você S/A e Você RH¹⁹. Mas, em 2016, a produção e administração comercial de Arquitetura e Construção, Minha Casa, Placar, Você S/A e Você RH voltaram a ser responsabilidade da Abril²⁰, embora continuem constando no portfólio da editora argentina.

Noticias de la Semana é uma das principais publicações da Perfil na Argentina. O

¹⁸Informações da página “Quem somos”, no site da editora. Disponível em: <http://www.perfil.com/static/docs/brochure_perfil.pdf>. Acesso em: 05/07/2017.

¹⁹Ibid., p. 13.

²⁰A informação é do jornal *Valor Econômico*, publicada em 10/10/2016. De acordo com a matéria, Jorge Fontevicchia declarou que “a transação tem o objetivo de fortalecer a revista Caras, o principal título da empresa”. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4740251/grupo-abril-reassume-cinco-revistas-transferidas-para-editora-caras>>. Acesso em: 05/07/2017.

institucional da empresa coloca a revista como “a maior *newsmagazine* da língua espanhola, além de ser considerada a revista para classe A mais vendida no País. Independência, objetividade e profundidade são os valores que fidelizam seus leitores [...]”²¹.

A publicação está inserida em um mercado estável. Conforme o Boletim Estatístico Anual de 2016²², o último disponibilizado pela Associação Argentina de Editores de Revistas até o fechamento desse trabalho, embora o setor tenha enfrentado uma queda de 8,1% na circulação, houve o incremento de 6,4% na quantidade de edições de revistas em comparação a 2015, com o lançamento de 118 novos títulos. São 1381 revistas em comercialização, sendo mais da metade categorizadas no gênero “mulher e lar” (54,2%). O estudo aponta *Noticias de la Semana* como a quarta semanal mais vendida, atrás das revistas de celebridades e variedades *Paparazzi*, *Pronto Semanal* e *Hola Argentina*.

Segundo o boletim de janeiro de 2018²³ do Instituto Verificador de Circulaciones da Argentina, a revista tem média de 32.159 exemplares pagos. O número significa um aumento importante nas vendas, já que o verificado no ano anterior era de 30.878.

Conforme as informações do Mídia Kit²⁴ de *Noticias de la Semana*, 51% de seus leitores são homens e 49% mulheres, distribuídos socioeconomicamente nas classes AB (45%) e C (44%). A diferença percentual por gênero aumenta entre os leitores online, ficando em 53,1% de público masculino e 46,9% de feminino. Estando no meio eletrônico a maior diferença de idade também: 53% dos leitores da revista em formato digital estão entre os 35 e 64 anos, enquanto 43% têm de 25 a 34 anos. Sendo 60% dos acessos feitos via *mobile*.

Já a revista *IstoÉ* tem uma história mais longa que *Noticias de la Semana*. Atualmente produzida pela Editora Três, chegou ao mercado editorial brasileiro em 1976 editada pela *Encontro Editorial Ltda*. Fora concebida pelo jornalista Mino Carta, que já havia sido responsável pela criação de publicações bem-sucedidas como *Veja* e *Quatro Rodas*. Em pouco tempo, a revista se insere entre aquelas pensadas para um público que tem a necessidade de estar informado em um

²¹Ibid, p. 34.

²² Disponível em: <<http://www.learevistas.com/aaer/images/estadisticas//2016//Anual%202016.pdf>>. Acesso em: 10/05/2018.

²³ Disponível em: <http://www.ivc.org.ar/boletin_xpress.html>. Acesso em: 11/05/2018.

²⁴ Materiais desenvolvidos pelas revistas com dados relevantes comercialmente, destinado à negociação de espaço publicitário na publicação. Disponível em: <<http://mustmobile.mobi/perfil/public/pdf/155/noticias#1>>. Acesso em: 10/05/2018.

espaço de tempo curto, sendo seu idealizador, inclusive, criticado por isso, já que, como sua principal concorrente, acabou, ao longo dos números alterando o projeto inicial:

Num campo amplamente dominado por *Veja*, com seus 240 mil exemplares, contra 75 mil de *IstoÉ*, Mino Carta tinha de produzir um discurso verdadeiramente demolidor. A questão se esclarece ainda mais quando se percebe que anos depois, ao ser comprada por uma empresa maior, a Editora Três, que visa a atrair um público mais amplo, *IstoÉ* acaba se tornando muito parecida com *Veja*. (MIRA, 2001, p. 91).

Assemelhar-se à *Veja* significava aderir ao modelo norte-americano que pautou o planejamento desta publicação, com inspiração na revista *Time*²⁵. Ou seja, concebida, justamente, para um público impactado pela modernidade advinda da urbanização e industrialização das sociedades (MIRA, 2001).

A concorrência entre os meios também passava a ficar acirrada quando *IstoÉ* começou a circular. A presença da televisão havia se consolidado nos lares dos brasileiros, definindo novos padrões estéticos e forçando o investimento em aspectos gráficos e fotográficos por parte das mídias impressas. A imprensa precisava, ainda, lidar com a ditadura militar, que vigiava todas as publicações através da presença de censores nas redações.

Muitos projetos editoriais sucumbiram a esse cenário histórico. São os casos das revistas *O Cruzeiro* - que havia sido um fenômeno editorial e encerrava suas publicações em 1970 - e *Realidade* - fundada em 1966 e editada por somente 10 anos (SCALZO, 2016). Mas, o contexto nacional é também o da consolidação do mercado de bens simbólicos e as revistas semanais de informação não medem esforços para garantir sua parcela de influência na cultura brasileira, investindo na fidelização de seus públicos. Para isso, descobrir o perfil do leitor passa a ser fundamental.

Ao final da era das grandes revistas, ou seja, na “Era do Marketing”, é imprescindível conhecer o leitor. Um leitor que obriga todas as revistas a se reformularem constantemente; que leva as editoras a sondarem seus desejos para descobrir novos nichos de mercado, num processo de segmentação da indústria cultural em geral, que se acelera nos anos 70; um leitor por cuja atenção e fidelidade a competição aumentará cada vez mais. (MIRA, 2001, p. 96).

²⁵ Sendo que, conforme Duarte (2007), inicialmente *IstoÉ* tinha inspiração num modelo de revista europeia.

Para Vilas Boas (1996), uma das formas que *IstoÉ* encontrou para se diferenciar foi apresentar textos assinados, em oposição ao padrão de sua principal concorrente, a revista *Veja*. O autor lembra que, no início, a publicação da Editora Três era mensal, passando a circular semanalmente somente no ano seguinte à sua criação, em 1977.

A *IstoÉ* foi aumentando a pauta política em comparação a de variedades ao decorrer das edições semanais e com tom desafiador para a época que o Brasil vivia, onde a Ditadura Militar começava a negociar concessões, mas ainda mantinha as amarras do regime bem apertadas.

As tentativas de aproveitamento do pouco espaço para a crítica ao governo levaram os teóricos Armand e Michèle Mattelart (1989) a considerarem *IstoÉ* uma revista de esquerda. Posicionamento um tanto quanto questionável se analisarmos as avaliações de Selma Duarte (2007). Para a pesquisadora, embora tenha contribuído com uma “[...] crítica a alguns aspectos da ditadura militar e à própria postura dos militares no protelamento da redemocratização [...]”. (DUARTE, 2007, p.13), a revista não chegou a ter realmente uma atitude de publicação com posicionamento político de esquerda. No entanto, é possível compreender porque os Mattelart situaram o periódico como esquerdista, já que a revista defendeu a anistia geral, esteve entre os meios que apoiaram a campanha das eleições diretas – *as Diretas, já!* –, escreveu sobre a repressão, discutiu a reforma política, deu destaque para o movimento estudantil e sindical e apontou o surgimento de uma liderança vinda do ABC Paulista: Luís Inácio Lula da Silva. Mas, para Duarte, que analisou o discurso do magazine em seus primeiros anos, entre 1976 e 1981, embora *IstoÉ* tenha desempenhado *um papel singular*, nunca chegou a defender realmente uma mudança estrutural, revolucionária da sociedade brasileira. Sua preocupação com a redemocratização não alcançava o sistema econômico, por exemplo. Motivo pelo qual não é possível considerar que a revista tenha sido uma publicação de esquerda em algum momento de sua existência, apregoa a autora.

A preocupação com a forma em que se daria o processo de redemocratização, que não saísse do controle do poder instituído, parece não ser apenas uma preocupação dos militares, mas também de segmentos sociais e do próprio grupo que gerencia *IstoÉ*. Dessa forma, ao invés de uma transformação ampla no sistema político-econômico, *IstoÉ* propõe reformas políticas, constitucionais, econômicas e sociais. (DUARTE, 2007, p. 107).

O que os Mattelart caracterizaram como posicionamento de meio de comunicação de esquerda, Duarte considera “tendência de oposição política”:

[...] Na análise dos editoriais e de suas matérias, percebe-se que há no conjunto uma crítica à lentidão no processo de redemocratização, bem como uma preocupação em publicar matérias que tratassem da rearticulação dos movimentos sociais. Um grande enfoque é dado à luta pela anistia, além da preocupação em abordar a tortura política praticada pelo regime militar, e denunciar que foram muitos os desaparecidos. (DUARTE, 2007, p. 106).

A pesquisadora recupera de Mario Sérgio Conti uma colocação que pode nos ajudar a compreender a postura de *IstoÉ* ainda hoje:

Mario Sérgio Conti (1999) escreve que “Com os governantes, a postura de Alzugaray [Domingo Alzugaray, dono da companhia atualmente denominada Grupo de Comunicação Três] era que *IstoÉ* fosse crítica quando achasse necessário”, e também quando fosse conveniente aos interesses da revista. Para o autor, Alzugaray tinha muito claro sua “filosofia”: Tinha um resumo de sua filosofia na ponta da língua, que usava tanto com os jornalistas de *IstoÉ*, para conclamá-los a evitar erros, como para justificar-se aos poderosos da política: só os grandes como a *Globo* e *Veja* podem se dar ao luxo de serem governistas; uma publicação pequena, como *IstoÉ*, quando adula só irrita; o pequeno tem que dar um chute na canela do poderoso para ser percebido; o pequeno não pode errar; se os grandes têm tanques e canhões, eles fazem um estrago geral; o pequeno tem um revólver com uma bala só, e tem que acertar o tiro na testa do poderoso. (DUARTE, 2007, p. 37 *apud* CONTI, 1999, p. 424).

Atualmente, a Editora Três apresenta *IstoÉ* aos futuros anunciantes como “A mais combativa revista semanal de informação e interesse geral do Brasil”. Afirmando que a revista tem histórico de modernidade, ousadia e independência. A editora classifica a publicação como um dos veículos mais influentes do País:

[...] Foi protagonista dos mais importantes fatos políticos e sociais e teve participação de destaque na redemocratização do Brasil. Marca registrada da revista, a independência de *ISTOÉ* faz parte de sua linha editorial, jamais atrelada a grupos políticos ou econômicos. Em decorrência disso, colecionou, ao longo dos anos, uma sucessão de furos jornalísticos e o reconhecimento da sua qualidade editorial através de vários prêmios que lhe foram agraciados ou conquistados por seus profissionais. *ISTOÉ* pratica um jornalismo crítico, plural, democrático e comprometido apenas com o Leitor. Assim, investe todo seu esforço investigativo para levá-los a verdade dos fatos, através da informação precisa e independente. (*ISTOÉ*, sem data)²⁶.

²⁶ Disponível em: <<http://www.editora3.com.br/istoe.php>>. Acesso em: 20/05/2018.

Nos 40 anos da revista, em 2016, *IstoÉ* publicou uma série de reportagens remontando fatos relatados pela publicação ao longo dos anos e, mais uma vez, se colocou para o público como uma representante na defesa da democracia. O redator-chefe, Amauri Segalla, escreveu: “[...] graças a seu jornalismo independente, *IstoÉ* foi determinante para o afastamento de dois presidentes da República envolvidos em episódios nebulosos. Nenhuma outra publicação brasileira, em qualquer período da história, pode se orgulhar de ter feito o mesmo”²⁷.

De acordo com o Mídia kit 2018²⁸ da revista, *IstoÉ* é uma semanal com opiniões plurais, “nem de esquerda, nem de centro, nem de direita” (MÍDIA KIT, 2018, p. 3), seu público conhecido²⁹, informado nesse material comercial, é formado majoritariamente pelas classes AB (74%), com predominância de leitoras mulheres: 53% feminino e 47% masculino; quase a metade têm entre 20 e 39 anos (48%), 26% têm mais de 50 anos e somente 19% têm entre 40 e 49 anos.

A tiragem informada no Mídia kit é de 253.893 exemplares, com circulação média de 221.081 revistas, enquanto a página na internet recebe 20 milhões de visualizações por mês (MÍDIA KIT, 2018, p. 06).

2.2 Multiplicidades, arqueologias, olhares: as dimensões da abordagem metodológica

Propor uma pesquisa que inter-relacione mídia e poder, a partir da observação da representação da mulher nesses espaços, é colocar-se em posição crítica das realidades sociais consolidadas nas culturas dominantes das populações. O “lugar” da mulher na sociedade é secularmente imposto pelo masculino, que constrói o imaginário sobre os ambientes próprios ao feminino, e define limites para sua atuação. Comportamento que avança culturalmente quando encontra espaços de reprodução de estereótipos³⁰, preconceitos e misoginia em áreas da

²⁷ Trecho da versão online da matéria que integra a Edição Especial de 40 anos da Revista *IstoÉ*, que circulou em 25.11.2016 (Edição 2451). Disponível em: <<http://istoe.com.br/istoe-40-anos-trajetoria-do-melhor-jornalismo/>>. Acesso em: 15/05/2018.

²⁸ Disponível em: <http://www.editora3.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em: 15/05/2018.

²⁹ Chamamos “público conhecido” porque este é o leitor possível de ser verificado através de pesquisa, no entanto, acreditamos, como já mencionado nesse trabalho, que o público de uma revista é potencialmente maior que aquele que compra ou assina o periódico, principalmente, como nos casos de semanários como *IstoÉ*, que têm quase todo seu conteúdo disponível na internet, em página aberta.

³⁰ É importante dizer que, quando nos referimos a “estereótipo” nesse trabalho, estamos nos alinhado ao entendimento de Goffman (2016), para quem esta é uma impressão pré-concebida de algo, uma exigência previamente colocada pela sociedade como definidora de um papel social. Este autor também nos ajuda a conduzir nossas observações quando falamos de estigmas, aquelas categorizações sociais que dizem quais são os atributos naturais de cada um (Goffman,

comunicação como a imprensa, por exemplo, que detém força privilegiada na propagação de discursos e produção de sentidos. Essa posição distinta da mídia acaba permitindo que a notícia seja “um dos eixos norteadores dos consensos e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade [...] indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado”. (BENETTI, 2007, p. 110). Ou seja, afeta a cultura social através de suas operações discursivas, remodelando-a ou reforçando situações e significados.

Realizar uma leitura crítica desse universo discursivo da mídia exige o desenvolvimento de um plano analítico rigoroso e reflexivo, já que, como alerta Benetti (2007), as *conjugações de forças* que compõem um texto nem sempre são aparentes, “diríamos mesmo que raramente é visível por si mesma, e só o método arqueológico do analista pode evidenciar essa origem”. (BENETTI, 2007, p. 111). A autora leciona que somente através da aplicação do método é que poderemos chegar à camada menos visível do texto: a ideológica; aquela que está na ordem da *intersubjetividade*, e que nos interessa verificar nessa pesquisa de forma relacionada às questões políticas e de gênero.

A nossa intenção é entender como essa imbricação se dá na América Latina, região onde a comunicação se configurou como base das culturas em razão da “necessidade fundamental de tornar alguns signos comuns, comunitariamente decodificados e, por isso, garantidores da continuidade das conexões sociais e do trabalho; enfim, da associatividade”. (ALVES, 2014, p. 117). A colocação do autor nos ajuda a entender a importância da comunicação e sua centralidade na cultura, o que reforça nosso ímpeto de compreendê-la em contextos tão relevantes para o bem público como os da política e da equidade de gênero, ambos constitutivos da cidadania, pois, como aborda, “[...] a cultura, por força de seu sentido histórico e antropológico, é suporte valorativo e simbólico do que se comunica e se faz comum a favor da sociedade, das organizações, das cidades”. (ALVES, 2014, p. 104).

A proposta aqui, então, é a de uma discussão ampla sobre a influência da mídia nas constituições políticas do Brasil e da Argentina por meio da reprodução e afirmação de estereótipos sexistas, com cunho e interesses ideológicos, quando as revistas *IstoÉ* e *Noticias de la Semana* noticiam *acontecimentos* envolvendo Dilma Rousseff e Cristina Fernández. Debate que buscamos fazer a partir de exploração documental, bibliográfica e biográfica.

2008). A partir dessa padronização, a sociedade trata como defeito o que é diferente ou com descrédito, atribuindo teor depreciativo.

A decisão por essa abordagem segue as três dimensões nas quais a pesquisa em comunicação deve estar aprofundada, de acordo com Maldonado (2011): o contexto, a empiria e a teoria. Essa articulação também nos parece útil para manter nossa crítica distante da opinião que *pensa mal e nunca tem razão* (BACHELARD, 2001).

Nesse sentido, acreditamos, observando o que alerta Alves (2014, p. 101) ao dizer que “o processo metodológico nasce das leituras de mundo e palavra que o investigador realiza no interior das significações do discurso”, que o caminho garantidor do distanciamento é aquele que considera a multiplicidade de conhecimentos que possam nos auxiliar no entendimento das questões observadas, assim como a contextualização dos processos que envolvem as situações estudadas, além de um criterioso mapeamento empírico que dê conta das exemplificações do caso abordado.

Esse movimento metodológico exigia, portanto, que compreendêssemos as realidades nas quais as presidentas estavam envolvidas. Por isso, fizemos um apanhado da trajetória política-biográfica de Dilma Rousseff e Cristina Fernández, a fim de subsidiar nossa compreensão sobre a personalidade dessas mulheres que alcançaram o mais alto posto da democracia de seus países. Optamos por biografias escritas por pessoas que conviveram com elas, as entrevistaram ou que tenham investigado suas trajetórias, em contraponto ao olhar externo já oferecido pela imprensa. Nossa intenção era compreender a personalidade dessas mulheres para além do dito pelos jornais, revistas e televisões, em notícias de eventos, escândalos ou apenas notas protocolares expedidas oficialmente. Interessava-nos saber como se constituíram as *sujeitas mulheres políticas* Dilma e Cristina. De que lutas, histórias e vivências foram forjadas.

Essa abordagem se constitui fundamental se pensarmos em termos de perspectiva histórica e seus apagamentos. Assim como os processos de significações são afetados pela memória dos sujeitos, como reflete Bonin (2008, p. 7) quando nos diz que “[...] A produção de sentidos por parte dos públicos não é resultado direto da relação entre mensagem emitida e leitura [...]”, podemos considerar que a ausência do conhecimento biográfico, plural e diversificado de pessoas públicas compromete a formação da opinião e julgamento ante o que é exposto pela mídia. Assim, por exemplo, quando uma matéria sugere que determinada pessoa pode ter participado da guerrilha armada, sem complexificar a situação e/ou explicar o ocorrido, aciona na memória dos sujeitos marcas profundas de conhecimentos anteriores sobre casos semelhantes, permitindo a construção de preconceitos e estigmas.

Os processos de significação são complexos e precisamos ter em mente que “[...] as *marcas*

que as *estruturas profundas* deixam nesta leitura, marcas da experiência vital e social dos grupos [...] só poderão ser devidamente apreendidas em perspectiva diacrônica. [...]”. (BONIN, 2008, p. 7, grifos da autora).

O trabalho está ancorado em teorias e proposições que oferecem suporte para nossa observação, compreensão e análise, como a perspectiva de Eliseo Verón sobre produção de sentido (2004) e ideologia(s)/ideológico (1984; 2004) e as críticas de Armand Mattelart (1999, 2009) sobre o controle hegemônico da comunicação e sua posição estratégica e influenciadora na cultura. Os conceitos de “patriarcado” de Pateman (1993) e Saffioti (2015), contribuem para nossa compreensão do sistema que classifica e hierarquiza as relações a partir dos sexos e que se perpetua através dos tempos e gerações, organizando a sociedade de forma a manter o poder, o controle e/ou o correto e justo no lado masculino em detrimento do feminino. Essa última autora, inclusive, nos auxilia nas reflexões sobre sexismo. Junto com Joan Scott (1990) nos permite entender que a ordem de gênero se manifesta para além da binariedade homem/mulher, direcionando para marcadores sociais que extrapolam a determinação do sexo biológico. Que estão, assim, no campo dos simbolismos as adjetivações negativas ou positivas em relação às características masculinas ou femininas, independente do sexo de nascimento, mas determinante para a existência/sobrevivência na esfera pública política.

O corpus da pesquisa foi composto por textos e capas, de forma que se procedeu à análise textual e de imagem, a partir da Análise do Discurso, com base em autores como José Luiz Fiorin (2009) e Dominique Maingueneau (1997).

2.2.1 O corpo do corpus: sistematizando a análise

Como diz Bonin (2011, p. 29), a metodologia “nor-teia, orienta, encaminha os processos de construção da pesquisa, em todos os seus níveis”. Além disso, o método não é algo dado *a priori*, como lembra Alves (2014). Mas, precisa ser trabalhado, desenvolvido e justificado. Para o autor, a metodologia é uma ação sistemática, carregada de signos e valores relacionados com os materiais com os quais se trabalha, ou seja, “materiais e métodos intercambiam sentidos e de fato se organizam como uma gramática”. (ALVES, 2014, p. 101).

Acreditamos, por isso, que devemos construir o método considerando as características dos objetos investigados, principalmente por se tratar de pesquisa em comunicação, onde “[...] os

tradicionais métodos e procedimentos de investigação demonstram limites frente à complexidade, multidimensionalidade e multicontextualidade constitutivas dos fenômenos comunicacionais contemporâneos” (BONIN, 2013, p. 26).

A ponderação de Bonin relaciona-se com a ideia de Maria Cecília Minayo (2001, p.14) de que “[...] nas Ciências Sociais existe uma *identidade entre sujeito e objeto*”³¹, o que nos leva a atentar para o desenvolvimento de uma metodologia de análise que seja tão adequada ao objeto de pesquisa quanto elaborada e refletida de maneira coerente e sistematizada. Ademais, é preciso ter em mente que o processo de pesquisa é constante, sendo ela reformulada, redefinida, construída a todo tempo, conforme acontecem os contatos com a teoria e a empiria, não sendo possível – e tampouco se pretende – chegar a uma resposta estanque ou resultar em verdades absolutas.

A consciência de um fazer científico construído nos coloca na posição do “artesão intelectual” sobre o qual nos fala Mills (2009). Ou seja, aquele que escolhe e decide, reflete, evita o conjunto rígido de procedimentos, procura desenvolver sua imaginação sociológica, evita o fetichismo de método e técnica e permite que teoria e método se tornem parte da prática de um ofício (MILLS, 2009, p. 56). Afinal, “se existe uma ideia de devir no conceito de cientificidade, não se pode trabalhar, nas ciências sociais, com a norma da cientificidade já construída”. (MINAYO, 2001, p. 13). Portanto, buscamos nesse trabalho aprimorar nossas propostas iniciais de entendimento e reflexão dos fenômenos abordados construindo um método de análise constituído por critérios de seleção de materiais e categorias de análise definidos a partir da pesquisa empírica exploratória.

Os critérios de seleção são necessários para desenhar uma espinha dorsal para nossa investigação e delimitar a quantidade de material a ser analisado, pois enquanto Dilma Rousseff e Cristina Fernández estiveram nas Presidências de seus países, *IstoÉ* e *Noticias de la Semana* publicaram mais de 670 edições, visto que ambas as revistas são semanais. De forma que foi necessário optarmos por uma amostra desse universo, e a maneira de garantir a diversidade e imparcialidade desse recorte foi investir em critérios cuidadosamente refletidos e subsidiados. Nossa abordagem empírica é, portanto, mesmo que se atenha a determinado número de materiais, de ordem qualitativa, aquela que, para Minayo (2001, p. 21-22), trata com “[...] um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, [...]

³¹ Grifos da autora (2001).

que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Nossa intenção é reunir um número diversificado e variado de materiais, a fim de garantir uma observação crítica e justa.

2.2.1.1 Critérios de seleção e categorias de análise

O primeiro critério que estabelecemos para a seleção dos materiais a serem analisados foi o que chamamos de *acontecimentos-chave*. Aqueles com potencial de repercussão nacional e ampla divulgação, que de uma forma ou de outra, colocaram Dilma Rousseff e Cristina Fernández em evidência e permitiram à *IstoÉ* e *Notícias de La Semana* desenvolverem uma construção discursiva sobre ambas enquanto *sujeitas mulheres políticas*.

Para definir esses *acontecimentos-chave* utilizamos *valores-notícias* (TRAQUINA, 2013), isto é, nos valem da mesma metodologia que a imprensa costuma usar para decidir se determinado fato será ou não transformado em notícia. Decisão esta que segue parâmetros de importância: os critérios de noticiabilidade (WOLF, 2002).

Em geral, os critérios de noticiabilidade atendem a requisitos como notoriedade, proximidade, relevância, novidade, notabilidade, conflito, escândalo (TRAQUINA, 2013), entre outros. Tanto Wolf, quanto Traquina, salientam que os critérios de noticiabilidade não são fixos e variam em condições e subjetividades, no entanto, a observação cotidiana da mídia permitirá que se perceba, com facilidade, quão semelhante e repetitiva é a pauta jornalística. O próprio Traquina (2013) aponta que os valores-notícia têm variado pouco na história recente mundial, o que realmente importa, portanto, é a forma de contar a história, o olhar, a angulação, e é nesse ponto que agem as estratégias de produção de sentido. Por isso, também, acreditamos que o critério *acontecimentos-chave* pode nos ajudar a observar marcas dos possíveis interesses ideológicos dos meios selecionados. Ademais, serve, ainda, para estabelecer um limite temporal das produções jornalísticas das duas revistas com o qual trabalhar, definindo uma primeira quantidade de material naquele em que nossas categorias de análise – sobre as quais falaremos adiante – possam ser aplicadas.

Convém mencionar que a temporalidade tem dimensão significativa nesse trabalho por ser constitutiva do *acontecimento* jornalístico. Trata-se, aqui, da temporalidade midiática, aquela que, como coloca Dias (2011), “[...] inscreve incessantemente um presente a partir de uma atualidade que lhe é sempre nova”. O alerta do autor se encontra na reconfiguração da temporalidade histórica

provocada pela construção midiática dos *acontecimentos*. “A mídia, neste sentido, acaba por impor o vivido como história em uma inserção diária de novos acontecimentos que se repetem constantemente, [...]”. (DIAS, 2011, p. 173). Este ponto, em especial, nos é caro, o da mídia como construtora da história, da verdade histórica de uma nação, de um povo, de uma cidadania. Pois, esta não seria apenas uma representação histórica? Um recorte? Um viés? Uma das muitas visões sobre a história?

A temporalidade irá, assim, conduzir nossos *acontecimentos-chave*, mas de forma diferente em cada um de nossos *objetos de referência*. No caso de *Noticias de la Semana*, ela irá definir os anos de observação dos exemplares, conforme veremos em breve. Já, no que tange à *IstoÉ*, a temporalidade nos ajudou a configurar o critério de *acontecimentos-chave* a partir da seleção de dois momentos noticiosos ocorridos durante a presidência de Dilma Rousseff: as eleições de 2014³² - um dos pleitos mais disputados da democracia brasileira - e o processo de impeachment que a presidenta sofreu.

Entre o aceite oficial, pelo presidente da Câmara dos Deputados, do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, em 02 de dezembro de 2015, e a conclusão do processo, em 31 de agosto de 2016, *IstoÉ* faz algum tipo de menção à presidenta, ou referência a sua imagem, em 25 capas das 38 edições publicadas no período³³. Durante o processo eleitoral de 2014 ela é mencionada, ou sua imagem aparece, em cinco capas das 17 edições publicadas entre início de julho e final de outubro de 2014. Totalizando, portanto, 30 capas com a presença de Dilma Rousseff entre as temporadas definidas pelo critério de *acontecimentos-chave* para a observação.

Com a separação das revistas a partir das capas, o isolamento desses 30 exemplares forneceu um universo de 104 materiais³⁴ que citam ou tratam de Dilma Rousseff no conjunto que denominamos *Impeachment* e 30 naquele que chamamos *Eleições*, entre matérias, reportagens, entrevistas e editoriais. Salienta-se que as produções dos colunistas não foram consideradas por entendermos que, embora se possa argumentar que a permanência de articuladores em meios de

³² Considera-se aqui o período eleitoral oficial estabelecido pelo calendário do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro, portanto, nosso monitoramento abrange as datas entre o registro da candidatura à Presidência e o dia da votação em segundo turno: de 05/07/2014 a 26/10/2014. Ver: Calendário eleitoral – Eleições 2014”. Disponível em: < <https://www.eleicoes2014.com.br/calendario-eleitoral/>>. Acesso em: 23/03/2018.

³³ Destaca-se que consideramos como “menções” quando Dilma Rousseff é citada nominalmente, descartando aquelas referências que tratam do governo ou das ações governamentais sem identificá-la, bem como as que dizem “presenciável”, “candidata” ou afins, sem referir seu nome. Essa ação é tomada tanto para a seleção das revistas, a partir da menção da presidenta nas capas, quanto das matérias a serem analisadas.

³⁴ Importa assinalar que os materiais foram recolhidos das edições digitais de *IstoÉ*, tendo sido indicado o direcionamento eletrônico para sua conferência.

comunicação se dá pelo alinhamento editorial, pensamos ser esse o espaço opinativo adequado. Portanto, não tomamos as expressões dos colunistas de *IstoÉ* como opinião da revista e, sim, como ideia pessoal, sem compromisso estritamente informativo como é o caso de um texto jornalístico, ao contrário da seção “Editorial”, lugar destinado a demonstrar ao público como “pensa” aquela empresa midiática. A reserva do espaço de expressão opinativo também nos fez deixar de fora charges eventualmente publicadas nas revistas.

Figura 9: Montagem com exemplos das capas das edições selecionados



Fonte: Site da revista³⁵

Importa sublinhar que a quantidade de matérias sobre Dilma Rousseff ou que a citam em *IstoÉ* isoladas por nós significa apenas uma amostragem da produção da revista envolvendo a presidenta no período explorado. Visto que consideramos somente as edições que chamavam o público à leitura sobre algo que se referisse à presidenta a partir das capas dos exemplares, desconsiderando as que não se encontrassem nos períodos estabelecidos pelo critério de

³⁵ Arquivo disponível em: <<https://istoe.com.br/edicoes/>>. Acesso em: 10/05/2018. As imagens de todas as 30 capas podem ser conferidas no anexo 1.

acontecimentos-chave. O que significa que provavelmente há muitas outras matérias sobre Dilma nos magazines não selecionados, bem como citações a seu nome, seu governo, desempenho, disputa eleitoral e impeachment.

A seção “A Semana” também não foi considerada em nossa seleção porque, embora não se possa negar que seu conteúdo contribua para a construção discursiva da presidenta, o formato dessa editoria tem menor representatividade em relação às demais, em termos jornalísticos, já que é constituída, em sua maior parte, por notas informativas sobre acontecimentos recentes ao dia da publicação, enquanto o restante da edição apresenta entrevistas, matérias e reportagens. Além disso, ela divide-se em outras subseções, contendo, inclusive, duas colunas assinadas e espaço dedicado a reprodução de frases ditas por famosos, ou seja, se parece, e muito, na verdade, com uma coluna.

A escolha das revistas a partir das capas que fizessem alguma menção nominal à Dilma Rousseff ou trouxesse algum tipo de imagem que se referisse a ela - fosse fotografia, caricatura, silhueta ou afins - foi determinada como nosso segundo critério de seleção de materiais e usado conjuntamente ao primeiro, *acontecimentos-chave*, resultando na quantidade de material acima exposto.

Optamos pelo critério *capas* por entender que a força simbólica de uma revista está em sua capa, é ela que entra para a história, é lembrada, fotografada, compartilhada, define a compra e a leitura de um exemplar. As capas as tornam cartazes, como escrevem Vaz e Trindade (2013), autores que tratam da potencialidade que essa primeira imagem da revista tem de provocar a construção de sentidos “não somente por leitores habituais, mas também por transeuntes que apenas as entreveem expostas nos pontos de venda [...]”. Para eles, as capas são, por si só, “um canal de comunicação constante com o leitor, permitindo que, mesmo antes de folhear a revista, ele saiba do que se fala, como se fala. [...] Breves visadas que permitem ao leitor se posicionar frente às informações ali expostas [...]” (VAZ e TRINDADE, 2013, p. 226).

Outra colocação dos autores nos faz crer na força do simbolismo gerado por uma capa e sua importância para a manutenção da retórica trabalhada por uma revista: seus *vestígios deixados na memória*. Para eles, a capa pode transcender sua permanência material, pois deixa marcas que “[...] farão parte do repertório dos sujeitos, junto a todos os outros estímulos com os quais ele já teve contato anteriormente” (VAZ e TRINDADE, 2013, p. 229).

Verón (2004) adverte para a possibilidade de entendermos a lógica produtiva de um meio a partir de suas capas, pois estas costumam encadear ideias, ou seja, a retórica de uma mídia pode ser trabalhada também através de sucessivas publicações de determinadas ideias em uma capa. Vejamos exemplos de *IstoÉ*, pinçados de nossa seleção:

Figura 10: Exemplos de capas da revista *IstoÉ*



Fonte: ed. 2412, ed. 2426, ed. 2418 e ed. 2416, respectivamente

No exemplo trazido acima, percebemos o fundo preto como um elemento não-verbal recorrente na produção da capa da revista *IstoÉ* quando a pauta envolve Dilma Rousseff, cor que remete ao sombrio, à morte, ao obscuro, e também serve para dar destaque ao restante da composição do quadro que, geralmente traz manchetes centralizadas e em cores fortes e chamativas como o vermelho ou o amarelo. Aqui, o uso retórico da cor preta busca associar Dilma Rousseff ao obscurantismo. Sua reprodução insistente cria a ideia do mal, do ruim, do que precisa ser combatido.

Verón (2004) ainda lembra que a capa se coloca como um organizador da leitura, definindo o que é importante e não pode ser ignorado, o que o público precisa e deve ler, como um “enunciador pedagógico, que pré-ordena o universo do discurso na intenção do leitor, que vai guiá-lo, responder perguntas, explicar, informá-lo, [...]” (VERÓN, 2004, p. 223).

Com os critérios aplicados pudemos submeter a quantidade inicial de material selecionado às categorias de análise que se dividem em *perfil*, *sexismo* e *desqualificação*, as quais passamos a explicar a seguir.

Denominamos *Perfil* o conjunto de matérias que buscam descrever Dilma Rousseff, as qualificam, definem, expõem, pretendem mostrar ao público “quem é essa mulher”, ou seja,

selecionamos para análise aquelas edições que atribuem determinada personalidade ou qualidade à *sujeita mulher política* em questão.

Compreendemos, a partir de Verón (2004) que a imprensa tem a capacidade de construir uma imagem midiática das pessoas públicas: “[...] Para cada ‘personalidade pública’, a mídia constrói um conjunto de traços que, em virtude dessa construção, se convertem em índices de reconhecimento do personagem, de sua imagem. [...]” (VERÓN, 2004, p. 175).

A imagem construída pela mídia pode não corresponder à realidade, servindo para reforçar estereótipos, desacreditar, ridicularizar, entre outros aspectos. Operando, assim, através de uma retórica discursiva sistemática, como a construção simbólica do *Outro* (PRADO e BAIRON, 2007), que o reduz ao universo do *Mesmo* e não recebe sua alteridade.

A categoria *sexismo* é composta pelos materiais que exprimem preconceito de gênero. É importante dizer que se compreende sexismo nesse trabalho como uma estrutura separatista, intrincada culturalmente nas sociedades, que representa a divisão de gênero tendendo negativa e pejorativamente para o feminino.

Dessa forma, “[...] o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres [...]” (SAFFIOTI, 2015, p.35). Por isso, os textos que apresentam mais expressões estigmatizantes, estereotipantes, narrativas misóginas, discursos patriarcalistas ou machistas foram inseridos na categoria *sexismo*.

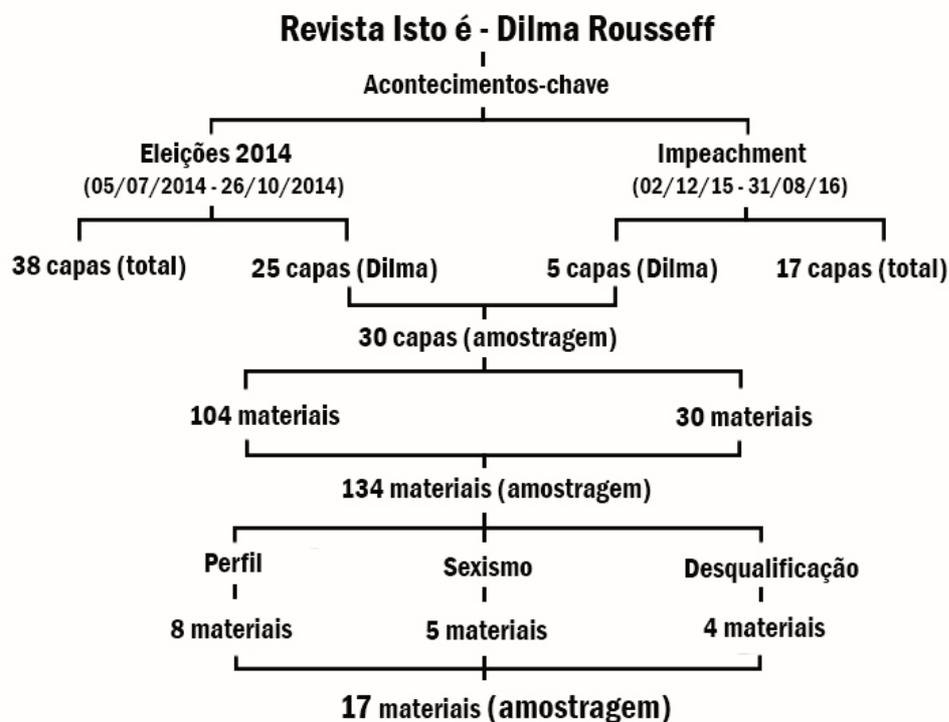
Já a categoria *desqualificação* reúne os materiais que melhor exemplificam os questionamentos sobre a capacidade de governo das presidentas. No caso de Dilma Rousseff, por exemplo, observou-se colocações como “inapetência”, “incompetência”, “má gestão”, bem como a ideia de que “quebrou o país”, atreladas a comparações com os governos, atitudes e comportamentos de homens políticos. Esse tipo de narrativa, mesmo que subliminar, hierarquiza as posições políticas, rechaçando as mulheres dos altos cargos. Para Biroli (2010), há uma legitimação da política como “negócio de homens” e as mulheres se mantêm marginalizadas nessa esfera, atuando nos cargos de menor prestígio e trabalhando com as pautas de menor visibilidade ou sendo invisibilizadas. Portanto, nessa categoria buscamos separar materiais que ajudem a compreender como se constrói essa ideia.

As três categorias de análise, *perfil*, *sexismo* e *desqualificação*, se entrecruzam muitas vezes no discurso das revistas, demonstrando uma forma de pensar, uma opção editorial, que também

será considerada em nossa observação. Vários dos materiais separados para análise poderiam ser encaixados em mais de uma categoria, inclusive.

Após a aplicação das categorias de análise, nosso universo observável restou com uma amostragem de **oito** materiais na categoria *perfil*, **cinco** em *sexismo* e outras **quatro** em *desqualificação*, totalizando 18 amostras a serem analisadas.

Figura 11: Esquema visual da delimitação da amostragem de *IstoÉ*



Fonte: Elaborado pela autora

No caso da revista argentina *Noticias de la Semana* verificamos que Cristina Fernández está presente em 76 capas nos quatro anos de seu segundo mandato, entre 10 de dezembro de 2011 e 09 de dezembro de 2015. O apelo visual é constante na publicação e a imagem da presidenta é usada em 55 composições dessas capas, sendo que em 40 delas, Cristina é a figura central. O semanário a apresenta com frequência em montagens e recorre também a caricaturas, desenhos e estilizações.

Nossa observação empírica se deteve em seu segundo mandato por verificarmos que se encontram nesse período *acontecimentos-chave* interessantes à nossa análise. Foi uma época na qual a mídia argentina usou da temporalidade do *acontecimento* para construir a ideia da necessária descontinuidade da política governamental que chamou, de forma geral, de *kirchnerismo*. Para descredibilizar a sequência de governos *kirchneristas* que haviam iniciado com a posse do marido de Cristina, Néstor Kirchner, em 2003, a imprensa hegemônica daquele país investiu na construção do discurso de um governo populista, corrupto, arbitrário e que pretendia se perpetuar no poder. *Noticias de la Semana*, por sua vez, carregou as tintas dessa narrativa com as cores do preconceito de gênero.

Muitos fatos ocorridos nesses anos foram fecundos para abordagens jornalísticas. No entanto, com fundamento em nosso critério de *acontecimentos-chave*, isolamos três épocas para uma verificação mais profunda: 2015, 2013 e 2012, por conterem episódios significativos na história política argentina. O monitoramento foi feito nas publicações de todo o período anual escolhido, por entendermos que a temporalidade do *acontecimento* se renova e se prolonga na retórica do discurso construído sobre ele.

O ano de 2015 foi selecionado por, além de ser de eleições presidenciais, também ser o último de governo de Cristina. Apesar de, como no Brasil, um terceiro mandato consecutivo não ser permitido na Argentina, havia, por parte de alguns meios de comunicação daquele país (*Noticias de la Semana* entre eles), especulações de que a presidenta pretendia se manter no poder, e as teorias acerca da ideia renderam algumas páginas e minutos.

Monitoramos também o ano de 2013, pois este era o do prazo final para a adequação da mídia argentina à lei de meios e o do julgamento da constitucionalidade desta pela Suprema Corte do país, conseqüentemente, período no qual os ânimos entre a imprensa oligárquica e o governo estavam acirrados.

Já 2012 foi observado porque a vida privada de Cristina esteve em evidência nessa época, dado um problema de saúde. Ela recebeu o diagnóstico de carcinoma papilar na tireoide no final de 2011, um tumor maligno que, de acordo com o especialista ouvido pelo site de notícias *GI*, do Brasil, é o câncer mais comum a atingir essa glândula³⁶. As especulações da imprensa sobre a doença adentraram o novo ano e a presidenta se afastou do trabalho em janeiro para fazer o

³⁶ Ver: “Câncer diagnosticado em Cristina Kirchner é o mais comum na tireoide”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2011/12/carcinoma-papilifero-e-o-tipo-mais-comum-de-cancer-na-tireoide.html>>. Acesso em: 30/06/2018.

tratamento. Após a cirurgia de retirada da tireoide, se descobriu tratar-se, na verdade, de um tumor benigno. O caso foi classificado como “falso positivo” pela equipe de médicos presidenciais, de acordo com matéria divulgada pelo site de notícias *Terra*³⁷, também brasileiro. Cristina passaria, então, a ser acusada pela grande imprensa argentina de capitalizar em cima da doença.

Da observação desses três anos, isolamos **sete** materiais para análise. Enquanto na revista *IstoÉ* selecionamos materiais com capas e textos, na revista *Noticias de la Semana* optamos por focar somente nas capas, visto que, conforme já abordado anteriormente, trata-se de um *objeto de referência* com grande apelo visual.

Figura 12: Quadro demonstrativo das capas selecionadas de NLS

Sexismo	Perfil	Desqualificação
 <p>07.06.2013</p>	 <p>11.01.2013</p>	 <p>27.12.2013</p>
 <p>07.09.2012</p>	 <p>13.02.2015</p>	
 <p>27.09.2013</p>	 <p>23.10.2015</p>	

Fonte: edições citadas na figura

³⁷ Ver: “Diagnóstico de câncer de Cristina Kirchner ainda causa polêmica”. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/diagnostico-de-cancer-de-cristina-kirchner-ainda-causa-polemica,39489c01358da310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30/06/2018.

As duas revistas apresentam características diferentes. A estratégia da publicação da Editora Três é direcionada para apresentação de textos mordazes, maldosos, mas disfarçada de magazine austera. Enquanto *Noticias de la Semana* aposta na agressividade da imagem, jocosa, exagerada, grosseira, descortês, assemelhando-se a um pasquim. Dessa forma, os *objetos de referência* exigem, dado suas próprias configurações individuais, tratamentos metodológicos diferenciados.

3 DOS JOGOS DE PODER E SEUS EFEITOS

A centralidade da comunicação nas sociedades e o uso estratégico dos meios e dispositivos para a formação da opinião pública são apontados há muito por autores como Mattelart (1999; 2009) e Lippmann (2010), entre outros, que tratam da influência da mídia na formação do pensamento político e cultural das populações. Segundo Mattelart (2007), tem relação com a circulação e os intercâmbios simbólicos. A propaganda de guerra é um bom exemplo trazido por ele sobre a capacidade de persuasão de um plano de comunicação bem executado. Seus efeitos são diluídos na emotividade, não na racionalidade, e se confundem com vontades, verdades, costumes, necessidades, crenças, valores.

Os avanços tecnológicos, em especial os processos da industrialização, permitiram lugar de destaque à comunicação nas sociedades modernas. É um fenômeno que caminhou e se desenvolveu com o progresso (MATTELART, 1999; 2007). Podemos dizer, inclusive, que a comunicação como conhecemos hoje, midiática, é um artefato essencialmente capitalista. E institucionalizado como um poder, ao ponto de se propalar como o poder que articula outros poderes, o chamado “quarto poder”, tamanho o reconhecimento de sua capacidade de influência na vida de uma nação.

Resguardando os exageros, é importante reconhecer que a mídia é parte significativa da construção cultural das sociedades, chegando a definir padrões, determinando comportamentos, moldando noções de certo e errado, bem e mal, enfim, agindo na percepção de mundo das pessoas através de subjetividades. Nesse sentido, não há como não considerar que o pensamento político e social do cidadão moderno é atravessado pela midiatização.

No entanto, precisamos lembrar que para cada sociedade, assim como o desenvolvimento, também o processo de midiatização e, logo, a penetrabilidade das mídias, é diferente. É um fenômeno contextualizado, como o é toda a comunicação, pois é constituída por esferas e categorias sociais variadas – entre os povos e dentro de suas formações -, com valores e princípios múltiplos, classes desiguais e compreensões diversas. De modo que o poder simbólico de uma instituição, seja ela midiática, estatal, religiosa ou de qualquer natureza, sempre estará ligado à sua capacidade de entranhamento e convencimento em cada comunidade.

Nas sociedades que experienciaram o colonialismo e o neocolonialismo, porém, pode-se considerar que a mídia possa encontrar mais espaços de influência e ações simbólicas, dados os

históricos de dominação que demarcaram os limites de poder e suas hierarquias nas estruturas sociais desses povos, dentre eles, os latino-americanos.

Não queremos dizer com isso que as sociedades colonizadoras estão imunes a imposições ou são refratárias às manipulações. Sabe-se que não. Somente apontamos que em ambientes com histórico de dominação a percepção dessas situações é comprometida. Além do mais, nossa observação, como se sabe, é, justamente, a de cenários com essas características.

De acordo com Santos (2008) a América Latina desenvolveu, por conta de sua história colonial, um éthos cultural típico, enraizado na mestiçagem das práticas sociais dos países da região.

[...] Do século XVII em diante, as colônias ficam mais ou menos entregues a si próprias, marginalização que possibilitou uma criatividade especificamente cultural e social, umas vezes altamente codificada, outras vezes caótica, umas vezes erudita, outras popular, umas vezes oficial, outras ilegal [...]. (SANTOS, 2008, p. 192).

Essa colcha de retalhos que definiu a identidade latino-americana não impediu que a região sofresse atrasos emancipatórios e a exploração constante provocou que permanecesse empobrecida e com altos graus de desigualdade social. Nesse contexto, a mídia entra como uma “operadora educacional” no século XX, ganhando centralidade na definição das culturas modernas. Algo, inclusive, que já referimos nesse trabalho, por ser um aspecto altamente relevante de nosso ponto de vista.

Consideramos também, a partir da perspectiva de Garcia Canclini (1998), a fragilidade cultural provocada pelo esvaziamento dos ambientes públicos na modernidade, onde os “[...] grupos populares saem pouco de seus espaços, periféricos ou centrais; os setores médios e altos multiplicam as grades nas janelas, fecham e privatizam ruas e bairros”, fazendo com que a esfera pública já não seja “[...] o lugar de participação a partir do qual se determina a ordem social”. Condição agravada pela “[...] menor visibilidade das estruturas macrossociais, sua subordinação a circuitos não-materiais e diferidos de comunicação, que mediatizam as interações pessoais e grupais” (GARCIA-CANCLINI, 1998, p. 287).

O principal agravante da mediação social é justamente esta relação ser regida pelas lógicas de mercado, sendo este que “[...] reorganiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de status”. (GARCIA-CANCLINI, 1998, p. 287). O autor já observava,

há 20 anos, o fenômeno que hoje tratamos por “bolhas” na era digital, mas que nada mais é que o fechamento das pessoas em pequenos círculos informativos que se autoinfluenciam. Ele falava sobre o fato de as identidades coletivas se fazerem cada vez menos presentes na cidade, recebendo as informações em casa e comentando dentro dos núcleos familiares e de amigos, realidade que, de lá para cá, somente foi transposta para o mundo virtual:

Quase toda a sociabilidade e a reflexão sobre ela concentra-se em intercâmbios íntimos. Como a informação sobre os aumentos de preços, o que fez o governante e até sobre os acidentes do dia anterior em nossa própria cidade nos chegam pela mídia, esta se torna a constituinte dominante do sentido “público” da cidade, a que simula integrar um imaginário urbano desagregado. (GARCIA CANCLINI, 1998, p. 289).

O crescimento das relações mediadas pelos dispositivos midiáticos, em especial na última década, propiciou que um novo fenômeno fosse incorporado na vida das pessoas: as notícias falsas. De rápida propagação, é mais um artifício na “guerra” da informação. Quanto ao combate à massificação da informação pelos grandes meios e oligopólios midiáticos, iniciativas de quebra das hegemonias também acontecem, como já destacamos em outros pontos desse trabalho. No entanto, mesmo que o enfrentamento seja constante e as ações de resistência aos efeitos condicionantes das corporações sejam muitas, encontram-se isoladas em meio a um universo dominado por elas. Visto que são elas (as corporações) que detêm meios e formas de manter sua capacidade de afetação, ampliando para uma escala muito mais abrangente. É válido salientar também o que o autor chama de *jogo de ecos* quando comenta que

[...] A publicidade comercial e os lemas políticos que vemos na televisão são os que reencontramos nas ruas, e vice-versa: umas ressoam nas outras. A essa circularidade do comunicacional e do urbano subordinam-se os testemunhos da história, o sentido público construído em experiências de longa duração. (GARCIA CANCLINI, 1998, p. 289).

Sáímos da ágora e levamos o debate social para dentro de aparelhos. Assim, mesmo que busquemos acreditar no contrário, a competência de regulação social da mídia se adaptou, a fim de manter seu lugar estratégico nas sociedades.

3.1 As subjetividades ideológicas na construção do acontecimento midiático

No caso da imprensa, a hegemonia da mídia se expressa no controle da informação, que constrói a realidade: uma realidade semiótica, intencionada, útil a quem informa. A informação é um produto e, como tal, tem valor de mercado e um público consumidor a atingir. Para Rodrigo Alsina (2009) a mídia tem a intenção de fazer parecer que é apenas uma receptora e transmissora da informação, enquanto seu processo de produção de construção da notícia permanece oculto, sendo ele, na verdade, o da construção social da realidade. Assim, a notícia torna-se uma “mercadoria especial” que delimita o “horizonte cognitivo”.

Ao discorrer sobre institucionalização da mídia o autor afirma que essa condição é dupla, já que seu papel é “institucionalizado e tem a legitimidade de gerar a realidade socialmente relevante” e a notícia é gerada a partir dela, uma “instituição informativa que pressupõe uma complexa organização” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 14).

Para entendermos a produção de notícias como um organismo estratégico na formação de opiniões e construção de sistemas sociais é preciso ter-se em conta, também, que esta é uma atividade desenvolvida dentro de um *habitat* socialmente impregnado de conceitos, códigos e valores, e ideias pré-concebidas, ou, às vezes, irreflexivamente reproduzidas, dado que seus operadores são parte deste contexto, o que coloca a proclamada objetividade jornalística em cheque, ela não passaria de um mito difícil de ser banido³⁸. O jornalista seleciona, dentre um universo gigantesco de fatos, o que deve ser noticiado. Essa escolha é feita a partir do poder editorial, seguindo o estilo do veículo de imprensa ao qual pertence.

De acordo com Márcia Veiga da Silva (2014), os valores culturais hegemônicos incidem, mesmo que de forma inconsciente, na seleção e produção das notícias. A pesquisadora observou, ao acompanhar a rotina produtiva dos profissionais de imprensa, que a subjetividade dos interlocutores da informação influencia diretamente no resultado do trabalho, impossibilitando a realização de um jornalismo objetivo e neutro, o que acaba por redundar em representações parciais da realidade:

Entre os interlocutores da pesquisa, não apenas o masculino, mas também os valores classe média e geração (meia idade), brancos, heterossexuais, entre outros,

³⁸ Ibid.

estavam mais valorizados, tanto nos atributos pessoais e profissionais como nas características das notícias. (SILVA, 2014, p.322).

Na pesquisa da autora ficou demonstrada a reprodução das relações de gênero e poder prevaletentes na cultura. Concluiu, assim, que “o jornalismo é também produzido por representações de sexo, de classe, de raça, de geração. Mais do que isso, o jornalismo revelou-se constituído de gênero. E o gênero do jornalismo é masculino” (SILVA, 2014, p. 331).

A partir desses indícios, sendo a informação produzida por operadores constituídos de subjetividades, ligados a empresas de comunicação com interesses monopólicos, e ambos pertencentes a um sistema que estabelece o socialmente adequado e trabalha pela manutenção das estruturas de poder, podemos compreender que o relato de fatos noticiáveis segue um padrão hegemônico e ideologicamente comprometido. Esse conjunto de variáveis influencia a construção do *acontecimento*³⁹, ou do fato que será transformado em *acontecimento*, e a forma como este será narrado, bem como define as operações discursivas que serão usadas para transmitir essa narrativa.

Para atingir os objetivos narrativos de um *acontecimento*, a forma do discurso é fundamental, visto que é nela que se produz o sentido que pretende, de maneira que sua construção está ligada às configurações de dominação (FOUCAULT, 2014). Para Foucault, o discurso que orienta a sociedade é sempre o daquele que detém o saber. No caso da mídia, portanto, daquele que detém a informação.

Seguindo este ponto de vista, quem tem a informação, tem o saber. E quem tem o saber, controla. Esse controle, aqui, é o da “verdade”, da “realidade social”. De uma “atualidade” que precisa ser desmistificada, uma vez que essa “atualidade transmitida em forma de notícias é apenas uma pequena parte desses acontecimentos”. (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 9-10).

Na mesma direção, Foucault aborda que,

[...] em toda sociedade a produção do discurso é a um só tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm como papel conjurar dos discursos seus poderes e seus perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, escamotear sua pesada, temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p.8).

³⁹ Nessa pesquisa, compreendemos acontecimento como a construção midiática dos fatos (RODRIGO ALSINA, 2009; RODRIGUES, 1993; SODRÉ, 2009), parte da narrativa jornalística que dá forma ao ocorrido, inaugura um processo de sentido e está ligado ao poder de audiência de um fato. “No discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação” (RODRIGUES, 1993, p. 27).

O discurso é um jogo de signos, pontua o filósofo: “O discurso se anula, assim, em sua realidade, colocando-se na ordem do significante” (FOUCAULT, 2014, p. 47). Se há semioses, há capacidade de repercussão e afetação e é justamente isso que a imprensa provoca quando elege um caso e lhe dá *status* de *acontecimento*, gerando sentidos a partir das operações discursivas utilizadas para descrevê-lo.

Os processos jornalísticos são, justamente, materializações de semioses, que transformam o *acontecimento* em narrativa jornalística e este produz *interpretantes*⁴⁰ (HENN, 2015). Portanto, ao escolher noticiar um *acontecimento* a partir de um ponto de vista, a imprensa gera significados, é uma interpretação ou generalização do caso. Segundo Ford (2002), a narrativa jornalística pode usar artifícios da literatura para impactar, surpreender, entreter. Sua interpretação e seu significado dependem de cada cultura, mas “a narrativa de casos, sejam quais forem os diferentes propósitos a que sirvam, tem uma forte conexão com o discurso didático ou moralizador, ou com o discurso ideológico” (FORD, 2002, p. 259).

O fator ideológico citado por Ford ganha ainda mais significação se mantemos em mente o comprometimento comercial e político da mídia hegemônica, que incidem diretamente nas relações de poder construídas no imaginário social. Para Verón (1984), “ideológico” e “poder” referem-se a dimensões de análises dos fenômenos sociais e não a “instâncias” que teriam um “lugar” na topografia social, pois estão em todas as partes do funcionamento de uma sociedade. O autor trata destas questões, justamente, no campo das produções de sentido. Pode-se inferir de suas colocações que toda a comunicação é constituída de produções de sentido, dado que, ao comunicar-se, seja através de fala, gestos ou de forma mediada por dispositivos tecnológicos, os sujeitos intercambiam sentidos. Para ele, o poder e o ideológico estão onipresentes nessas relações, mas, não deixa de considerar que o sistema produtivo se articula de forma diferente nos variados níveis do funcionamento social.

Dessa forma, em cada caso da interação humana, seja coloquial e cotidiana, seja nos discursos da imprensa e do cinema, estão envolvidas dinâmicas de poder. Isto não significa que exista uma possibilidade concreta de levar – tanto o poder, como a ideologia - a termo. Ou seja, o

⁴⁰ O “Interpretante” faz parte do processo de significação na Teoria Geral dos Signos de Ch. S. Peirce. Sendo, o signo, tudo aquilo que tem capacidade de representar algo para alguém, o interpretante pode ser considerado o efeito causado por este signo. Sua representação. Ponto definitivo da semiose. De acordo com Henn (2005, p. 09), “Ao representar o objeto dinâmico, que está fora dele, o signo gera outro mais desenvolvido, seu interpretante que possui um mesmo poder gerador infinitamente. A semiose corresponde exatamente a esta processualidade dinâmica presente nas inúmeras definições de signo propostas por Peirce”.

reconhecimento da existência de dinâmicas de poder e ideologia em várias camadas da vida dos sujeitos não significa que todas as pessoas usufruam de ambos. “Ao mesmo tempo, afirmar que o ideológico e o poder se encontram em todas as partes é radicalmente diferente de dizer que tudo é ideológico, que tudo se reduz à dinâmica do poder. [...]” (VERÓN, 1984, p. 44).

Para Verón⁴¹, o “ideológico” é o nome que se dá ao “sistema de relações entre um conjunto significativo dado e suas condições sociais de produção” e, ao fazer essa colocação, complexifica seu sentido, no que tange às gramáticas de produção. Embora acredite que seja difícil reconstruir os conjuntos de produção de tipos específicos de sentidos produzidos, nos leva a compreender que, em sentido histórico, a ideologia nada mais é que uma gramática de produção, ou uma *família de gramáticas*, pois pode se referir a muitas matérias significantes.

Já o termo ideologia ajuda a compreender determinados comportamentos sociais. “Fascismo, stalinismo, peronismo, socialismo, direita e esquerda são categorias que reúnem conjuntos heterogêneos de fenômenos de significação e que servem aos *próprios atores sociais* como princípios de intelegibilidade [...]” (VERÓN, 2004, p. 54, grifos do autor), mas, diz o autor, carrega um emprego “ingênuo”⁴² em seu uso social, porque restringindo-se à noção descritiva, seu emprego não parece perigoso.

Verón acredita, inclusive, que se deve usar o termo *ideologias*, no plural, pois defende que dentro de uma sociedade há vários objetos ideológicos. Portanto, a sentença “reúne as mais diversas coisas: doutrinas, ideias, atitudes, imagens, conceitos...” (VERÓN, 2004, p. 55). Já, o “ideológico”, designaria

[...] não um objeto, não um conjunto identificável de ‘coisas’ [...], mas uma *dimensão* de análise do funcionamento social. Trata-se do ideológico cada vez que uma produção significativa [...] é considerada em *suas relações com os mecanismos de base do funcionamento social enquanto condições de produção do sentido* (VERÓN, 2004, p. 56, grifos do autor).

Assim como as ideologias, o ideológico também atravessa todas as dimensões da sociedade: “[...] ‘ideológico’ é o nome do sistema de relações entre um discurso e suas condições (sociais) de produção [...]”⁴³. Ele salienta que, “[...] se o ideológico” pode investir qualquer matéria significativa, se diz respeito tanto à linguagem quanto à imagem ou ao corpo, então seu domínio é bem maior do

⁴¹ Ibid., p.48.

⁴² Grifo de Verón (2004).

⁴³ Ibid., p. 56, grifos do autor.

que aquele definido pela questão do discurso escrito na função referencial”. (VERÓN, 2004, p. 57). O ideológico levaria, portanto, à forma como um conteúdo é produzido. Ou, todo conteúdo produzido teria algo de ideológico. Como essa construção se dá na mídia nos interessa saber, pois é uma relação de poder, do poder do efeito dos discursos.

[...] O conceito de “poder” diz respeito, portanto, à problemática dos *efeitos de sentido* dos discursos. Assim como o ideológico, a noção de “poder” designa, como se vê, uma dimensão de todo discurso, de toda produção de sentido que circula em uma sociedade [...]. (VERÓN, 2004, p. 59, grifos do autor).

O discurso é construído a partir de operações que deixam marcas na superfície textual e remetem às suas condições de produção. Essas marcas podem estar associadas a mais de uma operação ao mesmo tempo, salienta Verón. Os termos utilizados nas produções discursivas, ou mesmo o uso de simples pronomes e artigos definidos e indefinidos, também são importantes marcas de sentido, ou marcas ideológicas. É relevante ressaltar que as matérias significantes incluem os discursos escritos e as imagens, assim como existem marcas não-linguísticas compostas por imagens e elementos de espacialização, como as “[...] dimensões diferenciais dos caracteres, espaço entre textos etc.” (VERÓN, 2004, p.68). Até mesmo a pontuação pode funcionar como operação semântica que hierarquiza os enunciados, faz relações interdiscursivas.

Para o autor, não existe uma unidade própria no discurso, “todo discurso sendo o lugar de manifestação de uma multiplicidade de sistemas de condições, uma rede de interferências”⁴⁴. É interessante, também, sua ponderação de que não existem textos mais ideológicos que outros: “[...] é possível, e até mesmo provável, que um artigo sobre acontecimentos esportivos contenha tanta ideologia quanto uma nota sobre a atualidade política” (VERÓN, 2004, p. 101). Colocação que se complementa quando, em outro momento, o autor diz que “[...] não há um nível, um ‘lugar’ privilegiado, no discurso, para a manifestação do ideológico”⁴⁵.

Assim como refletimos nesse trabalho, também Verón empreendeu estudos complexificando o fato de os grandes produtores de discurso, ou seja, a mídia hegemônica, estarem

⁴⁴ Ibid., p. 90.

⁴⁵ Ibid., p. 163, grifo do autor.

vinculados às classes dominantes. O ideológico se mostrou altamente relevante na produção dos discursos observados por ele⁴⁶. A mídia “de massa” costuma, concluiu, construir *o tempo social*.

[...] O “trabalho” desta construção se dá em todos os níveis das matérias significantes que constituem o meio de imprensa, consiste em estabelecer os princípios para identificar os acontecimentos, situá-los uns em relação aos outros, explicá-lo. (VERÓN, 2004, p. 119, grifo do autor).

Ou seja, a construção de realidades, ou fragmentos delas, operada pela imprensa, que recorta contextos, enquadra *acontecimentos*, é feita a partir do processo ideológico que a constitui⁴⁷. O autor alerta que “a imagem de imprensa testemunhal tem o estatuto semiótico de verdadeiro fragmento de realidade; seu valor repousa inteiramente na singularidade irreduzível, única, daquilo que ela consegue mostrar [...]”. Talvez esse seja seu maior poder, porque essa condição de avalista da verdade, lhe coloca estrategicamente no centro da construção do real. Essa imagem de testemunha dos acontecimentos construída no imaginário social, ligada ao discurso informativo, carrega “[...] todo o valor social (e moral) da mídia” que “consiste precisamente em estabelecer a ponte, em produzir a mediação que permita, a elas, as pessoas da imprensa, falar a nós, o público desse real” (Verón, 2004, p. 169).

Tal condição consente que a mídia influencie comportamentos e crie ou ajude a manter estruturas culturais de uma sociedade, daí a necessidade de a imprensa perseguir uma existência responsável e ética. “Os fatos são uma coisa, as opiniões e as interpretações da mídia são uma outra, e a objetividade se mede pela manutenção escrupulosa da fronteira entre uns e outras”⁴⁸.

3.1.1 Dos efeitos de sentido à *Bela, recatada e do lar*

A teoria de Verón sobre os efeitos de sentido de um discurso inscreve-se no que o autor chama de “terceira geração” da semiologia. Para ele, todo discurso esboça “[...] um campo de efeitos de sentido e não um único efeito [...]”. Daí a complexidade entre a relação e o

⁴⁶ Ver, por exemplo, “Ideologia e comunicação de massa: Sobre a constituição do discurso burguês na imprensa semanal”. In: Fragmentos de um tecido. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 89-142.

⁴⁷ Sobre processo ideológico, Verón fala, em trabalho anterior, que este é “o processo de produção, transmissão e consumo de significações ideológicas no seio da comunicação social” (Verón, 1976, p. 251). De forma que, quando nos referimos aqui ao processo ideológico que constitui a mídia, estamos pretendendo abarcar todas as dimensões de significados e interesses que esta pode ter: comercial, econômico, político, dogmático, etc.

⁴⁸ Ibid., p. 170.

reconhecimento de uma mensagem, pois esta “[...] nunca produz automaticamente um efeito[...]” (VERÓN, 2004, p. 216) e, sim, uma variedade deles. Portanto, o efeito produzido por um discurso nunca é um efeito qualquer. De modo que, para entendê-lo, é necessário se observar a *enunciação* dos discursos, ou seja, não somente o que é dito, mas também a forma e o modo como é dito.

As *modalidades do dizer* constroem os sentidos dos discursos a partir do que Verón nomina como *dispositivos de enunciação*. Estes são compostos pelo *enunciador*, que tem um lugar de fala próprio e, a partir dele, define, também, o lugar do destinatário, sendo este o segundo componente do dispositivo de enunciação, aquele a quem o discurso é endereçado; e, finalmente, a relação entre ambos completa a tríade da enunciação, em uma relação “[...] que é proposta *no* e *pelo* discurso”⁴⁹.

Os dispositivos de enunciação formam os contratos de leitura na imprensa escrita, ao que Verón chama a atenção para a diferença entre emissor e receptor de enunciador e destinatário, dizendo que estes últimos são *entidades discursivas*. “Esta dupla distinção é fundamental: um mesmo emissor poderá, em discursos diferentes, construir enunciadores diferentes, conforme, por exemplo, o alvo visado; pelo mesmo motivo construirá, cada vez diferentemente, seu destinatário”. (VERÓN, 2004, p. 218).

Compreender essa diferença é vital para entender como a mídia constrói realidades, pois os dispositivos de enunciação são centrais nessa arquitetura. A mídia constrói o real a partir de operações figurativas. E a figuratividade é definitiva para o *efeito de realidade e de veridicção* que a narrativa jornalística busca demonstrar.

A organização narrativa do jornalismo tem na figuratividade um dos pilares para a criação do efeito de realidade e veridicção, ao mostrar o enunciador saber do que fala, demonstrando que apresenta melhor os fatos do mundo e sabe mais do que os outros veículos. A mídia constrói o real, mas cada enunciador apresenta seus textos de construção como se fosse essa a única maneira de fazê-lo – a melhor, a mais próxima da facticidade. (PRADO e BAIRON, 2007, p. 252).

Nessa construção do real e, a partir do imaginário de testemunha dos acontecimentos – como discutimos anteriormente –, a imprensa vai significando e fortalecendo seus contratos de leitura.

Na construção de contratos de longa duração com seus públicos leitores, os veículos assumem posições discursivas bastante concretas em relação ao que eles consideram as melhores posições políticas frente aos fatos e discursos do mundo

⁴⁹ Ibid., p. 218, grifos nossos.

social, marcando diferenças em relação a outros veículos, a outras posições discursivas, menos ou mais hegemônicas, por meio de estratégias bastante específicas em que certos valores são euforizados frente a outros, descartados. [...]. (PRADO e BAIRON, 2007, p. 252).

Prado e Bairon propõem que utilizemos o termo no plural: “enunciadores”, visto que um mesmo veículo pode apresentar dispositivos de enunciação diferentes para cada tema. Tanto esses autores, como Verón, são unânimes em estabelecer que o vínculo entre o veículo e o leitor se dá através do contrato de leitura. O que pode determinar o “sucesso” ou o “fracasso” de uma mídia. “Frequentemente, a estagnação ou a baixa do conjunto de leitores resulta de uma alteração progressiva e insensível do contrato, ou então da introdução de modificações redacionais que produzem uma incoerência no contrato” (VERÓN, 2004, p. 219).

Para Verón, (2004), construir uma estratégia enunciativa é a forma que a imprensa escrita encontra para definir o vínculo com seu leitor na concorrência do mercado editorial. Esse “contrato” do meio com seu público, no caso dessa pesquisa o meio revista, especificamente, pode se dar através da linha editorial, do estilo jornalístico, do tipo de magazine. A construção desse contrato de leitura acontece em várias dimensões, diz o autor: por posicionamento didático do veículo, pela transparência (ou ausência dela), pelo diálogo (ou falta dele), pela cumplicidade ou objetividade, pelo alinhamento de valores (expressos ou apenas nas modalidades do dizer), articulação de discursos paralelos, atribuição de saberes ao leitor, entre outras.

A segmentação de público é crucial para o estabelecimento do *contrato de leitura*. Afinal, para entregar o que o leitor deseja, é necessário direcionar o discurso para um cliente-alvo, conhecendo-o previamente. Dulcilia Buitoni (2013) nos explica que, desde o surgimento das revistas, esse meio sempre teve certa característica de estar relacionado a determinados públicos, no entanto, a fragmentação que atende à lógica de mercado é um fenômeno do século XX:

[...] De origem relacionada a pesquisas de consumo feitas por agências de publicidade, transita entre classificações de gênero (masculino e feminino), faixa etária (crianças, adolescentes, jovens adultos, adultos, idosos) e classes sociais (com suas divisões e subdivisões). [...]. (BUITONI, 2013, p. 107).

A divisão foi definida pelo mercado entre revistas femininas e masculinas e, embora Buitoni considere que essa separação de gênero não é uma segmentação, e sim representações de grupos, de forma generalista a opção acabou por criar um braço editorial que reiteradamente se presta à

consolidação de estereótipos e à manutenção do pensamento sexista. A chamada *imprensa feminina* “ensinou” muitas mulheres a serem boas donas de casa, esposas, mães, oferecendo padrões de moda, beleza e comportamento a serem seguidos. Ao longo dos anos, disse o que as mulheres deveriam almejar, como proceder quanto a sua sexualidade e saúde.

Concordamos com Buitoni (2013, p. 117) quando esta diz que “A segmentação acompanha a complexidade da vida contemporânea, complexidade que abrange muitos elementos e pode ser observada sob vários aspectos. [...]” e, por certo, que a segmentação tem muitos pontos positivos, principalmente, quanto a dar visibilidade e congregação a grupos historicamente marginalizados, afirmando suas identidades, como a própria autora cita⁵⁰. No entanto, não podemos deixar de pontuar que, o que se classificou como imprensa feminina, é um exemplo importante da forma como a mídia viu/vê e retratou/retrata as mulheres: a mulher perfeita, a mulher cuidadora do lar e da família, a mulher desejável, a mulher dócil, meiga e submissa.

Essa abordagem estigmatizada foi ajudando a determinar papéis para as mulheres na sociedade ao longo do último século. A construir a própria ideia de feminilidade moderna no senso comum. Naturalizando a futilidade e desprestigiando as capacidades intelectuais das mulheres. Buitoni (2009) se dedica a investigar como se desenvolveu essa relação e aponta que as primeiras revistas femininas se restringiam a apresentar temas da vida doméstica, com pouca abertura para assuntos relacionados à educação ou direitos de gênero, por exemplo. Para a autora, a imprensa feminina contribuiu com a sustentabilidade dos padrões que mantêm as mulheres em posição de subordinação no imaginário social ao reforçar estereótipos como os de beleza, consumo, dedicação ao lar e a ser esposa e mãe. Como se as mulheres fossem meras expectadoras dos acontecimentos sociais e seus interesses se restringissem a assuntos efêmeros ou tão somente cotidianos.

A visão midiática estereotipada das mulheres é uma característica que extrapola a imprensa feminina. Fazendo uma busca por estudos acadêmicos de fôlego, que têm sido empreendidos com essa temática, em especial ao longo das últimas duas décadas, se constatará que, de forma geral, as mulheres têm sido retratadas pela mídia de maneira estigmatizante em vários segmentos. Sempre atendendo a uma função social destina a elas por um sistema patriarcal que naturaliza esses lugares e permite que a publicidade, a imprensa e a dramaturgia sigam as representando de forma erotizada, hipersexualizada, idiotizada, ironizada, constrangedora, submissa, sendo submetidas a padrões

⁵⁰ Buitoni exemplifica a colocação com as revistas *Raça Brasil* (1996) – publicação direcionada ao público negro – e *GMagazine* (1997) – com foco no público homossexual masculino (BUITONI, 2013, p. 117).

estéticos absurdos e discriminatórios, com pouca visibilidade ou abordagem distorcida de seus avanços profissionais, sem discussão séria, profunda e abrangente sobre o assédio e a violência sexual, bem como sobre a violência doméstica e familiar.

As discursividades sobre a posição da mulher postas em circulação pela mídia se configuram sob dois aspectos: o do padrão, que estamos chamando de “naturalização”, ou seja, aquele advindo do patriarcado, que define o lugar e comportamento social do feminino e se exprime na mídia – ao mesmo tempo que é reforçado por ela – através do estabelecimento de condutas (esteja bem vestida, maquie-se, seja magra, boa mãe, mãe do marido, submissa, fale baixo, obedeça, ceda, permita, não discuta, recolha-se, contenha-se, ouça, espere, resigne-se, não reclame, não exagere e outras tantas determinações); e o que não corresponde ao padrão, que chamamos “desnaturalização”, as demonstrações de autonomia capazes de questionar o poder estabelecido, mostradas como ações negativas pela mídia quando advindo das mulheres (liderar, opinar, questionar, contradizer, argumentar, gerir, conduzir, governar e outras tantas).

Um bom exemplo desse tipo de discursividade é a matéria “Bela, recatada e do lar”⁵¹, veiculada pela revista *Veja*, em abril de 2016, que vem sendo amplamente estudada no âmbito da produção de sentido em vários níveis acadêmicos. Ela é altamente relevante para nossa reflexão, pois nos ajuda a direcionar contextualizações, visto que foi publicada em momento crítico da situação política do Brasil e no qual circulavam sentidos outros sobre Dilma Rousseff na mídia na mesma época, construindo pontos de conexão que permitiam o intercâmbio determinante para a definição de uma ideia coletiva de “a mulher certa *versus* a mulher errada”.

Descritivo sobre a conduta da provável futura primeira dama do Brasil, o texto tratava da esposa do vice-presidente da República, Michel Temer, enquanto este assumira a Presidência interinamente, porque Dilma Rousseff havia sido afastada no processo de impeachment. Poucos dias antes da publicação elogiosa de *Veja* sobre Marcela Temer, *IstoÉ* havia circulado a edição “As explosões nervosas da presidente”, sugerindo que Dilma era descontrolada e, por isso, não podia governar o Brasil.

Ceres Carneiro e Elaine Pereira Daróz analisam essa relação no artigo “Bela, recatada e do l/bar: o imaginário da mulher na contemporaneidade”, onde apontam que a imagem comumente construída sobre a mulher pela revista *Veja* costuma romantizar e fragilizar o feminino, lendo-o como dependente do casamento:

⁵¹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 09/07/2018.

[...] A felicidade e a plenitude, pois, só podem ser atingidas a partir do casamento. A antítese entre a mulher casada e descasada fica, assim, evidenciada: Marcela Temer é casada, feliz e bem-sucedida; Dilma Rousseff é descasada, solitária, sofredora e fracassada. [...]. (CARNEIRO e DARÓZ, 2017, p. 189).

Figura 13: Montagem comparativa entre *Veja* e *IstoÉ*



Fonte: *Veja* de 18.04.2016 (direita) e *IstoÉ* de 06.04.2016 (esquerda)

A matéria de *Veja* se apoia em declarações de terceiros para construir o perfil de “mulher perfeita” de Marcela Temer:

Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros. [...]. (*Veja*, 18/04/2016).

Para Carneiro e Daróz (2017), esses dizeres sobre Marcela Temer pretendem regularizar a imagem da mulher em relação à posição que ela deve ocupar na formação social. “[...] Legitimada por uma chancela institucional, a revista traz à cena um imaginário sobre a mulher na contemporaneidade a partir de um efeito de evidência dos sentidos e suposta neutralidade” (CARNEIRO e DARÓZ, 2017, p. 191).

Esse “funcionamento da ideologia”, como se referem as autoras, só é possível porque há um sistema que permite as hierarquizações de gênero na sociedade, estabelecendo lugares e espaços de comportamento e atuação para o masculino e o feminino. A essa reflexão nos dedicamos na sequência.

3.2 Ordem patriarcal de gênero: entre o público, o privado e o poder político

O patriarcado, aquele do sentido clássico de poder político destinado aos homens, definiu o arranjo organizacional e comportamental das sociedades ao longo dos últimos séculos. Nesses sistemas, as mulheres são consideradas seres subalternos aos homens e têm seu espaço de atuação, seja familiar, social ou profissional, estreitamente demarcado a partir de estruturas que mantêm os homens em situações dominantes. Carole Pateman chegou a comparar o sistema patriarcal à escravidão (PATEMAN, 1989, *apud* BIROLI e MIGUEL, 2011)⁵². Para a autora, o direito patriarcal é “[...] um antagonista tão importante quanto o poder da aristocracia, de classe ou de outras formas de poder” (PATEMAN, 1993, p. 38). De acordo com ela, o conceito de patriarcado é o único “[...] que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens [...]”⁵³. De forma que não se pode abrir mão dessa denominação, defende.

Ao longo do tempo, e através de muitas batalhas reivindicatórias, as mulheres ganharam espaço e voz na ordem social, principalmente por meio dos movimentos feministas. Isso fez com que muitos acreditem que o patriarcado tenha sido superado, mas como todo sistema constituído sob a ordem de um poder simbólico, ele está calcado em crenças mais profundas e intrincadas a subsistemas do que se poderia superar em alguns anos de reordenamentos sociais. Está ligado ao patrimonialismo, ao coronelismo, às hierarquias institucionais, perpassa toda a sociedade. “[...]”

⁵² A analogia já era feita por Olympe de Gouges, no século XIX.

⁵³ *Ibid.*, p. 39.

representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2015, p.60). Desconstruir suas estruturas é um trabalho paulatino, tenaz e constante. Mesmo porque, ele tem a capacidade de se adaptar, já que está em constante transformação como os demais fenômenos sociais (SAFFIOTI, 2015).

Nas sociedades modernas, o patriarcado está na ordem das subjetividades. “[...] O patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista” (PATEMAN, 1993, p. 45). Ou seja, é ele que garante a manutenção das estruturas androcêntricas de poder e perpassa o imaginário social sobre o lugar que deve ser ocupado pelas mulheres. É um fenômeno legitimado, como diz Saffioti (2015, p. 107), com “[...] diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres [...]”, mas com sua base material inalterada, mesmo com os avanços e conquistas femininas. Há uma *universalidade do patriarcado*, defende a autora.

As mulheres continuam, de forma geral, relegadas à classificação de seres de segunda classe. Atualmente, essa condição se manifesta de forma simbólica, sutil e artilosa. No entanto, seu efeito é devastador e vem sendo amplamente estudado, especialmente a partir das pesquisas de gênero que se dedicam ao debate das opressões oriundas das diferenças sexuais. Joan Scott, por exemplo, reflete sobre a questão da dominação masculina dizendo, resumidamente, que: “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1990, p. 86).

Os arrazoados da autora são definitivos para entendermos alguns nós das conexões sociais que ajudam na manutenção das diferenças. É ela quem denuncia o silenciamento histórico a respeito da participação das mulheres nos acontecimentos da civilização ocidental.

[...] A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado ("as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixamos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito"; ou "a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica"). No que se refere à participação das mulheres na história, a reação foi, na melhor das hipóteses, um interesse mínimo ("minha compreensão da Revolução Francesa não muda por saber que as mulheres dela participaram") [...]. (SCOTT, 1990, p. 74).

A autora salienta a necessidade de um olhar amplo, que reconheça os múltiplos aspectos que constituem as diferenças de gênero, para além da binariedade homem *versus* mulher. De acordo com ela, somente desta forma poderemos entender por que e como se solidificou o subjugamento do feminino e - o que aqui nos interessa - de que maneira isso está ligado com a manutenção do poder.

Observar as relações patriarcais a partir das constituições de gênero nos ajuda, também, a entender como funciona o sexismo na sociedade. Conforme Saffioti, a ordem de gênero, sendo fator de distinção social, é anterior ao patriarcado. Este último exerce controle através da dominação-exploração que se expande para todas as áreas de convivência social, a partir da ideia da superioridade do masculino. Já o “[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 124). Por sua vez, é muito mais vasto, visto que “[...] ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal. [...]”⁵⁴. E, contra esse esquema tem havido muita resistência ao longo do tempo.

3.2.1 Luta política das mulheres, uma questão de cidadania

De acordo com Adela Cortina (2005), “a cidadania é primordialmente uma relação política [...]” e seu *vínculo político* é constitutivo da *identificação* social das pessoas, “[...] é um dos fatores que constituem sua identidade [...]” (CORTINA, 2005, p. 31, grifos da autora). No entanto, a constituição identitária das mulheres no âmbito político é estreita e limitada, como vimos anteriormente, em uma afronta evidente à cidadania, à liberdade.

Para a autora, no que tange ao debate a respeito da política na vida em sociedade, a partir da qual convoca o entendimento de Aristóteles sobre a unidade social autônoma ser a *polis*, “[...] ser homem⁵⁵ em plenitude exige que se participe ativamente nos assuntos da *polis*, algo que só podem fazer os que são livres e iguais”⁵⁶, podemos perceber que as limitações impostas à participação política das mulheres já é, por si só, uma declaração de iniquidade. Igualdade, como

⁵⁴ Ibid., p. 130.

⁵⁵ Entendemos que aqui a autora usa o termo “homem” no sentido de humano cidadão.

⁵⁶ Ibid., p. 38.

o colocado pela autora nessa passagem, tem o duplo sentido oriundo da democracia ateniense de que “[...] todos os cidadãos têm direito a falar na assembleia de governo (*isegoria*) e todos são iguais perante a lei (*isonomia*)”. Já,

A liberdade, por outro lado, consiste precisamente em exercer esse duplo direito, participando ativamente nas assembleias e exercendo cargos públicos quando a cidade assim o exige. Quem age desse modo demonstra que é livre, porque a cidadania não é um meio para ser livre, e sim o modo de ser livre, e o bom cidadão é aquele que tenta construir uma boa *polis*, buscando o bem comum em sua participação política. (CORTINA, 2005, p. 38).

De modo que, em termos de cidadania, as mulheres, como em várias outras esferas, enfrentam uma dupla rejeição: não são consideradas como partícipes naturais dos ambientes políticos e, ao mesmo tempo, por não participarem plenamente dessa esfera, estão relegadas a um exercício restrito de sua cidadania. Situação que impacta a vida em sociedade de todo um grupo minoritário, pois, ao não ter representação política significativa, os próprios interesses coletivos das mulheres e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a elas acabam comprometidos.

Cortina lembra que, embora a ideia de cidadania se revestisse de direitos plenos nos primórdios da democracia, já lá as coisas não se configuravam exatamente desta forma, visto que “[...] só eram cidadãos os homens adultos, cujos pais tivessem sido também cidadãos atenienses, ficando excluídos do privilégio as mulheres, as crianças, os metecos e os escravos”. (CORTINA, 2005, p. 40). Realidade que demonstra a antiguidade da ideia simbólica de que alguns grupos não detém os mesmos direitos, atualmente representada pelas estruturas de poder que mantém os homens, especialmente os brancos e ricos, em situações dominantes e privilegiadas, capazes e legitimados a tomar decisões.

Essas condições confluíram para a construção do imaginário de que as mulheres não pertencem aos espaços políticos, inclusive entre as próprias mulheres, que muitas vezes não se consideram capazes de exercer ações políticas. Miguel e Biroli (2011) constataram que

O que afeta a ambição política é a avaliação da própria qualificação, muito mais rigorosa no caso das mulheres. Embora a formação escolar, as posições profissionais e as trajetórias sejam similares, elas tendem a se julgar menos preparadas para ocupar cargos públicos que eles. E, o que é ainda mais significativo: homens que julgam a si mesmos como pouco ou nada qualificados têm muito mais chance de, ainda assim, cogitar entrar em uma disputa do que as

mulheres que julgam a si mesmas de maneira similar. (LAWLESS e FOX *apud* MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 93).

A constatação encontra, de alguma forma, outra observação de Cortina (2005, p. 41), na qual, falando sobre as facções dirigidas por líderes da Atenas clássica, compostas por seus parentes e amigos e que usavam suas intervenções na Assembleia para satisfazer suas ambições particulares, ela diz que “[...] as condições de fato podem tornar a *participação tão irrelevante* que um cidadão pode se sentir quase obrigado a desistir de seu direito” (grifos da autora).

O conceito moderno de cidadania tem a ver com a própria ideia de Estado, coloca a autora, ou seja, descendente das revoluções francesa, inglesa e americana, e do surgimento do capitalismo. Está ligado à defesa da vida, da integridade e da propriedade, sendo o Estado uma forma de organização política no qual seus membros são cidadãos (CORTINA, 2005). É nesse espaço que se travam as batalhas por igualdade. No caso das mulheres, embora tenham sido alijadas da vida política pública ao longo da história, suas várias mobilizações, movimentos e reivindicações sempre foram atos políticos de cidadania.

Reivindicando a ampliação de direitos como à educação e ao trabalho assalariado, à liberdade e à igualdade, elas sempre estiveram em busca de uma sociedade mais justa e democrática. O feminismo nasce, portanto, das solicitações pertinentes à cidadania. Mesmo antes de sua organização formal e de receber essa denominação, o discurso das mulheres que se levantaram contra a opressão, o abuso e a exploração já estava impregnado de crítica política. No entanto, é na Revolução Francesa, quando, mesmo lutando lado a lado aos homens, não tiveram as conquistas do período estendidas a elas, que se unem em movimento civil:

É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada [...] reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam, o movimento feminista na França assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher. (ALVES e PITANGUY, 1991, p. 32).

As francesas da Revolução redigiram manifestos, organizaram motins contra a carestia e formaram clubes políticos:

[...] dirigem-se à Assembleia, peticionando a revogação de institutos legais que submetem o sexo feminino ao domínio masculino. Reivindicam, assim, a

mudança da legislação sobre o casamento que, outorgando ao marido direitos absolutos sobre o corpo e os bens de sua mulher, aparece-lhes como uma forma de despotismo incompatível com os princípios gerais da Revolução Francesa. (ALVES e PITANGUY, 1991, p. 32).

A resposta da Assembleia Nacional, no entanto, foi a de ordenar que as mulheres ficassem em casa, sob o risco de serem presas, caso fossem encontradas na rua em número maior que cinco reunidas. O ano era 1795 e o acesso da mulher à participação na esfera pública ficava, mais uma vez, atrasado. Mas o movimento seguiu crescente, culminando na conquista do voto feminino no início do século XX.

Entre as primeiras vozes que defenderam publicamente a igualdade entre homens e mulheres ao longo dos anos e nas suas diferentes *ondas*⁵⁷ estão Olympe de Gouges, autora da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, de 1791, na França, texto elaborado em oposição à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que propõe a inserção da mulher na vida política e civil em condições de igualdade com os homens⁵⁸; Mary Wollstonecraft, que escreveu a *Defesa dos Direitos da Mulher*, datado de 1792, na Inglaterra, onde contestava as diferenças “naturais” que colocavam as mulheres como seres inferiores, argumentando que a diferença se dava na educação que ambos acessavam, tornando as mulheres inferiores somente pela ignorância; e Rosa Luxemburgo, que escreveu sobre a Revolução Russa em 1918 (ela não acreditava na construção de uma sociedade igualitária sem que houvesse liberdade de imprensa e de reunião, voto universal e diálogo entre os eleitos e seu eleitorado).

Aqueles que mantêm uma posição política de busca da cidadania das mulheres são herdeiros desse histórico de lutas. Muito se conquistou, principalmente, no que se refere às reivindicações populares com as quais as causas feministas mantêm uma relação estreita, mas o avanço dessas conquistas enfrenta um desafio inerente às sociedades do capitalismo tardio, que é “[...] conseguir fazer com que cidadãos preocupados unicamente em satisfazer seus desejos individuais cooperem na construção da comunidade política [...]” (CORTINA, 2005, p. 18). Nesse sentido, podemos discutir a própria necessidade de uma existência cidadã, ou seja, a emergência da constituição de

⁵⁷ A teoria feminista costuma dividir os vários momentos históricos do movimento em “ondas”, ou seja, fases que, normalmente, são aglutinadas pelo tipo de reivindicação mais efervescente do período. Por exemplo, a chamada primeira onda é aquela dos pleitos iniciais das mulheres: acesso à educação, ao trabalho, direitos civis e de voto, que vai do século XVIII ao início do século XX. O termo é oriundo da expressão em inglês *the waves terminology*.

⁵⁸ Olympe de Gouges foi guilhotinada em 1793, acusada de ter querido ser um homem de Estado.

comunidades formadas por pessoas preocupadas com a igualdade e a justiça social, ideário no qual a equidade de gênero é fundamental.

Atualmente, o campo de luta das mulheres por essa justiça social se estabelece, principalmente, no reconhecimento de condições iguais de trabalho e remuneração, representação social e política, e proteção policial e jurídica contra o assédio, o abuso de várias ordens e a violência. Mas, a batalha é árdua e continua desigual, na medida em que se estabelece na esfera das disputas simbólicas, pois, oficialmente, elas têm acesso a tudo isso. Quando não se pode mais impedir o avanço das conquistas das mulheres, se consolidou o machismo institucionalizado, aquele que opera na ordem da convivência, dividindo o espaço e os lugares com elas, mas com exigências e determinações diferentes. É ele que vai permitir a violência e limitar a participação das mulheres nas instâncias de poder e decisão, como nas de atuação política, que se mantém como feudo masculino, onde as mulheres foram “autorizadas” a entrar, mas com capacidade de desempenho restrita. Scott (1990, p. 92) diz que “[...] A alta política é, ela própria, um conceito generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, suas razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento [...]”. Para ela,

[...] O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1990, p. 92).

Para Miguel e Biroli, a ambição política das mulheres esbarra nos preconceitos, estigmas e falta de estímulo. Baseados em estudos que observaram o peso dos estereótipos na decisão do eleitorado, a atitude dos partidos com relação às mulheres e as particularidades das campanhas políticas femininas, os autores dizem que “[...] em cada um desses momentos, as mulheres se defrontam com dilemas e empecilhos que lhes são próprios, para além daqueles comuns também aos homens” (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 89). O nível de escolaridade e o tipo de profissão também influenciam o interesse das mulheres em participar do exercício político partidário, pois o gerenciamento das carreiras das mulheres acaba vinculado “[...] sobretudo às suas obrigações

domésticas, que muitas vezes impedem uma dedicação à política similar a dos homens e impõem ônus que eles não encontram [...]”⁵⁹, o que é um fator limitante frente às exigências de uma carreira política, como a necessidade de mudança do local de moradia por conta de novos cargos, por exemplo.

O principal complicativo dessa situação está, acreditam os autores, não no âmbito individual de cada mulher que desiste da vida política por cálculos pessoais, mas no reflexo disso em nível coletivo. De acordo com eles, ao afetar todo um grupo social, essa realidade se traduz em “[...] um índice poderoso da desigualdade política [...]”. A coincidência entre os níveis baixos de participação política das mulheres e as diferenças de classe, gênero ou etnicidade “[...] mostra que a política é uma atividade exclusiva, acessível apenas a quem possui determinadas características, e que os grupos em posição de subalternidade introjetam essa percepção” (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 92). O que diz, diretamente, com as questões de cidadania.

Se um grupo social é alijado das esferas de poder político por uma complexidade de entrelaçamentos socioculturais, por sua vez garantidos pelas estruturas de poder hegemônicas, é possível dizer que a cidadania política é consistente nessa sociedade? Acreditamos que não.

⁵⁹ Ibid., p. 90.

4 A GERENTONA E A COQUETA: AS HISTÓRIAS DE VIDA QUE FORJARAM AS PERSONALIDADES DAS PRESIDENTAS E SUAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS

Dentre as presidentas latino-americanas, Dilma Rousseff e Cristina Fernández se destacam por variados motivos. Uma foi destituída de seu cargo em um processo articulado por segmentos oligárquicos neocoloniais; a outra empreendeu uma corajosa cruzada contra corporações midiáticas oligopólicas. Mas, a principal razão que nos faz considerá-las personagens ímpares para nosso estudo sobre como a mídia enquadra mulheres em situação de poder é o fato de ambas jamais terem sido reconhecidas em suas alteridades políticas. Para a imprensa, e, talvez, até mesmo para o senso comum, elas sempre foram produções políticas de homens: Dilma viveria à sombra do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e Cristina se manteria no governo devido à “dinastia K”⁶⁰ iniciada por seu marido, Néstor Kirchner. Compreensão que deturpa o fato de as duas serem herdeiras políticas de seus antecessores, diminuindo suas capacidades políticas próprias e escamoteando suas trajetórias de vida política.

Tanto Dilma, quanto Cristina, têm histórico de militância política anteriores a suas ligações com os “mentores” Lula e Néstor. Construíram com eles sociedades políticas para além das relações pessoais. A biógrafa de Cristina comenta essa associação de ideias entre a ex-presidenta e seu marido quando trata do fato de ela usar o sobrenome de Néstor, o que pode ser considerado por muitos um ato de submissão. Segundo Sandra Russo (2011), Cristina nunca se sentiu incomodada de ser chamada pelo nome do marido porque isso significaria, justamente, a associação com o homem que escolheu para dividir projetos além da vida a dois. Ela consideraria que o significado político do sobrenome é também uma construção do casal.

A colocação de Russo é importante porque busca uma reflexão sobre a personalidade de Cristina a partir de um olhar de gênero, unindo ao relato da história de vida da presidenta sua própria percepção sobre a condição feminina, mas, no entanto, mesmo a autora acaba por deixar transparecer uma ideia estereotipada quando opina que as mulheres são invejosas. A inveja seria, além do desprezo masculino, um dos motivos, segundo ela, pelo qual Cristina enfrentou resistências. “Há um excesso em Cristina que é sentido como uma afronta pelas outras” (Russo, 2011, p. 89, tradução nossa).

⁶⁰ Aqui fazemos referência à forma como a imprensa argentina, de maneira geral, costuma se referir a tudo o que diz respeito à família de Néstor e Cristina, “os Kirchner”.

Não obstante à ideia de que as mulheres sejam competitivas, aborda as condições nas quais se tecem as identidades femininas:

Nos prepararam para ter sucesso moderado, e nos ensinaram que devemos escolher entre o sucesso público ou o privado. Quando uma mulher tem sucesso no público, se lê com humor confortante que sua vida privada é um caos ou tediosa. [...] Ter uma carreira exitosa e ser, ao mesmo tempo, uma esposa satisfeita, uma mulher sexy e uma mãe amorosa, não somente parece demasiado. O é. (RUSSO, 2011, p. 89-90, tradução nossa).

Russo chega a comentar que as mulheres cuja estratégia de relação com o poder é a promessa de cuidado e segurança com os povos que representam optam por figurinos que escondem suas curvas e usam sapatos parecidos com os masculinos. “O poder, quando não é masculino, é andrógono” (Russo, 2011, p. 93, tradução nossa). De acordo com ela, essa é uma das diferenças entre Cristina e outras mulheres que acederam ao poder, como Michelle Bachelet e Angela Merkel, por exemplo. Explica que, embora o mandato presidencial cercesse o feminino de Cristina, sua figura pública estava impregnada de um modo de ser mulher ligado a seus gostos pessoais e aos atributos que lhe davam segurança, apresentado pela imprensa como sinal de frivolidade.

Em sua figura pública há algo que deveria ter sido apagado, mas que se sublinhou. Não usa decotes nem mostra os braços, mas se alinha. É uma figura pública com o cabelo longo e solto, também não recomendado pelos manuais da alta sociedade. (RUSSO, 2011, p. 93, tradução nossa).

A autora acredita, no entanto, que, mesmo que a presidenta argentina se apresentasse de maneira mais informal, ainda assim, seria criticada pelo aspecto. Seria acusada de negligente.

A aparência sempre foi motivo de crítica à Dilma Rousseff também. Primeiro por estar próxima da masculinização, diziam, depois, pelo contrário, por “ceder” aos apelos de marketing e mudar seu visual antes do primeiro pleito no qual concorreu à Presidência, em 2010, fazendo, inclusive, uma plástica. A iniciativa, diz Amaral (2011), teria sido dela mesma.

Segundo o autor, no final de 2008 já estava bastante claro para a cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) que Dilma seria a candidata da sigla nas eleições seguintes, algo que ela teria assimilado como uma missão de garantir a continuidade do projeto político que vinha sendo construído por Lula nos últimos anos no Brasil. Ao perceber isso, a então ministra teria tomado a decisão de promover algumas correções estéticas durante as férias de fim de ano. “As mudanças

mais notáveis [...] eram os olhos: estavam mais destacados depois de um procedimento que reduziu as pálpebras” (AMARAL, 2011, p. 185).

O autor conta que “Dilma substituiu os óculos por lentes de contato [...], afilou o nariz [...] e fez sumir marcas de rugas acima dos lábios”. A mudança se completou “com um novo corte de cabelo, que ganhou um tom vermelho-claro, no lugar do castanho escuro, e uma pequena franja sobre a testa alta” (AMARAL, 2011, p. 185).

A mudança visual foi lida pela imprensa, de forma geral, como estratégia política, mas muitas narrativas não fugiram à abordagem sexista ou de conteúdo informativo vazio, no qual somente a aparência de Dilma Rousseff constituía-se em notícia⁶¹, confirmando o dito por Biroli e Miguel (2011) sobre a mídia dar mais atenção à aparência física das mulheres. “[...] Se há um esforço para a adequação aos padrões dominantes, no vestuário ou com a realização de cirurgias plásticas, isso tudo é, frequentemente, considerado uma demonstração de futilidade. Se não há, a ‘feminilidade’ torna-se questionável [...]” (MIGUEL e BIROLI, p. 207).

A vaidade talvez seja a principal diferença entre as duas presidentas. Enquanto Cristina cresceu aprendendo que as mulheres devem se preocupar com a aparência, Dilma pouco foi cobrada pela família a atender aos estereótipos femininos. Já, as semelhanças, são muitas. Ambas deram sequência a projetos de governo populares, com foco no desenvolvimento de políticas públicas de beneficiamento das classes de baixa renda e facilitação do acesso à educação.

Entre elas há, também, semelhanças nos caminhos que as levaram à política. Foram militantes na juventude, discordavam da luta armada, amaram e fizeram política ao mesmo tempo, ou melhor, elegeram companheiros políticos. Dilma e Cristina ainda enfrentaram doenças delicadas abaixo de holofotes implacáveis. Ganharam, perderam, resistiram.

Amigos e assessores comentam coisas parecidas sobre as duas: nada menos que a perfeição é aceito. Alguns as consideram obsessivas. Dizem que trabalham incansavelmente, são exigentes, contumazes, estudiosas, vorazes, e que quando decidem por algo não há quem as faça mudar de ideia. Foi assim com a matriz energética brasileira. Foi assim com a Lei de meios na Argentina.

⁶¹ A título de exemplo podemos citar as matérias do jornal Folha de São Paulo, que se dedicou, conforme Alencar (2012), à construção de pautas negativas sobre Dilma Rousseff e sobre o governo que a apoiava durante a campanha e pré-campanha de 2010. Ver: “Após férias, Dilma volta mais magra ao trabalho” (disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/01/677448-apos-ferias-dilma-volta-mais-magra-ao-trabalho.shtml>) e “Dilma aparece em público após cirurgia; veja o antes e o depois” (disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/01/489221-dilma-aparece-em-publico-apos-cirurgia-veja-o-antes-e-o-depois.shtml>).

Também não faltam pessoas para falar de seus lados gentis e carinhos nas suas biografias, mas o que nos interessa aqui são as personagens políticas e suas constituições. Buscaremos fazer esse caminho nas próximas páginas.

4.1 Dilma Rousseff: a primeira

Dilma Vana Rousseff coleciona “primeiridades”. Dona de uma personalidade ativa e obstinada, conforme se percebe pela leitura de sua biografia, não é apenas a primeira presidenta do Brasil, ela é a primeira mulher a ter ocupado vários cargos administrativos importantes no país. Foi a primeira secretária municipal de Fazenda de uma capital, ao chefiar o órgão da administração de Porto Alegre entre os anos de 1985 e 1988; foi a primeira mulher a assumir o Ministério de Minas e Energia, em 2002, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente; e, também, a primeira a ser ministra da Casa Civil, tomando posse em 2005. Ainda contabiliza em seu currículo a presidência da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, de 1991 a 1993, autarquia na qual havia sido estagiária no final dos anos 70 (AMARAL, 2011), e duas passagens pela Secretaria de Minas e Energia do Estado: de 1993 a 1994, no governo de Alceu Collares, e de 1999 a 2002, no governo de Olívio Dutra. Em ambos os órgãos, até hoje, poucas mulheres ascenderam aos cargos mais altos.

Formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), jamais exerceu cargo eletivo até vencer o pleito de 2010. Apesar de ter sido um quadro importante na militância contra a Ditadura, participante no movimento pela anistia, ativa nas discussões e organização dos novos partidos no final do regime militar e figura respeitada nas siglas das quais fez parte (PDT e PT), durante muito tempo seu espaço foi o da retaguarda, lugar comumente reservado às mulheres pelas convenções de gênero. Enquanto o primeiro marido, o jornalista Cláudio Galeno, participava das ações de resistência, Dilma cuidava do setor de imprensa e do “carnê da revolução”, ou seja, da cobrança da mensalidade que sustentava as atividades de enfrentamento ao governo militar. Mais tarde, enquanto o segundo marido, o advogado Carlos Araújo, dava prosseguimento a sua trajetória política como deputado estadual, eleito três vezes, ela participava da ala feminina do PDT gaúcho.

Acumulando fama de técnica competente, começa a ganhar algum protagonismo político somente nos anos 2000. No entanto, os marcadores de reconhecimento de suas habilidades são os

comumente considerados masculinos: Dilma é durona, forte, firme, enérgica, tem autoridade. Logo acaba com o apelido de “gerentona” colado a sua persona pública e, quando chega à candidatura à Presidência, já é amplamente chamada de “dama de ferro” pela imprensa.

Dilma Rousseff não costuma dar entrevistas e, quando o faz, não gosta de falar sobre sua vida privada. Em uma das poucas vezes em que falou com a imprensa de forma mais pessoal, em entrevista para a revista Marie Claire⁶², em julho de 2016, enquanto estava afastada da Presidência da República devido ao transcurso do processo de impeachment, disse acreditar que os ataques que sofreu durante seus mandatos eram reflexos da misoginia e que procurava demonstrar que as mulheres têm coragem para resistir:

[...] Ou eu era muito dura e por isso não me abatia, ou vivia no mundo da lua. A mulher é sempre histérica ou descontrolada. Se você não é nenhuma dessas coisas, é um trator, não uma mulher. Isso é machismo. A mensagem por trás disso tudo é a de que a mulher é frágil. Se fosse um homem, diriam: “Ele é firme”. Tenho de mostrar que coragem não nos falta. Acho que minha missão [de vida], além de lutar pela democracia, é deixar claro que a mulher, nas piores condições, não se curva nem se entrega. Não tenho dúvidas de que queria deixar um legado mais positivo. Mas deixo o legado da resistência feminina. Vou resistir até o último momento. Não pensem que me atemorizam. Não estou embaixo da cama nem morrendo de tristeza, como gostariam. Morro é de injustiça. (MARIE CLAIRE, 2016, s.p.).

A seguir faremos um apanhado biográfico de Dilma Rousseff, buscando também compreender as fases históricas da política brasileira nas quais viveu e esteve envolvida, a fim de compreendermos o contexto em que se encontra uma de nossas personagens de pesquisa.

4.1.1 Do sonho de bailarina à Torre das Donzelas

Dilma nunca foi uma mulher que atendesse aos padrões estabelecidos para os gêneros pelas sociedades patriarcais. Menos ainda quanto ao que se impunha às mulheres de sua geração. Não aprendeu a cozinhar, entende de futebol e, no lugar dos comuns folhetins românticos, lia livros políticos desde cedo, incentivada pelo pai, como conta seu biógrafo, Ricardo Batista Amaral:

⁶² Disponível em <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2016/07/o-desabafo-de-dilma-rousseff-queria-deixar-um-legado-mais-positivo-para-mulheres.html>>. Acesso em 16/08/2017.

Dilma devia ter uns 12 anos quando Pedro Rousseff propôs: “te dou dois desses livrinhos se você ler este aqui”. Era *Germinal*, de Émile Zola, um clássico da iniciação política de muitas gerações. Dilma ficou impressionada com a história – a denúncia do sofrimento dos mineiros de carvão na França do século XIX – e a narrativa naturalista de Zola. A segunda negociação com o pai para ler *Humilhados e ofendidos*, de Dostoievski, outro livro de temática social forte, mas de estilo aborrecido para a menina. Passou então a Honoré de Balzac: *O lírio do Vale*, *O pai Goriot*. Aos 18, tinha lido praticamente toda a *Comédia humana*. Ela iria reencontrar (e devorar) Dostoievski anos depois numa prisão da ditadura. (AMARAL, 2011, p. 23).

Nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e passou a infância correndo, subindo em muros e andando de bicicleta. Sofreu influência das representações do feminino, mas estas não foram determinantes e nem castradoras, sabia que podia ser outra coisa, mas a Presidência nunca esteve nos planos (AMARAL, 2011, p. 15): “[...] Que se lembrasse, quando menina queria ser bailarina, porque achava bonito, ou entrar para o corpo de bombeiros, que nem era profissão de menina, mas era bonito também. [...]”.

Teve uma infância de conforto graças aos negócios do pai, Pedro Rousseff, um imigrante búlgaro, que prosperou na década 1950 e proporcionou uma boa educação para os filhos. Eram três, Dilma a do meio, menos de um ano mais nova que o irmão Igor. A caçula, Zana, faleceu em 1976, aos 25 anos. Dilma estudou no Colégio Sion, escola tradicional onde eram educadas as meninas das classes média e média-alta da cidade. Mas, não foi protegida das realidades diferentes da sua. Conta Amaral (2011, p. 27), que ela e Pedro Rousseff tinham conversas sobre a miséria distante de seu bairro e, certa feita, a menina chegou a rasgar uma nota de cruzeiro para dividir com um garoto pobre, pois, naquele tempo, as pessoas batiam nas casas pedindo esmolas, comida e trabalho.

O contato com as necessidades alheias veio, também, através do voluntariado da escola:

Aos domingos, as moças do Sion e os rapazes do Loyola, o colégio dos jesuítas, subiam o morro do Papagaio para dar algum tipo de assistência à população da favela, ao lado da BR-3. O Grupo Gente Nova (GGN) era uma expressão local da doutrina social da Igreja, na virada dos anos 50 para os 60. Sob a direção das freiras, ensinavam a ferver água, ofereciam noções de higiene, ajudavam nos mutirões, mas nada de discussão política. Muito cedo Dilma percebeu que aquele esforço não mudaria o mundo.

“Eu me lembro dela dizendo: ‘isso é muito bom, mas não vai levar a lugar nenhum. Não resolve os problemas reais’”, conta a professora Sônia Lacerda, amiga desde os tempos do Sion. “Me impressiona até hoje, porque ela já tinha essa percepção ali pelos 12 ou 13 anos de idade.” (AMARAL, 2011, p. 28).

As discussões políticas viriam a fazer parte da vida de Dilma na próxima escola. Em 1964, recusando-se a seguir a profissão da mãe, a professora Dilma Jane, de quem já herdara o nome, presta exame admissional para o Colégio Estadual Central. Refutando o magistério, que era o destino da maior parte das moças de sua classe, ela ingressa naquele que era o coração do movimento estudantil de Belo Horizonte, para cursar o Científico (AMARAL, 2011). Em seguida, já está participando das reuniões do grupo Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop)⁶³ que se reunia na pensão da mãe de um dos ativistas. Logo estariam sob sua responsabilidade trabalhos importantes da organização.

Quando Dilma entrou para a Polop, a principal atividade da organização ainda era imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, essencial para formar novos quadros, mobilizar e “educar o proletariado”. [...] Dilma cuidava da impressão clandestina de *O Piquete* [...]. (AMARAL, 2011, p. 39).

Ali conheceu seu primeiro marido, o jornalista Cláudio Galeno, quadro experiente e importante na organização, apesar da pouca idade. Casaram-se em 1967, em uma cerimônia simples, e juntos lutaram contra o regime militar que saqueava os direitos e liberdades dos brasileiros. No mesmo ano, Dilma entrou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas não concluiria os estudos por lá por causa da militância que levava os revolucionários de um lado para outro nas ações de resistência. Acabaria perdendo o direito aos dois anos cursados ao ser “jubilada” por ser presa pela Ditadura.

Com o endurecimento do regime, as células de resistência se veem impelidas a também radicalizar suas estratégias. A Polop se divide no fim de 1967.

Na cabeça dos jovens militantes as dúvidas podiam ser simplificadas assim: construir o partido do proletariado ou pegar em armas contra o capitalismo opressor; ser reformista ou ser revolucionário; ser mais um intelectual pequeno-burguês ou ser um novo homem guerrilheiro. (AMARAL, 2011, p. 47).

⁶³ A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop) surge em 1961 em oposição ao que seus membros consideram um conformismo da esquerda brasileira, principalmente em relação à posição do Partido Comunista, que detinha a maior representação. Aglutinava trotskistas, luxemburguistas e socialistas que não acreditavam mais suficientes as orientações do partido para o alcance da revolução socialista. A Polop defendia a independência da classe trabalhadora com um movimento operário totalmente desvinculado das ideologias burguesas. Existiu na legalidade até 1964, quando passou a considerar a guerrilha como estratégia de enfrentamento e resistência à ditadura militar que se estabelecera (OLIVEIRA, 2007).

Do racha da organização surgem duas novas frentes: o Partido Operário Comunista (POC - formado pela antiga direção da Polop) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR – formada pelos dissidentes paulistas). Os mineiros criam a Colina (Comando de Libertação Nacional), no começo de 1968. “[...] Seu objetivo declarado era alcançar o socialismo, e não apenas lutar contra o imperialismo. [...]” (AMARAL, 2011, p. 48).

Naquele ano o governo militar edita o Ato Institucional nº 5, tirando qualquer máscara de diplomacia que pudesse haver sobre o regime e assumindo sua faceta mais tirana. O Congresso Nacional é fechado e todo o poder pertence às Forças Armadas. A censura é a regra e as perseguições, prisões e torturas a quem se contrapunha ao regime ficam ainda mais violentas. É a “linha dura” em ação. Amaral fala sobre o ano de 1968 dizendo que foi quando os movimentos de massa se levantaram contra o regime, mas não tiveram forças perante os militares.

[...] O ano de 1968 foi aquele em que o brigadeiro João Paulo Burnier tentou explodir o gasômetro do Rio, botar a culpa na oposição e lançar seus chefes em alto-mar; foi o ano em que a esquerda começou a assaltar bancos, roubar armas e explodir bombas; o ano da Passeata dos Cem Mil e da prisão de 920 estudantes no Congresso da UNE em Ibiúna; o ano em que a tortura foi banalizada, o Congresso Nacional foi fechado e a ditadura baixou o AI-5, transferindo todo o poder às forças armadas. (AMARAL, 2011, p. 48).

A Colina se une a VPR, que adotara o caminho das ações armadas, e seus integrantes recebem treinamento militar. Em 1969 foi a vez de Dilma, que fez os exercícios em uma fazenda no Uruguai (AMARAL, 2011, p. 50): “[...] Ela contou que aprendeu a montar e desmontar um fuzil ‘de olhos fechados’, mas nunca tentou aprender a atirar por causa da miopia acentuada”. Mesmo assim, isso bastaria, mais tarde, como munição para que seus desafetos políticos espalhassem boatos de que Dilma era uma terrorista violenta.

Suas tarefas giravam em torno da preparação de documentos políticos, como o que tratava da fusão da Colina com a VPR, e em fazer contatos. O novo cargo exige sua presença no Rio de Janeiro e a afasta de Cláudio Galeno. Enquanto o casamento esfriava, Dilma conhece Carlos Araújo, um gaúcho que viria a ser seu segundo marido, pai de sua única filha, Paula, além de grande amigo, parceiro e conselheiro. O fim do relacionamento com Galeno, que também já tinha uma nova namorada, foi pacífico e transformou-se em amizade cultivada com afeto ao longo dos anos (AMARAL, 2011).

Carlos Araújo era um quadro político veterano. Filho de um advogado que por muito tempo foi o único a defender os sindicatos de trabalhadores no Rio Grande do Sul. Conta Amaral que:

[...] Carlos herdou do pai a opção ideológica, a banca de advocacia e a vocação incorrigível para dialogar com o oponente em situações difíceis – até mesmo com o carrasco.

Em 1957, enquanto *Dilminha* pedalava sua bicicleta amarela, Carlos estava em Moscou, enviado pelo PCB ao Festival Mundial da Juventude. Constatou *in loco* tudo o que se dizia dos horrores de Stalin no Relatório Kruschev – e que a direção comunista tentava ocultar no Brasil. Saiu do partido, mas não da militância. Em julho de 1962, levou um tiro de metralhadora na orelha esquerda, num atentado do Movimento Anticomunista (MAC) contra a UNE [...].

Na ressaca do Golpe de 64, Carlos dividiu a cadeia com o pai e dois irmãos em Porto Alegre. [...]. De volta às ruas, [...] organizou a greve na fábrica de fogões Wallig, reprimida a patadas pela tropa de cavalaria do Exército. “A partir daí a gente resolveu conversar com o pessoal que estava na luta, e eu fui procurar os caras da colina”. (AMARAL, 2011, p. 57).

Estela e Max, os codinomes de Dilma e Carlos Araújo, trocaram votos em um “aparelho”, como eram chamados os abrigos, às vezes escondidos, às vezes à vista, das células de organizações clandestinas. Àquele casamento improvisado, o biógrafo Amaral (2011, p. 58) chamou de “cerimônia revolucionária”. “[...] o *laralalá* da Marcha Nupcial foi cantarolado a meia voz, para não chamar a atenção dos vizinhos, e o noivo pediu a mão da noiva a Juarez Guimarães de Brito, o dirigente máximo da organização”. Os dois só saberiam o nome verdadeiro um do outro depois de presos e seriam casados de uma forma mais oficial também nessa situação, graças aos esforços de suas mães, que advogaram junto ao Estado pelo reconhecimento da união dos filhos, pois somente presos legalmente casados podiam se encontrar no pátio da prisão. Assim, Dilma e Carlos acabam casados pela polícia em 1971 (AMARAL, 2011).

A relação como casal durou cerca de 30 anos, mas a amizade e lealdade se estenderam até a morte do advogado, em agosto de 2017. Em uma das poucas entrevistas que concedeu nos últimos anos, Carlos Araújo falou à revista *Lola* (2012, p. 58) que se encantou por Dilma assim que a viu: “O que chamou minha atenção foi a beleza. Dilma era uma mulher muito bonita e, ao mesmo tempo, segura de si, corajosa, confiante. Aquilo me fascinou”. Na ocasião, ele ainda declarou que os dois tiveram uma vida de luta, amizade e respeito e lamentou que apenas o lado “durona” da, então presidenta, fosse destacado (LOLA, 2012, p. 59): “Dilma tem uma personalidade forte, é exigente em tudo o que faz, gosta de botar ordem nas coisas, esses são traços marcantes nela. Era

assim também em casa, mas sobressaía mais a pessoa justa que ela é, afetuosa, carinhosa, agradável de conviver”.

O lado fraterno e solidário de Dilma é lembrado também pelas companheiras de cárcere. Eleonora Menicucci, amiga da época da adolescência e, escolhida pela presidenta para ser ministra de Políticas para as Mulheres, falou à revista online *Fórum*, em entrevista publicada em 26 de outubro de 2014⁶⁴, sobre o reencontro das duas na prisão:

“Quando cheguei em outubro de 1971, fui recebida por ela com muita solidariedade e companheirismo. [...] É uma pessoa bem-humorada, podendo ser até sarcástica, mas muito generosa. Era estudiosíssima, queria sempre estudar e dava a mão e o ombro para cada uma das mulheres que chegavam ou iam para a tortura. Tem uma passagem especial. Eu tinha uma filha de um ano e dez meses que me visitava, eu ficava muito mal. E ela me ajudava muito a superar aquele momento. [...] Eu fui levada em uma noite para Juiz de Fora. Ir para outro lugar naquele momento significava voltar para mais tortura. Antes de ir, nós conversamos e ela me deu muita força. Eu ia algemada no camburão, em uma viagem muito longa e lembro desse apoio. [...]”. (FÓRUM, 2014, sem página).

Eleonora diz que essas características acompanham Dilma:

“O que ela conserva da jovem que resistiu à ditadura e não fugiu da luta é a solidariedade, a lealdade, a determinação, que muitas vezes nesse mundo patriarcal que nós vivemos é confundido com intransigência. Ela é muito rígida com o cumprimento de metas, com o bom trabalho, com a qualidade do trabalho. E também no compromisso com a democracia. [...]”. (FÓRUM, 2014, sem página).

Amaral traz em seu livro trecho de um artigo no qual Maria Cristina Uslendi, outra companheira de cela de Dilma, relata o espírito de solidariedade que as sustentava:

“Voltei aos infernos inúmeras vezes e sempre que voltava à minha cela encontrava Dilma de braços abertos, me amparando, me ajudando a usar a latrina quando não tinha forças, me dando sopinhas de colher na boca, me cedendo a parte de baixo do beliche. [...]”. (AMARAL, 2011, p. 78).

A durona e carinhosa Dilma foi presa em 16 de janeiro de 1970, em São Paulo, e ficaria encarcerada por quase três anos, excedendo em nove meses à sentença que lhe foi imputada. A

⁶⁴ Disponível em < <https://www.revistaforum.com.br/digital/170/coracoes-valentes-ex-marido-e-amigos-de-dilma-relembra-historias-da-presidenta/>>. Acesso em 14/08/2017.

maior parte desse tempo ficou confinada no presídio Tiradentes, lugar onde “[...] a polícia jogava mendigos, prostitutas e suspeitos de qualquer coisa, desde que fossem pobres. [...] Desde a queda da UNE, em 1968, o Tiradentes era usado como cárcere para inimigos do regime [...]” (AMARAL, 2011, p. 77). Pela arquitetura e isolamento, o espaço onde as mulheres ficavam detidas acabaria chamado, por elas mesmas, de a “Torre das Donzelas”.

4.1.2 Soco, choque, pau-de-arara... a prisão

Dilma Rousseff foi presa em uma emboscada para a qual a polícia usou outro integrante da organização como isca, em 16 de janeiro de 1970. Foram 22 dias de socos e palmatórias, sofrendo terrorismo psicológico, sendo seviciada no pau-de-arara e levando choques nos pés, nas mãos, nas orelhas, nos seios... Tortura sobre a qual ela não gosta de falar. Em uma das poucas entrevistas sobre esses momentos, contou ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho (Folha de São Paulo, 2005) que perdia a noção de tempo naquelas sessões de terror⁶⁵:

“[...] Você não sabe quanto tempo, nem que tempo que é. Sabe por quê? Porque para, e quando para não melhora, porque ele fala o seguinte: ‘Agora você pensa um pouco’. Parava, me retiravam e me jogavam nesse lugar do ladrilho, que era um banheiro, no primeiro andar do DOI-Codi. Com sangue, com tudo. Te largam. Depois, você treme muito, você tem muito frio. Você está nu, né? É muito frio. Aí voltava. Nesse dia foi muito tempo. Teve uma hora que eu estava em posição fetal.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. A6).

Segundo Dilma, a brutalidade da tortura era tanta que ela chegava a desmaiar:

“Não comer. O frio. A noite. Eles te botam na sala e falam: ‘Daqui a duas horas eu volto pra te interrogar’. Ficar esperando a tortura. Tem um nível de dor em que você apaga, em que você não aguenta mais. A dor tem que ser infligida com o controle deles. Ele tem que demonstrar que tem o poder de controlar tua dor.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. A6).

Assim que chegou à prisão, conta Dilma na entrevista a Maklouf, entendeu que a expectativa também fazia parte da tortura:

“[...] A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar. Eu senti ali que a barra era pesada. E foi. Também estou lembrando muito bem do chão do

⁶⁵ Disponível em < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/06/21/2/>>. Acesso em 16/08/2017.

banheiro, do azulejo branco. Porque vai formando crosta de sangue, sujeira, você fica com um cheiro...”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. A6).

A experiência da ditadura foi para Dilma, de acordo com o que declarou na entrevista à revista Marie Claire, a pior das situações que precisou enfrentar, entre todas as suas lutas: “[...] A tortura e a prisão daquela forma tiram a dignidade. [Os torturadores] Te impõem dor para arrebanhar sua dignidade. A doença, de certa forma, também faz isso, mas dentro da sua humanidade, não tentando te tirar a dignidade” (MARIE CLAIRE, 2016, s.p.).

As informações que os policiais queriam, Dilma poderia ter. Sabia de muita coisa. Mas, não falou nada. Tinha medo que os companheiros fossem pegos.

[...] Falou apenas de um aparelho desativado, na praia do Suarão, em Santos, onde os agentes acharam pilhas de textos subversivos. A história que ela contou na tortura enganou os carrascos por algum tempo: como ela podia ter informações quentes se nem mesmo estava com o marido, Cláudio Galeno (Lobato), no sequestro do avião para Cuba? Quando descobriram que ela não estava mais com Lobato havia quase um ano, a história “caiu” e as sessões de tortura pioraram, mas ela não revelou sua ligação com Max. (AMARAL, 2011, p. 74).

Amaral (2011, p. 77) diz que a Torre das Donzelas, onde Dilma chegou após dois meses presa no “Fundão do DOPS”, tinha as celas “[...] úmidas, as paredes cobertas de mofo, e as latrinas eram buracos no chão. Havia goteiras por toda parte e, nas noites frias, as presas usavam jornais velhos para tapar os vãos entre as grades das janelas”. Entre sessões de tortura, as presas experimentavam solidariedade e sororidade, cuidando umas das outras. Elas mesmas cozinhavam e buscavam manter um mínimo de normalidade que lhes ajudasse a lembrar que havia uma vida do lado de fora. Por isso, teciam, cortavam os cabelos, ouviam música tocada em uma vitrola a pilhas e estudavam. Dilma era responsável pelo curso de economia que tinha a frequência cobrada por ela dizendo que “estudar é uma tarefa revolucionária” (AMARAL, 2011, p. 80).

Em 2010, a revista *IstoÉ* (edição nº 2120) fez matéria sobre a Torre das Donzelas⁶⁶, como parte das reportagens especiais das eleições daquele ano. Com declarações das companheiras de cárcere de Dilma, o material remonta superficialmente a rotina do presídio e quem era a presa Dilma Rousseff:

⁶⁶ Disponível em <http://istoe.com.br/83253_A+TORRE+DAS+DONZELAS/>. Acesso em 14/08/2017.

Dilma atravessou o corredor das corrós⁶⁷ em fevereiro de 1970, [...] após mais de 20 dias nos porões da repressão política. “Ela chegou fragilizada pela tortura, mas logo se recuperou”, lembra a jornalista Rose Nogueira, 64 anos, que passara pelo mesmo processo três meses antes. (ISTOÉ, 2010, s.p.).

A matéria ainda fala da postura desafiadora e de liderança da candidata à Presidência do Brasil. Uma das ex-companheiras de cárcere ouvida pela revista foi Therezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia no fim dos anos 1970 e do qual Dilma fez parte a seu convite. Esposa de um general que fora cassado por não apoiar o regime militar, a advogada e assistente social foi condenada por ajudar no Congresso da União Nacional dos Estudantes, reunião que aconteceu em um sítio na cidade paulista de Ibiúna, em 1968, considerada ação subversiva pela ditadura.

Preso em 1970, Therezinha contou a *IstoÉ* (2010, s.p.) que sua condição social fez com que fosse tida como uma “burguesa” pelas detentas da Torre das Donzelas logo que chegou, e quem a defendeu foi Dilma:

“[...] Ela tinha uma liderança nata”, diz Therezinha. Quando precisava, Dilma endurecia. No final do ano, Therezinha estava bordando o vestido que a filha usaria no Réveillon quando um grupo de militares a procurou. “Acho que queriam me convencer a entrar num programa de arrependidos”, diz, referindo-se aos presos que foram à tevê renegar a opção pela resistência ao regime. “Não quis atendê-los. Eles voltaram mais tarde e, quando eu estava mandando-os ir embora, a Dilma gritou: ‘Dá duro neles, Therezinha. Se precisar, nós colocamos todos para fora’.” (ISTOÉ, 2010, s.p.).

A matéria de *IstoÉ* segue lembrando que

Naqueles tempos, a atitude desafiadora só seria possível mesmo no presídio Tiradentes. Como muitos torturadores costumavam repetir durante as sessões que promoviam, o Tiradentes “era o paraíso”. Isso porque, ao entrar no presídio, a pessoa estava com a prisão reconhecida pelo Estado. Às vezes, era levada para interrogatórios em outras instituições, mas praticamente não corria risco de morrer ou “desaparecer”. Na escala macabra estabelecida nos porões do regime, a Operação Bandeirante (Oban) era o inferno, ficando o purgatório por conta da Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (Deops). Como várias companheiras de cadeia, Dilma passou pelo inferno e pelo purgatório antes de chegar à Torre.

Por conta das sevícias, sofreu uma disfunção hormonal que levou anos para ser curada. (ISTOÉ, 2010, s.p.).

⁶⁷ Termo usado para se referir às presas comuns, normalmente, detidas por vadiagem ou prostituição.

O contato com o “mundão”⁶⁸ acontecia nas visitas. Conforme Amaral (2011, p. 79), a mãe de Dilma viajava de ônibus de Belo Horizonte a São Paulo todas as semanas para vê-la.

Aos sábados, Dilma trocava o moletom ou o jeans por roupas mais alegres (havia uma arara coletiva para essas ocasiões) e passava um batonzinho básico. Dilma Jane nunca deixou passar uma expressão de tristeza diante da filha; nunca chorou numa visita.

Entre livros, estudos e a escala de tarefas, os esforços eram grandes na tentativa de tornar o “mundinho” melhor. Comemoravam o Natal, o Réveillon e até o Carnaval, diz a reportagem de *IstoÉ*.

[...] As fantasias eram improvisadas, é claro, mas havia até desfile no “celão”. No caso de Dilma, as estratégias para manter o moral elevado atrás das grades também passava pelo humor. “Ela pôs apelido em todas nós”, conta Rita [Sipahi, advogada]. “Uma era a Ervilha, outra a Moló, porque tinha jogado um coquetel-molotov em uma ação.” Essa faceta pouco conhecida de Dilma é ressaltada por outras entrevistadas. “Ela tem um humor impagável”, garante Eleonora [Menicucci]. (ISTOÉ, 2010, s.p.).

Dilma saiu pela primeira vez da Torre das Donzelas, desde que havia sido encarcerada lá, no final de 1970 para seu julgamento na Auditoria Militar no Rio de Janeiro (Figura 14). Carlos Araújo também fora levado. Estavam indiciados juntos no Inquérito Policial-Militar. Foi a primeira vez que se viram desde a prisão.

Dilma Rousseff respondeu ao IPM no Rio de Janeiro e a mais dois, um em Juiz de Fora e outro em São Paulo e, embora nenhum dos três tenha estabelecido a participação dela nas ações armadas, como os assaltos a banco, roubo de carros e armas e atentados, foi chamada de “papisa da subversão” por um dos juízes auditores e condenada, no total das penas, a dois anos e um mês de prisão (AMARAL, 2011, p. 86): “[...] uma das molas mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários postos em prática pelas esquerdas radicais [...]”, disse o juiz.

A futura presidenta do Brasil sairia da prisão em novembro de 1972 e, além do trauma da tortura e dos meses a mais de encarceramento, teria de viver com o questionamento constante sobre sua participação na resistência à Ditadura Militar, principalmente em épocas eleitorais.

⁶⁸ De acordo com Amaral (2011), as presas da “Torre das Donzelas” se referiam ao cárcere como *mundinho* e ao lado de fora, ou seja, à liberdade, como *mundão*.

Figura 14: Dilma Rousseff em depoimento na Auditoria Militar (Rio de Janeiro, 11/1970)



Fonte: Amaral, 2011, s.p.

4.1.3 Guerreira ou guerrilheira? O caso da ficha falsa do DEOPS

Um exemplo do uso político da biografia de Dilma Rousseff como militante da resistência à ditadura é o caso da veiculação de uma ficha de detenção, supostamente pertencente aos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), pelo jornal *Folha de São Paulo*. Enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) sinalizava que a então ministra seria a candidata da sigla em 2010, o jornal publicava, em 05 de abril de 2009, matéria de três páginas, no caderno de política e com chamada de capa, sobre um hipotético plano da célula de Dilma para sequestrar Delfim Neto em 1969⁶⁹.

De acordo com Alencar (2012, p. 31), a *Folha de São Paulo* apresentou a notícia como uma novidade em tom “bombástico”, a partir de declarações pinçadas de uma entrevista de três horas

⁶⁹ Em 1969 Delfim Neto era ministro do governo militar.

com um ex-colega de organização de Dilma e que jamais foi publicada. “A partir disso, o assunto principal direciona-se à suposta atuação da então pré-candidata à Presidência Dilma Rousseff nos movimentos armados contra a Ditadura”. Diz o autor, que ao classificar o grupo como “organização terrorista”, o jornal retoma estratégias discursivas usadas nos tempos do regime. Também recorre a comprovações vazias e denomina Dilma como “guerrilheira”, em consonância com o dito por uma das fontes ouvidas, um militar da reserva. Para Alencar, o jornal retira de contexto as declarações de Dilma, dadas em longa entrevista, para reforçar a ideia de que ela participou da luta armada.

Pelos títulos e pelo trecho de abertura citados [*Na época em que pegou em armas para combater o regime militar, diz ela, “achava que estava fazendo tudo pelo bem da humanidade”*⁷⁰], fica evidente a intenção de associar, sem deixar margens a dúvida, a então ministra à resistência armada, à caracterização dessa luta como terrorismo e à transformação de um não fato de quarenta anos atrás em polêmica para hoje. Ou seja, um factóide, que sai de uma “lenda urbana” do período da ditadura e ganha aspectos de realidade a interferir na vida política do presente por meio da narração construída pelo jornal. (ALENCAR, 2012, p. 32, grifos do autor).

Figura 15: recorte da capa da folha de São Paulo de 05/04/2009



Fonte: Acervo digital da Folha de São Paulo

⁷⁰ Alencar (2012, p. 33) transcreve o trecho completo do qual a frase de Dilma Rousseff foi retirada: Folha – Foram mais de 20 dias. Deve ter sido um congresso extremamente tenso, porque ninguém entrava nem saía... Dilma – Na minha cabeça, eu só lembro que a gente conversava e discutia muito, debatía. Tinha uma infraestrutura complexa porque a gente não saía de lá, não podia aparecer. Bom não era. Mas, naquela época, você achava que estava salvando o mundo de um jeito que só se acha aos 19, 20 anos. Sem nenhum ceticismo, com uma grande generosidade. Tudo fica mais fácil. Tudo fica mais justificado, todas as dificuldades. Você não ter roupa não tem problema. Às vezes, andava com uma calça xadrez e uma blusa xadrez.

O documento que dava sustentação à matéria e estampava as páginas e a capa do jornal era uma ficha de detenção da ditadura, um fac-símile supostamente oriundo do Deops, onde há uma fotografia de Dilma presa e o carimbo “capturado”, elencando crimes como assaltos a bancos, a casas, a quartéis e lojas de armas, planejamento de assassinatos (Figura 16). Para Alencar (2012, p. 49), “se o leitor da reportagem ainda tivesse dúvidas sobre as ligações de Dilma Rousseff com a luta armada, a imagem da ficha [...] seria suficiente como ‘prova’”.

[...] Abaixo da ficha, uma discreta legenda informa: “Ficha com crimes atribuídos a Dilma Rousseff, mas que ela não cometeu”. Contrariando a legenda, a reportagem e a entrevista associam à Dilma parte dessas formas de resistência armada, com obsessão até. A ficha foi publicada de forma que tivesse grande visibilidade, com foto da “acusada”, uma impressão digital atribuída a ela e um carimbo de “CAPTURADO”. A legenda diz que os crimes são imputados a Dilma Rousseff, mas as matérias não informam quem as atribuiu. Nenhum dos documentos autênticos existentes em arquivos da repressão (Observatório da Imprensa, 25/04/2009) corrobora o conteúdo da ficha publicada. Mesmo as fontes que foram participantes da repressão e fazem atribuições daqueles crimes a ela apenas aludem a uma possível participação sua na luta armada. (ALENCAR, 2012, p. 49-50, grifos do autor).

Figura 16: Ficha falsa de Dilma Rousseff

LIBRARES		TERRORISTA ASSALTANTE DE BANCOS	
Sobrenome		Número do artigo: 09207	
DILMA VANA ROUSSEFF LIBRARES		ESTELA	
Nome		ACURSO	
POLICIA		DIREITO	
Outros nomes: DILMA, PATRICIA, VANIA		Assinatura:	
Filiação: Pedro Rousseff e Dilma Rousseff			
Endereço: Av. João Pinheiro, 35 apto. 1001			
Nascimento: Bel. Horizonte - MG		Data Nasc: 14/12/47	
Profissão: Desconhecida		Est. civil: Casado (Lobato?)	
Atividades:			
1967 - militante de Política Operária (POLOP), MG			
06-10-68 - assalto ao BANESPA, Rua Iguaçu, 1001, 69 mil			
12-10-68 - planejamento assassinato Cap. Charles R. Chandler (3)			
11-11-68 - assalto à casa de Arnan Dyson, R. do Senador, 48 casas			
17-04-69 - Comando de Libertação Nacional (COLINA)			
24-01-69 - Assalto ao 49 RI Quintana, Osasco - SP, 43 FAL, 3 JMA, 4 cambetas munição			
18-07-69 - Assalto casa Gov. Adhemar de Barros			
01-08-69 - assalto ao Banco Mercantil de São Paulo			
17-09-69 - Congresso VAR Palmares (Teresópolis)			
20-09-69 - assalto ao quartel de Força Pública, Barra Branca (cont.)			

Fonte: Forum⁷¹

⁷¹ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/palavra-minha/um-ano-da-ficha-falsa-de-dilma-vale-tudo-em-2010/>. Acesso em: 01/06/2018.

Alencar ainda salienta que os crimes citados na ficha falsa ocorreram em São Paulo em épocas que Dilma estava em Belo Horizonte e que nos arquivos verdadeiros constam acusações significativamente mais amenas que a da ficha reproduzida pela *Folha de São Paulo*.

As reações à publicação foram imediatas. Espinosa escreveu ao jornal exigindo a retratação por terem sido atribuídas a ele declarações diferentes das que dera na entrevista à *Folha de São Paulo*. Ele, inclusive, solicitava que o veículo publicasse sua entrevista na íntegra para que os leitores pudessem ter um parâmetro de comparação com a matéria produzida pelo jornal:

[...] Na carta ao jornal, ele solicitou o restabelecimento da verdade: [...] “A VAR-Palmares não era o ‘grupo de Dilma’, mas uma organização política de resistência à infame ditadura que se alastrava sobre nosso país, que só era branda para quem se beneficiava dela. [...]”.

[...] Em seguida, o professor afirma que Dilma Rousseff praticou apenas militância política e jamais participou de luta armada, [...]: “Dilma Rousseff era militante da VAR-Palmares, sim, como é de conhecimento público, mas sempre teve uma militância somente política, ou seja, jamais participou de ações ou do planejamento de ações militares. [...]”.

Espinosa passou, então, a explicar a informação muito usada na entrevista, segundo a qual Dilma, por ser do comando da VAR, teria conhecimento do plano, explicitando a simplicidade da apuração e das ilações feitas pela reportagem. “Dilma sequer teria como conhecer a ideia da ação, a menos que fosse informada por mim, o que, se ocorreu, foi para o conjunto do comando nacional e em termos rápidos e vagos. Isso porque a VAR-Palmares era uma organização clandestina e se preocupava com a segurança de seus quadros e planos, sem contar que ‘informação política’ é algo completamente distinto de ‘informação factual’. Jamais eu diria a qualquer pessoa, mesmo do comando nacional, algo tão ingênuo, inútil e contraproducente como ‘vamos sequestrar o Delfim’, você concorda? O que disse à repórter é que informei politicamente ao nacional, que ficava no Rio de Janeiro, que o regional de São Paulo estava fazendo o levantamento de um quadro importante do governo, talvez para sequestro e resgate de companheiros então em precárias condições de saúde e em risco de morte pelas torturas sofridas. [...]”. (ALENCAR, 2012, p. 52-55).

A carta de Espinosa não foi publicada pela *Folha de São Paulo*. Sua disseminação se deu através da internet e outros órgãos de imprensa. O que foi, diz Alencar (2012), importante para esclarecer o caso. Após várias negociações com o autor da carta, exigindo modificações no texto sob o pretexto de falta de espaço e o argumento de que a carta original já havia sido publicada em outros meios, o jornal veicula, na quarta-feira, uma segunda carta de Espinosa, na qual, pela limitação de tamanho imposta a ele, ficam comprometidas explicações importantes.

A primeira manifestação de Dilma Rousseff sobre a veiculação da ficha falsa se deu em 17 de abril, em entrevista à uma rádio (ALENCAR, 2012). Na ocasião, a ministra declarou que estava

discutindo com o jornal a proveniência do documento. Alencar (2012, p. 61) diz que “a essa altura, já circulavam muitos comentários e *posts* em blogs que indicavam que a ficha era veiculada havia muito tempo em *spams* e difundidas em sites e blogues favoráveis ao regime da ditadura [...]”.

Dilma Rousseff também escreveu à *Folha*, falou por telefone, solicitou que o jornal lhe mostrasse a autenticação do material, já que os documentos copiados no Arquivo Público de São Paulo recebem um carimbo que atesta sua similaridade com o original, mas jamais recebeu a prova.

Treze dias após a matéria inicial, após tanta repercussão e questionamentos, depois de o diretor da sucursal de Brasília não conseguir demonstrar à ministra a proveniência do documento, o jornal simplesmente anuncia que escalou repórteres para esclarecer o caso e que publicará os resultados em edição posterior. (ALENCAR, 2012, p. 64-65).

A alternativa de Dilma para oferecer um contraditório às pessoas é enviar sua carta a sites e blogues, como Espinosa. No texto, ela salienta que, embora tenha explicado reiteradamente à repórter da *Folha* que não havia participado da elaboração de um plano de sequestro de Delfim Neto, o jornal preferiu a construção de um factóide à verdade e que a ficha publicada é falsa.

Somente 20 dias após a veiculação da matéria, o jornal publica algo a respeito de seu “erro”. Com o título de “Autenticidade de ficha de Dilma não é provada”, diz ter sido um equívoco tratar como autêntica uma ficha sobre a qual não poderia garantir autenticidade, já que a recebeu por e-mail e não a copiou dos arquivos oficiais (somente aí admite que foi dessa forma que a adquiriu), como deixava subentendido na matéria de 05 de abril. Para Alencar, fica claro que, no entanto, a *Folha de São Paulo* mantém seu posicionamento e segue classificando a resistência à Ditadura como terrorismo.

De toda a problemática discutida até então sobre a matéria, apontando as inúmeras falhas e fragilidades de argumentação, o jornal reconhece apenas dois erros [...]. outros erros menos óbvios, que podem ser identificados pelas próprias diretrizes do *Manual de Redação* não foram sequer mencionados. Nada foi dito sobre o fato de Espinosa ter apontado distorções nas informações que foram pinçadas de sua entrevista. [...] para explicar o fato de um documento digital enviado por e-mail ter sido publicado como documento reproduzido do Arquivo Público, a matéria argumenta que houve um erro técnico: pôs-se a ficha por engano em uma pasta chamada “Arquivo de SP”. [...]. (ALENCAR, 2012, p. 67-68).

A não autenticidade da ficha fica confirmada com a declaração do coordenador do Arquivo Público, onde diz que tal documento não existe no acervo do órgão e tampouco reconhece o modelo da ficha. À publicação do mea-culpa da *Folha*, Alencar chama de semirretratação:

[...] além de sua insuficiência em esclarecimentos, comete novos erros, o que exigiria uma retratação da retratação. Se antes dela o jornal se encontrava em uma situação de difícil sustentação quanto ao caso, depois dela tornou-se ainda mais complicada. O argumento segundo o qual a autenticidade da ficha não pode ser assegurada pesa contra o próprio jornal que o formula. O fato de não reconhecer a falsidade da ficha, a qual será demonstrada empiricamente nos dias posteriores, complica seus posicionamentos. Se houve erro técnico em 05 de abril, ocasionado por algum tipo de pressa, vinte dias depois seria tempo suficiente para uma apuração séria e esclarecimentos razoáveis. (ALENCAR, 2012, p. 72).

A ficha foi analisada por peritos e vários laudos demonstraram tratar-se de montagem. Simpatizantes de Dilma Rousseff, inclusive, usaram outros políticos como personagens para edições e recriações de fichas na internet (Figura 17). Mostrando, assim, a facilidade de adulteração de documentos como o publicado pela Folha de São Paulo como sendo do Arquivo Público.

Figura 17: Ficha editada com dados fictícios de José Serra

Chirico	Terrorista da AP
Sobrenome	Número do artigo 00207
José Serra	Vampiro
Nome	Alcunha FELISUA DIREITO
 	
Outros nomes: Vampiro, Serrosferatu, Serrágio	
Assinaturas:	
Filiação: Francesco Serra, Serafina Chirico Serra	
Endereço: Desconhecido	
Naturalidade: São Paulo - SP	Data Nasc: 19/03/42
Profissão: Desconhecida	
Est. civil: Casado	
Atividade: Agitador estudantil, Líder da UNE, Membro do grupo terrorista Ação Popular (AP) de orientação Marxista-leninista	
Explosão do Aeroporto de Recife	
Assassinato [*justicamento*] de Antônio Lourenço [*Fernando*]	
Participação no seqüestro do Embaixador Americano Charles B. Elbrick, em apoio ao MS-8	
BRASCO / CONT	

Fonte: imagem de internet⁷²

⁷² Disponível em: <<https://plus.google.com/115390880487557979223/posts/h1o43fT5Bpn>>. Acesso em: 12/05/2018.

De acordo com Alencar (2012), a “blogosfera” desempenhou um papel fundamental no caso da ficha falsa. Foi no ambiente da rede que se discutiu e demonstrou a má fé da Folha de São Paulo em publicar um conteúdo adulterado e de forma que direcionava a interpretação do leitor no sentido de que uma possível candidata ao cargo máximo da democracia republicana era uma criminosa.

4.1.4 Recomeço: a vida no Sul, trabalhismo, maternidade e carreira

Quando o presídio Tiradentes foi desativado, Carlos Araújo foi transferido para outro em Porto Alegre e foi para lá que Dilma Rousseff rumou para recomeçar a vida em liberdade. No Sul, se identificaria com o trabalhismo, uma força política de tradição no estado gaúcho, que tinha como um de seus expoentes Leonel Brizola, à época exilado no exterior.

Nesse recomeço, Dilma dedicou-se ao estudo. Participava de um grupo que misturava a preparação para o vestibular com leituras marxistas. Entrou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e fez estágio na Fundação de Economia e Estatística estadual.

Os óculos pesados não resistiam a tanta leitura, mas Dilma não se importava de usar pedaços de arame para prender as hastes à armação surrada. Aos poucos incorporou expressões gaúchas ao falar mineiro, misturando o *ti* com *ocê*, o *tchê* com *uai*. Aprendeu a torcer pelo Internacional, time da família de Carlos. Sentia-se acolhida em Porto Alegre, com uma vida política e social intensa e centrada na Assembleia Legislativa. [...]. (AMARAL, 2011, p. 94).

Em liberdade, Dilma e Carlos tiveram a filha Paula, em março de 1976. A menina cresceu vendo a casa da família fervilhar em atividade política. Dilma se esforçava para conciliar maternidade e militância, diz Amaral (2011). Ela havia perdido o primeiro bebê do casal em um aborto espontâneo no início da gestação e depois de Paula teve uma gravidez tubária que resultou na impossibilidade de gestações futuras.

As duas experiências são determinantes para o posicionamento de Dilma quanto ao aborto, sugere o biógrafo, tema que sempre aparece nas campanhas eleitorais. Não avançar no sentido de promover a descriminalização do aborto é ainda uma das críticas fortes de parcela da população à Dilma. Outro tanto a condena por não se posicionar veementemente contra.

No final da década começa a anistia e, aos poucos, os exilados políticos retornam ao Brasil. Nessa época, as frentes políticas se movimentam para organizar os novos partidos. Brizola anuncia a refundação do PTB, ainda no exílio, em Lisboa, em 1979, mas pouco tempo depois perderia a sigla em uma disputa com Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas. Fundou, então, o PDT. Nas eleições de 1982, Carlos Araújo é eleito deputado pelo novo partido.

[...] Dilma, que atuava na direção do partido e no setor de mulheres, foi organizar a assessoria técnica e política da bancada na Assembleia Legislativa. Também fazia comentários sobre economia num programa de TV local”. (AMARAL, 2011, p. 103).

Em todo o país crescem as mobilizações pela escolha democrática do presidente, as “Diretas Já”. A pressão popular esgotava a capacidade dos militares de manterem a ditadura. A redemocratização chega em 1985 e, com ela, as eleições para prefeito. Assim que recebe a notícia da vitória, Alceu Collares diz a Carlos Araújo que pretende que Dilma assuma a Secretaria de Indústria e Comércio e logo faz o convite:

Ao desligar o telefone, Dilma tinha sido promovida da discreta pasta inicial para a Secretaria da Fazenda, a primeira mulher no país a comandar as finanças de uma capital. Verdade que, naquele tempo, a autonomia política e financeira dos municípios era próxima de zero (a nova constituição corrigiria esta distorção até com exagero), mas, nos quase dois anos em que esteve na Fazenda, ela deu alguma ordem ao caos que encontrou. Quando entregou o cargo, no começo de 1988, a Dilma da articulação política e da formulação teórica era também a Dilma da gestão pública. (AMARAL, 2011, p. 107).

Collares foi eleito governador do Rio Grande do Sul em 1990 e, para Dilma, restaria o cargo de presidente da Fundação de Economia e Estatística, a mesma onde havia sido estagiária, função sem muito prestígio à época. Depois, veio a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, embora Dilma e Collares tivessem suas divergências, pois eram de alas opositoras dentro do PDT. Mais tarde, no governo de Olívio Dutra, em 1999, Dilma voltaria a ser titular desta pasta.

Dilma e Carlos Araújo se separaram em 1994. Dois anos depois, voltaram. Findaram o casamento amoroso definitivamente em 2000. Chegava ao fim, também, seu tempo de PDT, ela deixou o partido junto com outros 383 filiados, após um racha na sigla pelo desacordo de parte dos integrantes em aderir à ideia da criação de uma espécie de frente anti-PT nas eleições municipais daquele ano, já que Collares disputava o segundo turno da Prefeitura de Porto Alegre com Tarso

Genro. Dilma, outros integrantes da cúpula do PDT e vários filiados consideraram a iniciativa um contrassenso, pois o partido fazia parte da base do governo petista estadual e ocupava cargos do Executivo. Com a insistência, ela deixou o brizolismo e filiou-se ao PT. Além dela, outros nomes importantes do partido no cenário político gaúcho à época, que faziam parte do primeiro escalão do governo do estado também optaram pela saída, foram eles: Sereno Chaise, que era vice-presidente do Bannisul, e Milton Zuanazzi, secretário estadual de Turismo.

Em 2010, ao declarar apoio à candidatura de Dilma à Presidência da República, Alceu Collares disse, em entrevista ao *Jornal do Comércio*⁷³, que não poderia ter agido diferente quando chamou os dissidentes de traidores, mas que não guardava mágoa e confessou admiração pela expressão política de Dilma: “[...] conosco ela fez um cursinho de alfabetização política e agora com Lula é pos-graduação. Vai ser aprovada com nota 10 pelo povo. [...]”.

4.1.5 Um outro partido, a mesma energia

A trajetória de Dilma no PT seria ascendente. Aos poucos foi ganhando confiança e espaço, sendo reconhecida por trabalhar duro e perseguir resultados. Em sua segunda passagem pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicação no Rio Grande do Sul (SEMC), no governo de Olívio Dutra, investiu nas investigações de fontes alternativas de energia e o vento era uma boa opção no estado. Pesquisou, estudou e catalogou as possibilidades e conseguiu uma parceria com a empresa espanhola Enerfin/Enervento para a construção do parque eólico de Osório, driblando a falta de potencial hidrelétrico da região. Ela já desconfiava que um “apagão” estava no destino do Brasil:

[...] Para reduzir a dependência da energia da binacional Itaipu, ela apostou na eletricidade que sobrava na Argentina. Deu prioridade ao projeto de uma subestação para fazer chegar essa energia ao Rio Grande do Sul. A subestação foi contratada por meio da CEEE [companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado], o que apressou sua instalação no prazo recorde de oito meses. Também investiu nas térmicas do complexo de Candiota, abastecidas em parte pela produção regional de carvão. Ao fim da segunda gestão de Dilma Rousseff na SEMC, a oferta de energia elétrica no Rio Grande do Sul tinha crescido 46%. (AMARAL, 2011, p. 121).

⁷³Ver: “Saída dos dissidentes do PDT completa uma década”. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=35413>>. Acesso em: 03/02/2018.

Sua eficiência no setor energético gaúcho, que deixou o Rio Grande do Sul de fora do racionamento de 2001, chamou a atenção e ela foi convidada a fazer parte de um dos grupos do programa de governo do PT na candidatura de Lula à Presidência. Com a vitória dele, em 2002, Dilma deixou a Secretaria no Sul e foi compor a equipe de transição. A partir da posse do novo presidente, tornou-se a titular no Ministério de Minas e Energia. Mesmo pressionado por aliados que acreditavam estarem aptos a assumir o posto, Lula estava decidido por ela:

[...] tinha se fixado “naquela secretária durona do Olívio” desde os tempos do *apagão*. Ela parecia a pessoa certa para evitar um novo racionamento – além disso, Dilma tinha tirado do laptop umas ideias sobre levar energia para dois milhões de famílias no campo, um programa que seria conhecido como Luz para Todos. [...] Lula apresentou sua ministra de Minas e Energia assim: “havia quem pensasse que esse ministério era coisa de homem. Vamos provar que pode ser liderado por uma mulher”. (AMARAL, 2011, p. 128, grifos do autor).

A ministra Dilma era uma gestora exigente, que tratava desde o novo marco regulatório da energia até do fomento à produção interna de peças para a ampliação das plataformas de petróleo, produtos antes importados pelo Brasil. Acelerou a interligação do sistema elétrico nacional, a fim de evitar novos cortes, e promoveu estudos, pesquisas e planejamentos para o setor. Sua biografia caminhava junto com o desenvolvimento do país.

4.1.6 Uma mulher dura cercada de homens meigos

Em 2005, o governo Lula enfrentava a mais grave crise de todo o seu período. Sob os holofotes da imprensa, o Partido dos Trabalhadores teve seu núcleo de poder atingido por uma bomba que viria a ser conhecida como “mensalão”. Denunciado como o maior esquema de compra de votos já descoberto, o caso foi um marco político na história do país. Tratava-se de acordo que envolvia parlamentares de vários partidos que, em troca da aprovação de projetos no Congresso, recebiam mensalmente dinheiro operacionalizado por dirigentes do PT, entre os quais estava José Dirceu, ministro da Casa Civil, braço mais importante da administração federal, depois da própria Presidência.

Dirceu fazia parte da cúpula paulista do partido, responsável pela articulação política. Enquanto Lula era a personalidade popular da sigla, José Dirceu era o homem dos planejamentos e, um deles, dizia-se, era perpetuar o grupo no poder, chegando, futuramente, ele mesmo, à

Presidência da República. Para isso, precisava garantir o sucesso do projeto político desenvolvido pelo partido desde a eleição de Lula, marcando o PT como a melhor opção para o Brasil.

Dirceu era a face mais visível do grupo e o envolvido mais próximo a Lula, portanto, sua permanência no governo não era mais possível. O presidente precisava de alguém com boa reputação, perfil de gestão e capacidade de alcançar resultados através do trabalho duro, não por barganhas. “O que Lula precisava, naquele momento, era de uma retaguarda segura no Planalto para manter os programas sociais funcionando e desatar o grande nó dos investimentos em infraestrutura que não saíam do papel. [...]”. (AMARAL, 2011, p. 144).

Político experiente, astuto, Lula sabia exatamente quem convocar para o desafio: Dilma Rousseff. Assim, ela tomou posse no cargo em 21 de junho de 2005, para tornar-se a mulher forte do governo.

A Casa civil era o lugar certo para Dilma, funcionando como uma espécie de “prefeitura da Presidência”, como classificou Amaral (2011), era um grande gabinete administrativo da vida funcional do palácio, bens oficiais e serviços.

Assertiva e com o dever de casa sempre feito, logo Dilma estaria conduzindo as reuniões ministeriais. Lula trabalhava para resolver a crise de confiança deixada pelo mensalão e a condução da ministra foi crucial para isso, pois ela defendia fortemente a manutenção e continuidade das políticas públicas de inserção social, a melhor propaganda do governo. As ações geraram fruto, o povo fez as pazes com o PT e Lula foi reeleito, mas o partido já não contava mais com o sucessor que pretendia, já que José Dirceu havia “caído” e Antônio Palocci, o seguinte nessa sequência imaginada pela cúpula também.

Lula viu, muito antes de todos, a possibilidade de capitalizar o fato de Dilma ser mulher. Enquanto o partido se debatia sem enxergar um candidato para as próximas eleições, o presidente conversava com Olívio Dutra sobre a possibilidade de candidatura da ministra (AMARAL, 2011, p. 157): “- claro que o PT tem nome. O PT tem a Dilma, que você conhece muito bem – Lula reagiu de pronto. – E ela ainda tem essa novidade de ser mulher”.

Assim como o carro chefe de seu primeiro governo havia sido o Fome Zero, um conjunto de ações que buscavam diminuir a miséria no país e contribuiu para a retirada do Brasil do mapa da fome em curto espaço de tempo, o da segunda gestão de Lula seria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projeto que previa a expansão da infraestrutura estratégica para o

desenvolvimento, como a construção de rodovias, portos e aeroportos, por consequência, geração de renda.

A meta inicial do PAC era ambiciosa: ao longo de quatro anos, aplicar 500 bilhões de reais em novos investimentos, públicos e privados, o equivalente na época, a um quarto de toda a riqueza do país. Estradas, ferrovias, usinas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, gasodutos, refinarias – mais de 300 projetos seriam acompanhados, do começo ao fim, por um comitê gestor com Dilma Rousseff no comando. No PAC, os projetos de infraestrutura social passavam a ser tratados como investimento e não mais como despesa. Pela dimensão e pela promessa de um novo modelo de gestão, o plano foi notícia no mundo inteiro. (AMARAL, 2011, p. 169).

A imprensa internacional noticiou o programa com boa vontade, no entanto, a brasileira, espalhava crítica. Amaral (2011) lembra que a implantação e desenvolvimento do PAC enfrentava problemas e não obtinha sucesso em todas as áreas, principalmente na ampliação de aeroportos, mas os ganhos foram muito maiores do que a mídia nacional queria admitir.

O autor diz que a responsabilidade pelo desenvolvimento do programa fazia com que Dilma cobrasse fortemente os resultados e os ministros de Lula queixavam-se com ele da rigidez da “mãe do PAC”, alcunha que o presidente forjaria para ela, já com intenções nas próximas eleições. Quando perguntada pelos repórteres sobre a relação com os colegas, a ministra respondia com uma frase que seria usada de várias maneiras pela imprensa, com diversas interpretações: “sou uma mulher dura cercada de homens meigos”. (AMARAL, 2011, p. 170).

O PAC fez com que Dilma percorresse o Brasil e fosse conhecida. A descoberta do pré-sal, uma imensa camada de petróleo submarino, também ajudava na propaganda do governo. Os rumores sobre sua candidatura cresciam, mas entre as viagens do programa governamental e a campanha eleitoral, Dilma enfrentaria um câncer linfático. A doença foi midiaticizada do início ao fim. Toda sorte de notícias era publicada pela imprensa, desde a peruca que precisou usar quando o cabelo começou a cair por conta da quimioterapia, até as que reforçavam os estigmas de doenças entre políticos, presente no imaginário popular e muito desfavorável eleitoralmente.

A doença foi descoberta em um check-up de rotina, no início de 2009. O biógrafo Amaral (2011, p. 193) escreveu: “é difícil imaginar que uma pessoa que já foi torturada não tenha conhecido ainda o limiar da dor. Dilma Rousseff descobriu que isso era possível na noite de 18 de maio de 2009. [...]”. A notícia de que Dilma estava curada da doença chegaria somente em 28 de setembro.

A ideia de Lula de que Dilma fosse a candidata do PT à Presidência em 2010, enfrentou resistências iniciais dentro do partido e descrédito nos círculos dos outros presidentiáveis, que acreditavam ser ela um fantoche do presidente. Mas, a ministra ganhava cada vez mais capital político no meio eleitoral e ficava mais conhecida, associada ao sucesso dos programas governamentais, como uma gestora eficiente e rígida. Em 20 de fevereiro de 2010 ela foi oficialmente indicada como candidata no congresso do partido, por unanimidade:

[...] Pela primeira vez em 30 anos, o candidato do PT não seria Lula; pela primeira vez uma mulher tinha a possibilidade de chegar pelo voto direto, democrático e universal ao mais alto cargo da República. Até ali Dilma tinha superado, um a um, os obstáculos, reais e imaginários, que se colocaram em seu caminho [...]. (AMARAL, 2011, p. 220).

Dilma entrou na campanha com a vantagem de ser a candidata de um governo forte nas camadas sociais mais pobres, mas não era um ser político performático, seu talento era o dos números e projeções, dos debates teóricos consistentes. A mão da crítica veio pesada sobre ela. “Dilma nunca teve o dom de falar de improviso para multidões, como Lula fazia, mas estava aprendendo a apresentar suas ideias de forma mais objetiva” (AMARAL, 2011, p. 245).

A campanha também foi marcada por especulações e boatos. A imprensa reverberava as supostas espionagens políticas e casos de dossiês de adversários. A internet se emaranhava em ataques nos quais Dilma era colocada como uma terrorista e assaltante, sua nacionalidade era questionada a partir de um documento escrito em búlgaro, repassado como sendo sua certidão de nascimento verdadeira. Os preconceitos e estereótipos também foram convocados com os questionamentos sobre a sexualidade da candidata e o efeito religioso ficava por conta da polêmica do aborto, assunto no qual Dilma não se aprofundava e deixava margem para explorações de que era a favor de “matar criancinhas”.

A disputa foi ao segundo turno. Mais uma vez, PT e PSDB concorriam pela Presidência. Do outro lado, o candidato era José Serra, um dos fundadores do partido. Ex-ministro, deputado, senador e prefeito de São Paulo, era também oriundo do movimento estudantil, tendo sido exilado na ditadura militar. Perdeu as eleições para Dilma por uma diferença de 12 milhões de votos, em 31 de outubro de 2010. O Brasil teria, pela primeira vez em sua história, uma mulher no mais alto cargo da democracia: teria uma presidenta.

4.1.7 Honrar as mulheres brasileiras

No discurso da vitória, Dilma Rousseff se imbuíu do simbolismo que representava aquela eleição e disse:

“[...] Este fato para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, aqui, meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural”. (AMARAL, 2011, p. 301).

Amaral (2011) conta que ao ser consultada pelo cerimonial do Tribunal Superior Eleitoral sobre a forma que gostaria de ser tratada nos convites para a cerimônia de posse, Dilma não titubeou e, com o aval de filólogos que haviam lhe indicado que a palavra terminada em “a” estava tão correta quanto a que acabava com “e”, sentenciou: presidenta!

Durante toda a campanha ela havia sido impedida pela coordenação de usar o tratamento no feminino sob o argumento do publicitário responsável pela propaganda eleitoral de que a expressão causava estranhamento. A presidenta enfrentaria, mesmo, muita resistência à adoção da forma feminina da palavra por grande parte da população e, principalmente, pela imprensa, que sempre a tratou por “presidente”, ignorando o simbolismo e o direito que há na expressão “presidenta”.

Em novembro daquele ano, Dilma Rousseff estaria na lista das 68 pessoas mais poderosas do mundo da revista estadunidense *Forbes*. A presidenta eleita do Brasil figurava na 16ª posição, à frente da então secretária de estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, de Steve Jobs e dos fundadores da *Google*. Era a terceira mulher mais poderosa do mundo, de acordo com a lista, pois estava atrás de Angela Merkel, chanceler alemã, e de Sonia Gandhi, presidenta do conselho indiano.

Na trajetória biográfica de Dilma Rousseff não se vê um discurso propriamente feminista, mas ao tomar posse como a 36ª presidente da República Federativa do Brasil, em 01 de janeiro de 2011, os significados de se ter uma mulher eleita para o cargo estavam presentes em sua fala. Ela iniciou fazendo as saudações protocolares e a primeira frase que se seguiu foi: “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão”⁷⁴.

A consciência da representatividade de um ideário político-cidadão também fez parte do discurso:

[...] E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país. Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

No desfile de posse, uma cena inédita: duas mulheres no *Rolls-Royce* presidencial, Dilma e a filha Paula (Figura 18).

Figura 18: Dilma e a filha Paula no desfile de posse, em 2011



Fonte: Amaral, 2011

⁷⁴ Discurso proferido na cerimônia de assinatura do termo de posse no Congresso Nacional. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em 30/08/2017.

Dilma Rousseff compôs um ministério com mulheres em pastas importantes. Foi a maior representação feminina no alto escalão nacional na história do Brasil. Eram nove ministras responsáveis pela Cultura; Pesca e Agricultura; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Meio Ambiente; Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Políticas para as Mulheres; e Secretaria de Direitos Humanos.

Na assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2011 Dilma proferiu o discurso de abertura do evento, era a primeira vez que uma mulher abria o encontro mundial e ela marcou essa passagem dizendo:

“É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo esse momento histórico. Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui representando todas as mulheres do mundo. Mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos, aquelas que padecem doenças e não podem se tratar, aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar.” (AMARAL, 2011, p. 303).

No final do primeiro ano de mandato, Dilma Rousseff estava entre “os brasileiros do ano” da revista *IstoÉ*⁷⁵. Descrevendo a presidenta como uma pessoa lutadora e chamando-a de “guerreira” que enfrentou a ditadura em nome de princípios democráticos, a publicação a colocava como uma das pessoas mais influentes do mundo e desdobrava-se em reconhecer como boa sua gestão⁷⁶:

[...] Comandou um agudo corte orçamentário, mas sem descuidar do crescimento e da geração de empregos. Sob a batuta de Dilma, o Brasil foi uma das poucas economias a crescer em meio a uma gravíssima crise internacional. [...]. (ISTOÉ, 2011, s.p.).

Determinação e rigor eram colocados como aspectos positivos de sua administração, bem como sua capacidade de superação era ressaltada.

4.1.8 Muita gestão, pouca conversa

⁷⁵ “Brasileiros do ano 2011”. Disponível em <https://istoe.com.br/181353_BRASILEIROS+DO+ANO+2011/>. Acesso em 10/12/2017.

⁷⁶ “Dilma Rousseff – Brasileira do ano 2011”. Disponível em: <https://istoe.com.br/181354_DILMA+ROUSSEF+F+BRASILEIRA+DO+ANO+2011/>. Acesso em: 10/12/2017.

O primeiro mandato da presidenta teve uma série de medidas econômicas: Dilma promoveu a queda dos juros, desonerou seguimentos da economia e forçou a mudança de contratos com concessionárias do setor elétrico para baixar o preço da energia, área na qual também investiu no incentivo à geração limpa e renovável. A conquista da queda dos juros, que persistiam elevados desde a implantação do Pano Real, em 1994, impactou fortemente a sociedade, que viu o crédito aumentar e a Selic – a taxa de referência para as operações de crédito – chegar a baixas históricas, forçando os bancos a reduzirem suas margens de lucro consideravelmente. A presidenta ainda promoveu reduções tributárias e investimentos públicos diretos, na tentativa de frear os efeitos no Brasil da crise internacional que se agravava.

Enfrentou denúncias de corrupção de integrantes do governo e precisou ser enérgica, demitindo ministros. A sequência de episódios foi chamada pela imprensa, de forma geral, de “faxina ética”. As ações refletiram em popularidade e Dilma bateu o índice de 59% de aprovação, o maior em um primeiro mandato presidencial desde a redemocratização (Lula havia chegado a 52% nos primeiros quatro anos de governo).

Um dos carros-chefes de sua administração foi a educação: sancionou em 2014 o Plano Nacional da Educação (PNE), sem vetos. A norma estabelece metas e estratégias para a área a serem cumpridas em um prazo de 10 anos, prevendo o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no campo educacional, a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. Também propôs o direcionamento de 100% dos recursos dos *royalties* de petróleo para a educação, mas a Câmara Federal não autorizou a medida e alterou o texto da lei para 75%.

Na saúde a presidenta investiu em um programa que levava médicos, brasileiros e estrangeiros, para as periferias das grandes cidades e para o interior do país, regiões com o maior déficit desses profissionais. Enfrentou muitas críticas à ação, pois grande parte dos médicos brasileiros se posicionavam contra a atuação de profissionais estrangeiros no país, embora sistematicamente o provimento de cargos longe dos grandes centros se mostrasse difícil por conta do desinteresse pelo trabalho nessas localidades. Já grande parte da população ficou a favor do programa batizado de “Mais Médicos”. Um levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT), realizado no ano de lançamento da iniciativa – 2013 -, apontava que 73,9% das pessoas

ouvidas apoiavam a ação⁷⁷. A aprovação foi constatada, também, em 2015, de acordo com o Grupo de Opinião Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que pesquisou a satisfação dos pacientes do “Mais Médicos” e observou que mais da metade das pessoas atendidas, ouvidas no levantamento, dava nota 10 para o programa, sendo que a média da nota geral era 9⁷⁸.

Dilma Rousseff ainda investiu no aprimoramento de programas sociais como o “Bolsa Família”, através do “Brasil sem Miséria”, que fomentava renda, acesso a serviços e inclusão produtiva, além de criar o “Brasil Carinhoso”, que promovia a permanência das crianças na escola e segurança alimentar ao mesmo tempo. Em 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, segundo o relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)⁷⁹. Em 2013, as políticas de erradicação da pobreza extrema já haviam beneficiado 22 milhões de brasileiros.

Quanto à articulação política, a presidenta sempre se mostrou pouco disposta à diplomacia de gabinete. Não costumava receber parlamentares e era criticada por isso, acusada de centralizadora. Em novembro de 2014, o jornal *O Globo* publicou matéria⁸⁰ onde dizia que, de acordo com a agenda presidencial, Dilma recebera somente dois dos 513 deputados federais e 13 dos 81 senadores, entre a posse e outubro daquele ano.

Dilma Rousseff sancionou a Lei de Acesso à Informação no segundo ano de mandato, obrigando os órgãos públicos a divulgar gastos na internet e prestar informações sobre suas atividades a qualquer cidadão que as solicitasse, além de acabar com o sigilo de documentos públicos ao estabelecer prazo máximo de 50 anos para que as informações classificadas pelo governo como ultrassecretas sejam mantidas em segredo. Instalou a Comissão Nacional da Verdade, que apurava as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O grupo

⁷⁷ Cf. reportagem da revista Exame: “Maioria dos brasileiros aprova Mais Médicos, diz CNT”. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/maioria-dos-brasileiros-aprova-mais-medicos-diz-cnt-2/#>>. Acesso em 20/11/2017.

⁷⁸ Foram ouvidas 14 mil pessoas em 700 municípios brasileiros entre novembro e dezembro de 2014. Cf. reportagem da revista Carta Capital: “Mais Médicos recebe nota 9 de usuários, diz pesquisa”. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/saude/mais-medicos-recebe-nota-9-de-usuarios-diz-pesquisa-3701.html>>. Acesso em 19/11/2017.

⁷⁹ Ver: “Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO”. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>>. Acesso em: 09/12/2017.

⁸⁰ “No primeiro mandato, Dilma recebeu somente 15 dos 594 parlamentares”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/no-primeiro-mandato-dilma-recebeu-somente-15-dos-594-parlamentares-14512018>>. Acesso em: 20/11/2017.

recomendou a abertura de processos judiciais e responsabilizou 377 pessoas por crimes como tortura e assassinato⁸¹.

Entusiasta das políticas públicas de inclusão e renda, Dilma foi, como Lula, acusada de populista, e seus anos de governo sofreram, igualmente, uma tentativa de desconstrução histórico-política. Os argumentos a esse respeito buscam base na distorção, na descontextualização ou no isolamento das mais variadas situações, como, por exemplo, no caso do uso do estudo do economista francês Thomas Piketty sobre a desigualdade de renda no Brasil, divulgado em setembro de 2017, pela mídia hegemônica para fortalecer o discurso de que os avanços sociais propiciados na última década e meia no país foram apenas falácias de um partido político que pretendia se perpetuar no poder através da manipulação das massas.

De acordo com o levantamento da equipe de Piketty, entre os anos de 2001 e 2015, a parcela dos 10% mais ricos ficaram com 60,7% da renda no Brasil, enquanto os 10% mais pobres contaram com apenas 17,6% do dinheiro circulante, fato que, em uma leitura menos detida, pode fazer parecer que o fosso da desigualdade social no Brasil não teve seu perímetro alterado⁸². No entanto, para a compilação dos dados, o economista francês levou em consideração as informações da Receita Federal brasileira, ou seja, método que não garante a aferição da parcela mais pobre da população, visto que esta não declara Imposto de Renda.

Em contrapartida, a avaliação feita a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), oferece um cenário mais condizente à realidade. Com base nessas informações foi desenvolvido o documento *Faces da Desigualdade no Brasil*⁸³, publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) Sede Brasil e pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). O trabalho demonstra que não somente houve avanço significativo na redução da desigualdade de renda, como também foram realizadas mudanças estruturais importantes no mesmo período analisado por Piketty.

Conforme o levantamento, entre 2002 e 2015

⁸¹ “Comissão da Verdade responsabiliza 377 por crimes durante a ditadura”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>>. Acesso em: 09/12/2017.

⁸² Ver: “Desigualdade de renda no Brasil não caiu entre 2001 e 2015, aponta estudo”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1916858-desigualdade-no-brasil-nao-caiu-desde-2001-aponta-estudo.shtml>>. Acesso em: 18/12/2017.

⁸³ Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/11/faces_da_desigualdade_no_brasil.pdf>. Acesso em: 03/02/2018.

[...] O crescimento real da renda do conjunto da população chegou a 38% e foi ainda mais acentuado entre os mais pobres. A renda dos 20% mais pobres cresceu quase 4 vezes mais rápido que a dos 20% mais ricos. A ampliação acima da inflação ocorreu para todas as faixas de renda, apesar dos efeitos da crise econômica que já se fizeram sentir a partir de 2012. [...]. (FLACSO, 2017, p. 63).

A melhora da qualidade de vida das pessoas propiciada por políticas públicas de inclusão, acesso a bens e serviços, investimento em saneamento básico, fornecimento de luz e água, habitação e educação, também é amplamente abordada no levantamento, além da influência da redução da pobreza multidimensional na queda da desigualdade racial.

O relatório demonstra que a força do desenvolvimento desse tipo de política pública está para muito além de qualquer questão partidária, pois seu impacto social é o de garantia de dignidade cidadã.

4.1.9 Vitória apertada: o impeachment à espreita

Dilma Rousseff foi eleita para seu segundo mandato como presidenta do Brasil em 26 de outubro de 2014, em uma disputa apertada pelo cargo com o senador Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A sigla é antiga rival do Partido dos Trabalhadores (PT) e com ele polariza a principal divisão nacional entre direita e esquerda, embora tenha nascido como partido de centro e se defina dessa forma. O fato é que há mais de vinte anos esses são os dois grupos que lideram o cenário político do Brasil e, principalmente, de militância, como representantes simbólicos da dualidade pobre-rico, empresário-trabalhador, interesses monopólicos-políticas assistencialistas. A própria Presidência da República nessas últimas duas décadas esteve nas mãos somente desses partidos, com Fernando Henrique Cardoso (do PSDB, presidente de 1995 a 2002), Luís Inácio Lula da Silva (do PT, presidente de 2003 a 2010) e Dilma Rousseff (do PT, presidenta de 2011 a 2016).

O pleito de 2014 estava impregnado dessa rivalidade PT *versus* PSDB, que transbordava pelas ruas do país à fora, inundava as redes sociais e alimentava a imprensa (ou era alimentada por ela). A mobilização social vinha embalada pelas manifestações de 2013 contra os sucessivos casos de corrupção que agitavam o mundo político desde as denúncias do mensalão e do mensalinho, em 2005, que deflagrou uma onda de denúncias, processos, cassações e prisões de políticos,

especialmente, de parlamentares. O escândalo se estendeu por anos e atingiu vários partidos, demonstrando ser apenas a ponta do novelo de ataque aos cofres públicos, enrolado durante anos por aqueles que deveriam ser os representantes do povo.

A maior autonomia e investimento na capacidade de trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, além da adoção de práticas de transparência no setor público, privilegiada pelo advento da própria Lei da Transparência, em 2009, tornaram mais difícil a ação de políticos corruptos. O que o Brasil passou, então, a experimentar foram sucessivos descortinamentos de casos de corrupção, peculato, nepotismo, tráfico de influência, desvios de verbas, fraudes, entre tantos outros crimes na administração pública. Os escândalos iam invadindo o cotidiano do brasileiro através das muitas reportagens da imprensa sobre cada novo caso.

O desgosto popular explodiu com os aumentos das passagens de ônibus em algumas capitais. As pessoas se organizaram a partir das redes sociais e tomaram as ruas em protestos por dignidade e cidadania. Mas, logo, a insatisfação da população foi capitalizada pela oposição ao governo, com largo apoio da parte contrariada do empresariado que via seus interesses ameaçados desde o início do desenvolvimento das políticas populares. Uma das grandes investidoras das manifestações foi a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), ou seja, um movimento que iniciou de forma espontânea e horizontal acabou invadido e minado por grupos com interesses diversos e um objetivo em comum: tirar a esquerda do poder, o que se confundia com tirar o PT do poder e, o PT, naquele momento, era representado pela presidenta Dilma Rousseff. Não faltaram vozes pedindo o afastamento dela, a saída dos “comunistas” do governo e, até, a volta da ditadura.

Em 2014, é com esse cenário de guerras ideológicas, confusões, distorções e oportunismos que acontece a campanha eleitoral. Como coloca Almeida (2016, p. 10), “[...] a mais dura disputa da história da redemocratização [...]” do Brasil. Época que, além de dividir as pessoas votantes em relação ao melhor candidato, forjou personalidades intolerantes à diferença política. Daquela eleição saíam mais que dois candidatos, saía também um brasileiro que debatia política de forma raivosa, tipo que se encontra com facilidade nas redes sociais, um deseducado militante de teclado.

A campanha havia sido quente nas redes e na propaganda eleitoral, com troca de acusações e tom exacerbado nos debates televisionados. A imprensa, que para Almeida (2016) tinha uma antipatia crônica por Dilma, enveredou por caminhos eticamente duvidosos, alimentada por vazamentos de depoimentos da Operação Lava Jato, que investigava há poucos meses os casos de

corrupção na Petrobrás. Situação que fazia subir o tom da campanha, aumentava a tensão entre a militância dos dois partidos e punha desconfianças sobre o governo que buscava uma continuidade.

Já nos primeiros dias após a votação, o candidato derrotado Aécio Neves pediu ao Tribunal Superior Eleitoral a realização de uma auditoria especial no resultado das eleições. Ele havia feito 48,36% dos votos, enquanto Dilma teve 51,65%, “[...] uma proximidade histórica que deixou tucanos, antipetistas e antidilmistas inconformados”, diz Almeida (2016, p. 25). O autor acredita que a queda da presidenta tenha sido desenhada ali, na insatisfação de um concorrente que não soube perder e podia contar até com o partido do vice-presidente, o PMDB, nas articulações e estratégias para tirá-la do cargo.

O segundo mandato de Dilma inicia com inclinação mais liberal do que o PT gostaria, por conta das indicações ministeriais. Conforme coloca Almeida,

“[...] Apesar de vitória nas urnas, a transição entre a eleição e o início do segundo mandato fizera minguar o capital político da presidente. Ela e a economia precisavam se mexer. Dilma vivia inclusive uma hostilidade aberta dentro do próprio PT. Em direções opostas, contra e a favor da nova política econômica, nomes como José Dirceu e Marta Suplicy cuspiam fogo na presidente. Ela entrincheirou-se no Planalto e removeu grande parte dos remanescentes do lulismo abrigados no palácio”. (ALMEIDA, 2016, p. 43).

A presidenta, que já enfrentava a hostilidade dos bancos desde que abrisse guerra contra os juros altos em seu primeiro governo, batalha que vinha perdendo sistematicamente pela forte oposição do sistema financeiro, precisava promover um ajuste fiscal com o qual muitos de seus apoiadores discordavam. A intenção da nova agenda econômica, do tipo bastante impopular, era controlar a inflação e preservar os acordos financeiros do governo. Mas, para aprovar o ajuste fiscal e reverter a deteriorização da economia, provocada, entre outros, pelo aprofundamento da crise internacional e a acentuada queda na arrecadação, Dilma dependia de um Congresso Nacional tomado por parlamentares refratários ao governo. Nem mesmo os deputados e senadores do PT deram o devido crédito ao risco de queda do grau de investimento do Brasil, relata Almeida (2016). Além disso, a imprensa brasileira promovia o que o autor chamou de “catastrofismo”:

[...] sabíamos que 2015 seria um ano difícil, mas a imprensa sempre exibiu dificuldade de enxergar o mundo em convulsão. O problema era o Brasil, apenas o Brasil. O mal estava no governo Dilma, somente no governo Dilma. Esse vento contra foi arrasador [...]. (ALMEIDA, 2016, p. 55).

A dificuldade de articulação com o Congresso era agravada pela vingança do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, pela presidenta não lhes oferecer proteção contra as investigações da operação Lava Jato que apertava cada vez mais o cerco na direção de ambos. O responsável por negociar com eles era o vice-presidente, Michel Temer, já que todos eram do mesmo partido, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Temer e o então ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, que o acompanharia nas negociações são,

[...] profissionais do ramo, [...]. Entendem como poucos os meandros das negociações com os parlamentares. Sabem explorar as fraquezas e o apetite da raia miúda, média e grande do Congresso. [...] Padilha garantiria para si um mapa completo dos cargos e sua divisão entre os partidos da base de apoio ao governo. Ele usaria essas informações preciosas nas negociações para o impeachment de Dilma e a montagem do governo Temer. [...]. (ALMEIDA, 2016, p. 57).

Pouco afeita a negociar cargos e verbas, e menos ainda à “diplomacia” lobista de Brasília, a rígida Dilma via a resistência a seu governo encorpar, com apoio do partido do vice-presidente, sigla na qual nunca chegou a confiar e relutava em dividir o poder, embora tenha sido a escolha do PT na busca por viabilidade eleitoral e governamental.

A conjuntura política forçava Dilma a operar reformas no seio do governo, a fim de garantir a coalisão de que tanto precisava para retomar a governabilidade. Isso significava abrir mais espaço para o partido do vice-presidente, que se insurgia clandestinamente contra ela, e atender, também, demandas de seu próprio partido. Em 2015, então, a presidenta faz uma grande reforma ministerial, diminuindo pastas e, ao mesmo tempo, aumentando o número de ministros pemedebistas, e trocando os de ministérios estratégicos como a Casa Civil e a Secretaria de Governo. No entanto, muito mais do que viabilidade política, a ação foi entendida e noticiada pela imprensa a partir da interpretação sexista que sugeria que ela estava subscrevendo a presidência a Lula, já que assumiram os cargos mais relevantes políticos ligados ao ex-presidente.

Naquele ano crescem também as manifestações de rua pedindo o impedimento da presidenta, apoiadas pela oposição. Ao não conseguir escapar do processo no Conselho de Ética, porque os representantes do PT votaram contra Eduardo Cunha, o deputado aceita o pedido de abertura de processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A base do pedido era a edição de créditos suplementares sem a autorização prévia do Congresso, o que configuraria afronta à Lei

Orçamentária, mas era prática à qual os presidentes anteriores também haviam recorrido em casos de necessidade e aceita pelo Tribunal de Contas da União nos últimos 15 anos (Almeida, 2016).

A retaliação de Cunha era emocionalmente custosa para Dilma, observa Almeida (2016), pois o presidente da Câmara dos Deputados, que se colocava como um algoz vingativo, estava longe de ter uma biografia ilibada. Sua indignação apareceu no discurso que fez em seguida, em tom comparativo das duas trajetórias políticas:

[...] “Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas, na busca de satisfazer meus interesses. Meu passado e meu presente atestam minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública.” (ALMEIDA, 2016, p. 114).

A fala de Dilma contrapunha exatamente as acusações que pairavam contra Eduardo Cunha, que estava sendo investigado, justamente, por esses crimes. Ele acabou sendo preso em outubro de 2016, após ter o mandato cassado pela Câmara dos Deputados, em setembro daquele ano⁸⁴.

4.1.10 Tchou, querida: um impeachment cerzido com machismo

Enquanto Eduardo Cunha abria o caminho para a deposição de Dilma, o vice-presidente entrava e saía de reuniões com lideranças de vários partidos, em almoços e jantares regados a promessas. Grupos do empresariado também estavam com Michel Temer que foi, inclusive, homenageado por alguns em São Paulo. O “plano Temer” era construído com propostas que os agradavam:

[...] O documento continha propostas na área econômica, como a flexibilização das leis trabalhistas, o fim da indexação do salário dos aposentados ao salário mínimo e o fim das chamadas vinculações constitucionais no Orçamento – o carimbo obrigatório de despesas destinadas à saúde e educação. [...]. (ALMEIDA, 2016, p. 124).

⁸⁴ Ver: Após 11 meses de processo, Câmara cassa Eduardo Cunha por 450 votos a 10. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-11-meses-de-processo-camara-cassa-eduardo-cunha-por-450-votos-a-10>>. Acesso em: 28/09/2018.

O descolamento do vice-presidente do governo se tornaria irremediavelmente público quando este decide, estrategicamente, estrear uma das mais constrangedoras atitudes de um político ao “enviar” uma carta pública à presidenta, chamando a si próprio de “vice decorativo”:

Em 11 tópicos distribuídos em três páginas, Temer fez um inventário de sua relação com Dilma e com o governo. Reclamou do desprestígio com que tinha sido tratado. Despejou ressentimentos de varejo, como o dia em que a presidente esteve com o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e quebrou o protocolo ao não levá-lo para o encontro. A carta era um pote até aqui de mágoa: diz ser um “vice decorativo” e ter perdido todo o “protagonismo político” durante o primeiro mandato de Dilma. Afirmava ainda que trabalhou a favor do governo, mas recebeu em troca “desconfiança e menosprezo” e que só estava sendo chamado “para resolver as votações do PMDB e as crises políticas”. (ALMEIDA, 2016, p. 128).

Não se sabe se o tiro de Temer acertou o alvo que queria, o certo é que, embora tenha conseguido marcar sua separação com o governo que enfrentava dificuldades, oferecendo-se à nação como um pacifista, ele também saiu chamuscado do episódio. Não faltaram críticas a sua atitude, desde a avalanche de comentários, memes e piadas na internet, até o debate sólido sobre o vice se mostrar mais como um menino mimado do que preocupado com os problemas do país. Dilma diria à revista Marie Claire, em 2016, que a aliança com Michel Temer fora um erro:

[...] As votações estavam ficando difíceis, as transações também. Assisti à resistência imensa na Lei dos Portos e na Lei do Marco Civil da Internet. Ali estavam claros todos os processos de negociações sombrias. Sempre que a operação Lava Jato chegava mais perto dele [Eduardo Cunha], ele atacava. A gente devia ter percebido que não dava para fazer coligação, compor o governo com eles. Não poderíamos ter nos ligados com quem não estava mais respeitando as negociações nos moldes republicanos. (MARIE CLAIRE, 2016, s.p.).

As especulações sobre o racha no governo e sobre a instabilidade na equipe ministerial mantinham o mercado agitado, situação que se agrava bastante no final de 2015, por conta das investigações da operação Lava Jato a respeito da compra de uma refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos, pela Petrobrás. O escândalo não tardou em respingar na presidenta, pois, mesmo não tendo nenhuma ligação com o caso que propiciou um grande desvio de verba, Dilma comandava o Conselho de Administração da empresa na época da negociação, em 2006⁸⁵.

⁸⁵ Em 2017, os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) isentaram Dilma de responsabilidade pela negociação, como já haviam feito em 2006, já que o Conselho não deliberou sobre o mérito da aquisição. Ver: “Um ano após o

Abaixo de saraivadas oposicionistas e com um vice-presidente com o qual não podia contar, Dilma Rousseff teria seu destino presidencial selado em 2016. Ainda no início do ano, em março, Lula é levado de forma coercitiva para prestar depoimento na operação Lava Jato. Logo a presidenta o nomearia como ministro da Casa Civil, assinando o recibo de um erro desastroso, pois a atitude foi vista como uma tentativa de livrar o ex-presidente da justiça comum, garantindo-lhe foro privilegiado, e criando um alvoroço midiático.

Para Dilma, aponta Almeida (2016), ter Lula na Casa Civil fortaleceria o governo, mas a imprensa foi implacável em relatar o caso como tentativa de obstrução de justiça e jogada política condenável, ao mesmo tempo que retomavam a sugestão de que o verdadeiro presidente do Brasil era Lula e não Dilma. O ex-presidente acabou não sendo empossado, tendo sido impedido de acessar o cargo de ministro pelo Superior Tribunal Federal (STF).

Como já havia se tornado habitual, mais uma vez um áudio de telefonema era “vazado” para a imprensa. Desta feita eram Dilma e Lula falando sobre a nomeação dele como ministro, o suficiente para as ruas serem tomadas pela parte da população que era pró-impeachment. A parte que se opunha ao impedimento da presidenta saiu na sequência e o país virou um turbilhão de “tchau, querida”⁸⁶ versus “não vai ter golpe”⁸⁷.

[...] Àquela altura, as respostas pessoais da presidente, dos ministros e do governo em geral pareciam ter pouca força para estancar a crise que se avolumava dia a dia. Tampouco freavam novos vazamentos: investigações em curso surgiam quase diariamente na imprensa, suspeitas eram lançadas por procuradores e investigadores da polícia federal como verdades conclusivas, e acordos de delação, ainda não homologados, e restrições de confidencialidade, escancaravam-se nas páginas de jornais, sites e revistas e nas telas de TVs. (ALMEIDA, 2016, p. 190).

Tudo isso, de uma forma ou de outra, ia parar na conta da presidenta. O início do fim foi em 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de

impeachment, a verdade em conta-gotas”. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/um-ano-apos-o-impeachment-a-verdade-em-conta-gotas>>. Acesso em: 12/12/2017.

⁸⁶ “Tchau, querida” foi o bordão utilizado pela oposição para marcar seu posicionamento favorável à deposição da presidenta. A expressão foi apropriada e fazia alusão à forma como Lula se despediu de Dilma ao fim do telefonema vazado para a imprensa.

⁸⁷ “Não vai ter golpe” era o “grito de guerra” dos apoiadores do governo que denunciavam as movimentações políticas pela saída da presidenta como um golpe, dada a fragilidade da motivação oficial, já que a denúncia do pedido de impeachment fora a abertura de créditos suplementares por Dilma, prática largamente utilizada pelos governos anteriores.

impeachment por 367 votos a 137. Dali, o rito seguiu para o Senado, onde, em 12 de maio, os senadores decidiram pelo afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República durante o transcurso do processo, conforme a previsão legal do impedimento.

Vencido o rito do processo, em 31 de agosto, o Brasil deixava de ter uma presidenta a partir da confirmação do impeachment de Dilma Rousseff, por 61 votos favoráveis contra 20 contrários à destituição, em sessão sem registro de abstenção de senadores. Era a consolidação de um impeachment cerzido com os pontinhos miúdos e apertados do machismo.

4.2 Cristina Fernández: a “coqueta”

Na língua espanhola há uma expressão para designar as mulheres que possuem a capacidade de encantar as pessoas por onde passam, seduzindo-as com sua forma de falar, andar, arrumar-se: “coqueta”. Se diz daquela que é provocante, graciosa, simpática. A que não passa despercebida quando adentra um local, que retém a atenção, pois é elegante, insinuante, parece estar sempre cuidadosamente alinhada. Mas, que não se confunda com a simples vaidade. Não se engane com a tradução limitada do dicionário. A personalidade “coqueta” está para além disso, é da ordem das sensações. E é como coqueta que Cristina Elisabet Fernández de Kirchner é descrita por muitos dos que conviveram com ela na juventude. A adjetivação de vaidosa lhe seria carimbada por toda a vida, tratada como característica negativa, principalmente, pela imprensa, de uma forma geral. Fardo de muitas mulheres que não abrem mão de estarem sempre bem postas em público.

Advogada, formada pela Universidade de La Plata, nasceu na mesma cidade, em 19 de fevereiro de 1953. Iniciou a militância política na faculdade e fez carreira ao lado do marido, o também ex-presidente da Argentina Néstor Kirchner. Foi deputada e senadora. Este último, inclusive, cargo que voltou a ocupar recentemente, tendo sido eleita com mais de três milhões de votos, pela Província de Buenos Aires, em 23 de outubro de 2017.

Cristina é a primeira mulher eleita pelo voto direto para presidente naquele país. Dona de uma personalidade inquebrantável. Obstinada. Política. Feminina.

4.2.1 A política bate à porta

Assim como Dilma Rousseff, Cristina Fernández pertence a uma geração de luta. Militante do peronismo, o movimento está, inclusive, em suas memórias remotas, pelo o que contou à Sandra Russo. A jornalista lhe perguntou sobre as recordações mais distantes quando a entrevistava para compor sua biografia, e ouviu um relato com a presença forte das mulheres da casa e a apreensão pela detenção do avô em 1955. Aquele era o ano em que o presidente Perón fora deposto e a Argentina experienciara dias de caos:

A menina não sabia o que se passava, mas esse dia era o do golpe e o ano era 1955. Sua mãe Ofelia e sua tia Noemí não paravam quietas. Uma e outra a pegavam e voltavam a colocá-la no chão. Caminhavam uns passos e retrocediam. As mulheres falavam sobre o avô. [...] “Foi com ele, com meu avô, que me fiz peronista”. (RUSSO, 2011, p. 41, tradução nossa).

O peronismo, movimento político nascido na década de 1940, tornou-se maior que o próprio partido de Juan Domingo Perón, presidente da Argentina por três vezes. Coronel do Exército, ele se aproximou do poder por ocasião de um dos muitos golpes de estado que o país tem registrado em sua história. Em 04 de junho de 1943, o general Pedro Ramírez toma o governo, insurgindo-se através do que denominariam como revolução e não golpe, contra as fraudes, corrupções e venalidades da presidência da época (DEL BARCO, 1985).

Integrantes do mesmo grupo do fragmentado Exército argentino, Ramírez nomeia Perón chefe da Secretaria do Trabalho. O novo titular da pasta inicia, então, a aproximação com as bases populares, principalmente, com as populações do interior do país, agricultores e operários que eram desprezados pelos conservadores e pela esquerda tradicional:

[...] Tanto conservadores quanto socialistas privilegiavam o capital internacional e civilizador, e atuavam defendendo seus domínios na Argentina. Voltavam-se unicamente para os segmentos mais consolidados da economia argentina. Justamente aqueles que se inseriam no mecanismo agroexportador. Assim, “la chusma” do interior não poderia ter interessado, uma vez que era vista, pela direita e pela esquerda, como estando à margem de todo o processo capitalista que vinha se firmando na Argentina desde o século XIX. (ETULAIN, 2005, p. 166).

A industrialização e migração do interior para a capital começava a mudar a classe trabalhadora da Argentina e essa nova configuração teve papel fundamental na adesão ao peronismo, já que Perón cria fortes laços com os sindicatos e lhes integra ao Estado. A identidade trabalhista das ações peronistas vai tomando forma devido às conquistas de justiça social que a

população passa a perceber. Ao mesmo tempo, ele é capaz de negociar com vários setores da sociedade, inclusive, com a burguesia.

Os “velhos operários”, ou seja, aqueles de identificação comunista, socialista e nacionalista (Etulain, 2005), trabalhadores fortemente ligados ao sindicalismo, também se voltam para Perón, que começa a ter sua figura de representante popular desenhada. Assim como o Exército, os sindicatos argentinos também eram divididos e Perón estimulou sua organização.

[...] Perón soube canalizar, para o âmbito estatal, o diálogo com as corporações trabalhistas. Criou uma estrutura sólida e essencial para articular os interesses vindos das bases operárias com aqueles que decorriam dos setores dominantes tradicionais. [...] ensinou à classe dominante que estava na hora de aceitar a organização sindical, como na maioria dos países capitalistas europeus, e ainda, no outro extremo, instava aos “de baixo” a que transformassem as organizações sindicais em organizações formais que fizessem parte do próprio Estado. [...]. (ETULAIN, 2005, p. 167).

Um outro poder político ia se formando, portanto, com um peso eleitoral novo na história da Argentina. Embora o governo de Ramírez fosse militar, a identificação com um regime autoritário era dissolvida através da política econômica que protegia os setores populares com atitudes como, por exemplo, o congelamento dos preços dos aluguéis e da cesta básica (Etulain, 2005).

Com vocação oratória e optando por discursos fortes e emocionais, Perón manteve a população ao seu lado enquanto enfrentava resistências das alas insatisfeitas com sua grande influência no governo.

Em síntese, a oficialidade que participou do 04 de junho de 1943 e, em grande medida, a que teve a responsabilidade de governo durante o interregno militar (1943-1946) era profundamente dividida, não somente quanto aos critérios de política exterior, mas também de política interna. [...]. (DEL BARCO, 1985, p. 9, tradução nossa).

Del Barco salienta que o enfraquecimento do governo revolucionário contou com mais do que as dissidências internas, pois a pressão dos setores civis integrados “[...] pela maioria dos meios de comunicação, os partidos políticos tradicionais, [...] e as instituições representativas da vida econômica e social do país [...]” era forte e decisiva. Se criava um comportamento que futuramente seria chamado de “antiperonista” (DEL BARCO, 1985, p. 13-14, tradução nossa).

O conflito acaba, já no governo de Edelmiro J. Farrell, levando ao afastamento de Perón, que pede remoção para a reserva, mas é preso em decorrência da desconfiança da oposição de que sua atitude fosse uma manobra militar. Com medo da descontinuidade das políticas sociais implementadas por Perón, a população começa a tomar as ruas das principais cidades do país em manifestação contra sua detenção.

A multidão invadiu a *Plaza de Mayo*, em Buenos Aires, exigindo a presença de Perón que havia sido transferido da prisão para o hospital. Finalmente, na noite de 17 de outubro de 1945, ele fala ao povo do balcão da Casa Rosada. Estava forjado o líder populista que comandaria a nação nos próximos anos, e nascia o movimento que moldaria a política argentina a partir de então: o peronismo.

Sem possibilidade de retrocessos nas demandas sociais, o pressionado governo promete eleições diretas para o próximo ano. Perón é eleito e seu encontro com a população na *Plaza de Mayo* torna-se uma tradição anual.

Férias remuneradas, 13º salário, assistência médica e indenização por demissão agora faziam parte da vida do trabalhador argentino que via o país estabilizar-se através de uma política protecionista, marca do primeiro mandato de Perón. O presidente não se furtou aos enfrentamentos:

O intervencionismo de Perón foi radical. Estradas de ferro, transporte urbano, empresas de capital alemão e o comércio exterior do país foram estatizados. Este último como forma de resolver o grave problema da queda do salário real, frente à recuperação da demanda externa, devido ao fato dos bens que compõem centralmente a cesta básica da população serem os principais produtos da cota de exportações argentinas (carnes e cereais). Assim, a qualidade exportável dos bens-salário se converteu na condição da estatização do setor externo, possibilitando, com isso, tanto o controle do poder de compra dos salários, como um meio de dispor das divisas geradas pelo comércio internacional, que outrora consolidaram o poder da oligarquia rural. O setor externo converteu-se no epicentro do antagonismo entre os assalariados e a oligarquia, entre o nacionalismo e a tradição liberal da Argentina. (ETULAIN, 2005, p. 171).

Perón é reeleito em 1951, mas o país enfrenta a queda na produção agropecuária e os limites do orçamento público, além de não deixar de ser afetado pela conjuntura internacional que divide o mundo por causa da Guerra Fria. O déficit público e a necessidade de controle da inflação forçam o governo a implantar medidas de atração de capital estrangeiro:

[...] Os limites impostos pelas condições econômicas internas e externas reanimaram as críticas dos setores opostos ao peronismo. Vários setores da sociedade argentina desenvolveram ressentimentos contra Perón e o peronismo. Boa parte da Igreja se sentiu desafiada pelas atitudes e declarações de Perón. A oligarquia e os setores mais poderosos da burguesia nacional também sentiam profunda antipatia pelo peronismo. Os militares, antiperonistas neste contexto, também se sentiram impulsionados ao antiperonismo. Assim, quando a situação se tornou mais complexa, o peronismo foi perdendo a capacidade de se manter no governo. (ETULAIN, 2005, p. 173).

Era 1955 e se avizinhava mais um golpe a ser contado pelos livros de história da Argentina. A “*Revolución Libertadora*” toma o poder em 23 de setembro daquele ano. Perón é exilado e a maior parte dos líderes sindicais é presa.

É desse dia que Cristina recorda como a lembrança mais antiga de que tem clareza. Não entendia o que estava acontecendo, mas percebia que a atmosfera da casa estava alterada. Sua mãe era sindicalista, o avô, Carlos Wilhem, havia sido militante do conservadorismo popular, mas há muito era peronista. Operário da Aduana de Rio Santiago, costumava levar a neta ao trabalho. Ela adorava, contou à Sandra Russo, e explicou que muitos trabalhadores aderiram ao peronismo porque este propunha um novo horizonte às classes operárias, enquanto o conservadorismo popular falava de uma Argentina com obras e caminhos, e com a presença do Estado, mas sem nenhuma alteração na situação já consolidada nas classes sociais (RUSSO, 2011).

O primeiro revés que a família Wilhem sofreu após o golpe a Perón foi o desalojamento da casa em que viviam em Tolosa, bairro operário do subúrbio de La Plata. Como tantos outros argentinos, moravam em propriedade alugada que teve o contrato derrubado pelo novo governo. “[...] Foi a primeira sacudida, um primeiro estremecimento social: caíram de repente milhares de contratos de aluguel, porque os proprietários queriam novos inquilinos que pagassem mais [...]” (RUSSO, 2011, p. 43, tradução nossa). Cristina era pequena. Tinha pouco mais de três anos quando o mundo que conhecia foi alterado porque os Wilhem precisavam encontrar um novo lar.

[...] haviam caído as leis peronistas de bem-estar social, mas havia trabalho e os índices de pobreza eram mínimos. Construíram a casa própria na 522 bis, entre a 7 e a 8, onde ainda vive a mãe de Cristina. Ali, o avô, ainda que o peronismo estivesse proibido, colocava a neta no colo e, em lugar de livros de contos, lhe mostrava *La razón de mi vida*. A menina não sabia ler, mas olhava atentamente os trajes e os vestidos de Evita [Eva Perón, primeira dama da Argentina entre 1946 e 1952, figura reverenciada pelo povo]. (RUSSO, 2011, p. 44, tradução nossa).

4.2.2 A paternidade da presidenta

Cristina crescia entre livros, bonecas e vestidos. Aprendendo a ser mulher a partir da feminilidade, com a mãe e a tia (a avó havia falecido muitos anos antes). Viviam todos juntos. Contou à Sandra Russo que a mãe fazia seus vestidos.

“[...] Minha tia Noemí morreu de câncer muito jovem, mas quando eu era pequena a via se maquiando e ficava encantada. Mamãe e minha tia se arrumavam muito, mas minha tia era a que se maquiava. [...] Recordo de suas mãos, de suas unhas sempre perfeitas, sempre feitas, as unhas vermelhas. Me criei com essas duas mulheres que eram muito femininas, que não renegavam sua condição de mulheres. Ao contrário, a reafirmavam. [...]”. (RUSSO, 2011, p. 45-46, tradução nossa).

A mãe de Cristina, Ofelia, trabalhava na *Dirección General de Rentas* e era secretária geral do sindicato que representava os servidores do órgão. Russo (2011) conta que Cristina orgulha-se em dizer que a mãe, mesmo sendo da direção do sindicato, jamais se licenciou do trabalho porque acreditava que isso afastava os representantes dos trabalhadores, mesmo que a acumulação de tarefas lhe custasse a diminuição do tempo em casa, com a família.

O pai, Eduardo Fernández, era antiperonista e a relação dos dois foi complicada. A tia e o avô de Cristina também não se davam exatamente bem com ele. Filho de imigrantes espanhóis que prosperaram com uma fazenda leiteira e, mais tarde, tornaram-se floricultores, Fernández optou por ser motorista de ônibus. Guiava seu próprio coletivo, dado a ele pelos pais, já que não queria trabalhar no campo. Com o tempo, também prosperou e comprou outros carros, chegando a se associar à empresa de ônibus para a qual dirigia. Casou-se com Ofelia quando Cristina já estava grandinha, mas disso ela só soube ao comparar sua certidão de nascimento com a de casamento dos pais. A formalização da união se deu pouco antes do nascimento da caçula, Gisele, seis anos mais nova que Cristina, e foi motivo para que a oposição e a imprensa questionassem a paternidade da presidenta. Argumentando ser esse o motivo de seus supostos problemas emocionais.

Um exemplo dessa invasão é a investigação de Laura de Di Marco para compor o que chamou de “a biografia definitiva”, não autorizada, sob o argumento de que a presidenta guardava muitos segredos a respeito de sua saúde física e emocional e sobre sua vida pessoal, já que as biografias autorizadas omitiam fatos e mentiam. A jornalista mesma questiona de que vale avançar na vida privada de uma pessoa pública (DI MARCO, 2014, p. 11, tradução nossa): “[...] é ético que

o jornalismo investigue sobre a vida pessoal de um presidente?”. E responde a própria pergunta com uma justificativa justa, mas não aplicável nesse caso, visto que colocar em xeque algo delicado para uma família, como a paternidade biológica de alguém, não tem como contribuir com a discussão política pública, é mera confusão desrespeitosa de intimidade com ocultação: “[...] o ponto que se deve elucidar é se aquilo da vida pessoal que se vai relatar tem tradução política. Ou seja, se as questões da vida privada têm ou tiveram consequências políticas. E no caso de Cristina Fernández, a resposta é sim”, sentencia, embora as movimentações de investigação a esse respeito tenham se mantido na ordem da especulação.

Di Marco partiu de um comentário feito por um ex-colega de faculdade de Néstor Kirchner, o marido de Cristina, que lhe disse que o drama da presidenta era que seu verdadeiro pai nunca a reconheceu como filha. Seria o pai biológico um colega de Ofelia na *Dirección General de Rentas*, com quem a mãe dela teria tido um caso breve.

“Fernández apareceu muito depois na vida de Ofelia, que era uma mulher muito atraente e se vestia meio como uma vedete, dizem aqui, em La Plata, os mais velhos, os que estão pelos 80 anos. Ele tinha parte dos coletivos quando a conheceu e isso era muito naquele tempo. Ou seja, o cara era um bom partido para a cultura da época. Mas, Ofelia não gostava muito dele, já Fernández estava apaixonado por ela. Então, ocorreu a Ofelia propor-lhe algo: disse que poderia se casar com ele, mas somente se ele assumisse sua filha Cristina. [...]”. Relata um funcionário do governo nacional do segundo mandato presidencial de Cristina, que vive em La Plata desde a época em que estudava com Néstor Kirchner [...]. (DI MARCO, 2014, p. 29, tradução nossa).

A jornalista desfaz da força do núcleo familiar do qual provém Cristina falando em “orfandade familiar” e discorre sua teoria na busca de responder como uma jovem com ideais se enreda em um governo corrupto, deixando claro que o trabalho de investigação jornalística que empreende tem interesses políticos. A autora coloca a presidenta como uma mulher insegura e influenciável e usa fatos como o desentendimento de Cristina com seu vice, Julio Cobos, que a fez querer renunciar ao mandato, como exemplo dessa vulnerabilidade.

A especulação sobre a paternidade de Cristina gira em torno de relatos de que pai e filha tinham uma relação difícil, das diferenças de aparência entre ambos e de recordações de pessoas que conviveram indiretamente com a família sobre rumores acerca da desconfiança.

“[...] Em La Plata sempre houve histórias sobre a verdadeira paternidade de Cristina”. [...] “Ofelia era muito graciosa quando jovem e chegou a ter um cargo

nas *Rentas*. Chegou a chefe. Uma das histórias diz que teve um romance com um senhor de lá e fruto desse romance nasceu Cristina. Essas coisas aconteciam naquela época, como em qualquer outra: a diferença era que ninguém falava ‘disso’. É difícil chegar a verdade. É estranho, na verdade, que Eduardo tenha ido viver com elas cinco anos depois que a menina nasceu, isso sim não era costume da época. [...]”, completa Alico [Santiago Alico, filho de um dos sócios de Fernández]. (DI MARCO, 2014, p. 27, tradução nossa).

A autora cita matéria publicada pelo jornal *Diario Perfil*, da mesma editora da revista *Noticias de la Semana*, para falar da aparência de Eduardo Fernández. O periódico publicou uma foto dele em 03 de dezembro de 2007, dias antes de Cristina assumir seu primeiro mandato como presidenta da Argentina, e matéria intitulada: “A história proibida e nunca contada do pai de Cristina”. A publicação, assim como Di Marco (2014), o descrevia como um homem alto e sardento, de acentuada gagueira. Motivos, segundo a jornalista, para duvidar de que fosse o pai biológico da presidenta, afinal Cristina não tem sardas. A autora da biografia não autorizada conversou até com a depiladora da presidenta e confirmou que ela é “branquíssima”.

Ter a intimidade vasculhada para além do que se pode considerar um jornalismo ético que atenda ao interesse da população na vida pessoal de uma pessoa pública seria uma constante no cotidiano de Cristina, que enfrentou invasões impiedosas de sua privacidade pela imprensa durante seus dois mandatos de presidenta, e depois.

4.2.3 A vaidade e a aparência ou a ideologia e o posicionamento político?

Apesar das ideologias e comportamentos que afastavam Cristina e Eduardo Fernández, a presidenta acredita que se parece em muitas coisas com ele. “Eu tenho muitas coisas de meu pai”, disse à Sandra Russo. “Tenho a mordacidade dele. Minha mãe não tem senso de humor. E mais: minha mãe não entende as brincadeiras e às vezes até a aborrecem” (RUSSO, 2011, p. 51, tradução nossa).

Cristina diz que o pai era um “mulherengo”, o que acabou por provocar sua separação de Ofelia. Nessa relação familiar, entre o avô e a tia que aceitavam Eduardo Fernández, mas jamais esqueceram a chaga que representara na dignidade de Ofelia ter sido mãe solteira, e um pai defensor dos interesses empresariais que nem podia ouvir falar em negociações com trabalhadores, Gisele era o ponto pacífico. Todos a adoravam, declara Cristina. “[...] Sempre tivemos uma relação muito próxima, mais do que é comum entre irmãs” (RUSSO, 2011, p. 52-53, tradução nossa).

Cristina e Gisele dividiam os muitos livros que a família se esforçava para adquirir, na intenção de que as meninas tivessem boa instrução. A presidenta estudou no colégio *Nuestra Señora de La Misericórdia* e, adolescente, já se interessava por política. Era ótima aluna, contaram as freiras entrevistadas por Sandra Russo.

“O que não sabia inventava. Bom, é um modo de dizer. Ela podia pensar. Lia muito e raciocinava, que é o melhor que se pode esperar de uma aluna, não é verdade? Os professores nos diziam que cansava de pedir mais coisas para ler. O material que eles davam a ela não era suficiente. Ou seja, era como uma investigadora”, diz Rosita [Maria Rosita Blanco, freira diretora da escola à época em que Cristina estudou no *Misericórdia*]. (RUSSO, 2011, p. 76, tradução nossa).

As professoras lembram com graça da vaidade de Cristina:

“Vinha sempre muito maquiada! Já aos quinze anos, hein?”, diz Rosita.
 “Toda pintada!”, diz Martha [Ravino, freira professora de Cristina].
 “Era *coqueta, coqueta*. E a irmã Martha era a carrasca. Porque eu dizia a ela: *Martha, manda essa menina lavar o rosto antes de entrar na aula*. [...]”
 “Era uma menina muito educada, assim que eu a mandava ao banheiro se lavar, não fechava a cara nem nada, tratava de obedecer”, diz Martha.
 “Mas depois, o que fazia? Só saía do colégio e, ali mesmo na porta, pegava as pinturas e colocava tudo de novo. Eu a via pela janela. Que necessidade terá essa menina de se pintar assim, pensava”, ri Rosita.
 “Que *coqueta!*”
 “Muito *coqueta!*” (RUSSO, 2011, p. 74-75, tradução nossa).

O hábito de maquiarse é tratado também no livro de Di Marco, que oferece uma explicação: Cristina sofreria de rosácea, uma doença de pele que provoca vermelhidão.

A rosácea a atacou na juventude. E, se maquiava-se para ir ao colégio secundário não era somente para tapar as erupções, mas também as marcas de acne, que tentou encobrir durante toda a adolescência, como contou para este livro Graciela Natoli, uma de suas colegas no *Misericórdia*. [...]. Inclusive, muitos anos depois, já como presidenta e cansada do ritual diário de dissimular as manchas vermelhas, aos fins de semana atendia os ministros em *jogging* preto e óculos de sol mesmo em ambientes fechados. [...]. (DI MARCO, 2014, p. 160, tradução nossa).

O cuidado com a imagem e, principalmente, o costume da maquiagem virou uma obsessão da imprensa, e não somente na Argentina. Em várias ocasiões a aparência da presidenta foi sobreposta à pauta política naquele país e no Brasil também. Certa feita, a revista *Veja*, da editora

Abril, por exemplo, aproveitou uma visita oficial de Cristina à Brasília para ironizar seu visual. Intitulada “Sob o sol do cerrado”, a nota publicada na edição 2078, de 17 de setembro de 2008, sugeria que aquele dia, de um calor de 32°, havia sido de crise para a presidenta, pois seu vestido era de tecido sintético, usava meia calça e uma “[...] costureira camada pré-sal de maquiagem [...]” (VEJA, 2008, p. 93).

Com a colocação, a revista, além de reforçar estereótipos sexistas ao sugerir que algum desconforto com o figurino pode estar no nível de uma crise para uma mulher, critica o hábito de maquiagem de Cristina fazendo uma referência ao pré-sal brasileiro que se encontra muitas camadas abaixo da superfície e era a pauta do momento no país.

Veja também usa de sexismo para pontuar questões políticas através de sarcasmo, dizendo: “[...] No Palácio do Planalto, uma cruzada de pernas revelou que a meia-calça havia sucumbido (ao calor? À correria? Ao peso das responsabilidades presidenciais?)” (VEJA, 2008, p. 93).

A vaidade de Cristina nunca maquiou seus posicionamentos políticos e as freiras do *Misericórdia* se recordam dela não como uma *coqueta* qualquer, o que as deixava intrigadas. Era uma menina que sabia falar e defender suas posições.

“Ela nunca foi de ir a festas. Nem de fazer essas coisas de adolescentes. Não teve festa de quinze, esse grupo de meninas militantes não festejavam essas coisas”, diz Rosita.

“Nem foi a Bariloche... [...]”

“Ela estava em outra coisa. Ela estava assessorada, digamos, por pessoas mais velhas. Estavam formando um grupo e a faziam crer que iriam salvar o país”, diz Rosita. Martha ri.” (RUSSO, 2011, p. 77, tradução nossa).

As freiras falam sobre o momento delicado que passava o país com consciência da gravidade que significava viver em uma ditadura militar, tanto na do tempo em que Cristina estudava no *Misericórdia* como na que viria depois, a do golpe de 1976. Considerada uma das mais sanguinárias da América Latina:

“Vimos coisas terríveis, como o que aconteceu com a senhora Ganuzza”, conta Martha. “Um dia telefonaram para ela e disseram que se tinha problemas com a filha poderiam ajudá-la. Ela disse que sim, que a via com panfletos. Foram na casa e mataram a filha”. (RUSSO, 2011, p. 81, tradução nossa).

Foi nessa constante luta pela democracia, em uma Argentina assombrada por golpes e desacertos que Cristina cresceu. Chegando à vida adulta, já tinha seus propósitos bastante definidos

e certeza de seus posicionamentos políticos. Na faculdade, onde entra em 1973 para cursar Direito, essa identidade vai aflorar. É lá, também, que conhece Néstor Kirchner, um jovem de 23 anos vindo do sul. Amadureceriam juntos e juntos fariam política. Ela já era uma mulher que sabia não precisar escolher entre a vaidade e a aparência ou a ideologia e o posicionamento político.

4.2.4 O casamento entre política e matrimônio na história Argentina

A universitária Cristina, assim como a secundarista Cristina, é lembrada pelos companheiros como estudiosa. Era questionadora, uma mulher de ação, que defendia suas posições, dizem. O colega Omar Busqueta contou a Russo que ela não os deixava perder tempo: “[...] era uma moça divertida quando havia feito o trabalho, mas trabalhava além demais. [...]” (RUSSO, 2011, p. 136, tradução nossa).

Cristina casou-se com Néstor apenas seis meses depois de se conhecerem. Dividiam os ideais, mas tudo debatiam. “[...] Tínhamos embates memoráveis [...]”, contou à biógrafa. “[...] Discutíamos por tudo, por coisas que nos pareciam muito importantes e coisas que eram besteira. Mas nos altercávamos sempre, desde o primeiro até o último dia.” [...]. (RUSSO, 2011, p. 106, tradução nossa).

Néstor vinha de Santa Cruz, estado da região patagônica, no sul da Argentina. Ingressou na Universidade de La Plata em 1969 e militava na *Federación Universitaria por la Revolución Nacional* (FURN), grupo de inspiração peronista. A Argentina vivia outro regime militar desde 1966 quando foi derrubado o curto governo civil que havia sido eleito em 1963.

Aquele jovem do sul, que também cursava a faculdade de Direito e foi apresentado à Cristina por amigos em comum, carregava um histórico de mobilização estudantil. Havia sido presidente do Centro de Estudantes de seu colégio, no secundário, que parou a escola por uma semana em protesto a eminente retirada da diretora pelo ditador Juan Carlos Onganía. Os estudantes desconfiavam que no lugar da diretora tomaria a vaga a esposa de algum militar. Os pais apoiaram o movimento daqueles alunos que optaram pela negociação diplomática, cercando o presidente em sua chegada à cidade e lhe entregando cartas com os argumentos pela manutenção da professora no cargo. A estratégia deu certo. Naquela escola, a diretora não foi removida. E Néstor ganhou a simpatia das pessoas (RUSSO, 2011).

Em La Plata, Néstor criou, junto com um colega dos tempos do centro de estudantes da escola, uma agremiação para reunir os muitos alunos que também provinham de Santa Cruz. Refutavam as práticas burguesas, ao ponto de chamar à atenção um colega que fez uma festa de casamento. Todos os lugares serviam para discutir política, principalmente o refeitório da universidade (RUSSO, 2011).

O ambiente propiciava a militância, pois havia uma efervescência política na Universidade de La Plata, embora a instituição tivesse um corpo docente de identificação majoritariamente antiperonista e, naquela época, fazer política significasse ser peronista. A agitação gerava embate entre os diferentes grupos, mas angariava cada vez mais militantes que se levantavam contra o regime militar e defendiam o retorno de Juan Domingo Perón, exilado na Espanha. Etulain (2006, p. 33) explica que havia uma resistência peronista formada por políticos, sindicalistas e colegas militares, mas,

Todavia, dentre todos eles, foi a geração dos jovens a que respondeu com mais firmeza ao chamado de Perón. Os jovens, dependendo da condição social, provinham das fábricas ou das universidades e dos colégios. Trata-se da geração que realmente se incomodava com os governos antiperonistas, porque via em Perón o autêntico líder de uma revolução social, numa luta inspirada muito menos na democracia e fortemente na revolução. (ETULAIN, 2006, p. 33).

Quando Cristina e Néstor se encontraram, já em 1974, o país vivia uma nova fase de governo eleito pelo povo. Os militares haviam organizado uma saída que, para Torre (1982), era, na verdade, estratégica. Recuaram da Presidência e convocaram eleições para lucrar com o provável desgaste de um governo peronista em uma Argentina convulsiva. Afinal, o que os novos líderes encontrariam seria “[...] forças e conflitos que transbordavam os marcos tradicionais do sistema político [...]”, associações e partidos enfraquecidos, eclosões de greves violentas e a formação de guerrilhas (TORRE, 1982, tradução nossa). Some-se ao cálculo dos militares o fato de a economia Argentina andar às minguas.

Indicado por Perón, Héctor J. Cámpora torna-se presidente em maio de 1973 e promulga a anistia, abrindo caminho para o retorno do líder populista ao país. Mas, a situação estava longe de representar uma pacificação. As idas e vindas entre democracias e ditaduras frustravam e dividiam a população e as diferenças dentro do próprio movimento peronista geravam forte tensão entre os grupos.

Etulain esclarece que os peronistas de direita e a burocracia sindical se incomodavam com a presença de socialistas no movimento, recorrendo, inclusive, à violência para defender seu ponto de vista. Um dos momentos mais complicados do conflito se deu, justamente, no dia do retorno de Perón à Argentina, em 20 de junho daquele ano. E foram exatamente os jovens as maiores vítimas do radicalismo dos setores armados da direita peronista, que os atacou próximo ao aeroporto de Ezeiza, quando todos esperavam pelo retorno do líder político, a fim de amedrontá-los (ETULAIN, 2006 *apud* VERBISTKY, 1985). O confronto foi de tamanha magnitude que Perón acabou desistindo de desembarcar no local.

Cristina havia ido a Ezeiza com a mãe que não abria mão de acompanhar a chegada de Perón. Descreveu a multidão para Russo (2011) como um formigueiro vindo de todas as direções, com bandeiras e cartazes:

“[...] Chegamos depois de caminhar por horas, já passava das dez. [...] Lá pelas duas da tarde... [...] As pessoas começaram a correr. Vinham para o lado onde estávamos. Gritavam ‘estão atirando’! [...] Prontamente começaram a atirar de todos os lados. [...] Começamos a caminhar e a nos chocar nas várias e várias pessoas que continuavam chegando, e de um caminhão diziam ‘companheiros, não retrocedam!’. Foram momentos muito confusos. Foi infernal. [...]”. (RUSSO, 2011, p. 127-128, tradução nossa).

A tensão entre a esquerda e a direita peronistas acompanharia os processos políticos que se sucederam com a renúncia de Cámpora, em 13 de julho de 1973, para que houvesse novas eleições e, dessa vez, o candidato do partido peronista fosse o próprio Perón, que venceu o pleito com 62% dos votos. A saída de Cámpora da Presidência não fora de comum acordo no movimento. Na verdade, ele foi forçado a dar lugar a Perón que, para Etulain (2006), dirigiu o novo governo para a direita, embora tenha se valido do ideário da esquerda para retornar ao poder, fortalecendo a perseguição aos jovens ativistas.

Quando assumiu a Presidência, Perón não contava com os sindicatos entre seus entusiastas, isto porque estes ficaram à margem das negociações eleitorais. Em lugar deles, a preferência fora pela juventude que se incorporara ao movimento peronista nos últimos anos. Ocorre que as motivações de todos estavam descompassadas. Enquanto os jovens esperavam um governo mais radical, disposto a realizar grandes mudanças, o presidente acreditava que a juventude seria mais passiva às suas ordens do que os sindicalistas (TORRE, 1982). Estavam errados.

Cristina e Néstor faziam parte daquela geração determinada a mudar a história do país:

[...] os jovens constituíram, na Argentina dos anos 70, o setor da sociedade que, incomodado com a vida política e carregado de valores novos ou reelaborados, conseguiu mobilizar a sociedade argentina. Nunca antes um setor da sociedade argentina conseguiu atravessar os limites tradicionais de classes e setores para se organizar em torno de ideais e estratégias. Eles trouxeram Perón de volta, eles se incomodaram com golpes e ditadores, eles elaboraram táticas e projetos, embora Perón, no novo contexto, desviou-se do ideal que ajudou a criar e que o colocou como máximo expoente da liberação nacional. (ETULAIN, 2006, p. 336).

Os jovens eram a maioria na esquerda peronista, principal responsável pela articulação que conseguira eleger Cámpora, mas que logo começa a perder a queda de braço para o setor direitista do movimento. Etulain (2006) explica que Perón assumira a Presidência em meio a tensão entre os dois grupos e a esquerda acabou sendo relegada, ao ponto de sofrer ameaça de exclusão do peronismo, após a eleição de Juan Domingo.

Perón buscava um consenso, mas o contexto que enfrentava era muito diferente daquele de seu governo anterior. Investiu em um projeto “[...] sobre três bases: um acordo democrático com as forças políticas, um pacto social com os grandes representantes corporativos e uma condução mais centralizada de seu movimento, [...]” (ROMERO, 2006, p. 186). Ele se distancia dos jovens radicais e volta a procurar apoio nos sindicatos, mas estes continuam desconfiados, pressionando pelo aumento de salários em uma economia corroída pela inflação herdada do governo militar e afetada pela crise internacional (TORRE, 1982).

O colapso da economia foi contido em um primeiro momento, a partir do pacto. O presidente recuperou a nacionalização, aumentou os gastos em obras sociais e com estatais e promoveu a contratação de funcionários públicos, mas não foi possível segurar os efeitos do déficit por muito tempo, chegando em 1974 com novos conflitos entre sindicalistas e empresários e ambos descontentes com o governo (ROMERO, 2006). Este era o cenário político quando Juan Domingo Perón faleceu, aos 78 anos, de ataque cardíaco, na residência presidencial, em Olivos, Buenos Aires, no dia 01 de julho daquele ano. Assumiu o mandato em seu lugar sua viúva.

María Estela Martínez de Perón, a Isabelita Perón, era vice-presidente. Ela foi a primeira mulher a ocupar a Presidência de um país latino-americano. Após o golpe militar de 1976, foi presa e exilada em 1981. Passou a viver na Espanha, onde ainda reside, reclusa e em silêncio absoluto com a imprensa, que fora implacável com ela.

Terceira esposa de Perón, Isabelita casara-se com ele em 1961. A atriz e dançarina, que descendia de uma família de classe média, fora levada para a política pelo marido, que a impôs na chapa da candidatura de 1973, articulação familiar que já havia tentado antes, com sua segunda esposa, Evita Perón, nas eleições de 1952, mas esta declinara da ideia (DA SILVA, 2014). Isabelita nunca contou com a simpatia do povo argentino. Pelo contrário, a tentativa peronista de lograr para ela a popularidade de Eva, fez com que muitos a desprezassem.

María Eva Duarte de Perón, Evita, é um mito no imaginário popular argentino. Também atriz, é o símbolo máximo da face populista do peronismo, a “mãe dos pobres” do primeiro governo de Juan Domingo Perón. De origem muito humilde, nascida na zona rural de Los Toldos, virou celebridade de radionovelas. Um exemplo de ascensão. Como primeira-dama, cuidou dos projetos sociais relacionados a escolas, asilos e hospitais para crianças e distribuição de doações. Era uma excelente oradora, reunia multidões e tomou para si a luta pelo voto feminino na Argentina, tendo protagonismo na aprovação da lei que concedeu o amplo direito de participação das mulheres nas eleições, além de fundar o partido peronista feminino (CARVALHO, 2015)⁸⁸.

A vida de Evita Perón é contada em livros, filmes e peças de teatro, uma personagem emblemática na história cultural e política da Argentina, com memória, como diz Da Silva (2014), construída por vários grupos sociais. Para a elite, que a hostilizava, uma populista; para seus “descamisados”, uma benfeitora; para os operários, uma revolucionária; para Isabelita, um fantasma.

Evita morreu em 26 de julho de 1952, vítima de câncer de útero, aos 33 anos. Tornou-se maior que o peronismo, muito mais capaz de aglutinar que o próprio Perón e sua memória é reivindicada por diversas alas do movimento e, por vezes, até pela oposição:

Nas eleições presidenciais de 2007, a candidatura da então senadora e primeira-dama Cristina Kirchner estimulou comparações com a figura de Eva Perón. Outro elemento colaborou para estimular essas comparações e desencadear uma disputa em torno da memória de Evita: outra mulher, Elisa Carrió, aparecia como forte candidata pelo ARI (Afirmación para una República Igualitaria). Além da justiça social associada a Eva Perón, a questão da igualdade de gênero ganhou importância na campanha e ambas colocavam as suas candidaturas como

⁸⁸ O peronismo encarnado e defendido por Evita, de acordo com Jéssica Mayara Carvalho (2015), era o da nação como uma grande família, tendo as mulheres, portanto, o papel tradicional de mães e protetoras, guardiãs da moral na esfera pública, em reprodução ao que acontecia na esfera privada. A crítica da autora se dá exatamente em termos emancipatórios, já que a personagem política de Evita se presta a garantir a orientação de uma postura que, na prática, não representa avanços, nem conquistas para as mulheres na vida pública e, sim, o reforço das mesmas obrigações.

resultado da ação de Evita em defesa do voto feminino, apesar de Carrió não ser peronista. [...]. (DA SILVA, 2014, p. 162-163).

Era com esse histórico que Isabelita Perón precisava lidar como nova primeira-dama. Foi acusada de tentar imitar Evita, de invejá-la. Quando Juan Domingo morre, e ela se vê guindada à Presidência, o País está um caos. Os Montoneros haviam rompido definitivamente com Perón e voltavam a clandestinidade, com ações de guerrilha para sustentar suas finanças e forçar negociações (ROMERO, 2006).

A violência crescente começa a criar o ambiente propício para o retorno dos militares, que são acionados pela presidenta para conter os grupos guerrilheiros que se concentram em Tucumán, mas as condições governamentais a enfraqueciam:

[...] A crise econômica preparou a crise política. Em julho de 1975, nem as Forças Armadas nem os grandes empresários – em cujo apoio Isabel tinha apostado – fizeram coisa alguma para apoiar a presidente, a quem já viam postumamente. [...]. (ROMERO, 2006, p. 194).

Os militares tomaram o poder em 24 de março de 1976, depondo e prendendo Isabelita. A Argentina sofria mais um golpe. Outro país latino mergulhava no caldeirão das nefastas ditaduras que assolavam a região naqueles anos.

Os, a partir de então, “Kirchner”, haviam se casado no ano anterior, em uma cerimônia simples, com apenas nove amigos convidados. A vaidosa Cristina usou um vestido azul e, no final da comemoração, cantaram a marcha peronista (Russo, 2011). Era 1975, últimos tempos de liberdade antes de mais um golpe. Os dois acabariam por construir uma associação política, em um casamento de ideais, uma relação alicerçada em companheirismo e cumplicidade que não permite se descobrir onde termina a política e começa o casamento e vice-versa.

4.2.5 Ao sul da resistência

Romero (2006) comenta que a repressão em Tucumán acabou servindo de ensaio para o golpe planejado pela direção das “três armas”. Ao tomar o poder, a Junta de Comandantes militares nomeia como presidente o general Jorge Rafael Videla. O autor classifica a ditadura que passou a

vigorar na Argentina como “terrorista”, dividida em quatro atos: sequestro, tortura, prisão e execução.

[...] Para os sequestros cada grupo de operações – conhecido como a “patota” – operava preferencialmente à noite, na residência das vítimas, diante de sua família, que, em muitos casos, era incluída na operação. Mas muitas prisões também foram feitas em fábricas ou locais de trabalho, na rua, e até em países vizinhos, com a colaboração de autoridades locais. A operação era realizada com automóveis não-identificados, mas bem conhecidos – os fatídicos “falcões verdes” – e com grande deslocamento de homens e armamento pesado, combinando o anonimato à ostentação. Tudo isso aumentava o desejado efeito aterrorizante. Depois do sequestro, vinha o saque da residência, posteriormente aperfeiçoado quando passaram a obrigar as vítimas a ceder a propriedade de seus imóveis, caracterizando a pilhagem da horrenda operação. (ROMERO, 2006, p. 197).

Pouco antes do golpe, Cristina e Néstor chegaram a ser presos. Estiveram quase um mês encarcerados. Dias que mudariam a vida do casal definitivamente. Na saída da prisão, acharam mais seguro deixar a casa onde viviam e queimaram os livros peronistas. Russo relata que os dois se sentiam desamparados: “[...] esse mês terrível, que prenunciava o golpe, viveram afogados na angústia. [...] Cada dia havia um tiroteio, um sequestro, uma bomba” (RUSSO, 2011, p. 154, tradução nossa).

À Cristina e Néstor não existia mais dúvida, precisavam afastar-se o máximo possível daquela insanidade. Já haviam perdido amigos para a morte na tortura e desaparecimento. A solução foi ir para Río Gallegos, capital do estado de Santa Cruz, a cidade da família de Néstor. Ele estava formado, mas para Cristina ainda faltava algumas disciplinas, de forma que ela somente iria concluir a faculdade de Direito anos mais tarde, em 1979.

De acordo com Romero (2006), são nove mil casos de desaparecidos entre 1976 e 1978, somente entre os que a comissão⁸⁹ responsável pela investigação conseguiu documentar, pois há indícios de que podem existir muitos mais não denunciados. Já as organizações de direitos humanos calculam que esses números possam girar em torno de 30 mil pessoas. Os desaparecidos tinham entre 15 e 35 anos, em sua maioria.

O casal Kirchner abre um escritório de advocacia na casa que os pais de Néstor cederam para morarem e ali leva a vida como pode. O primeiro filho, Máximo, nasce em 1977. Em 1980

⁸⁹ Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, Conadep, criada pelo presidente Raul Alfonsín, em 1984, que levou a julgamento os militares envolvidos, condenando muitos deles (Romero, 2006, p. 197).

sofrem um atentado frustrado ao escritório, com a colocação de um artefato explosivo e abertura do gás da casa. Os Kirchner advogavam em algumas causas contra a Aeronáutica, e Cristina logo ligou o ocorrido a suas negativas de repassar informações dos clientes (Russo, 2011).

Não bastasse viver em uma ditadura, o governo militar impingiu ao povo argentino uma guerra impossível de ser ganha. Em 1982, Leopoldo Galtieri ordenou uma invasão às ilhas Malvinas, no sul da Patagônia, ocupada pela Grã-Bretanha desde 1883. Os britânicos reagiram imediatamente àquela tentativa de retomada do território e tiveram o apoio dos Estados Unidos e do Chile. Este último, também vivia sob ditadura na época (entre 1973 e 1990), sob o comando de Augusto Pinochet.

Romero (2006) explica que a atitude do governo militar argentino tinha a ver com a intenção de demonstrar força em um contexto no qual estava desgastado. As mobilizações de resistência ao governo eram crescentes e este não contava com o apoio popular. Galtieri viu, então, na antiga reivindicação nacional pela devolução das ilhas à nação uma possibilidade de se legitimar frente a uma sociedade discordante. Embora não houvesse unanimidade quanto a forma como as Malvinas deveriam ser retomadas, o general investiu no belicismo.

Após a surpresa da ação das Forças Armadas da Argentina, que, chegando de súbito, venceu facilmente a pouca guarda britânica nas ilhas e ocupou o território, a Grã-Bretanha se organizou rapidamente e, liderada pela primeira-ministra Margareth Thatcher, “[...] reuniu uma força naval considerável, que incluía dois porta-aviões e tropas para o desembarque. Em 17 de abril, a força tarefa tinha se reunido na ilha Ascención, no Atlântico, e iniciava sua marcha rumo às Malvinas. [...]” (ROMERO, 2006, p. 220).

Solidária à Grã-Bretanha, a Comunidade Europeia se juntou a ela nas sanções econômicas à Argentina. Nas ilhas, os britânicos iniciaram os ataques aéreos e submarinos. Os argentinos até chegaram a causar algum dano à frota da Inglaterra, mas sem condições de detê-la, nem impedir o isolamento das ilhas:

[...] Nelas, os chefes militares tinham posicionado dez mil soldados, em sua maioria recrutas inexperientes – por algum motivo, optou-se por destinar as tropas mais treinadas para a fronteira com o Chile -, sem suprimentos, equipamentos ou meios de locomoção, e principalmente sem planos, exceto, resistir. [...]. (ROMERO, 2006, p. 222)

As informações que chegavam ao continente sobre a guerra davam conta de que a Argentina estava vencendo o conflito, mas logo a manipulação ficaria evidente. Os 74 dias de batalhas estavam se tornando um massacre. Em 14 de junho, a rendição foi inevitável. Depois de mais de 700 mortos e quase 1.300 feridos, as Malvinas continuavam pertencendo à Inglaterra (Romero, 2006).

A guerra das Malvinas deixou o governo ditatorial ainda mais enfraquecido. Com o agravamento da crise econômica, Galtiere foi deposto e a redemocratização iniciada. Por esses anos, Cristina e Néstor fundam o Ateneo Juan Domingo Perón. Ela, que já era conhecida como advogada na cidade, diz Russo, começou a falar para as pessoas naquele espaço. Converteram o lugar em um centro cultural e político. “[...] A partir dali foi surgindo um grupo de dirigentes que tinha como principal objetivo cobrir com sua presença toda a cidade. [...] Néstor tinha em mente um trabalho de formiga. Lento e persistente” (RUSSO, 2011, p. 173).

Os Kirchner enveredavam para a vida política partidária no Partido Justicialista (PJ), a sigla criada por Perón. Néstor tentou se candidatar a prefeito de Río Gallegos em 1983, mas não passou pelas prévias do partido. Ocupou, então, um cargo no governo do estado e seguiram, ele e Cristina, construindo uma plataforma política. Ela sempre cuidando pessoalmente das campanhas dele. Chegou à prefeitura no final de 1987.

Se acostumaram a estar juntos todo o tempo. Quando Néstor foi prefeito de Río Gallenos e durante os doze anos que foi governador de Santa Cruz, Cristina tinha o escritório ao lado do seu. Inclusive quando era deputada nacional e passava os dias de semana na capital, manteve seu escritório junto ao do governador. [...]. (RUSSO, 2011, p. 107, tradução nossa).

Cristina foi eleita deputada estadual em 1989 e, em 1991, Néstor chegava a governador de Santa Cruz. Segundo Russo (2011, p. 179, tradução nossa), o dia da posse foi o que mais emocionou a presidenta por um feito político: “[...] ele havia lhe dito em 76, quando escaparam de La Plata, que seria governador. Era como prometer-lhe o impossível”.

Figura 19: Casal Kirchner na campanha de 1989



Fonte: Russo, 2011.

A deputada Cristina começava a chamar a atenção pela capacidade oratória, falava sobre os temas mais difíceis.

[...] Não gostava de resumos, na verdade, detestava. Dizia que os resumos geravam incompetência. Pedia sempre mais material para ler. Muito material. O que seus assessores preparavam era indefectivelmente pobre. Gostava de ter a última palavra nos debates, mas para isso tinha que estar mais informada que seus adversários. [...]. (RUSSO, 2011, p. 182, tradução nossa).

Enquanto Néstor tomava medidas radicais para organizar a economia do estado endividado, o país era comandado por Carlos Menem, outro membro do Partido Justicialista, de ala diferente dos kirchner dentro do dividido peronismo. Menem foi presidente da Argentina durante anos de profundas crises, implantando políticas de governo que incluíam a privatização de estatais importantes. A década de 1990 ficou marcada por incertezas e manifestações, inclusive, as de Néstor, que declarava publicamente sua discordância com as ações neoliberais de Menem.

Cristina teve a filha, Florencia, no início daqueles anos, em 1990. Entre Máximo e a menina havia engravidado uma vez, mas perdeu o bebê, já em gestação avançada, aos seis meses. A presidenta não costuma falar sobre esse evento traumático, mas declarou a Russo que pensa ser esse o motivo de seu posicionamento contra o aborto, embora, diz, respeite quem pensa diferente, pois, o contrário seria uma atitude totalitarista:

“[...] Eu não estou de acordo com o aborto, mas não digo que tenha razão. Digo o que penso e sinto. O que me incomoda em qualquer discussão é que se queira

impor ao outro seu ponto de vista. Sobre tudo em temas que têm a ver com a consciência. [...]”. (RUSSO, 2011, p. 192).

Conciliar vida política com maternidade demandou um grande esforço de Cristina quando se tornou deputada federal. Era um sacrifício deixar a filha pequena em Río Gallegos e passar a semana em Buenos Aires, nas atividades parlamentares. Sofria a culpa que maltrata todas as mulheres que trabalham e a dupla cobrança àquelas que adentram a espaços tidos como masculinos.

4.2.6 Batalhas necessárias

Os assessores de Cristina, ouvidos por Russo (2011), a descrevem como uma trabalhadora incansável e chefe exigente. Eleita senadora em 1995, não demora a chamar a atenção da imprensa nacional por bater de frente com a base governista de Menem ao não concordar com seus projetos para o país. Cobrada por ser do mesmo partido do presidente, diz, sem pestanejar, que o governo não se tratava de um quartel.

O cientista político Diego Buranello, que assessorou Cristina naqueles tempos, disse a Russo que ela “[...] era ácida, era difícil tê-la na oposição. Eles não acreditavam, porque ela obviamente não os contestava com palavrões, mas com argumentos, e isso era o que mais os impressionava. [...]” (RUSSO, 2011, p. 228, tradução nossa).

Cristina foi uma legisladora contumaz, participou de várias comissões espinhosas, era polêmica por falar o que pensava, não aceitava acordos de cúpula, irritava adversários. O dom da oratória e a obstinação lhe garantiam o discurso. Sua principal assessora da época de Senado, Valeria Loira, contou que a presidenta exigia informações precisas e suficientes para montar um esquema de pensamento e articular uma exposição:

“Trabalhei mais de 16 anos na UBA [Universidade de Buenos Aires], com pessoas da graduação e pós-graduação, com pessoas que fizeram todas as especializações que você possa imaginar. E nunca conheci ninguém com essa capacidade que ela tem de ordenar em sua própria cabeça a informação técnica, política, histórica, social... Em todos esses anos jamais a vi escrever nada. O que fazia literalmente era estudar. Marcava as folhas com canetas de diferentes cores, suponho que isso tinha a ver com diferentes níveis de argumentação ou de importância. Ia deixando marcado coisas que a interessavam. Depois, com tudo lido, voltava e buscava o que servia para a argumentação. [...]”. (RUSSO, 2006, p. 255, tradução nossa).

Em 2003, Néstor assume a presidência da Argentina, é a consolidação do trabalho que ambos começaram juntos, anos antes, e Cristina decide que não teria mais agendas de imprensa. Acreditava que devia deixar que o protagonismo fosse todo do marido naquele momento, estava lhe cedendo espaço, depois de anos de destaque. O país precisava reconstruir a autoridade presidencial que estava limada. Para ela, era uma decisão tomada, contou Buranello a Russo (2011).

No juramento presidencial no Congresso argentino, Cristina fez questão de ficar em seu lugar de senadora e não de primeira-dama. Ele leu o discurso que ela ajudou a escrever. Mais tarde, quando fora a vez dela tornar-se presidenta, Néstor devolveu o gesto quanto à imprensa, procurando deixá-la em evidência. Mas, a mídia não estava muito contente em vê-la ocupando essa posição. Logo que souberam da candidatura, se movimentaram.

Cristina contou a Russo que Héctor Magnetto, diretor executivo do Grupo Clarín, o maior conglomerado de mídia da Argentina, chegou a procurar Néstor em Olivos, quando soube que ela seria candidata à Presidência. A intenção era deixar claro que não concordavam com a escolha e que exerceriam pressão contrária. Mas, aquilo era apenas uma amostra do que esperava pela presidenta em termos midiáticos.

Ela assumiu o governo em 10 de dezembro de 2007⁹⁰, eleita em primeiro turno, e comprou briga definitiva com os meios de comunicação quando propôs o projeto de Lei Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual, criado para substituir a antiga Lei de Radiodifusão. A Lei de Meios, como acabaria sendo conhecida, atingiria em cheio os grupos midiáticos que exploravam as concessões audiovisuais de forma monopólica, obrigando à redistribuição das outorgas de veiculação. Grande concentradora de licenças, a corporação Clarín seria a mais afetada e abriu fogo com todo seu arsenal contra a presidenta e seu projeto de democratização da mídia, apoiado por outros grupos comunicacionais interessados em manter seus benefícios.

O Clarín possuía 240 licenças de rádio e TV no país, inclusive, de canais de TV a cabo. Com a democratização dos meios, precisaria se desfazer da maioria. Para não perder essa enorme fatia do mercado, o grupo iniciou uma cruzada contra Cristina Fernández, simbólica, de ataques midiáticos, e legais, de cautelares na justiça.

O maior objetivo da lei, ao quebrar o monopólio midiático, era ampliar o acesso à informação, que tinha sua produção e veiculação concentradas de forma cruzada desde que as privatizações do governo Menem, na década de 1990, que permitira a constituição de “um sistema

⁹⁰ Seria reeleita em 2011, com 54% dos votos contra 17% do segundo colocado, o socialista Hermes Binner.

de meios de propriedade privada com a presença de empresas nacionais, e de capital estrangeiro, em um mercado oligopólico, com dois grandes grupos multimeios: Telefé e Clarín” (SEGURA, 2011, p.89).

Figura 20: Posse de 2007. Cristina, Néstor e Máximo



Fonte: Russo, 2011

Figura 21: Posse de 2011. Cristina, a filha Florencia e Julio Cobos atrás



Fonte: Di Marco, 2014

A sociedade Argentina passara a reagir de forma mais organizada contra o monopólio midiático a partir de 2004, quando se instituiu a *Coalização por uma Radiodifusão Democrática*, o embrião da Lei de Meios. O grupo, formado por sindicatos, universidades, organizações sociais, rádios comunitárias, pequenas rádios comerciais e órgãos de direitos humanos, entra em acordo sobre os “21 Pontos Básicos pelo Direito à Comunicação”, e são esses os itens cruciais do projeto de lei que Cristina Fernández encampa em 2008. Para María Soledad Segura (2011), a Coalizão foi o maior avanço em termos de propostas cidadãs para a democratização das comunicações experienciado pela Argentina. Além disso, a autora lembra que esta foi a primeira articulação desse tipo na América Latina.

O resultado, após muitas disputas e debates, foi a aprovação da lei pelo Congresso da Argentina em 10 de outubro de 2009. Começaram, então, as contestações do Clarín. O principal argumento do Grupo nos Tribunais era de que a Lei de Meios seria "anti-democrática". No entanto, a Suprema Corte da Argentina acabou por considerar a norma constitucional. Vieram, portanto, as “guerras” de medidas cautelares, através das quais o Grupo Clarín impugnou dois artigos que tratavam de limitação do número de licenças de TV aberta e por cabo e a devolução das concessões das empresas que ultrapassam o número de licenças estabelecidas na lei, prolongando as discussões ainda até 2013, ano em que, finalmente, a lei pode entrar em vigor em sua totalidade.

A Lei de meios da Argentina significou um grande avanço em termos de democratização midiática, o que reflete em cidadania participativa. Principalmente, porque contém artigos específicos de fomento à diversidade cultural e garante acesso universal aos conteúdos considerados de “interesse relevante” e de “acontecimentos esportivos”, além de criar instâncias reguladoras, o Conselho Assessor da Comunicação Audiovisual e da Infância e o Conselho Consultivo Honorário dos Meios Públicos, entre outras ações que garantem a participação popular.

A norma estabeleceu que as outorgas dos serviços de comunicação audiovisual poderiam ser cedidas para exploração do Estado e gestão privada, com ou sem fim lucrativo, a partir de licitação pública. As licenças ficariam, então, intransferíveis, com possibilidade de prorrogação de prazo somente uma vez, mediante audiência pública.

Uma das conquistas mais impactantes da lei para a população mais carente foi o acesso a transmissões esportivas, como jogos de futebol. Antes, esse tipo de veiculação era feita somente pela TV a cabo. Para a viabilizar a veiculação das partidas da primeira divisão do campeonato argentino, Cristina negociou com Associação Argentina de Futebol a compra dos direitos de

transmissão e os jogos passaram a ser transmitidos no domingo à noite, em um programa chamado “Fútbol para Todos”, na TV pública.

Cristina Fernández falou sobre essa conquista, em especial, para Russo:

“[...] Começamos a trabalhar mais forte com a coalizão, mas acho que nem eles acreditavam que iríamos levar adiante. Ninguém acreditava que teríamos coragem. Sejam sinceros. Ninguém.

Tampouco acreditavam no *Fútbol para Todos*. Na realidade, se a gente olhar a perspectiva, em termos de mudança e transformação de costume, isso foi muito forte. Nesse país tinha garotos de vinte anos que nunca na vida tinham podido ver um jogo em casa. [...]. Quem não tinha TV a cabo não via o jogo ou não via os gols. Estava naturalizado. O *Fútbol para Todos* implicou uma democratização muito visível, literalmente. Porque mudou a vida de muita gente. Hoje se assiste futebol em família. [...]. (RUSSO, 2011, p. 297-298, tradução nossa).

Embora a Lei de Meios venha sofrendo retrocessos, desde que Mauricio Macri assumiu a presidência da Argentina, em dezembro de 2015, com a extinção das agências reguladoras dos serviços de telecomunicações e modificação de artigos fundamentais, que retiram a proibição da venda dos meios, permitindo a integração das emissoras de rádio e televisão em cadeia, eliminado, assim, os pontos que protegiam contra a propriedade cruzada de televisão por cabo, rádio e televisão aberta e permitindo a extensão dos prazos de licença, a norma ainda significa um grande avanço. É um exemplo paradigmático de democratização midiática na América Latina. Cristina Fernández sabia que essa era uma batalha necessária.

5 DESCONTROLADAS E PERIGOSAS: DILMA ROUSSEFF E CRISTINA FERNÁNDEZ EM *ISTOÉ* E *NOTICIAS DE LA SEMANA*

Os textos carregam consigo muito mais que palavras. O dispositivos midiáticos, como as revistas, por exemplo, por sua, muito mais ainda que a união destes com imagens e formas. Transportam intenções, como todo discurso, como toda a linguagem. O processo de análise discursiva se encontra, portanto, nesse difícil limiar: o de buscar interpretar o que existe entre o dito e o não-dito, o que está implícito no texto, que fala com o leitor através do acionamento de uma rede de sentidos que convoca desde conhecimentos anteriores até outros discursos (ORLANDI, 2005; MAINGUENEAU, 1997).

Para entendermos como se deu a constituição midiática de Dilma Rousseff e Cristina Fernández precisaremos trabalhar nessa perspectiva. A de observar além do que está flagrante na superfície de nossos objetos. É à construção mais profunda que nos dedicamos na busca pelas marcas simbólicas que direcionam a compreensão do leitor no sentido pretendido pelo enunciador. Por isso, a seguir, apresentaremos uma amostra dos materiais selecionados de nosso escopo, que demonstram como as revistas *IstoÉ* e *Noticias de la Semana* procederam nesse direcionamento de sentidos.

5.1 Ela não serve para isso

Como já mencionado anteriormente, a extensa pesquisa exploratória que procedemos permitiu que percebêssemos que *IstoÉ* situa seu lugar de enunciação, ou seja, seu *ato de produção do discurso* (FIORIN, 2009), falando em nome da sociedade. Assim, a revista se coloca na posição de inquisidora e não de informativa, na medida em que faz esse movimento não a partir da divulgação de vontades populares, com apresentação de contraditórios, mas, sim, através de narrativas fragmentadas, na maior parte das vezes sem fontes, fazendo uso de adjetivações valorativas, expressões avaliativas e excesso de opinião em espaços que não são os destinados jornalisticamente a ela⁹¹.

⁹¹ Faz-se necessário dizer que, de acordo com as regras de redação jornalística, se convencionou que adjetivos e expressões que possam emitir juízo de valor, ou seja, construir opinião, não sejam usadas em textos informativos. Deve-se oferecer dados suficientes para que o leitor ou ouvinte possa formar sua própria avaliação (LAGE, 1997). A

Nenhum discurso é neutro, o sabemos e temos assinalado nossas reflexões quanto às questões de produção de sentido ao longo desse trabalho, portanto, a objetividade jornalística é uma questão complexa e controversa. Alguns diriam mesmo que ela é impossível. Mas, a responsabilidade do jornalismo é com a verdade, ainda que esta seja um recorte, um viés, um ponto de vista, uma narrativa sobre ela. Qualquer alteração de fatos é manipulação jornalística, e qualquer opinião disfarçada de informação está a serviço dessa manipulação. Assim, passamos a observar os materiais separados sobre Dilma Rousseff, para verificar como se deu a construção midiática a partir da narrativa jornalística apresentada por *IstoÉ*.

5.1.1 Entre o terrorismo e a corrupção

Nossas análises se iniciam pelos materiais selecionados na categoria *Perfil*. Nela, procuramos reunir exemplos que dessem conta de demonstrar o esforço de *IstoÉ* em atribuir determinadas características à Dilma Rousseff, a partir do que observamos na pesquisa exploratória. O conjunto é, dessa forma, uma amostragem que se pretende diversificada, embora, as narrativas, operações discursivas e tipos de abordagens, se repitam constantemente. Este grupo é composto por oito materiais (Quadro 1).

Quadro 1: Materiais analisados na categoria *Perfil*

Título	Tipo	Data
“A retomada do terrorismo eleitoral”	Matéria	15.10.2014 – ed.2342
“Uma campanha movida a mentiras”	Matéria	29.10.2014 – ed.2344
“Os 7 crimes de Dilma”	Capa	30.03.2016 – ed.2416
“Terrorismo oficial”	Matéria	13.04.2016 – ed.2418
“Não vai ser golpe”	Capa	20.04.2016 – ed. 2419
“A propaganda do terror”	Reportagem	20.04.2016 – ed. 2419
“O acerto de R\$ 12 milhões”	Matéria de capa	03.06.2016 – ed.2426
“Mordomia: carros oficiais a serviço da família de Dilma”	Matéria de capa	15.07.2016 – ed.2432

Fonte: Elaborado pela autora

interpretação do jornalista sobre os fatos ocorridos deve conter o máximo de objetividade possível, ficando a opinião reservada às colunas e editoriais (ERBOLATO, 1991).

Na construção de um perfil de Dilma Rousseff, percebe-se um investimento de *IstoÉ* na ideia da *criminalização*, a partir de dois movimentos: o *terrorismo* e a *corrupção*. A sugestão de terrorismo é feita em dois momentos, o primeiro é observado nas revistas publicadas durante o período eleitoral de 2014, onde há a insistente afirmação de que a candidata à reeleição faz uma campanha baseada no “terrorismo eleitoral” e, o segundo, acontece durante o processo de impeachment, quando a revista resgata os argumentos anteriores para dizer que Dilma Rousseff busca assustar a população falando no fim dos benefícios sociais com sua saída do governo. Aqui, o semanário vai além, faz uma associação direta com a violência, resgatando no imaginário do senso comum as antigas atribuições de um passado de terrorista violenta dadas a ela. Observe-se o seguinte trecho da matéria “Terrorismo oficial”⁹², de 13.04.2016:

Um dos principais erros no qual um governante pode incorrer é o de misturar governo com Estado. Usar o poder concedido pelo eleitor em benefício próprio. É o que faz a presidente Dilma Rousseff. Enquanto o País permanece órfão de direção, a petista usa a estrutura paga pelos contribuintes para promover atos contra o impeachment. Nos últimos dias, Dilma transformou o Palácio do Planalto, sede do Executivo do País, em um palanque. As ilegalidades vão além da utilização privada da coisa pública. Nos eventos, a presidente e aliados repaginam a estratégia do medo usada na campanha à reeleição. Tornam-na uma espécie de tática do terrorismo. Não se limitam ao discurso da última eleição de que benefícios sociais acabariam com a saída dela do cargo. Ultrapassaram as ofensas a outras instituições. Eles agora inflamam ameaças, em pleno Palácio do Planalto, de que um sucessor de Dilma não terá paz ou de que propriedades rurais de parlamentares favoráveis à cassação serão invadidas. [...]

[...] O ápice entre a mistura da estratégia do terror com a partidarização da coisa pública ocorreu na sexta-feira 1. Movimentos sociais participaram de cerimônia em que Dilma assinou a regularização de propriedades rurais para quilombolas e sem-terras. O encontro, no entanto, serviu a outro propósito. A petista quis demonstrar que organizações rurais, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), radicalizarão em caso de impeachment. “A forma de enfrentar a bancada da bala contra o golpe é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases, lá no campo”, afirmou Aristides Santo, secretário da Contag. “Nós vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles”, disse, a poucos metros de Dilma, em tom de ameaça a parlamentares. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A cerimônia sobre a qual a matéria não informa, apenas cita, era a assinatura de 25 decretos de desapropriação de terras para a reforma agrária nos estados de Goiás, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pará, Ceará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Paraíba e

⁹² Disponível em: <https://istoe.com.br/450535_TERRORISMO+OFICIAL/>. Acesso em: 17/05/2018.

Paraná, e quatro para a regularização de comunidades quilombolas nos estados de Sergipe, Pará, Rio Grande do Norte e Maranhão. Na ocasião, também fora lançado um edital de Promoção da Igualdade Racial para disponibilizar R\$ 4 milhões para projetos de promoção da igualdade.

Dada a natureza do evento, havia representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Confederação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entidades que manifestaram apoio à presidenta contra o processo de impeachment, ocorrência que fora descrita por *IstoÉ* como “radicalização”, inclusive a responsabilizando por palavras e atitudes de terceiros, como é possível verificar no trecho exposto acima, do qual supra destacamos a frase:

[...] A petista quis demonstrar que organizações rurais, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), radicalizarão em caso de impeachment. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifo nosso).

Na impossibilidade de reproduzir falas desta natureza de Dilma Rousseff, a matéria segue na linha da “terceirização do terrorismo”:

As ameaças do dirigente da Contag não foram as primeiras. Desde que a legitimidade de Dilma começou a ser questionada e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a condição de investigado, outros movimentos ligados ao PT ameaçam inflamar o País. Guilherme Boulos, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), tornou pública a intimidação. “Não haverá um dia de paz no Brasil. Podem querer derrubar o governo, podem prender arbitrariamente o Lula ou quem quer que seja, podem querer criminalizar os movimentos populares, mas achar que vão fazer isso e depois vai reinar o silêncio e a paz de cemitério é uma ilusão”, afirmou. E foi além na estratégia do terror. “Este País vai ser incendiado por greves, por ocupações, mobilizações, travamentos. Se forem até as últimas consequências nisso não vai haver um dia de paz no Brasil.” Uma retórica alinhada com outras entidades, como o MST e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). (ISTOÉ, 2016, grifo nosso).

No caso das publicações do período eleitoral de 2014, o cunho “terrorista” estava, para *IstoÉ*, no discurso de campanha de Dilma Rousseff, que tinha como sua principal bandeira os programas sociais desenvolvidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), desde o início do governo de Lula, em 2003:

No primeiro turno da disputa presidencial, o PT e sua candidata Dilma Rousseff partiram para um aético vale-tudo para desconstruir a candidatura de Marina Silva

(PSB). Na última semana, a presidenta e seu partido mostraram que agora a mesma receita será usada contra o tucano Aécio Neves, repetindo nos palanques e em seus programas de rádio e tevê o terrorismo eleitoral que recorre a mentiras e à manipulação dos fatos. Na quarta-feira 8, em comício no Piauí, Dilma disse que a volta do PSDB ao governo representa o fim do Bolsa Família e de todas as conquistas sociais obtidas nos últimos 12 anos. “Nós fizemos o Bolsa Família, construímos o Bolsa Família. Vem uma pessoa agora falar que vão fazer melhor o Bolsa Família, por que não fizeram antes?” (ISTOÉ, 2014, grifos nossos)

A matéria “A retomada do terrorismo eleitoral”⁹³, de 15.10.2014, trazia como subtítulo a frase: “Campanha de Dilma inicia o segundo turno como terminou o primeiro: espalhando o medo para tentar desconstruir seus adversários”. Destaca-se a colocação “espalhando o medo”, como ponto crucial na construção de radicalismos.

A estratégia é, conforme comentamos, repetida no período do processo de impeachment. A reportagem “A propaganda do terror”⁹⁴, de 20.04.2016, traz o subtítulo: “Ao afirmar que um novo presidente colocaria em risco os programas sociais, governo assusta população menos escolarizada com o discurso do medo” e sentencia:

Durante entrega de unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, em 8 de abril, no Rio de Janeiro, a presidente Dilma Rousseff aproveitou o ensejo para afirmar que, caso fosse afastada do cargo, seu substituto – seja ele quem fosse – colocaria fim aos programas sociais implementados pelos petistas. “Quem pretende interromper meu mandato é justamente aquele tipo de pessoa que considera um erro do governo federal colocar recursos e fazer um programa como o Minha Casa Minha Vida”, disse a presidente, que tem aberto as portas do Palácio do Planalto para líderes de movimentos sociais repetirem, em discursos inflamados, a ladainha da perda de benefícios. Políticos da sigla e sindicalistas da sigla também reforçaram esse discurso nas últimas semanas. Nos protestos pró-Dilma, carros de som foram estrategicamente posicionados e panfletos foram distribuídos para enfatizar que o “impeachment é um golpe contra os programas sociais.” Em uma tentativa desesperada de salvar o mandato da presidente, o governo está usando uma tática de terror que atinge principalmente as pessoas menos instruídas, fazendo-as acreditar que os avanços sociais vão regredir caso o PT deixe o Palácio do Planalto. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A tática é usada conjuntamente à ideia de um governo enganoso, que mente para a população, ajudando a realizar também o segundo movimento que observamos nessa categoria de análise, o da construção de um perfil *corrupto*:

⁹³ Disponível em: < https://istoe.com.br/387131_A+RETOMADA+DO+TERRORISMO+ELEITORAL/>. Acesso em: 17/05/2018.

⁹⁴ Disponível em: <https://istoe.com.br/451094_A+PROPAGANDA+DO+TERROR/>. Acesso em: 17/05/2018.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva venceu a disputa presidencial de 2002, o publicitário Duda Mendonça, responsável pela construção do ‘Lulinha paz e amor’, fez uma declaração que viria a se tornar uma espécie de mantra do marketing político. “A democracia brasileira amadureceu e agora está provado que quem bate perde”, afirmou o publicitário traçando um paralelo com a eleição de 1989, quando Fernando Collor de Melo promoveu uma campanha de mentiras e ataques pessoais para derrotar Lula. Depois de 12 anos no poder, o PT, o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff, candidata à reeleição [sic], resolveram desafiar esse mantra e trazem à disputa eleitoral uma sucessão de agressões e mentiras contra seus principais oponentes jamais vista na história recente do País. Também se valem do aparelhamento instalado no governo federal para manipular dados e esconder todos os indicadores que possam prejudicar a candidatura oficial, atentando contra a credibilidade de instituições como o Ipea e o IBGE. “O PT tem promovido uma das campanhas mais sujas da história. O objetivo é se manter no poder a qualquer preço”, afirma a ex-senadora Marina Silva, candidata do PSB derrotada no primeiro turno. “Fui vítima dessa ação difamatória sem precedentes que agora praticam contra o candidato Aécio Neves.”

Desde o início do processo eleitoral, a campanha de Dilma Rousseff tem se valido da tática do medo e do terrorismo eleitoral para atingir seus adversários. Começou por intermédio das redes sociais e de militantes bem remunerados. Mas, a partir do segundo turno e com as pesquisas indicando a liderança do tucano Aécio Neves, o ex-presidente Lula e a candidata Dilma Rousseff passaram a ser os principais protagonistas dos ataques caluniosos. [...]. (ISTOÉ, 2014, grifos nossos).

“Uma campanha movida a mentiras”⁹⁵, de 29.10.2014, é a matéria de capa da edição, que traz uma fotografia de Dilma em atitude submissa em relação a Lula, já que a imagem sugere que o ex-presidente lhe aconselha ao pé do ouvido:

⁹⁵ Disponível em: <https://istoe.com.br/389186_UMA+CAMPANHA+MOVIDA+A+MENTIRAS/>. Acesso em: 17/05/2018.

Figura 22: Capa da revista Isto É de 29.10.2014



Fonte: ed. 2344

Mais uma vez, a revista não credita fala à Dilma sobre o assunto que aborda, não se sabe se por que a presidenta jamais se pronunciou no tom no qual *IstoÉ* busca fazer crer ou por opção editorial do magazine. O fato é que, novamente, as “aspas” estão terceirizadas:

[...] Os exemplos dessa campanha montada em mentiras são inúmeros. Na terça-feira 21, em comício no Recife (PE), Lula usou das calúnias para impor a campanha do medo, apontando o adversário como alguém interessado em dividir o País entre ricos e pobres, Norte e Sul, etc., recurso que, na verdade, o próprio Lula costuma usar sempre que se vê politicamente acuado ou ameaçado de perder o poder. No palanque, o ex-presidente chegou ao cúmulo de comparar Aécio e o PSDB a nazistas. “Eles (Aécio e o PSDB) agridem a gente (nordestinos) como os nazistas na Segunda Guerra Mundial. São mais intolerantes que Herodes, que mandou matar Jesus Cristo.” [...]. (ISTOÉ, 2014, grifos nossos).

Na sequência até chega a ser mencionado que Dilma faz uso do “discurso terrorista mentiroso do medo”, mas nenhuma declaração é atribuída a ela:

[...] No mesmo ato, antes de subir em um carro de som, o ex-presidente voltou a afirmar o que repetidamente vem sendo dito pela candidata Dilma Rousseff: Aécio, se eleito, vai acabar com o Bolsa Família. Na verdade, e Lula sabe muito bem, o senador tucano já apresentou projeto no Congresso que transforma o Bolsa Família em lei, não podendo ser encerrado por qualquer que seja o presidente. Além de Lula, em diversos atos de campanha, a candidata Dilma vem pessoalmente praticando o terrorismo eleitoral. A presidenta já assegurou aos eleitores que Aécio planeja privatizar instituições como Banco do Brasil,

Petrobras, os Correios, Caixa Econômica, entre outras, embora o programa de governo apresentado pelo tucano defenda o fortalecimento dessas instituições. (ISTOÉ, 2014, grifo nosso).

Conforme mencionamos no início desse subcapítulo, *IstoÉ* não costuma abrir espaço para o contraditório, portanto, não há nas matérias nenhuma fala em nome da presidenta ou de seu partido sobre a suposta tática de campanha que pudesse oferecer ao leitor um ponto de vista alternativo sobre os motivos das ditas colocações noticiadas pela revista.

A construção de um perfil *criminoso* de Dilma se intensifica no período de afastamento da presidenta por conta do processo de impeachment. *IstoÉ* usa mesmo o termo “crime” em várias publicações e situações. Observemos essa capa:

Figura 23: Capa da *IstoÉ* de 30.03.2016



Fonte: ed. 2416

A composição da imagem de capa da edição 2416, de 30.03.2016, por si só, já remete o leitor ao obscuro. Mesmo que o público não se detivesse em ler a manchete de apoio, o fundo escuro, com a figura de Dilma Rousseff em preto e branco, centralizada, olhando para baixo e com semblante contrariado, com a manchete “Os 7 crimes de Dilma”, em amarelo contrastante, já contribuiria para a formação de uma ideia sobre a índole nada positiva da presidenta por aqueles menos dedicados à leitura política. Mas, de qualquer forma, há a assistência da chamada descritiva:

A presidente insiste em dizer que não há justificativa legal para o impeachment, mas o MP, a PF e a Justiça Eleitoral já têm elementos para acusá-la pelos crimes de obstrução da justiça, improbidade administrativa, desobediência, falsidade ideológica, extorsão e abuso de poder, além das pedaladas fiscais. (ISTOÉ, 2016, grifo nosso).

IstoÉ sobe ainda mais o tom conforme a data de votação do impeachment se aproxima. Em 03.06.2016, publica a matéria, do tipo “exclusiva”, “O acerto de R\$ 12 milhões”⁹⁶, com chamada de capa onde traz uma suposta fala de Dilma sobre doação de campanha da empreiteira Odebrecht em caixa dois: “É para pagar”.

Figura 24: Capa da *IstoÉ* de 03.06.2016



Fonte: ed. 2426

O texto diz que o presidente da empreiteira, Marcelo Odebrecht, revelou, em acordo de delação premiada, que a presidenta cobrou pessoalmente a doação de campanha da empresa, via caixa dois, ou seja, de forma ilícita, para pagamento do marqueteiro João Santana em 2014:

Entre o primeiro e o segundo turno da eleição de 2014, o tesoureiro da campanha de Dilma, Edinho Silva, cobrou de Marcelo Odebrecht uma doação “por fora” no valor de R\$ 12 milhões para serem repassados ao marqueteiro João Santana e ao PMDB. Marcelo se recusou a fazer o repasse, mas diante da insistência de Edinho disse que iria procurar Dilma. Dias depois, em encontro pessoal, o empreiteiro e a presidenta afastada mantiveram a conversa abaixo:

⁹⁶ Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-acerto-de-r-12-milhoes/>>. Acesso em: 17/05/2018.

– Presidente, resolvi procurar a sra. para saber o seguinte: é mesmo para efetuar o pagamento exigido pelo Edinho?, perguntou Odebrecht.

– É para pagar, respondeu Dilma.

No acordo de delação premiada, firmado na última semana, o empreiteiro Marcelo Odebrecht fez uma revelação que, pela primeira vez, implica pessoalmente a presidente afastada Dilma Rousseff numa operação de caixa dois na eleição de 2014 – o que configura crime. Aos procuradores da Lava Jato, o empresário afirmou que a mandatária exigiu R\$ 12 milhões para a campanha durante encontro privado entre os dois. A conversa ocorreu depois do primeiro turno da disputa presidencial. O recurso, segundo Odebrecht, abasteceu o caixa paralelo de Dilma e serviu para pagar o marqueteiro João Santana e o PMDB. A história narrada pelo empreiteiro é devastadora para as pretensões de Dilma de regressar ao poder. Nela, Marcelo Odebrecht atesta que a presidente afastada não apenas sabia como atuou pessoalmente numa operação criminosa. Aos integrantes da força-tarefa da Lava Jato, o empreiteiro desfiou com riqueza de detalhes a ação da presidente. O empresário contou que durante o período eleitoral foi procurado pelo então tesoureiro da campanha, Edinho Silva.

Ao narrar o diálogo aos integrantes da Lava Jato, Odebrecht compromete a presidente afastada naquilo que ela alardeava como uma vantagem em relação aos demais políticos mencionados no Petrolão: a pretensa ausência de envolvimento pessoal num malfeito. No momento em que a mandatária lutava para ganhar algum fôlego a fim de tentar reverter o placar do impeachment no Senado, a delação de Odebrecht confirmando que ela exigiu R\$ 12 milhões do empreiteiro – numa ação nada republicana destinada a abastecer o caixa dois de sua campanha – cai com uma bomba em seu colo. Pela letra fria da lei, utilizar-se de dinheiro não declarado na campanha eleitoral é fator decisivo para a perda do mandato presidencial. E Dilma não só se beneficiou do esquema do Petrolão como operou diretamente para que um recurso de caixa dois, portanto ilegal, irrigasse os cofres de sua campanha, conforme revelou Marcelo Odebrecht à Lava Jato. Embora não seja este o objeto do processo do impeachment em tramitação no Senado, o depoimento do empresário torna insustentável a situação de Dilma e praticamente inviabiliza o seu retorno à Presidência. Na Lava Jato, a delação de Odebrecht é tida como absolutamente verdadeira. Os procuradores e delegados têm certeza de que não se trata de apenas uma versão. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Ao Superior Tribunal Eleitoral, em 2017, Marcelo Odebrecht disse apenas não ter dúvidas de que Dilma tinha conhecimento dos pagamentos de despesas de campanha com recursos de caixa dois e que o responsável por solicitar os repasses da construtora era o ministro Guido Mantega. Nas palavras do empresário, de acordo com matéria publicada pelo jornal *Estadão*⁹⁷, em 23 de março daquele ano, o ministro teria dito ao empresário que, a partir de determinado momento, a orientação passou a ser que todos os pagamentos fossem direcionados para a campanha de Dilma:

⁹⁷ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marcelo-odebrecht-diz-que-inventou-campanha-de-dilma-em-2014,70001711887>>. Acesso em: 17/05/2018.

"[...] Você não vai mais doar para o PT, você só vai doar para a campanha dela, basicamente as necessidades de campanha dela: João Santana, Edinho Silva ou esses partidos da coligação"⁹⁸.

O Tribunal desconsiderou o depoimento de Marcelo Odebrecht, assim como o do marqueteiro, ao julgar um pedido de cassação da chapa eleitoral de 2014 de Dilma e do vice, Michel Temer, em junho de 2017. O ministro Admar Gonzaga avaliou que não havia como aferir a credibilidade dos testemunhos dos delatores. **O pedido de cassação foi negado por quatro votos a três**⁹⁹.

A difamação alcançou a família da presidenta na edição 2432, de 15.07.2016, com a matéria “Mordomia: carros oficiais a serviço da família de Dilma”¹⁰⁰. Apresentada como “exclusiva”, dizia que *IstoÉ* flagrou a filha e o genro da presidenta afastada usando veículos oficiais ilegalmente em compromissos pessoais.

A capa, com fundo vermelho, destacava as palavras *mordomia, ilegais, família e Dilma*, por tomarem conta de ¼ do espaço, compondo a frase “As mordomias ilegais da família de Dilma”, em letras garrafais. A manchete de apoio trazia o texto:

Paula Rousseff e Rafael Covolo, filha e genro da presidente afastada Dilma Rousseff, têm à disposição um aparato de oito carros oficiais blindados, incluindo a escolta, para o uso diário em compromissos pessoais. Desde deslocamentos para aulas de pilates até idas do filho à escola. Tudo pago com dinheiro público. (ISTOÉ, 2016, capa).

⁹⁸ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marcelo-odebrecht-diz-que-inventou-campanha-de-dilma-em-2014,70001711887>>. Acesso em: 12/05/2018.

⁹⁹ Ver: “Por 4 votos a 3, Plenário do TSE nega pedido de cassação da chapa Dilma e Temer”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Junho/por-4-votos-a-3-plenario-do-tse-decide-pela-nao-cassacao-da-chapa-dilma-e-temer>>. Acesso em: 17/05/2018.

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://istoe.com.br/mordomia-carros-oficiais-servico-da-familia-de-dilma/>>. Acesso em: 17/05/2018.

Figura 25: Capa da *IstoÉ* de 15.07.2016

Fonte: ed. 2432

A revista ainda destacava uma fotografia de Paula Rousseff, de perfil, e, centralizado, uma imagem do genro de Dilma entrando em dos automóveis citados na reportagem. Feita de longe, lembrando câmera escondida, a imagem de Covolo provoca no leitor a sensação de investigação, perseguição a um criminoso.

O texto, que inicia cheio de floreios, informa parte da rotina externa da filha, genro e netos da presidenta, que *IstoÉ* acompanhou por alguns dias, sentenciando:

[...] Perante à lei, filhos de presidente da República são iguais a todos. Ombriam-se aos demais cidadãos. Não deveriam merecer distinção ou receber tratamento especial, salvo em alguns casos de excepcionalidade. Mas a filha de Dilma, que hoje se encontra afastada, ou seja, nem o mandato de presidente exerce mais, não se constrange em cultivar uma mordomia ilegal. Diariamente, Paula Rousseff Araújo desfruta de uma regalia. A máquina do Estado a serve, bem como ao seu marido e filhos. As atividades narradas acima, como uma frugal ida ao cabelereiro, ao pilates e ao pet shop, são realizadas a bordo de um carro oficial blindado com motorista e segurança. Em geral, um Ford Fusion. Acompanha-os invariavelmente como escolta um Ford Edge blindado com dois servidores em seu interior, um deles um agente de segurança armado. O mesmo se aplica ao genro de Dilma, Rafael Covolo, e aos dois netos. No total, oito carros e dezesseis pessoas integram o aparato responsável pela condução e proteção da família da presidente afastada. Trata-se de um serviço VIP. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifo nosso).

Segundo a reportagem de *IstoÉ*, os automóveis possuem placas “frias” para evitar a identificação. No texto, consta também que Paula causa um alvoroço ao desembarcar em lugares, cercada por seguranças, e continua a tipificação:

[...] A mordomia de Paula Rousseff e Rafael Covolo, além de constituir inaceitável privilégio, é também uma benesse totalmente ilegal. A legislação é clara. Reza o artigo 3º do decreto 6.403 de março de 2008, baixado pelo ex-presidente Lula: os veículos oficiais de representação – como os que transportam a família de Dilma – são utilizados exclusivamente pelo presidente da República, pelo vice-presidente, pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e por ex-presidentes da República. A única exceção que permitiria que filhos de presidente desfrutassem desse privilégio é se fossem usados os chamados carros oficiais de transporte institucional. Com um condicionante: “se razões de segurança o exigirem”. Não é o caso, definitivamente. Primeiro porque carro institucional não possui escolta armada nem placa vinculada ou fria, como os veículos que servem a família de Dilma. Ainda de acordo com instrução normativa do Contran, veículo institucional é identificado com a expressão “governo federal” na cor amarelo ouro e tarja azul marinho. Nenhum dos carros usados por Paula e Rafael Covolo exibe esta inscrição. Mesmo que eles utilizassem esse tipo de veículo, haveria uma outra barreira de cunho legal.

Os Rousseff só poderiam ser enquadrados nessa situação totalmente excepcional se: 1) Comprovassem a existência de riscos à sua integridade física e 2) Fossem familiares de presidentes em exercício. Quer dizer, hoje o deslocamento da filha, genro e netos de Dilma a bordo de veículos oficiais compõe um mosaico de irregularidades. [...]. (*ISTOÉ*, 2016, grifos nossos).

IstoÉ dizia ter acesso a documentos da empresa terceirizada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para a prestação de serviços de transporte e segurança aos “Rousseff”. Baseada nisso, a revista informava que no mês anterior à publicação da matéria, somente com combustível, os gastos haviam sido de R\$ 13,8 mil, a partir do que questionava:

[...] Os familiares de Dilma não precisariam de carros oficiais para o cumprimento de suas tarefas diárias. Paula Rousseff é procuradora do trabalho no Rio Grande do Sul. Entrou no Ministério Público do Trabalho em 2003 por meio de concurso público. Atualmente, recebe salário de R\$ 25.260,20. Para quê [sic] a mordomia com dinheiro público? Por que o genro de uma presidente afastada precisa usar carro oficial para a execução dos afazeres cotidianos? [...] (*ISTOÉ*, 2016).

A assessoria de imprensa de Dilma publicou nota¹⁰¹ repudiando a matéria de *IstoÉ*, onde expressava sua intenção em tomar medidas legais cabíveis contra a revista pela exposição da família, ação que, dizia, colocava a segurança deles em risco ao divulgar detalhes da rotina de todos. A declaração, divulgada em 16 de julho, asseverava que o semanário praticara mau jornalismo, rompendo com a legalidade em nome da liberdade de imprensa, ao expor, de maneira vil e desonesta, pessoas que não faziam parte da luta política partidária. O texto esclarecia, ainda, que, ao contrário do que afirmara a revista, a segurança dos presidentes da República no Brasil, assim como de seus familiares, é assegurada por determinação legal, em obediência ao disposto no inciso VII do artigo 6º da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. Além disso, informava a nota, o artigo 5º do Decreto 6.403 regula o uso de transporte institucional por parte dos familiares da presidenta e do vice-presidente da República. “Portanto, não há ilegalidade alguma no uso de carros ou escolta de segurança pela família da Presidenta Dilma Rousseff” (VIOMUNDO, 2016).

IstoÉ omitiu-se de considerar que, mesmo afastada do cargo, Dilma Rousseff ainda era a presidenta do país, visto que o processo de impeachment não havia terminado. Suas prerrogativas presidenciais se mantinham até que deixasse a Presidência em definitivo, e a nota tratava de explicar isso:

[...] É estarrecedor que nem o repórter nem a revista **IstoÉ** tenham ouvido as pessoas envolvidas nos fatos – requisito básico de quem faz jornalismo ético. Por má fé ou negligência, a revista omitiu o conteúdo do ato de comunicação do Senado ao Vice-Presidente Michel Temer acerca do afastamento da Presidenta Dilma Rousseff. Nenhuma referência, sequer, ao parecer jurídico da Casa Civil do governo interino que analisa as prerrogativas presidenciais que devem ser mantidas no período de afastamento.

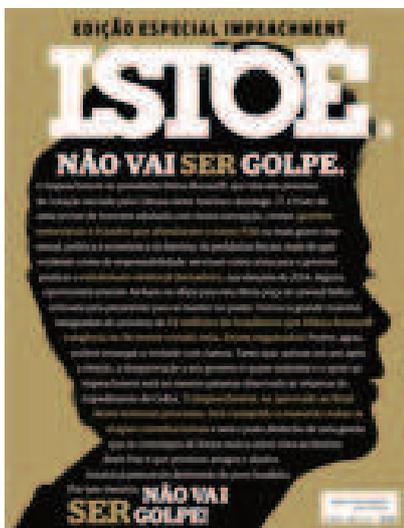
A leitura de ambos deixa claro que, neste período, a segurança da Presidenta e de seus familiares deve ser mantida, observando-se “as diretrizes traçadas pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI)”. Ou seja: **ao contrário do que sugere IstoÉ, não são os familiares da presidenta que definem as regras da sua segurança em relação ao transporte, mas o GSI.** [...]. (VIOMUNDO, 2016, grifos dos autores).

¹⁰¹ Poucos meios de comunicação deram publicidade à nota de Dilma Rousseff, a maior parte dos que a repercutiram, o fizeram de forma lacônica. O site VioMundo publicou a declaração na íntegra: “Dilma processará IstoÉ e estuda medidas contra o vazador: Colocam em risco filha e netos da presidenta”. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/denuncias/dilma-processara-istoe-e-estuda-medidas-contr-o-vazador-colocam-em-risco-filha-e-netos-da-presidenta.html>>. Acesso em: 18/05/2018.

Em julho de 2017, um ano após a publicação, a Justiça deu ganho de causa à Dilma Rousseff e condenou *IstoÉ* a lhe conceder direito de resposta, com o mesmo destaque, publicidade e dimensão dados à reportagem original. A juíza Karla Aveline de Oliveira também apontou que a revista praticou “mau jornalismo”, por “divulgar chamadas apelativas e demonstrar conotação tendenciosa, ao se referir à autora da ação, ultrapassando o caráter informativo e crítico da reportagem”. Ela destacou, ainda, que a posição política de oposição da publicação à presidenta é reconhecida, citando que Dilma figurou em várias capas do magazine em edições anteriores.

Para a magistrada, “[...] a sordidez da reportagem publicada na revista *IstoÉ* reside no fato de, ao seu alvedrio, taxar como ilegal algo que a presidenta realizava, corretamente, há mais de cinco anos” (Jornal do Comércio, 2017)¹⁰². Mas, a saída de Dilma Rousseff do governo era imperiosa para *IstoÉ*, e a revista conclamava seus leitores a se filiarem a essa necessidade todas as semanas. Retomemos a edição 2419, por exemplo, de 20.04.2016, nela o semanário é taxativo, chegando a trazer o editorial, ou seja, a “voz da revista”, a opinião da empresa, para a capa:

Figura 26: Capa da *IstoÉ* de 20.04.2016



Fonte: ed. 2419

Não vai ser golpe. O impeachment da presidente Dilma Rousseff, que terá seu processo de votação iniciado pela Câmara neste histórico domingo, 17, é fruto de uma árvore de horrores adubada com muita corrupção, crimes, gestões temerárias

¹⁰² A notícia da decisão foi publicada em poucos meios de comunicação, a matéria do Jornal do Comércio, de Porto Alegre, “Justiça obriga revista a dar direito de resposta a Dilma” está disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/07/politica/574034-justica-obriga-revista-a-dar-direito-de-resposta-a-dilma.html>. Acesso em: 17/05/2018.

e fraudes que afundaram o nosso País na mais grave crise moral, política e econômica da história. As pedaladas fiscais, mais do que evidente crime de responsabilidade, serviram como arma para o governo praticar o estelionato eleitoral derradeiro, nas eleições de 2014. Alguns, oportunisticamente, fecham os olhos para esta óbvia peça do arsenal bélico utilizada pela presidente para se manter no poder. Outros (a grande maioria), integrantes do universo de 54 milhões de brasileiros que Dilma Rousseff vangloria-se de terem votado nela, foram enganados! Porém, agora, podem enxergar a verdade com clareza. Tanto que, apenas um ano e meio após a eleição, a desaprovação a seu governo é quase unânime e o apoio ao impeachment está no mesmo patamar observado às vésperas do impedimento de Collor. O impeachment, se aprovado ao final deste tortuoso processo, terá cumprido à exaustão todas as etapas constitucionais e será o justo desfecho de uma gestão que se corrompeu de forma nunca antes vista na história deste País e que priorizou amigos e aliados (muitos já presos) em detrimento do povo brasileiro.

Por isso mesmo, não vai ser golpe! (*ISTOÉ*, 2016, grifos nossos).

A edição, classificada como “especial impeachment”, traz na capa a imagem de perfil do rosto de Dilma, escurecido, sob um fundo amarelo. A frase “não vai ser golpe” está escrita em letras maiúsculas, centralizada logo abaixo do nome da revista, de forma a chamar a atenção do leitor. O verbo “ser” está grifado com o mesmo tom amarelo de trás, se destacando, em oposição ao “ter” dos movimentos de apoio à presidenta, que convencionaram usar como palavra de ordem “não vai **ter** golpe”, já que consideravam o processo de retirada de Dilma da Presidência uma espécie de golpe de estado.

Ao longo do texto, sobreposto no semblante de Dilma, algumas expressões também estão destacadas, em contraste com as outras escritas em branco sólido, neutro, cor que remete ao bom e puro. As marcadas são: “gestões temerárias e fraudes que afundaram o nosso País”; “estelionato eleitoral derradeiro”; “54 milhões de brasileiros que Dilma Rousseff vangloria-se de terem votado nela, foram enganados!”; “O impeachment, se aprovado ao final desse tortuoso processo, terá cumprido à exaustão todas as etapas constitucionais”.

Não é possível afirmar, mas provavelmente a ação de *IstoÉ* de colocar parte de seu editorial na capa seja inédita no meio revista. O certo é que, comum não é, e poucas vezes se viu uma mídia recorrer tão severamente ao formato de panfleto como nesse caso. Nesse momento, e nesse ponto, o rompimento do semanário com o jornalismo se deu em escala profunda. Se não definitivamente, ao menos nesse número da publicação e, irreversivelmente, em termos de credibilidade.

O texto, assinado pelo próprio presidente executivo da *Editora Três*, Caco Alzugaray, é apresentado na íntegra no interior do periódico, com o título “A mudança necessária”¹⁰³. Seguindo o trabalho de *criminalização*, cita desvios, mácula, ferimento do decoro, doações ilegais de campanha, argumentando que o conjunto de provas e evidências contra Dilma Rousseff faz com que a revista esteja segura em defender o impeachment. Reforça o lugar de onde *IstoÉ* gosta de falar, colocando-se como porta-voz da sociedade, defendendo a continuidade da limpeza ética na política e cobrando dos parlamentares que atendam a “vontade majoritária dos eleitores” e votem pela retirada da presidenta do cargo.

Alzugaray aproveita o editorial para lembrar aos leitores sobre a participação da revista no processo de impeachment:

[...] Ao longo de todo esse processo, a incansável equipe de jornalistas da Revista ISTOÉ, na sua prática cotidiana de produzir um jornalismo investigativo, responsável e fiscalizador do poder, deu sua contribuição com reportagens exclusivas e decisivas que desnudaram parte das fraudes. Mostramos, em primeira mão, a gênese das pedaladas, em agosto de 2014 — portanto, ainda antes da reeleição de Dilma —, denunciando como o governo retinha recursos e obrigava bancos públicos a arcar com benefícios sociais. [...] Assim também, os leitores de ISTOÉ foram os primeiros a tomar conhecimento das bombásticas denúncias do ex-líder do governo, Delcídio do Amaral, numa reportagem que se converteu em divisor de águas rumo ao impedimento da presidente, quando este arrefecia por conta das inúmeras (e por que não assumir, astutas) manobras do Palácio. [...]. (ISTOÉ, 2016).

As denúncias do ex-líder do governo, às quais se refere Alzugaray, são as contidas em delação premiada do senador Delcídio do Amaral que está sob apuração do Ministério Público Federal por suspeita de serem inverídicas. Em 09.03.2016, *IstoÉ* publicou matéria do tipo “exclusiva”, com chamada de capa, sobre o conteúdo do acordo de colaboração que o parlamentar fizera para obter benefícios após sua prisão no âmbito das investigações da operação Lava Jato. No depoimento, Delcídio implica vários líderes políticos, entre eles, Dilma Rousseff e Lula.

¹⁰³ Disponível em: < https://istoe.com.br/451172_A+MUDANCA+NECESSARIA/>. Acesso em: 18/05/2018.

Figura 27: Capa da *IstoÉ* de 09.03.2016

Fonte: ed. 2413

A capa da revista destaca, entre outros pontos: “Dilma interferiu nas investigações da Lava Jato”; “Dilma sabia do acerto de Pasadena”; e “Empreiteira OAS pagou ilegalmente conta da campanha de Dilma em 2014”.

A publicação foi repercutida em outras mídias e colaborou para o agravamento, na opinião pública, da crise política que se instalara no governo com a abertura do processo de impeachment. Quase um ano e meio depois, sem obter comprovação dos episódios narrados por Delcídio, a Justiça já cogitava rever o acordo e suspender os benefícios concedidos ao político pela delação. Para a Procuradoria ele havia mentido “[...] sobre os fatos que levaram à abertura de ação penal contra sete pessoas”¹⁰⁴.

De lá para cá, vários dos processos e inquéritos abertos após a delação de Delcídio foram arquivados por falta de provas, inclusive, o principal caso relatado por *IstoÉ* na edição de 09.03.2016, o de que Dilma teria indicado o ministro Marcelo Navarro para o Superior Tribunal de Justiça com a intenção de enfraquecer a Lava Jato¹⁰⁵.

As movimentações percebidas na amostragem de materiais da *categoria perfil* para a construção de uma representação criminosa de Dilma Rousseff se dão, principalmente, através do

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-diz-que-delcidio-mentiu-e-quer-cortar-beneficios-da-delacao/>>. Acesso em: 18/05/2018.

¹⁰⁵ Para saber sobre outros casos arquivados ver, por exemplo, a matéria do jornal Valor Econômico “Absolvição de Lula coloca em xeque delação de Delcídio”. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5660889/absolvicao-de-lula-coloca-em-xeque-delacao-de-delcidio>>. Acesso em: 19/07/2018.

uso de determinadas palavras e expressões colocadas em contextos e de forma a fazer circular significados do ilegal e do perigo. Verifica-se a enunciação dessas expressões, ou seus referentes, em *quantidade valorativa* no texto, ou seja, a frequência, a valência e a associação de cada um lhes conferem capacidade de funcionar como palavra-chave no discurso: aquela cuja a função “[...] consiste exatamente em cristalizar a maior parte das redes de sentido de um universo textual. [...]”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 151).

A convocação dessas *redes de sentido* junto com a composição de imagens e cores se constituem em operações discursivas decisivas para a definição de um perfil midiático criminoso de Dilma Rousseff em *IstoÉ*, que contribuirá, conforme veremos na sequência, para a definição da representação mais ampla da presidenta na revista.

Quadro 2: Principais palavras-chave do sentido crime

Expressão	Referentes	
Crimes	- erros - ilegal - ilegalidade	- operação criminosa - irregularidades - fraude
Terrorismo	- estratégia do medo - campanha do medo - tática do terror - ameaças - medo - assusta - espalhando medo - agressões - arma - arsenal bélico - aparelhamento	- tática do medo - tática do terrorismo - estratégia do terror - radicalizar - terrorismo eleitoral - estelionato eleitoral - discurso do medo - propagando do terror - discursos inflamados - ataques caluniosos

Fonte: Elaborado pela autora

5.1.2 Entre as Marias loucas e seus descontroles

O sexismo é a configuração de um preconceito baseado na problemática de gênero, que recebeu uma legitimação para existir. Tal quais outros ordenamentos discriminatórios, como racismo, classismo, escravismo, xenofobismo, homofobismo, ele está ligado ao poder de agir de

forma segregadora, hostil, violadora, de acordo com os interesses de um grupo dominante, conforme nos leva a refletir Saffioti (2015), ou seja, já há, por si só, um fator ideológico embutido na ação sexista.

Entre os materiais selecionados para a análise na categoria *sexismo*, se percebe movimentações típicas desse preconceito, como abordagens e correlações estereotipadas e estigmatizantes, operadas através do acionamento de ideias do senso comum sobre comportamentos negativos atribuídos às mulheres.

Separamos cinco materiais (Quadro 3) que têm a potência de ilustrar a abordagem sexista de *IstoÉ*. Por vezes, na maior parte delas, esse preconceito de gênero, o machismo, a misoginia, ficam em ordens mais subliminares nas produções da revista, misturados a outras operações discursivas, mas, no caso dos materiais que mostraremos a seguir, não. Aqui essa opção está na superfície, sem disfarces, à mostra.

Quadro 3: Materiais analisados na categoria *Sexismo*

Título	Tipo	Data
“No mundo imaginário de Dilma”	Editorial	20.01.2016 – ed.2406
“As explosões nervosas da presidente”	Capa e matéria principal	06.04.2016 – ed.2417
“Os factoides que paralisam o País”	Matéria	29.04.2016 – ed.2421
“O Epílogo”	Editorial	26.08.2016 – ed.2438
“A reta final do impeachment”	Matéria	26.08.2016 – ed.2438

Fonte: Elaborado pela autora

A abordagem sexista de *IstoÉ* é operada, principalmente, em seus editoriais publicados no período analisado. No entanto, em várias ocasiões, essa estratégia se espalha pelo restante da revista, fortemente em momentos políticos cruciais. O investimento do magazine se dá através de narrativas sexistas clássicas, especialmente, aquelas que colocam em dúvida o controle emocional das mulheres. Vejamos os dois editoriais selecionados: “No mundo imaginário de Dilma” e “O Epílogo”.

O primeiro¹⁰⁶, publicado na edição 2406, de 20.01.2016, já deixa claro no título sua opção pela construção da ideia de que a presidenta viveria em uma espécie de realidade paralela. Assinado

¹⁰⁶ Disponível em: < https://istoe.com.br/444785_NO+MUNDO+IMAGINARIO+DE+DILMA/>. Acesso em: 18/05/2018.

pelo diretor editorial, Carlos José Marques, inicia oferecendo essa retórica a seus leitores, fazendo uso do discurso político-econômico comum contra a própria presidenta:

A presidente Dilma empreendeu uma fuga da realidade. No seu mundo imaginário, que ela expressa a todo interlocutor que a procura, o Brasil sai logo da crise, a inflação vai voltar para a meta e seu governo terá novos recursos com a aprovação da CPMF e de uma reforma da previdência que diminuirá o número de beneficiários. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A fim de sustentar suas colocações, o editor ensaia um argumento político, mas torna a atacar Dilma de forma sexista:

[...] Agora aos fatos: a presidente não conta com maioria folgada para colocar na pauta parlamentar temas espinhosos como previdência ou “imposto do cheque”. Muito menos terá chances de levar a inflação para um índice bem abaixo da metade dos assombrosos 10,67% registrados no ano passado. A carestia – é sabido – vive de um efeito inercial maléfico. A conta de hoje vai pesar na de amanhã. E assim por diante. O processo de negação de Dilma alcança o limite quando ela fala, com ares de conquista, de um programa denominado “Pátria Educadora” em uma nação que teve mais de 53 mil estudantes com nota zero na redação do Enem. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

O editorial encerra com a retomada de um conceito que também é constante em *IstoÉ*, o de que Dilma não tem pensamentos próprios, é vassala de Lula e faz tudo o que ele manda, entrecruzando dois estereótipos sexistas, o de que mulheres são alienadas e precisam ser comandadas:

[...] No Brasil nosso de cada dia, Dilma e seu mentor Lula foram novamente arrolados nas investigações do escândalo “Petrolão” através da delação do ex-diretor da Petrobrás, Nestor Ceveró. Ironia das ironias, os antes arquiinimigos Collor e Lula, além de Dilma, estariam mancomunados para fazerem da BR Distribuidora um território controlado por amigos. E, não fosse pouco, o País pode vir a amargar outro aumento de juros pela frente, encarecendo o cotidiano de cada um. Neste Brasil de dificuldades sem fim, as convicções de Dilma não passam de miragem. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Em “O epílogo”¹⁰⁷, publicado em 26.08.2016, a revista trabalha uma retórica de insensatez de Dilma, dizendo que ela não se importa com fatos e sim com versões, ou seja, com sua interpretação delirante da realidade. *IstoÉ*, inclusive, abre o texto desta forma:

¹⁰⁷ Disponível em: < <https://istoe.com.br/o-epilogo/>>. Acesso em: 18/05/2018.

No derradeiro ato da saga de destruição deixada por Dilma o País ainda terá de assistir ao seu repisar de delírios. Nesta segunda, 29, ela vai ao Parlamento para dar, de novo, sua versão colorizada dos fatos. A mandatária afastada fala em golpe, mas estará na tribuna do Senado para discursar livremente, sem coações ou perseguições, em sessão dirigida pelo presidente do Supremo Tribunal, compondo lado a lado com os demais chefes dos três poderes – após esgotadas inúmeras fases de apelações e arguições de seus defensores. Tudo dentro dos ritos da lei e do estado democrático de direito. Um contrassenso bizarro que nessas circunstâncias ela cogite levantar a bandeira de golpe. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos.** [...]. (ISTOÉ, 26.08.2016, grifos nossos).

A frase: “Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos” será repetida à exaustão no texto, combinada com outras estratégias de desconstrução da presidenta, como a da formação do perfil criminoso que vimos anteriormente:

[...] A detentora de um dos maiores índices de rejeição de que se tem notícia na história vai reclamar que 81 parlamentares daquela casa congressual não têm o direito de lhe tirar do cargo outorgado por 54 milhões de eleitores em um colégio de 110 milhões de brasileiros. Deixará de lado, propositalmente, a evidência de que esse apoio virou pó. Foi dilapidado por ela logo após assumir, através de um estelionato eleitoral escancarado. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos.** [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

IstoÉ fala profeticamente, antecipando o que seria dito por Dilma, como um “Deus” que tudo sabe, renegando as boas práticas do jornalismo que prezam por colocações como “deverá dizer”, “é possível que diga”, “imagina-se que diga”, “como disse em outras ocasiões...”:

[...] A ex-chefe da Nação vai dizer que não cometeu crime algum – “Estão me condenando por algo fantástico, que é um não crime”, já reclamou a uma plateia de militantes e deve voltar a repetir na plenária-, como se a prática das pedaladas, pelas quais é julgada, não estivessem tipificadas na Constituição como crimes de responsabilidade fiscal. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos.** [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

O texto trabalha cada parágrafo para desqualificar Dilma, usando a retórica da fantasia como uma assinatura:

[...] A presidente que já foi retirada há mais de 100 dias do poder irá propor um plebiscito por eleições antecipadas, mesmo sabendo que não existe tempo hábil para isso antes do escrutínio de 2018 e que, no seu íntimo, guarde a convicção de

que não levará adiante a ideia, até porque seu próprio partido PT rechaçou a possibilidade. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos.** [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A revista ainda conta com a memória de outras construções discursivas sobre Dilma, como as que davam conta de seu temperamento, para avaliar suas colocações:

[...] A comandante do Executivo que tratava os subordinados como meros capachos, tiranizando a relação – independente das alianças políticas estratégicas que eles representavam na base de seu governo -, agora tenta intimidá-los, insinuando a pecha de traidores a muitos deles. É que vários desses antigos colaboradores, como oito ex-ministros, estarão na votação final, na condição de juízes do processo que deve condená-la, e já se mostraram favoráveis ao seu afastamento. Mais do que ninguém, sabem o que ocorreu de errado intramuros do Planalto. Foram eles os traídos por um projeto de poder esquizofrênico, e não o contrário. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos.** Ao antigo vice e companheiro de chapa, Michel Temer, ela reserva a pecha de “usurpador golpista”, muito embora seja dele, por direito, a atribuição de substituí-la, de acordo com os preceitos legais. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos.** [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

No final do texto, *IstoÉ* retoma a posição de enunciador da sociedade e assume, ela mesma, o “jogo do terrorismo” ao chamar os governos petistas de tenebrosos e incitar que Dilma seja presa:

[...] Independente de suas fanfarrices, o impeachment deve se materializar. Pela esmagadora vontade dos cidadãos, que escolhe seus representantes, e diante das evidências de malfeitos em profusão, os senhores senadores estão no dever de depô-la, encerrando uma tenebrosa etapa de 13 anos de desmandos petistas que arruinaram com a economia e a hombridade nacionais. Afinal, a permanecer na toada de esbórnica administrativa sem limites que Dilma, Lula & Cia. vinham impondo à sociedade e ao aparato público em especial – na qual as manipulações contábeis eram apenas um detalhe –, o Brasil logo estaria devastado, sem chances de salvação. Na exposição de justificativas, nessa segunda, 29, Dilma pode (como almeja) construir uma narrativa de saída, colocando-se no papel de vítima. As imprecações que vai cometer, como é de seu feitio, precisam ser analisadas à luz desse contexto. Tal encenação, no entanto, não pode lhe livrar do ostracismo ou até mesmo da cadeia mais adiante, dentro de um desfecho tão esperado como inevitável. Seria o epílogo ideal, sem ressalvas, do mais irresponsável e aflitivo mandato presidencial de nossa história, cujo legado todos querem esquecer. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Ambos os editoriais analisados demonstram o uso da abordagem sexista na desconstrução da imagem de Dilma Rousseff, no entanto, poucas publicações foram tão emblemáticas por seu cunho misógino e machista quanto a edição 2417, de 06.04.2016. A capa, com a manchete “As

explosões nervosas da presidente”, construía uma figuratividade de descontrole ao unir uma imagem retirada de seu contexto original com texto articulado conforme os interesses do enunciador. Desta forma, se dá a manipulação.

Figura 28: Capa da IstoÉ de 06.04.2016



Fonte: ed. 2417

Dilma é a figura totalizante da capa, seu semblante é alusivo ao de um grito. Por estar recortada bem próxima ao rosto da presidenta, com as laterais sombreadas, a imagem imprime um aspecto de horror, pavor, medo. Não se sabe ao certo de qual situação a fotografia foi retirada, mas supõe-se que é um ângulo das tantas feitas quando a presidenta comemorava um gol em um dos jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2014, como no exemplo a seguir:

Figura 29: Dilma comemorando gol na Copa do Mundo de 2014



Fonte: Luíz Muller Blog¹⁰⁸

Faz parte da composição da capa, o texto:

Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

As passagens “em surtos de descontrole”, “Dilma quebra móveis dentro do Palácio” e “perde (também) as condições emocionais para conduzir o País” estão salientadas em cor diferente do restante do parágrafo na capa. Essa associação entre imagem metafórica e texto com expressões que direcionam a compreensão dão ao conjunto força simbólica e retórica. Assim, *IstoÉ* prepara o ânimo do leitor para a matéria principal da edição: “Uma presidente fora de si”¹⁰⁹.

Apoiada em interlocuções como “segundo relatos”, “assessores palacianos”, “um integrante do primeiro escalão do governo”, “um de seus assessores”, “outro interlocutor frequente”, “um importante assessor”, a revista desenha uma Dilma Rousseff emocionalmente instável, portanto, politicamente impossibilitada:

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://luizmuller.com/2014/06/12/uma-imagem-vale-por-mil-palavrasdilma-no-1o-gol-do-brasil-da-copadascopas/>>. Acesso em: 15/05/2018. Também é possível ver a comemoração da presidenta em vídeo. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Y0ASudjkQeQ>>. Acesso em: 15/05/2018.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 18/05/2018.

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

IstoÉ lança mão do recurso do exagero para adjetivar as ações que atribui a Dilma e lhe imputa um comportamento violento:

[...] Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A teoria dos problemas mentais da presidenta – que não são solucionáveis através de medicamentos como os da maior parte das pessoas, conforme faz parecer *IstoÉ* no trecho acima e na legenda da fotografia de abertura da matéria (Figura 22) – é reforçada através de citações psiquiátricas:

[...] O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade. Na semana passada, um presidente de uma instituição estatal foi chamado por Dilma para despachar assuntos de sua pasta. [...] Ao ouvir a angústia do seu subordinado, que não está há muito tempo à frente da empresa, Dilma teve uma reação que tem se repetido sistematicamente: descartou totalmente a hipótese do seu impedimento. Ela exclamou: “Imagine, nada disso vai acontecer. Já temos garantidos 250 votos na Câmara”. O executivo tentou argumentar, mas foi novamente interrompido. A petista avaliou ser “até melhor” o rompimento com o PMDB, assim teriam a chance de “refundar” o governo. O presidente da instituição deixou a conversa completamente atônito. Considerou inacreditável a avaliação da chefe do Executivo. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Figura 30: Imagem de abertura da matéria “Uma presidenta fora de si” da *IstoÉ*



Fonte: site da revista *IstoÉ*¹¹⁰

De acordo com *IstoÉ*, Dilma esbraveja, xinga, briga com todos, é ríspida e irascível, perdeu “o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”, como coloca literalmente no subtítulo da matéria. No entanto, embora se reconheça o direito de resguardar as fontes de um trabalho jornalístico, não há uma única citação na revista que possa corroborar a hipótese trabalhada, somente a retórica machista de que as mulheres não podem gerenciar, chefiar, liderar, porque são emocionalmente instáveis. O temperamento forte, ou até mesmo áspero, se alguns preferirem, de uma mulher não pode ser motivo para negativá-la profissionalmente, enquanto nos homens esse comportamento é tolerado. Tampouco poderá ser usado para tratá-la como insana ou desqualificada. Observemos o trecho a seguir:

[...] É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas. [...] Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

¹¹⁰ Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/#>. Acesso em: 15/05/2018.

Enquanto lista uma série de xingamentos e maus-tratos que supostamente Dilma teria dispensado a funcionários, assessores, ministros e parlamentares, *IstoÉ* investe na consolidação de um perfil instável e irritadiço da presidenta para seu público, ligando pontos de antipatia com incompetência e, para fazer isso, recorre à prática sexista de estigmatizar as mulheres dizendo que são temperamentais, surtadas, nervosas, destemperadas, exageradas, malucas. A revista chega mesmo a publicar um quadro sobre Maria I, “a rainha louca”, numa relação de confirmação de que mulheres não podem governar, pois, ao fazê-lo, sucumbem à insanidade:

Figura 31: Texto “As diabruras de ‘Maria, a louca’”

AS DIABRURAS DE "MARIA, A LOUCA"

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira

ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política, e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuentes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira

rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. “Maria I, a Louca”, por exemplo, dizia ver o “corpo” de seu “pai ardendo feito carvão”, quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder. Nesses momentos, seus atos de governo denotavam desatino, como relatou doutor Willis: “proibir a produção de vinho do Porto na cidade do Porto”. Diante desse quadro, era preciso que ocorresse o seu “impedimento na Coroa”. Quanto mais pressão, mais a

sua consciência se obnubilava, até que finalmente foi “impedida de qualquer ato na Corte”. Já com o filho Dom João VI no comando de Portugal, “Maria I, a Louca” veio às pressas para o Rio de Janeiro com a Família Real diante da invasão de Portugal. Aqui, ela tinha por hábito usar longos vestidos pretos e passava horas correndo pelos corredores palacianos gritando palavões desconexos. Costumava acordar na madrugada e “berrava para seres imaginários descerem do Pão de Açúcar” porque nele “morava o diabo”. A sua derradeira frase em território lusitano pode ser interpretada como faísca de lucidez na

loucura: “Não corram tanto, vão pensar que estamos sendo tocados ou que estamos fugindo”.

Antonio Carlos Prado

Fonte: Revista *IstoÉ* - ed. 2417

A retórica do “terrorismo” também é retomada na matéria, ganhando um espaço de destaque em um quadro. O discurso é tão repetitivo que parece ter sido meramente copiado e colado de outros exemplares nessa edição:

Figura 32: Texto “A volta da tática do terror”



Fonte: Revista *IstoÉ* - ed. 2417

Em 02 de agosto de 2016, a revista *IstoÉ* foi condenada pela Justiça do Distrito Federal a conceder direito de resposta à presidenta afastada. A reportagem foi considerada ofensiva e a 18ª Vara Cível de Brasília negou recurso impetrado pela Editora Três, determinando que publicasse, com o mesmo destaque e dimensão da matéria questionada, a manifestação de Dilma Rousseff. A juíza do caso entendeu que a presidenta teria direito à resposta “tendo em vista as colocações acerca das condições psicológicas e comportamento da demandante nos dias que antecederam julgamento importante com relação ao seu mandato [impeachment]”. Na sentença, ela comenta:

“Ser objeto de publicação a pessoa ocupante da Presidência da República não autoriza qualquer meio de comunicação a divulgar deliberadamente quaisquer informações escondendo-se sob o manto do direito de informação, uma vez que

tal direito tem de ser guiado pela veracidade do conteúdo publicado. O direito de resposta é pautado tanto pela ampla defesa quanto pelo direito público à informação verídica”. (CONJUR, 2016)¹¹¹.

IstoÉ, mesmo assim, continuou a fazer uso de narrativas sexistas no seu afã de descredibilizar mulheres. Repetiu as mesmas operações discursivas com a senadora Gleisi Hoffmann, em agosto de 2017. Em uma capa construída a partir de montagem, lhe imprime uma personalidade "desvairada" para corroborar suas colocações sobre violência e radicalização, principalmente. Além da retórica da corrupção petista.

Figura 33: Capa da *IstoÉ* de 11.08.2017



Fonte: ed. 2487

A título comparativo das formas de tratamento entre os gêneros por *IstoÉ*, trazemos abaixo algumas capas de edições onde os homens, ideologicamente alinhados com a publicação, eram o destaque, para que se observe a diferença de abordagem:

¹¹¹Ver: “IstoÉ é obrigada a publicar resposta por dizer que Dilma ficou ‘fora de si’”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-ago-02/istoe-publicar-resposta-dizer-dilma-ficou-fora-si>>. Acesso em: 25/05/2017. Até o fechamento desse trabalho, o processo não havia transitado em julgado, ou seja, não haviam sido vencidas todas as etapas de recursos possíveis. O andamento pode ser consultado na página do Tribunal de Justiça do Distrito Federal a partir do número **2016.01.1.048516-3**.

Figura 34: Exemplos de homens nas Capas da *IstoÉ*



Fonte: edições citadas na figura

A estratégia do uso de uma imagem referente a determinada situação para invocar significados pertinentes a outra foi utilizada novamente por *IstoÉ* na edição 2421, de 29.04.2016, na matéria “Os factoides que paralisam o País”. Aproveitando a fotografia feita de Dilma admirando um quadro de Michelangelo Merisi, a revista cria uma aura de insanidade no conjunto que une a figuratividade criada pelo enquadramento - que faz parecer que a presidenta está, na verdade, a olhar-se no espelho, portanto, o que há refletido é pavoroso - e o subtítulo “A poucos dias do afastamento do cargo, Dilma volta a deturpar a realidade. Tática se mostra inútil”.

Figura 35: Imagem de Dilma admirando “Medusa Murtola”



Fonte: ed. 2421

IstoÉ constrói um cenário para reestabelecer as semioses do terror com as quais costuma trabalhar, investindo na narrativa de uma presidenta perigosa e exagerada que vive em uma realidade paralela:

[...] Um quadro, em especial, despertou a sua atenção: a pintura em óleo “Medusa Murtola”. A violência impressa na face da Medusa a torna uma obra-prima. Faz os espectadores reviverem o mito de que quem a olhasse ficaria petrificado com seu aspecto aterrador. Os discursos de Dilma estão longe de ter potencial para ingressar na história como a Medusa de Caravaggio. Mas o conteúdo é de uma violência contra a verdade digna de deixar os brasileiros paralisados. O primeiro dos factoides da petista é se dizer vítima de um golpe. [...]. (*ISTOÉ*, 2016, grifos nossos).

Estabelecida a imagem de “louca” com qual se abre a matéria, *IstoÉ* reforça os demais níveis de desqualificação de Dilma Rousseff, sugerindo que ela não é uma pessoa bem informada, por exemplo:

[...] Em discursos em tom de campanha, Dilma também tem frisado que um eventual governo Michel Temer não seria legítimo por supostamente não ter votos. É um entendimento de quem desconhece as leis brasileiras. As eleições distintas para presidente e vice ocorreram pela última vez em 1960. Desde a redemocratização, os brasileiros elegem uma chapa com os dois. Portanto, em 2014, Dilma e Temer venceram juntos e com o mesmo número de votos. Possuem a mesma legitimidade das urnas. [...]. (*ISTOÉ*, 2016, grifos nossos).

Sem problematizar, contextualizar, relativizar ou ouvir especialistas, a matéria apresenta um arremedo de informação política para dizer que Dilma mente sobre sua gestão:

[...] Os factoides foram repetidos como um mantra pela presidente em uma maratona de eventos no Palácio do Planalto – 30 em oito semanas – que mais parecem comícios eleitorais. Neles, Dilma insiste em negar os troços de sua gestão. Culpava a crise mundial pelos problemas da economia. Agora, responsabiliza a oposição. Esquece-se que foi a sua equipe econômica que levou o País ao quadro atual de desemprego, inflação, juros altos e recessão. Problemas que ela negou que ocorressem na campanha eleitoral. E continua ignorando. Na terça-feira 19, ela contrariou os dados do IBGE ao afirmar que o País teria 2,6 milhões de desempregados. Este número já chegou aos 11,1 milhões. A petista negligenciou dos eleitores também que em seu segundo mandato os programas sociais não iriam avançar. Pelo contrário. Promoveu cortes, por exemplo, no Minha Casa Minha Vida e no Ciência sem Fronteiras. Na época, usando a estratégia eleitoral petista do medo, acusou Aécio Neves e Marina Silva de querer cortar direitos trabalhistas e adotar um programa de austeridade fiscal. Bastou ganhar para tentar colocar o receituário denunciado em prática. Só não os tirou do papel pela incompetência política de sua equipe. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A matéria é fechada com a “confirmação” da hipótese proposta no início:

[...] Seria bom ao País se a presidente admirasse a Constituição assim como faz com as artes plásticas. Assim, não pintaria um quadro tão fantasioso da realidade brasileira. (ISTOÉ, 29.04.2016, grifos nossos).

Às vésperas da votação final do impeachment, que aconteceria no dia 31 de agosto de 2016, *IstoÉ* publica matéria em tom conjectural, quase profético, afirmando sobre a forma como Dilma iria agir e o que iria fazer e falar no Congresso Nacional, induzindo uma percepção do leitor sobre um fato que ainda nem havia acontecido. Em “A reta final do impeachment”¹¹², da edição de 26.08.2016, a revista exacerba suas perspectivas sexistas ao fazer elucubrações sobre os próprios pensamentos da presidenta, uma atitude tipicamente machista da permissão/aceitação social de se dizer às mulheres o que elas pensam e como se sentem:

[...] Na segunda-feira 29, a presidente afastada irá pessoalmente ao Congresso Nacional apresentar sua defesa aos senadores. Será, provavelmente, o seu último ato. Dilma relutava em comparecer porque sempre detestou responder a perguntas, de jornalistas principalmente, tendo sido nesses seis anos de gestão

¹¹² Disponível em: < <https://istoe.com.br/reta-final-do-impeachment/> >. Acesso em: 18/05/2018.

sempre arredia a encontros com a imprensa – ela sempre preferiu falar sem ser questionada. A chefe do Executivo preferia não enfrentar seus julgadores porque sabe que a eloquência e a clareza oral não são os seus fortes e ficou apreensiva sobre como seria seu desempenho.

Mas, por incrível que pareça, um dos argumentos que a dissuadiram consistiu no alerta de que há três documentários sendo rodados sobre o tema e que seria importantíssimo para a narrativa dos filmes que fossem produzidas imagens de uma Dilma emocionada fazendo sua fala derradeira.

O pronunciamento terá a duração de 30 minutos. Como nunca foi afeita a improvisações, usará todo o tempo para ler um longo texto. O conteúdo foi discutido e ensaiado ao longo da última semana com seus poucos auxiliares, como os advogados José Eduardo Cardozo, Jorge Rodrigo Araújo Messias e o ex-ministro Jaques Wagner. [...]. (*ISTOÉ*, 2016, grifos nossos).

A publicação assume a retórica da “loucura” ao adotar o subtítulo “esquizofrenia” para o trecho que segue:

Em sua missiva final, Dilma lançará mão de outra falácia repetida por ela como ladainha em procissão desde a abertura do processo de impeachment, em abril: que a democracia brasileira corre riscos e que há em curso um golpe ao Estado de Direito. O viés esquizofrênico deste argumento é que ela repetirá essa bravata utilizando o seu constitucional e sempre respeitado direito de defesa. Suas palavras sobre ameaça à democracia serão proferidas diante do chefe do Supremo Tribunal Federal e perante os 81 senadores democraticamente eleitos para representar a população. [...]. (*ISTOÉ*, 2016, grifos nossos).

Além de conjecturar sobre o que Dilma dirá, *IstoÉ* faz uso da comparação para desqualificá-la:

[...] Constarão do texto palavras como “traição”, “deslealdade” e “hipocrisia”. Temer, que enquanto Dilma preparava as últimas palavras, discutia o Brasil real num jantar na casa do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao lado de senadores, também poderá ser citado no discurso. [...]. (*ISTOÉ*, 2016, grifos nossos).

As especulações seguem atribuindo juízos de valor às supostas atitudes de Dilma Rousseff:

[...] “Pago o preço de ter apoiado a Lava Jato”, dirá Dilma. Inacreditável como pronunciará palavras tão distantes da realidade dos fatos sem corar a face. Na verdade, o apoio de Dilma à Lava Jato foi da boca para fora. Ou, como diria o ex-senador Delcídio do Amaral, a Lava Jato até tinha sinal verde para atuar, desde que não chegasse nela. Quando começou a se aproximar, foi urdida uma trama para obstruir o trabalho da Justiça, razão pela qual Dilma é hoje formalmente investigada pelo STF.

Por fim, a petista apelará ao tom emocional. A ideia é remontar ao passado de militante que foi presa e torturada resistindo à ditadura. Assesores próximos defendem, inclusive, que ela recorra ao choro, neste momento. Cientes de que a estratégia dela será a de tentar se vitimizar, seus opositores se cercarão de cuidados na hora de formular perguntas. [...]. (ISTOÉ, 2016).

No meio do texto há um comentário sobre mulheres que não é aprofundado, não permitindo que se compreenda o que a publicação pretendia com a colocação. No entanto, o cunho sexista da opção pelo uso é visível, assim como não se pode deixar de perceber que há adendos quando se fala de parlamentares do Partido dos Trabalhadores e não há quando se fala de outros políticos:

[...] As senadoras mulheres, como Ana Amélia (PP-RS) e Simone Tebet (PMDB-MS) são as únicas que admitem subir o tom, já que neste caso será travado um debate “de mulher para mulher”. Na última semana, os trabalhos iniciados pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, foram marcados por um clima extremamente tenso entre os parlamentares. Desde a quinta-feira 25, o País assiste ao vivo a bate-bocas e trocas de ofensas nada republicanas envolvendo os personagens de sempre: os histrionicos senadores petistas Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ), pelo lado dilmista, e Ronaldo Caiado (GO-DEM), representando os governistas. [...]. (ISTOÉ, 2016).

Os trechos trazidos aqui demonstram que a abordagem sexista não é mera consequência de um sistema cultural masculinista que reverbera na forma como a imprensa se comporta, é uma escolha deliberada da revista *IstoÉ* de apostar no fato da presidenta Dilma Rousseff ser mulher como uma fragilidade, aproveitando todos os espaços de preconceito que possa encontrar para desqualificá-la, diminuí-la, menosprezá-la, difamá-la. Decisão editorial apoiada na certeza do respaldo social garantido pelo machismo e pela misoginia institucionalizados.

Veremos a seguir, na categoria *desqualificação*, como essas operações se cruzam para desconstruir a imagem da mulher política.

5.1.3 Entre a confusa mentirosa e os salvadores da Pátria

Na categoria *desqualificação* trazemos alguns dos muitos materiais publicados por *IstoÉ* na construção de uma imagem de uma Dilma Rousseff inapta para governar. Embora o trabalho de desqualificação da presidenta realizado pela revista esteja presente em todo o conjunto das publicações e seja intrínseco às demais operações que nos dedicamos a observar, como nas

categorias *perfil* e *sexismo*, acreditamos que as quatro amostras que analisamos a seguir têm a capacidade de exemplificar o procedimento em si. Os textos selecionados para esta categoria (Quadro 4) demonstram a forma como *IstoÉ* operou para construir paulatina e constantemente a ideia da desqualificação através da comparação com outros políticos (homens) e a definição de uma imagem mentirosa e confusa para Dilma.

Quadro 4: Materiais analisados na categoria *Desqualificação*

Título	Tipo	Data
“O que esperar... dos próximos 4 anos”	Matéria	15.10.2014 – ed. 2342
“Sem compromisso com o erro”	Matéria	27.05.2016 – ed. 2425
“Devolver Dilma ao poder é debochar do Brasil”	Editorial	03.06.2016 – ed. 2426
“Cartas já não adiantam mais”	Matéria	19.08.2016 – ed. 2437

Fonte: Elaborado pela autora

Em plena campanha eleitoral de 2014, há poucos dias da votação em segundo turno, na qual Dilma concorria à reeleição à Presidência e tinha como oponente o candidato Aécio Neves, *IstoÉ* publica matéria defendendo que o Brasil precisava sair da “encruzilhada” em que havia se metido nos últimos anos em áreas como saúde, educação, segurança e economia, ou seja, no primeiro governo da presidenta Rousseff. O texto “O que esperar... dos próximos 4 anos”¹¹³ iniciava atizando a lembrança do leitor sobre as conquistas da sociedade brasileira em um passado recente, deixando o sucesso dos avanços na conta do correligionário de Neves, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e relegando ao da presidenta Dilma, Lula da Silva, o mero acaso de ter sido beneficiado pelo bom momento. De qualquer forma, mesmo assim, ainda é mais simpática com ele que com sua sucessora para quem sobra a pecha de ter se aproveitado da estabilidade herdada:

O Brasil que vai às urnas no dia 26 de outubro, para o segundo turno das eleições presidenciais, viveu mudanças significativas nas últimas décadas. O governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) trouxe a estabilidade da moeda, retirou a inflação dos patamares anuais de três dígitos, que impediam o consumo a prazo e o planejamento das famílias, instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal e criou o embrião de diversos programas sociais. O governo Lula aproveitou os ventos favoráveis da economia para fazer o Brasil deslanchar na área social e virar modelo de combate à extrema pobreza, distribuindo renda e viabilizando a ascensão das classes mais baixas. O sucesso dos oito anos do governo Lula alavancou Dilma Rousseff e a levou para o comando do País sob a expectativa de

¹¹³ Disponível em: < https://istoe.com.br/387128_O+QUE+ESPERAR+DOS+PROXIMOS+4+ANOS/>. Acesso em: 18/05/2018.

uma gestão técnica de continuidade. O que se viu, entretanto, foi a construção de um cenário bem diferente do que imaginavam os brasileiros em 2010. O País promissor que despontava como uma potência emergente se meteu em encruzilhadas nos mais importantes setores, estagnando o crescimento e levando a população a níveis de insatisfação, medidos com precisão no resultado do primeiro turno da eleição, quando 58,42% dos eleitores optaram pela oposição ao atual governo. Dessa forma, o PT deixou as urnas mais fragilizado e Dilma seguiu na disputa com o menor índice de um vencedor da primeira fase desde a eleição de 1994. (ISTOÉ, 2014, grifos nossos).

Conforme a matéria, a presidenta teria sido responsável por desconstruir as conquistas angariadas nos governos que a antecederam:

[...] Um resultado desfavorável não se constrói de uma hora para outra. O governo alterou a política econômica costurada pelos governos anteriores e, em defesa das políticas sociais, descuidou das contas públicas e da inflação e atrapalhou o desempenho da iniciativa privada, inibindo investimentos com medidas intervencionistas. [...]. (ISTOÉ, 2014, grifos nossos).

Para *IstoÉ*, parece, o maior problema da primeira gestão de Dilma Rousseff era não alcançar a realização de suas propostas de campanha na totalidade. A matéria escalona uma série de dificuldades, sem discutir contextos e condições em que as situações se dão, colocando na conta da presidenta questões endêmicas do país que também não foram solucionadas pelos governantes anteriores:

[...] A saúde foi outro nó dos últimos quatro anos. Pesquisas realizadas em junho pelo Instituto Datafolha indicaram que 93% da população está insatisfeita com o setor. Os principais problemas enfrentados incluem filas de espera, falta de acesso aos serviços públicos e má gestão de recursos. [...] Para melhorar os serviços públicos de saúde, o governo do PT lançou o Programa Mais Médicos, com a importação de estrangeiros para áreas isoladas. Essa medida estimulou o debate sobre a qualidade da estrutura pública de saúde nessas localidades, não tendo sido elas beneficiadas pelas tais metas ou promessas de campanha. Em 2010, a presidenta Dilma prometeu, por exemplo, construir 500 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), mas apenas 175 estão funcionando. Apesar das soluções paliativas, o direito universal à saúde ainda é uma realidade distante dos brasileiros. Distância comparável à qualidade da educação pública prometida nos discursos de campanha. O baixo investimento em educação básica e os salários dos professores, muito aquém das metas pleiteadas pela categoria, são apenas alguns dos ingredientes que tornaram o setor um problema a ser administrado. Em 2010, Dilma prometeu criar seis mil creches e pré-escolas e dez mil quadras esportivas cobertas. No entanto, foram entregues pouco mais de mil creches e 45 quadras. Além disso, embora o acesso às faculdades tenha aumentado durante os governos do PT, 38% dos alunos de nível superior são considerados analfabetos

funcionais. O País ocupa ainda a triste posição de líder no ranking de violência contra professores e o penúltimo lugar do mundo na qualidade da educação pública.

Na área de segurança pública, existe um outro enrosco. Os números mais recentes sobre o setor mostrados no estudo do Mapa da Violência 2014 apontam que, em 2012, 154 pessoas morreram, em média, por dia no Brasil. No total, foram 56.337 pessoas que perderam a vida assassinadas no ano — 7% a mais do que em 2011. [...]. (ISTOÉ, 2014).

Os contornos de campanha política – em lugar de matéria jornalística – vão se delineando cada vez mais ao longo do texto. *IstoÉ* coloca: “[...] Diante de números e fatos que desmentem as mais mirabolantes promessas de campanha eleitoral, o questionamento que se impõe é o que pode acontecer com o Brasil se tudo continuar como está. [...]”, como a dizer que se a mesma presidenta seguir governando o país, o cenário catastrófico que a matéria apresenta se propagará. Reforçando sua hipótese, a revista convoca o discurso econômico inflacionário e aproveita para inserir Aécio Neves em uma colocação positiva, sem, no entanto, se preocupar em explicar como ele resolveria a questão para chegar no resultado que está propondo:

[...] Se Dilma for reeleita, por certo a inflação permanecerá nos atuais patamares, já que a própria presidenta defende que a perseguição de uma meta mais austera pode significar o aumento do desemprego. É justamente o que o PT promete evitar. Embora receba críticas de diversos setores, o atual governo não dá sinais de que pretende mudar sua política econômica. Pelo contrário, integrantes da equipe de reeleição dizem que a orientação em um eventual segundo mandato será o de continuar a perseguir índices inflacionários próximos a 6%, como ocorre desde 2011. **Aécio Neves, candidato do PSDB, defende justamente o oposto. Acredita que é preciso trazer a inflação para o centro da meta e que durante seu mandato o ideal seria atingir índice de 3%**, que é a meta semelhante a países como o Chile. Na prática, esses números complexos e a discussão de metas e índices representam para os brasileiros os valores do custo de vida. Quanto menor o índice, menos será preciso gastar para consumir. (ISTOÉ, 2014, grifos nossos).

A imagem que acompanha a matéria não poderia ser melhor exemplo de uma classificação positiva/negativa entre as duas figuras centrais do texto. Nela, as fotografias, de Dilma Rousseff e Aécio Neves (Figura 28), lado a lado, mostram os oponentes com semblantes diversos: ela, com rosto sisudo e olhar perdido, em fundo escuro; ele, sorrindo, olhando diretamente para a câmera, rosto erguido, demonstrando altivez e simpatia, está sob o fundo branco. A composição reforça a construção de bom *versus* ruim trabalhada na matéria, convocando imagetivamente o bem e o mal.

Figura 36: Montagem “A continuidade e a mudança” feita pela *IstoÉ*



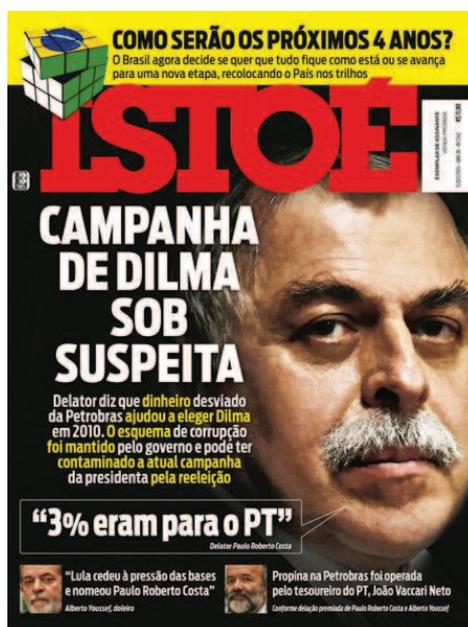
A matéria foi publicação na edição 2342, que trazia na capa acusações de que dinheiro desviado da Petrobrás havia sido usado na campanha anterior de Dilma. Tratava-se de delação do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, que comprometia vários partidos em esquema de superfaturamento de obras de construção de refinarias. A denúncia é abordada no texto “Delator da Petrobras diz que a campanha de Dilma em 2010 foi beneficiada por dinheiro desviado”¹¹⁴, mas não detalha em nenhuma passagem como a presidenta teria relação direta com os fatos que, se quer, haviam sido comprovados na época, ainda que não se furte a lançar suspeitas sobre o certame que acontecia naquele momento: “[...] As movimentações irregulares, segundo disseram, continuaram até 2012, quando Costa deixou a estatal, e pode ter contaminado a atual campanha de Dilma à reeleição. [...]” (ISTOÉ, 2014).

As contas da campanha de 2010 de Dilma Rousseff foram aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, com ressalvas, pois havia divergência no entendimento sobre a forma técnica como as notas de doação deveriam ser entregues¹¹⁵, ensejando o que o ministro julgador chamou de “irregularidade formal”. Mas, a edição 2342, a penúltima antes da votação do segundo turno, fora composta para criar, texto a texto, uma imagem desqualificada da presidenta.

¹¹⁴Disponível em: <https://istoe.com.br/387126_DELATOR+DA+PETROBRAS+DIZ+QUE+A+CAMPANHA+DE+DILMA+EM+2010+FOI+BENEFICIADA+POR+DINHEIRO+DESVIADO/>. Acesso em: 17/05/2018.

¹¹⁵ Ver: “Por unanimidade, TSE aprova contas da campanha de Dilma com ressalvas”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-dez-11/unanimidade-tse-aprova-ressalvas-contas-campanha-dilma>>.

Figura 37: Capa da IstoÉ de 15.10.2014



Fonte: ed. 2342

É deste exemplar também a matéria “A retomada do terrorismo eleitoral” que analisamos no item 5.1.1. Além disso, ela é publicada imediatamente após a edição da revista que conclama a população à mudança nas urnas, logo, mudança de governo (Figura 38, esquerda), sendo que cerca de apenas um mês antes *IstoÉ* havia cedido espaço para que o candidato Aécio Neves falasse sobre suas propostas de governo (Figura 38, direita).

Figura 38: Montagem de Capas da IstoÉ de 08.10. 2014 e de 10.09.2014



Fonte: ed. 2341 (esquerda) e ed. 2337 (direita)

A entrevista com Aécio fez parte do projeto “Encontro com os editores”, que se resume em entrevistar o “candidato novidade”, o que nem de longe se pode defender como contribuição jornalística à cidadania, já que a cada quatro anos somente é sabatinado quem está concorrendo à Presidência pela primeira vez, prejudicando a comparação de ideias e programas eleitorais referentes ao pleito em questão. Dilma foi entrevistada em 2010, em 2014 somente Aécio teve esse espaço, pois era o único novato na disputa, os demais candidatos (de partidos grandes) já haviam concorrido ao menos uma vez à Presidência, como Marina Silva, por exemplo.

Em 2016, as operações discursivas de comparação ganham força na narrativa de *IstoÉ* com o estabelecimento do governo interino de Michel Temer. Logo na primeira crise grave de sua gestão, a revista sai em sua defesa e estabelece uma linha demarcatória. Com a matéria “Sem compromisso com o erro”¹¹⁶, de 27.05.2016, exalta a atitude do presidente interino em exonerar um ministro e o desculpa pela falta de cuidado ao nomeá-lo, aproveitando para rechaçar Dilma:

Em seu primeiro teste de fogo, o presidente da República, Michel Temer, atuou como manda o figurino. Houve, até no próprio governo, quem não apostasse no desenlace adverso para o então ministro do Planejamento, Romero Jucá, devido à proximidade com Temer e sua relevância política. Mas Temer demonstrou comprometimento com a Lava Jato –, embora ele tenha se descuidado na hora de nomear alvos de investigação para o primeiro escalão. Ao exonerar um dos integrantes da trinca de ouro de seu governo, ao primeiro cheiro de malfeito, o presidente agiu com a velocidade que a gravidade do tema impunha: a gravação tornada pública, semana passada, em que Jucá falou com Sérgio Machado, ex-Transpetro, sobre a necessidade de um pacto para conter as investigações.

A maneira de lidar com o deslize ético de um expoente de sua gestão contrastou com práticas levadas a cabo pela antecessora, Dilma Rousseff. A diferença de comportamento foi abissal. Enquanto a petista nem cogitou afastar o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, quando este foi flagrado em gravações tentando comprar o silêncio de um delator da Lava Jato, no caso o ex-líder do governo, Delcídio do Amaral, Temer não esperou nem 24 horas para decidir limar da Esplanada um importante aliado, dotado de influência no Congresso para interferir, por exemplo, nos derradeiros votos do impeachment da presidente afastada. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

IstoÉ discorre sobre o fato tomando o cuidado de deixar claro que Temer teria dado a Jucá o benefício da dúvida, como dera uma “chance” ao colocá-lo no governo, mas, mesmo correndo o risco de perder o apoio de um político influente, preferiu ser fiel a suas convicções, em contraposição com Dilma para quem sugere cumplicidade com seu ministro pego em desvio:

¹¹⁶ Disponível em: < <https://istoe.com.br/sem-compromisso-com-o-erro/>>. Acesso em: 18/05/2018.

[...] Com todo formalismo, que lhe é peculiar, Temer, logo pela manhã, assim que a notícia começou a circular em Brasília, chamou Jucá no Palácio do Jaburu e cobrou explicações. Acertaram que o ministro daria uma entrevista para apresentar sua versão. “Terá de ser convincente”, exigiu o presidente.

A performance de Jucá ante os holofotes frustrou as expectativas. [...] Mesmo assim, Temer, que acompanhou a fala de Jucá pela televisão, quis ouvir a opinião de alguns de seus principais ministros, como Eliseu Padilha (Casa Civil) e Henrique Meirelles (Fazenda), além de outros conselheiros sem status ministerial. No encontro, foi ponderado que Jucá possuía o perfil que o governo Temer precisava por sua habilidade política, por compreender como poucos as necessidades e anseios dos parlamentares, cultivar uma boa relação com os colegas de Congresso e ser ágil em suas manobras regimentais. Avaliou-se que a demissão representaria uma baixa preocupante em um time carente de tempo para experimentar nomes. Temer, no entanto, preferiu não contrariar uma de suas promessas feitas no discurso de posse.

O presidente já era alvo de críticas por ter escalado Jucá no primeiro escalão, mesmo tendo no currículo ao menos seis inquéritos, tanto por suspeitas de envolvimento em crimes apurados na operação Lava Jato quanto na Zelotes, que investiga a compra de medidas provisórias. Mas mantê-lo no posto depois de apanhado numa conversa constrangedora a caminhar na contramão dos anseios da sociedade seria ainda mais deletério ao País e, evidentemente, ao governo recentemente constituído. Jucá foi, então, aconselhado por Temer a pedir uma licença no mesmo dia do escândalo. Na manhã seguinte, o ministro foi exonerado. [...]

O escândalo envolvendo Mercadante, pego no pulo tentando evitar que Delcídio celebrasse um acordo de delação com a força-tarefa da Lava Jato, teve um desfecho completamente distinto ao do episódio Jucá. [...] Mesmo diante de um intenso fogo cruzado, sob ameaça de impeachment, a presidente afastada não só não o afastou como **nunca nem passou por sua cabeça apeá-lo do cargo**. Primeiro por ter seu subordinado em alta conta. Depois, para não retirar dele o famigerado privilégio de foro, confortável refúgio desfrutado por outros 20 ministros investigados de seu governo. **Temer deve continuar olhando para Dilma para tirar lições sobre o que não fazer**. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A revista elenca as atitudes (positivas) de Temer e (negativas) de Dilma estabelecendo um comparativo:

Figura 39: Comparativo feito pela *IstoÉ* entre Temer e Dilma

DUAS MANEIRAS DE ENCARAR CRISES





TEMER	DILMA
<ul style="list-style-type: none"> • Na segunda 23, ao tomar conhecimento da gravação realizada pelo ex-diretor da Transpetro Sergio Machado, o presidente Michel Temer chamou o então ministro do Planejamento Romero Jucá logo de manhã, no Palácio do Jaburu, para lhe cobrar explicações • Temer combinou que Jucá sairia do Jaburu e iria direto conceder uma entrevista coletiva à imprensa na sede do Ministério do Planejamento. Depois disso, decidiriam o que fazer • O presidente pediu a opinião de assessores e eles ponderaram que o afastamento deveria ser imediato • Temer voltou a falar com Jucá e, juntos, combinaram uma saída para o ministro: ele pediria licença até que o procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, se manifestasse. • No dia seguinte 24, Temer publicou a exoneração "a pedido" de Romero Jucá. Na sequência o governo aprovou no Congresso a nova meta fiscal 	<ul style="list-style-type: none"> • Em 15 de março, ao tomar conhecimento sobre uma gravação na qual o então ministro Aluizio Mercadante oferecia dinheiro para evitar a delação de Delcídio Amaral, Dilma chamou o ministro ao Palácio • A petista combinou que Mercadante concederia uma entrevista coletiva à imprensa, mas exigiu que ele assumisse sozinho todas as responsabilidades. E que fosse categórico ao afirmar que Dilma não tinha conhecimento dessa iniciativa. • Ao se ver "isentada" por Mercadante na coletiva, Dilma se deu por satisfeita. Refutou os conselhos dos aliados e decidiu manter o amigo protegido no Palácio do Planalto, para que ele não perdesse o foro privilegiado. • Com isso, a presidente prolongou a crise e paralisou o governo

Fonte: Site da revista IstoÉ¹¹⁷

No exemplar imediatamente posterior ao que trouxe a matéria que compara as atitudes de Dilma e Temer diante dos erros de seus aliados, *IstoÉ* investe em uma edição acusatória. Analisamos a matéria principal do número 2426 da revista, de 03.06.2016, no item 5.1.1, “O acerto de R\$ 12 milhões”, agora trataremos do editorial. Intitulado “Devolver Dilma ao poder é debochar do Brasil”¹¹⁸, o texto assinado pelo diretor editorial, Carlos José Marques, ultrapassa os limites das prerrogativas opinativas de seções como essa ao exacerbar o uso de expressões valorativas:

Dilma é um assombro. Um despropósito político sem precedentes. Uma hecatombe administrativa que condenou o País a anos de retrocesso. Dilma é a ausência de noção de realidade em pessoa. A negação repetida dos fatos da forma mais cínica e desavergonhada possível. Por isso mesmo, trazê-la de volta ao poder

¹¹⁷ Disponível em: <<https://istoe.com.br/sem-compromisso-com-o-erro/>>. Acesso em: 20/05/2018.

¹¹⁸ Disponível em: <<https://istoe.com.br/devolver-dilma-ao-poder-e-debochar-do-brasil/>>. Acesso em: 18/05/2018.

equivalaria à contratação antecipada do caos para o Brasil. Quem tiver dúvidas sobre essa hipótese que reserve ao menos alguns meros minutos do seu tempo para dar uma olhada minuciosa, e despojada de ideologias, sobre a herança que ela nos legou. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Ao optar por essa abordagem, o texto do diretor editorial de *IstoÉ* se aproxima muito mais do tipo de discussão que se trava entre oposicionistas políticos nas redes sociais, aquelas nas quais se lançam impropérios sem preocupações, do que de um editorial jornalístico, depondo contra o próprio estilo magazine. Marques busca respaldo no discurso da má gestão pública, na corrupção e nas questões econômicas, creditando à presidenta todos os problemas brasileiros para retomar a retórica da Dilma enganadora:

[...] Em um rápido “overview” será impossível esquecer o maior rombo das contas públicas de que se tem notícia na história republicana. Ao menos R\$ 170 bilhões, com pedaladas, muitas, de toda natureza. Não dará para apagar, nem da memória de futuras gerações, a corrupção sistêmica, institucionalizada e disseminada de seu governo – em episódios que deixou [sic] o mundo inteiro estarecido e consumiu a riqueza da estatal de ouro, “joia da coroa”, Petrobras. Os quase 12 milhões de desempregados; as vítimas de seus desmandos e barbeiragens com a inflação, os juros e as políticas tarifárias de energia e combustíveis; os políticos e empresários ignorados em seus apelos; a entourage de eleitores que nela depositaram a confiança dos votos, traídos inapelavelmente; todos, enfim, não irão perdoar qualquer possibilidade de “revival” que sua volta significaria. E desse sentimento decorre a condição de presidente mais impopular em décadas, segundo as pesquisas. **Dilma mentiu e mente a cada manifestação pública**. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Há um esforço para articular características de arrogância e incompetência, contribuindo para um entendimento de que Dilma é uma impostora.

[...] Dilma distorce fatos em prol de interesses pessoais. Diz que o sucessor quer desmontar a Lava Jato, quando foi ela, petistas, Lula & cia. que tramaram um sem número de vezes para driblar os avanços da operação. Dilma não admite os próprios erros. **Nunca**. A recessão, a inapetência para o diálogo, a prisão de seu marqueteiro e do tesoureiro do partido, o cataclismo de sua gestão são frutos de um complô das elites, dos adversários, de fatores externos. **O que se evidenciou na malfadada era Dilma é o pior dos mundos em todos os sentidos**. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

O editorial termina exibindo o presidente interino como o braço forte que o Brasil precisava, em uma comparação de firmeza e competência (Temer) com desmandos e inabilidade (Dilma):

[...] O presidente da transição, Michel Temer, que dá demonstrações claras de estar movido por um real desejo de arrumar a casa, precisa de trégua para trabalhar. A missão é inglória. No posto ele está por direito constitucional e é preciso que seu trabalho ali dê certo, como condição para o conserto da bagunça criada. Diante do complexo quadro de desafios, as dificuldades são inevitáveis. As resistências também. Mas o **voto de confiança tem de prevalecer**. [...] **A comparação de métodos e ações do atual governo Temer com o calamitoso modelo de gestão de Dilma Rousseff é, no mínimo, risível. Temer não tem medo de errar e de voltar atrás, quando necessário. Qualidade esperada de um líder. Exibe pulso e equipe competente** para reorganizar a economia, encaminhar as reformas necessárias e ajustar interesses políticos tão distintos. Pode não ser a opção ideal de segmentos variados da sociedade. Mas é **notoriamente mais habilidoso que sua antecessora**. Abissal é a distância que o separa dela. O Planalto que em tempos recentes, sob Dilma, viveu dias de palanque e circo, está decerto focado agora no que importa: a condução do País, outra vez, na rota do desenvolvimento. Ninguém tem saudades do que aquela senhora nos causou. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

IstoÉ já havia oferecido Michel Temer como solução para os problemas do Brasil cerca de um ano antes, quando fez a matéria de capa da edição 2382, de 29.07.2015, “A solução Temer” (à esquerda na Figura 40). A capa da revista mostrava um Temer sério, mas não sisudo, em um cenário onde se via livros atrás dele, remetendo à intelectualidade. Ele olha para a câmera, com as mãos cruzadas e os braços apoiados no espaldar de uma cadeira, como um líder à frente de uma reunião ou tomando grandes decisões. Na manchete de apoio, o texto:

Por que Michel Temer pode garantir a governabilidade do País, seja como vice-presidente, substituto de Dilma em caso de impeachment ou aliado de um novo presidente a ser eleito. Os bastidores de como ele se prepara para a missão de pacificar o Brasil. (ISTOÉ, 2015).

Em pouco mais de um ano foram três capas destacando Temer positivamente, uma delas, inclusive, a da edição do dia 01.09.2016, o seguinte ao da votação final pelo impeachment de Dilma Rousseff, ou seja, considerando que a data de capa de uma revista é posterior a sua efetiva publicação, *IstoÉ* dava como categórico que a Presidência da República passaria definitivamente para o vice, com a edição 2349, “A marca do meu governo será a pacificação” (Figura 40, centro).

Figura 40: Montagem de capas da IstoÉ sobre Temer



Fonte: ed. 2382 (esquerda), ed. 2349 (centro), ed. 2423 (direita)

A outra vez que Temer figurou na capa de *IstoÉ* no período foi quando assumiu a presidência interinamente. Na edição de 13.05.2016, a revista publica o “Especial novo Governo”, com manchete que diz “Dois anos para reconstruir o Brasil” e chamada de apoio: “Com Dilma e o PT fora do governo, Michel Temer assume a Presidência e renova a esperança dos brasileiros. Confirmado o impeachment, ele terá pouco tempo para recolocar o País no rumo” (Figura 40, direita). Na imagem, mais uma vez Temer está em um cenário com livros, a fotografia é em preto e branco clássico, sem tonalidades carregadas, remetendo ao tradicional. Ele está sentado em frente a uma mesa de trabalho e sua posição é reflexiva, atrás aparece a bandeira do Brasil, como um símbolo de seu compromisso cívico.

Em nossa última análise observaremos a matéria “Cartas já não adiantam mais”¹¹⁹, publicada na edição 2437, de 19.08.2016, onde *IstoÉ* apresenta um texto que une a estratégia da construção da imagem de uma Dilma mentirosa com a de uma Dilma desesperada, para operar o discurso da desqualificação de uma ação da presidenta:

[...] Na terça 16, Dilma resolveu tentar imitar o antecessor e outros líderes políticos nacionais, mas errou na forma, na substância e no tempo. A petista optou por ler um discurso para imprensa direcionado à população brasileira e aos senadores da República. Convocou jornalistas, mas sequer permitiu que lhe dirigissem perguntas. Sua iniciativa, a apenas nove dias do início do julgamento final do impeachment, chegou tarde demais. Aliados defendiam que o documento propondo plebiscito e sugerindo novas eleições, para ter a chance de causar alguma transformação no cenário adverso, deveria ter sido publicado antes da

¹¹⁹ Disponível em: <<https://istoe.com.br/cartas-ja-nao-adiantam-mais/>>. Acesso em: 18/05/2018.

votação da Câmara dos Deputados pela admissibilidade do processo de impeachment. Da maneira como foi apresentada, a carta teve impacto reduzido e durou poucas horas. [...]. (ISTOÉ, 2016).

O texto recorta trechos do pronunciamento da presidenta e os intercala com colocações contrárias a seus dizeres, em um jogral denominado “o que ela disse” e “a realidade”, sob o subtítulo “A ilha da fantasia de Dilma”:

O QUE ELA DISSE

“Na jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade e determinação...”

A REALIDADE

A presidente ficou encastelada no Palácio da Alvorada e seu contato com o “povo” deu-se, na verdade, apenas em eventos para plateias de convertidos. Embora tenha afirmado que acolheu “críticas com humildade”, Dilma foi incapaz de expor quais foram elas. [...]. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

IstoÉ questiona a competência e correição de Dilma Rousseff, evocando casos sobre os quais já falamos em nossa análise, como os das delações da operação Lava Jato que buscavam comprometer a presidenta:

[...] O QUE ELA DISSE

“Gerar mais e melhores empregos, fortalecer a saúde pública, ampliar o acesso e elevar a qualidade da educação...”

A REALIDADE

Dilma comandou o Brasil por seis anos e conseguiu retirar o País da situação de pleno emprego e entregá-lo com mais de 11 milhões de desempregados.

O QUE ELA DISSE

“Jamais se encontrará na minha vida registro de desonestidade, covardia ou traição.”

REALIDADE

De acordo com delatores da Lava Jato, Dilma foi eleita presidente da República em uma campanha presidencial irrigada com dinheiro de propina e pagamentos no caixa 2. Ela própria teria operado, segundo os depoimentos. [...]. (ISTOÉ, 2016).

O fechamento da matéria reforça a retórica da Dilma arrogante e desonesta, inapta para governar um país e capaz de tudo para se manter no poder, principalmente, enganar a população com promessas e soluções fáceis, mas impossíveis de serem levadas a cabo:

[...] A essência do texto mostrou a seus destinatários que os três meses de afastamento não a fizeram reconhecer e corrigir repisados erros, como por exemplo, o de omitir a verdade. No discurso, apontou como saída da crise a convocação de um plebiscito para consultar se a população quer que sejam realizadas novas eleições. Entretanto, junto com a “solução mirabolante”, faltou-lhe a honestidade de contar aos brasileiros que sua ideia não depende apenas de si, mas sim do apoio do Congresso para viabilizá-la juridicamente. Todos sabem que a chance de os parlamentares aprovarem essa medida é praticamente nula. Dilma também sabe, mas preferiu abraçar a retórica da ficção. Da mesma forma, ela ofereceu a requentada ideia de realizar uma reforma política. Em 2013, quando a população ocupou as ruas, Dilma já havia sacado a ideia da cartola. Sem êxito. Na verdade, trata-se de uma solução utópica, mais uma que ela mesma sabe que não poderá entregar. (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

5.2 Ela pode fazer isso?

Noticias de la Semana é uma revista com investimento visual forte. Costuma trabalhar com montagens em suas capas, sendo apelativa. Fosse publicada no Brasil, seria facilmente classificada como sensacionalista. Ao observar seu conteúdo, tende-se a pensá-la como um semanário de variedades, mas sua predileção pelo editorial político é notória. No entanto, sua abordagem pende mais para a ridicularização, para o achincalhe, que para o debate. Nessa perspectiva não parece que nenhum político argentino seja poupado, mas Cristina Fernández recebeu boa parcela da atenção do magazine nos últimos anos. Por certo que ser a presidenta do país a colocava em evidência, entretanto, *Noticias de La Semana* empreendeu uma campanha de aviltamento da mandatária, operada, principalmente, através de estigmas e estereótipos de gênero.

Selecionamos, portanto, as capas que melhor exemplificam esse constante processo de desqualificação trabalhado pelo periódico argentino, a fim de observar as operações discursivas realizadas no conjunto texto/imagem.

5.2.1 O rato roeu a ética

Iniciamos nossas análises dos materiais referentes a *Noticias de la Semana* pela categoria *desqualificação*. Para este item separamos somente uma capa da revista, por considerá-la emblemática. Em nossa concepção, ela é o exemplo do desrespeito e da violação aos quais as mulheres estão sujeitas nas sociedades patriarcais. Trata-se da edição de 27.12.2013, e é necessário que se diga que este exemplar foi o motivo de emprendermos uma pesquisa sobre o periódico que,

até então, nos era desconhecido. Nele a imagem é composta por uma montagem do rosto de Cristina Fernández em um corpo nu.

Figura 41: Capa da NLS de 27.12.2013



Fonte: ed. 1931

A montagem da imagem de Cristina aproveita o corpo feminino como dispositivo de produção de sentido, a partir da licença que a mídia se outorga para explorar a mulher, expô-la, a usar como objeto. Ao optar por essa manipulação figurativa, *Noticias de la Semana* não só desqualifica a presidenta, através de todas as redes simbólicas que são acionadas ao despi-la, mas, também, violenta sua intimidade e dignidade.

A imagem está sob um fundo escuro, acompanhada da manchete “La reina está desnuda”, uma alusão à fábula do rei nu que opera em vários níveis semânticos. No conto, de Hans Christian Andersen, de 1837, o rei é enganado por tecelões que chegam à Corte prometendo costurar uma roupa com um tecido de propriedades mágicas. A vestimenta, porém, não poderia ser vista por quem não estivesse à altura de seu posto ou pelos muito estúpidos. Temendo ser considerado dessa forma, ninguém se atreve a dizer ao rei que ele está, na verdade, nu. É uma metáfora do medo que os mais fracos têm dos poderosos, usada na atualidade para demonstrar a fragilidade do poder, pois,

no conto, uma criança aponta que o rei está nu, desbaratando a farsa. Mas, o monarca decide seguir com sua procissão, como se vestido de ouro e cetim estivesse, ou seja, opta pelo engodo¹²⁰.

Ao convocar a fábula do rei nu, *Noticias de la Semana* aproveita para, além de subliminar a ideia de que a presidenta tenta esconder coisas da população, fazer uma provocação com o apelido de “rainha Cristina”. A alcunha teria sido conferida a governante em alusão ao filme protagonizado por Greta Garbo nos anos 30, sobre a rainha Christina da Suécia, mulher determinada, que não se rendeu às imposições sociais de sua época.

O subtítulo da manchete corrobora a figuratividade criada pela imagem, literalizando a hipótese de que o governo de Cristina omite informações: “Segredos de uma ausência inquietante”. O texto de apoio diz:

Dão CFK como curada, mas está reclusa no Sul. Seu alerta nos casos Lázaro e Boudou: "Nos querem presos". O efeito Capitanich está esgotado e Milani desfaz o progressivismo K. O renovado fator Máximo. Cenas de um país hiper-presidencial sem presidente. Além disso, a crise do modelo: as decisões que ninguém se atreve a tomar. (NLS, 2013, tradução nossa).

O maior “segredo” do governo, conforme a sugestão dessa edição de *Noticias de la Semana*, giraria em torno do real estado de saúde de Cristina. A revista empreendeu uma série de especulações nesse sentido ao longo dos períodos presidenciais dela. Nessa época, o magazine ainda requentava teorias oriundas de seu afastamento para um tratamento em outubro daquele ano. A presidenta havia sido operada para drenar um hematoma subdural crônico, um acúmulo de sangue na região entre o crânio e o cérebro, que teria sido provocado em uma queda na qual Cristina batera a cabeça. A recuperação a deixou fora da presidência por 30 dias e movimentou a imprensa argentina, principalmente, os setores críticos ao governo.

Com essa capa, *Noticias de la Semana* demonstra sua tendência apelativa, ao reunir símbolos e acionar compreensões sobre a figuratividade proposta, que permitem leituras múltiplas, mas sempre encaminham para a desqualificação da presidenta Cristina, seja através das percepções políticas ou das sexistas acerca do texto/imagem.

5.2.2 Meu corpo, suas regras?

¹²⁰ Ver: ANDERSEN, H. C. A roupa nova do imperador. São Paulo: Brinque-Book, 1997.

As abordagens sexistas de *Noticias de la Semana*, na maior parte das vezes, giram em torno dos preconceitos mais generalistas presentes no senso comum. As ideias aproveitadas pela revista para atacar Cristina são as de que mulheres são fúteis e vaidosas, se exaltam com facilidade e fazem birra. Essas construções vão se dando em circularidade no magazine, de modo que a repetitividade dos discursos gera uma série de publicações bastante parecidas, portanto, separamos três exemplares para análise na categoria *sexismo*, a fim de exemplificar as construções da forma mais variada possível.

A primeira capa sobre a qual trataremos nessa categoria é a que compõe a edição de 07.09.2012, “El goce de Cristina”, algo como “O deleite de Cristina”. Nela, a revista assume o erotismo como discurso figurativo, na clássica estratégia da sexualização feminina como artífice de venda. *Noticias de la Semana* se aproveita da imagem de um videoclipe para ilustrar suas hipóteses acerca da vida íntima da presidenta.

Figura 42: Capa da NLS de 07.09.2012



Fonte: site da revista NLS¹²¹

¹²¹ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2012/09/07/el-goce-de-cristina/>>. Acesso em: 20/05/2018

No desenho, Cristina Fernández está tendo um orgasmo. É a cena final da animação da banda argentino-venezuelana “The Rockadictos”, um grupo que costuma fazer tiras cômicas musicalizadas. O vídeo, no qual a presidenta fica excitada com a demonstração de afeto popular, gerou muita polêmica, mas a empresa Google se recusou a retirá-lo da plataforma Youtube, apenas restringindo a idade de acesso¹²².

Noticias de la Semana escolhe usar essa imagem constrangedora e desrespeitosa, acompanhada das colocações:

Se mostra cada dia mais descontraída, sensual e até atrevida. A submissão do outro já é um requisito indiscutível de sua liderança. Porque o exercício do poder e o contato com a massa funcionam como fatores excitantes. (NLS, 2012, tradução nossa).

Ao dizer “a submissão do outro já é um requisito indiscutível de sua liderança”, a revista invoca também os simbolismos que cercam a ideia da *femme fatale*. A sedutora capaz de enganar para obter o que quer, uma usurpadora.

Não há oferta de informação, e fica claro que a intenção de *Noticias de la Semana*, ao construir esse conjunto semiótico para a capa dessa edição, era participar do processo de constrangimento dado início pelos músicos que usaram a imagem de Cristina para realizar o vídeo animado.

A diretora executiva da revista, Alejandra Daiha, chegou a se manifestar sobre as críticas que o semanário recebeu após a publicação, e defendeu a atitude invertendo a situação: “Acho que os que se indignaram com a capa de *Noticias* estão caindo em uma dupla armadilha, a de seus próprios preconceitos e a da literalidade” (NLS, 2012, tradução nossa)¹²³. De acordo com ela, o fato de a imagem ser oriunda de um desenho, produto da liberdade expressiva de um artista, logo, de natureza provocadora, retiraria a conotação ofensiva sobre a qual as pessoas estavam reclamando.

Em sua fala, Daiha mesma deixa claro que a sexualidade de Cristina foi tratada somente em um parágrafo da matéria referente à capa e que a intenção do texto era chamar atenção para os estilos de liderança nas democracias, em especial, os autoritários. Com essa colocação, acaba por

¹²² O vídeo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tLsEI-D3zfY>>. Acesso em: 22/05/2018.

¹²³ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2012/09/11/habla-la-autora-de-la-tapa-de-noticias/>>. Acesso em: 22/05/2018.

demonstrar que o jogo de erotização criado por *Noticias de la Semana* foi realmente um aproveitamento da polêmica instituída pelo vídeo dos Rockadictos, em uma opção editorial pela abordagem sexista.

O corpo como um objeto que pode ser apropriado parece mesmo ser um conceito válido para o magazine argentino, que volta a violar a intimidade de Cristina na edição 1918, de 27.09.2013. Nela, aparece uma fotografia da presidenta, da cintura para baixo, destacando a pélvis e as pernas na capa. Embora não seja a única imagem na página, além do fato de ser a principal, toma conta dos efeitos simbólicos por sua agressividade, já que é uma figura invasiva e desrespeitosa.

Figura 43: Capa da NLS de 27.09.2013



Fonte: ed. 1918

A fotografia está sobreposta a um fundo cor-de-rosa, tom normalmente associado ao feminino, compondo com o assunto abordado – dieta - um conjunto de estereótipos. Antecedendo, a manchete: “Passo a passo como diminuí 10 quilos em quatro meses. Últimas novidades do transtorno bipolar”. E, depois, a sugestão de que havia mudanças envolvendo Cristina para além da dieta: “Nova dieta. Nova terapia. Nova CFK” (NLS, 2013, traduções nossas).

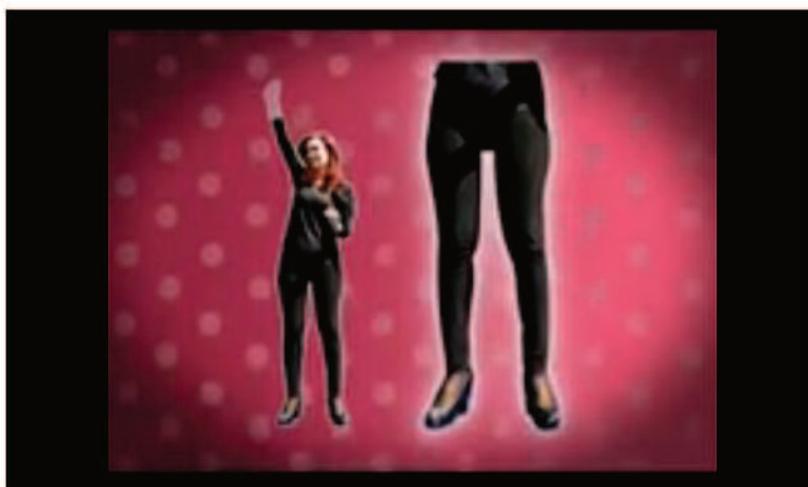
As produções de sentido sobre os supostos “problemas mentais” da mandatária são reforçadas pela propaganda de um livro que *Noticias de la Semana* diz estar adiantando: “o livro

sobre os segredos psíquicos e existenciais da presidenta”. Trata-se de “La cabeza de Cristina”, escrito, justamente, por um dos editores da revista, José Antonio Díaz.

A fotografia recortada para a capa é a de um ato em Ezeiza, ao qual Cristina compareceu usando calças mais “justas” ao corpo que o de costume, causando um frenesi na imprensa. A presidenta começava a romper o luto pela morte do marido, em 2010, desde quando adotara um figurino sóbrio, predominantemente preto, mas foi alvo de críticas e chacotas pela parcela da mídia que julgava despojado ou jovial demais o novo visual.

Aproveitando “os ventos”, como é de seu feitio, *Noticias de la Semana* usa a fotografia, mas opta por recortá-la de forma que expõe de forma constrangedora Cristina, em mais uma decisão editorial sexista. O processo chega a ser demonstrado em vídeo de propaganda da edição¹²⁴:

Figura 44: Frame retirado de vídeo da NLS



Fonte: Canal da revista no YouTube¹²⁵

A publicação foi classificada como “deplorável” por feministas e deputadas argentinas, que destacaram o comportamento patriarcal e misógeno da revista.

Noticias de la Semana tornaria a carregar a capa de preconceito de gênero na edição 1902, de 07.06.2013. Com discursividades idênticas às operadas por *IstoÉ* no número 2417, o semanário argentino constrói a ideia de que Cristina está descontrolada.

¹²⁴ Disponível em: < <http://noticias.perfil.com/2013/09/27/tapa-revista-noticias-1918/>>. Acesso em: 25/05/2018.

¹²⁵ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?time_continue=9&v=N-FWdHrXUmc>. Acesso em: 20/05/2018.

Sob a manchete “Cenas incríveis do medo de Cristina”, acompanhada da observação “tensão no governo”, a revista apresenta uma fotografia de parte do rosto da presidenta, enquadrado de forma que somente um dos olhos fica visível, mostrando um olhar perdido, o cenho franzido, e com a expressão carregada, aflita, transmitindo ansiedade, pânico.

Figura 45: Capa da NLS de 07.06.2013



Fonte: ed. 1902

A expressão apavorada de Cristina toma conta da capa, auxiliando o texto na constituição das redes de sentido que serão definitivas para a compreensão que pretende a revista. Aqui, como no material analisado de *IstoÉ*, o discurso operado conta com os estereótipos presentes no senso comum sobre o controle emocional das mulheres. Investindo no estigma de que todas são loucas, exageras, irascíveis, *Noticias de la Semana* apresenta seu texto de apoio:

Está fora de si. Grita com todos, inclusive com os mais leais. A grosseria com a chefe da promotoria. As broncas em Zannini e Abal Medina por não controlar a Suprema Corte. (NLS, 2013, tradução nossa).

O conjunto figurativo construído por *Noticias de la Semana* cria uma aura de instabilidade, colocando o próprio governo de Cristina em suspeição. A presidenta da capa do semanário é descontrolada, hostil, explosiva, portanto, não pode estar à frente da nação, pois não é confiável.

Embora a revista argentina não expresse, como *IstoÉ* com Dilma, que a mandatária perdeu as condições de conduzir o país, deixa a ideia subentendida.

A construção da hipótese de que Cristina é mentalmente comprometida não iniciou com essa edição. Esse é um trabalho ao qual *Noticias de la Semana* se dedica retoricamente. Os questionamentos sobre a saúde mental da presidenta, seu estado de ânimo e a sugestão de que esconde a verdade sobre essa condição, já que a confirmação seria um atestado de que não poderia estar na Presidência, foram assunto de muitas edições da revista na última década. Abaixo, alguns exemplos que pudemos observar na pesquisa exploratória:

Figura 46: Montagem com exemplos de Capas da NLS



Fonte: site da revista NLS¹²⁶

¹²⁶ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/>>. Acesso em: 18/05/2018.

Esse trabalho insistente pela consolidação da imagem de uma Cristina Fernández mentalmente desequilibrada será definitivo para a estratégia de *Noticias de la Semana* da construção de um perfil de governante instável para a presidenta, como se verá a seguir.

5.2.3 Operação loucura

Durante o tempo de presidência de Cristina Fernández, *Noticias de la Semana* empreendeu uma forte campanha de construção de um perfil emocional comprometido. Como pudemos observar nas categorias anteriores, essa é uma ideia que perpassa vários movimentos e abordagens da revista sobre a presidenta. A saúde mental dela era o assunto retórico, tratado em circunstâncias diversas, sob vários ângulos e perspectivas, mas sempre convergindo para a compreensão da incapacidade.

Na categoria *perfil*, portanto, iremos analisar capas que demonstram algumas das estratégias do semanário para colocar em circulação esses sentidos. São três exemplos mais variados possíveis, pois, assim como dito anteriormente, a repetição constante em *Noticias de la Semana* faz com que suas publicações sejam bastante parecidas.

O primeiro é um caso típico de figuratividade, ação bastante comum na revista, que tem predileção por montagens para compor suas capas. A semiótica trabalhada na edição de 11.01.2013 é a da metáfora da rainha má, vingativa, aquela que não aceita que ninguém seja mais bela que ela e tem um espelho como conselheiro.

Na capa, o rosto de Cristina está no corpo de uma rainha vestida de vermelho, a cor da opulência, da raiva, do visceral. A presidenta mira-se e o que está refletido no espelho é a imagem de Daniel Scioli, à época, governador da província de Buenos Aires. Ele sorri, ela está séria, carrancuda. Na manchete: “O ódio por Scioli e a solidão total. A ira de Cristina”. No texto:

Porque o governador a irrita como ninguém. O lado B de um ser imperturbável: bens, ambições, "testas-de-ferro" e o imposto do futebol em La Ñata.
A "vida de ostentação" de Karina Rabolini [esposa de Scioli], segundo CFK. Sucessão e fim do projeto.
A raiva presidencial com os "inúteis" de seu próprio entorno. (NLS, 2013, tradução nossa).

Figura 47: Capa da NLS de 11.01.2013



Fonte: site da revista NLS¹²⁷

Apesar de pertencerem ao mesmo partido e se apoiarem politicamente, Cristina Fernández e Daniel Scioli divergem em alguns pontos, como ocorre frequentemente entre os peronistas. Ambos são filiados ao Partido Justicialista e tiveram problemas de ordem prática enquanto ela era presidenta e ele governador, como, por exemplo, demandas da Província de Buenos Aires que Scioli buscava alcançar junto ao governo federal e Cristina não pode atender.

A pragmática política era explorada pela imprensa, que via, muitas vezes, uma relação conturbada entre os dois aliados. Assim, nesta edição, *Noticias de la Semana* aproveita a situação política para compor uma capa onde a presidenta pareça raivosa e deixa no nível semântico a ideia da vingança.

Em 2017, Scioli foi o candidato do partido à Presidência, apoiado desde as plenárias por Cristina.

Em 13.02.2015, convoca-se as redes de sentido da mulher irritadiça novamente, mas, desta vez, a ideia promovida é a de uma presidenta que não aceita perder, disposta a tudo pelo poder, que vai às raias da loucura por esse objetivo. Em “Efeito Nisman: o jogo suicida de Cristina”, *Noticias*

¹²⁷ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2013/01/11/la-furia-de-cristina/>>. Acesso em: 15/05/2018

de la Semana trabalha as semioses do “tudo ou nada” para criar o estigma de uma presidenta extremista, exagerada, descontrolada.

Na capa, uma fotografia de Cristina, recortada bem próxima ao rosto, e a mão fechada de uma mulher em forma de arma, criando a ilusão de que a presidenta estaria a apontando para a própria cabeça.

Figura 48: Capa da NLS de 13.02.2015



Fonte: site da revista NLS¹²⁸

No texto de apoio,

O dia em que a presidenta disse: "eles querem remexer na merda? Vamos remexer então! E entrou em guerra com a SIDE. Fúria e perigos de uma divisão violenta do país. O tempo dos "carteiraços". E como todos usam um cadáver estremecedor. (NLS, 2015, tradução nossa).

O “Efeito Nisman” da manchete se refere a morte do promotor Alberto Nisman, em janeiro de 2015, episódio que teve ampla cobertura e divulgação da imprensa do país, dada as circunstâncias do ocorrido. O caso fora enquadrado pela polícia como “morte duvidosa” porque

¹²⁸ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2015/02/13/efecto-nisman-el-juego-suicidad-de-cristina/>>. Acesso em 20/07/2018.

não era possível afirmar se havia sido suicídio, homicídio ou suicídio induzido. A ligação do nome dele ao de Cristina foi feita rapidamente, pois o promotor havia denunciado a presidenta e membros de seu governo por suposto acobertamento dos responsáveis pelo atentado contra a Associação Israelita Argentina em 1994, que fez 85 vítimas. Nisman morreu dias antes de seu depoimento na Assembleia Nacional sobre o caso. Recentemente, em setembro de 2017, a perícia confirmou que o promotor foi assassinado. Um amigo, que lhe emprestara a arma que acabou causando sua morte foi indiciado e está sendo investigado¹²⁹.

O fato desencadeou uma série de hipóteses e insinuações que envolviam a presidenta, teorias conspiratórias das quais *Noticias de la Semana* também participava. Nessa edição, a revista se aproveita da situação para sugerir que uma crise se instalou no país e que a nação está a cargo de uma pessoa desequilibrada, que trata o jogo político como “roleta russa”.

A “operação Cristina está louca”, como alguns blogueiros argentinos chamam as sucessivas publicações que questionam o emocional da presidenta, avançam mesmo com seu mandato chegando ao fim. Em 23.10.2015, *Noticias de la Semana* publica o que denominou “Diagnóstico final”. Era a chamada para o adiantamento do livro “Segredo de Estado: a verdade sobre a saúde de Cristina Fernández de Kirchner”, do médico e jornalista Nelson Castro, colunista do “Diario Perfil”, o jornal da editora Perfil, que publica *Noticias de la Semana*.

Na imagem de capa, uma Cristina Fernández pensativa tem a cabeça desmontada, peça por peça, como em um jogo de quebra-cabeças. A semiose construída por ela é a de que, finalmente, se poderá descobrir como funciona a mente da presidenta.

No texto: “Adiantamento exclusivo do livro ‘Segredo de Estado’, que confirma o transtorno psíquico da presidenta. Revela a identidade do psiquiatra que a tratou. Medicação e sintomas” (NLS, 2015, tradução nossa).

Cristina se manifestou sobre a publicação. Disse que pretender associar a bipolaridade com a loucura é grosseiro, e chamou de “campanha suja” a empreendida por *Noticias de la Semana* ao longo de seu governo. “Publicaram mais de 30 capas que nada tinham a ver com a minha gestão, tem a ver com a minha condição de mulher”¹³⁰, disse.

¹²⁹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2017/12/tecnico-em-informatica-e-investigado-pela-morte-de-alberto-nisman-cjbo877dr00e801mlm7h1mxf3.html>>. E, também: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/pericia-da-policia-argentina-confirma-que-alberto-nisman-foi-assassinado-diz-imprensa-local.ghtml>>. Acessos em: 17/01/2018.

¹³⁰ Disponível em: <<http://mejoruno.com/cristina-le-contesta-a-revista-noticias-lo-lamento-pero-no-soy-bipolar/>>. Acesso em: 18/05/2018.

Figura 49: Capa da NLS de 23.10.2015



Fonte: site da revista NLS¹³¹

Para a presidenta, o assédio que sofrera foi degradante, e nossos exemplos demonstram que houve um esforço retórico e discursivo de *Noticias de la Semana* em desqualificá-la como sujeita política, a partir de sua condição de gênero.

Tanto nessa revista, como em *IstoÉ*, percebe-se um prevaecimento do fato de as presidentas serem mulheres para intimidá-las, humilhá-las, denegrir suas imagens. Ambas as revistas se esforçam em criar condições para que seus leitores acreditem que Cristina Fernández e Dilma Rousseff são perigosas para seus países, não deveriam estar no comando de suas nações.

As ações dos magazines violentam a dignidade de ambas, mas, também, a de todas as mulheres. Quando a mídia se sente no direito de aviltar, expor ou constranger uma representante política, independente de partidarismos, é a todas às mulheres que ela está violando. Não há liberdade de imprensa nisso, somente ausência de ética jornalística e cidadã.

¹³¹ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2015/10/23/la-bipolaridad-de-cristina-diagnostico-final/>>. Acesso em: 18/05/2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Você acha que eu tinha tempo para pensar se tinha ou não usado aquela roupa na semana? Estava tentando mudar um país!” (MARIE CLAIRE, 2012, p. 68). A frase é de Michelle Bachelet, presidenta do Chile, e foi definitiva para minha transição de jornalista inquieta, inconformada, observadora social, cidadã política, feminista, em investigadora midiática, social, política, de gênero. Bachelet disse em palavras o que eu via e lia na imprensa e me revoltava. Quando o assunto envolvia mulheres no poder, a pauta era soterrada pelo estereótipo, pelo arquétipo, pelo preconceito. O debate político dava lugar à discussão frívola, ou, simplesmente, as ridicularizavam, faziam a elas cobranças que não eram feitas aos políticos do gênero masculino. Já não bastava a imprensa feminina nos empurrando futilidades, como se as mulheres se interessassem somente pelo efêmero? Foi um estopim. Passei a observar, selecionar, guardar, catalogar, um sem número de materiais sobre as mulheres em cargos públicos. Era tão óbvio! Mas, ninguém questionava.

Com o tempo, percebi algumas mudanças na cobertura jornalística envolvendo as mulheres em situação de poder, o sexismo e o machismo institucionalizado se moldaram às mudanças socioculturais, como é da natureza de todo fenômeno autoritário. Se recolheu às entrelinhas por conta da inevitável e crescente presença das mulheres nos espaços públicos de decisão e de poder, e dos fortes, firmes e resistentes questionamentos e denúncias empreendidos contra os abusos midiáticos, principalmente, a partir dos movimentos sociais de mulheres. A Academia também se movimentou, alguns estudos relacionando mídia e política se incorporaram aos de gênero, mas ainda eram poucos.

A mídia hegemônica, então, saudou a presença das mulheres nos espaços políticos, mostrou exemplos de superação e conquista – exemplares femininos fortes e destemidos - fez matérias sobre a presidenta eleita no Chile, a ex-primeira dama que chegou ao cargo na Argentina e a primeira presidenta do Brasil. O preconceito operava agora somente no processo de significações, como ao masculinizar Dilma Rousseff chamando-a de gerentona, ou só reconhecendo como positivos aspectos constantes como tais na matriz do masculino: a força, a energia, a firmeza, a autoridade. As retóricas sexistas sempre estiveram lá, haja vista os comentários sobre as dietas de Cristina Fernández, quanto gasta em sapatos e em joias, como vai sua sexualidade pós-viuvez. Quantas vezes a sexualidade de um homem político viúvo foi questionada?

A presidenta Michelle Bachelet não faz parte dessa pesquisa por uma opção metodológica de recorte midiático. Sem dúvidas, é uma ausência sentida. De qualquer forma, pelo que contei, gosto de pensá-la como uma inspiradora. Junto à Dilma Rousseff, Cristina Fernández e outras presidentas latinas, ela é sinônimo de resistência. Essas mulheres resistem por estarem em um ambiente que, mesmo na atualidade, não é reconhecido como o natural para elas. Hostil, é reduto masculino, onde os homens se protegem e dão as cartas, e a ordem é a misoginia. Elas resistem também por defenderem políticas públicas governamentais que se chocam com os interesses oligárquicos.

Essa conjuntura nos levou a construção do objetivo dessa pesquisa, um empreendimento com ocupação comunicacional, sim, até por força profissional da pesquisadora, mas com preocupação nas problemáticas sociais, culturais, políticas e históricas da América Latina, dos engendramentos que nos constituem como sociedade, dos sistemas que nos dividem e segregam e, também, com vistas a resistências e mudanças; com a crença da possibilidade de construção de uma cidadania inclusiva, igualitária, democrática, solidária e de fato representativa.

Nosso objetivo era, então, o de analisar a construção discursiva da revista *IstoÉ* sobre Dilma Rousseff, em seu período como presidenta do Brasil, e da revista *Noticias de la Semana* sobre Cristina Fernández, durante seu segundo mandato como presidenta da Argentina, enquanto *sujeitas mulheres políticas*. Fizemos isso a partir de decisões metodológicas que nos permitissem estabelecer uma discussão ampla sobre a influência da mídia nas constituições políticas do Brasil e da Argentina. Territórios de política efervescente, população aguerrida, mas, também, herdeira da opressão colonialista.

O jogo de forças na América Latina sempre foi desigual, mas a oligarquia se viu fortemente ameaçada nos últimos anos, com o avanço das políticas públicas de estabelecimento de paridade social, se não completas, próximas disso. Ações governamentais fruto de uma “guinada à esquerda”, como alguns gostam de dizer, que a região deu logo nos primeiros anos do novo milênio. Talvez pelo cansaço da exploração, talvez por esperança. Não é possível afirmar corretamente a compreensão política que levou a essa decisão popular.

Socias desse ideal, nossas personagens de pesquisa assumiram sua parte nessa luta e a representante mais exibida da oligarquia, a mídia hegemônica, tomou para si a missão de descredibilizá-las e acabar com o avanço dessa tal de justiça social. Assim, empreenderam suas construções midiáticas sobre as presidentas, aproveitando-se do fato de Dilma Rousseff e Cristina

Fernández serem mulheres para convocar toda a ordem de preconceitos e misoginias presentes nas relações sociais a fim de desqualificá-las.

Os discursos sexistas e machistas operados por *IstoÉ* e *Noticias de la Semana* são exemplos dessa estratégia, como vimos em nossas análises, e a forma como foram usados também responde aos objetivos específicos que traçamos, visto que foi possível verificar interesses ideológicos nas abordagens das revistas; as características de personalidade das presidentas realmente foram usadas para desprestigiar a presença feminina nos espaços públicos e não faltaram usos de expressões, frases, adjetivações ou insinuações que corroborassem para estigmatizar e estereotipar as mulheres, as menosprezando como partícipes do campo político.

A releitura dos materiais analisados, e em comparação com alguns que tratam de homens políticos em publicações atuais ou antigas, permite que se perceba que o tom ácido, desrespeitoso e jocoso, até, recorrente no discurso das revistas, jamais fora experimentado para outro político, nem mesmo, no caso de *IstoÉ*, por exemplo, naquelas publicações que tratavam de Fernando Collor de Melo na década de 90 - outro presidente que sofreu processo de impeachment - ou Luís Inácio Lula da Silva, que conta com a antipatia do magazine já há muito. Ademais, as revistas não se furtaram em lançar mão de velhos estereótipos machistas contra as presidentas para fazê-las parecerem inadequadas ao poder: confusas, descontroladas, irascíveis, desconexas, loucas, demonstrando pensamento e atitude sexista em lugar de ética e bom senso.

IstoÉ e *Noticias de la Semana* desenvolvem estratégias diferentes em várias ocasiões. A brasileira faz um trabalho constante de desacreditar Dilma Rousseff, mas é notório que a usa para atacar Lula e o PT, desconstruir o que o governo em si representa. O uso do sexismo é uma opção imoral deliberada da revista para reforçar suas intenções. Já o periódico argentino parece irritar-se com a condição feminina da presidenta, a usa para achincalhar, caçoar, ironizar e, dessa forma, desmoraliza as ações de Cristina Fernández.

De qualquer maneira, ambos os magazines convergem nas operações discursivas convocadas. Tanto um, quanto outro, estabelecem uma rede de significações formada por figuratividade, discurso, memória, palavras-chaves, metonímias, para atingir seus objetivos discursivos e “fazer crer”. Extrapolam o sentido de jornalismo interpretativo, opinando de forma acusatória e fazendo-se, elas mesmas, de instrumentos condenatórios das presidentas.

IstoÉ comporta-se como um porta-voz da sociedade, é assim que situa seu lugar de enunciação, e não se colocando como um instrumento informativo para a população. Funciona

como inquisidora ao não abrir espaço para o contraditório como prevê o bom jornalismo. Apresentando narrativas fragmentadas, na maior parte das vezes sem fontes, fazendo uso de adjetivações valorativas, expressões avaliativas e excesso de opinião em espaços que não são os adequadamente, e identificadamente, destinados a isso, investe em um jornalismo manipulativo.

A revista trabalha na construção de um perfil criminoso para Dilma Rousseff, convocando, inclusive, ideias subliminares de terrorismo através do uso de determinadas palavras e expressões colocadas em contextos e de forma a fazer circular significados do ilegal e do perigo, passando, assim, de qualquer limite moral e de credibilidade jornalística.

Noticias de la Semana, por sua vez, parece ter definido como campanha a construção de uma imagem de persona instável para Cristina Fernández, abrindo mão de qualquer vínculo com o teor informacional do jornalismo, já que suas abordagens não apresentam nada mais que especulações. Os questionamentos sobre a saúde mental da presidenta, seu estado de ânimo, sugestões sobre crises emocionais e de raiva, e que, por consequência, ela não poderia presidir a Argentina, foram assunto de muitas edições da revista na última década. No entanto, as matérias e reportagens baseiam-se em fontes anônimas, ou do tipo “diz que”, e em seus próprios colunistas.

A misoginia é a ordem da desconstrução da capacidade política de Dilma Rousseff e Cristina Fernández nas duas revistas. *Noticias de la Semana* e *IstoÉ* são *hermanas* no preconceito.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Jakson Ferreira de. **A ditadura continuada**: fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff. São Paulo: Paulus, 2012.

ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder**: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ALVES, Luiz Roberto. **Comunicação, cultura e bem público**: convergências metodológicas sob desafios. Salamanca: 2014, p. 101-121.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Melo B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 44-57.

_____. Análise de Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia. Petrópolis: Vozes, 2007.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, set. 2010, n. 90, p.45-69. Disponível em <<https://rccs.revues.org/1765>>. Acesso em: 07/05/2016.

BONIN, Jiani Adriana. A dimensão metodológica na pesquisa comunicacional e os desafios da observação em perspectiva histórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

_____. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy. (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-42.

_____. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Org.). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. Revista e Segmentação: dividir para reunir. *In*: TAVARES, Frederico de Melo B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 107-118.

_____. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CARNEIRO, Ceres; DARÓZ, Elaine Pereira. Bela, recatada e do l/bar: o imaginário da mulher na contemporaneidade. **Letras Escreve** (UNIFAP), v. 7, n. 1, 2017.

CARVALHO, Jéssica Mayara de Melo. O Grande Lar Argentino: A cidadania feminina segundo Eva Perón. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/CARVALHO_J%C3%A9ssica_M-O-Grande-Lar-Argentino-I-SICP-UFRGS.pdf>. Acesso em: 12/05/2018.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DA SILVA, Paulo Renato. Memória e história de Eva Perón. **Revista de História** (São Paulo), n. 170, p. 143-173, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p143-173>> Acesso em: 10/05/2018.

DEL BARCO, Ricardo. Del gobierno militar al régimen peronista. *In*: **1943-1982 Historia política Argentina**. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1985.

DIAS, André Bonsanto. Pensar o acontecimento: jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica. **Verso e Reverso**, XXV(60). p. 172-182, 2011

DI MARCO, Laura. **Cristina Fernández**: la verdadera historia. 2ª edição, Buenos Aires, Sudamericana, 2014.

DUARTE, Selma Martins. **IstoÉ: os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981)**. Dissertação (Mestrado em história) - UFGD. Dourados:MS, 2007.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

ETULAIN, Carlos R. Juventude, política e peronismo nos anos 60 e 70. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n 40, p. 317-337, 2006.

_____. Peronismo e origem dos operários na Argentina. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 163-176, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/120/117>>. Acesso em: 05/05/2018.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha**. Disponível em <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/06/21/2/>>. Acesso em 16/08/2017.

FÓRUM. Corações valentes: ex-marido e amigos de Dilma relembram histórias da presidenta. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/170/coracoes-valentes-ex-marido-e-amigos-de-dilma-relembra-historias-da-presidenta/>>. Acesso em: 14/08/2017.

FORD, Aníbal. **La marca de la bestia**: identificación, desigualdades e infrentamiento en la sociedad contemporánea., 2ª ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GARCIA-CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 283-372.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20ª edição, 2ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HENN, Ronaldo. Seis categorias para o cibercontecimento. In: NAKAGAWA, Regiane Miranda; SILVA, Alexandre Rocha. (Org.). **Semiótica da Comunicação II**. São Paulo: Intercom, 2015, v. 2, p. 208- 227.

_____. **A Semiodiversidade diante da Irreversibilidade do Tempo**. Trabalho apresentado ao NP 15 - Semiótica da Comunicação, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, setembro de 2005.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ISTOÉ. **A torre das donzelas**. Disponível em <http://istoe.com.br/83253_A+TORRE+DAS+DONZELAS/>. Acesso em 14/08/2017.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. 2 edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOLA MAGAZINE. **Um ex-casal perfeito**. São Paulo: Editora Abril, ano 2, n. 22, p. 56-59, jul. 2012.

MALDONADO, Alberto Efendy. Práxis teórico/metodológica na pesquisa em comunicação: fundamentos, trilhas e saberes. In: MALDONADO, Alberto Efendy. (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 269 - 290.

_____. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins (Org.). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 87-100.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3ª edição. Campinas: Pontes, 1997.

MARIE CLAIRE. **O desabafo de Dilma Rousseff: “Queria deixar um legado mais positivo para as mulheres”**. Disponível em <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2016/07/o-desabafo-de-dilma-rousseff-queria-deixar-um-legado-mais-positivo-para-mulheres.html>>. Acesso em 16/08/2017.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das ideias e das estratégias**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 3ª ed.

_____. **La invención de la comunicación**. Traducción de Gilles Multigner. Argentina, Mexico e Espanha: Siglo XXI Editores S.A., 2007. 2ª edição.

_____. **Un mundo vigilado**. Traducción de Gilles Multigner. Barcelona: Paidós, 2009.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **O carnaval das imagens a ficção na TV.**, São Paulo, Brasiliense, 1989.

MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual. In: **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 21-58.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Vozes: Petrópolis, 2001, 19ª edição, p. 09-29.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99001>>. Acesso em: 28/11/2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1993.

PRADO, José Luiz Aidar; BAIRON, Sérgio. A invenção do Outro na mídia semanal. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 251-278.

RODRIGO-ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Adriano. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: teorias, questões e histórias**. Lisboa: Veja, 1993, p. 27-33.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Tradução de Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ROSA, Ana Paula. **O êxito da gula: a indestrutibilidade da imagem totem no caso Aylan Kurdi**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura do XXV Encontro Anual da Compós, Goiânia, junho de 2016.

RUSSO, Sandra. **La Presidenta: historia de uma vida**. 2ªed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Valnecy Oliveira Corrêa. **Cognição, referenciação e leitura: reconstruindo a argumentação no gênero capa de revista**. Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 26-44, jan./jun. 2017.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: 4ª ed. Contexto, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez.,1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 13/06/2017.

SEGURA, María Soledad. La sociedad civil y la democratización de las comunicaciones en la Argentina. La experiencia de la Coalición por una Radiodifusión Democrática. **Argumentos. Revista de crítica social**, 13, 2011.

SILVA, Márcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

TORRE, Juan Carlos. El movimiento obrero y el último gobierno peronista (1973-1976). **Crítica y Utopía**, n. 6, 1982. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/critica/nro6/TORRE.pdf>> Acesso em: 15/05/2018.

VAZ, Paulo Bernardo e TRINDADE, Vanessa Costa. Capas de revistas e seus leitores. In: TAVARES, Frederico de Melo B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 221-234.

VERÓN, Eliseo. Dicionário das ideias não feitas. In: **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 49-75.

_____. Ideologia e comunicação de massa: Sobre a constituição do discurso burguês na imprensa semanal. In: **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 89-142.

_____. O espaço da suspeita. In: **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 159-212.

_____. Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita. In: **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 215-238.

_____. **El proceso ideológico**. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporaneo. 3ª ed, 1976.

_____. **Semiosis de lo ideológico y del poder**. Revista Espacios de crítica y producción, nº 1. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1984, p. 43-51.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Melo B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 17-26.

ANEXO 1



30.07.2014 - ed. 2331



10.09.2014 - ed. 2337



15.10.2014 - ed. 2342



22.10.2014 - ed. 2343



29.10.2014 - ed. 2344



16.12.2015 - ed. 2402



30.12.2015 - ed. 2404



20.01.2016 - ed. 2406



10.02.2016 - ed. 2409



24.02.2016 - ed. 2411



02.03.2016 - ed. 2412



09.03.2016 - ed. 2413



16.03.2016 - ed. 2414



23.03.2016 - ed. 2415



30.03.2016 - ed. 2416



06.04.2016 - ed. 2417



13.04.2016 - ed. 2418



20.04.2016 - ed. 2419



27.04.2016 - ed. 2420



29.04.2016 - ed. 2421



06.05.2016 - ed. 2422



27.05.2016 - ed. 2425



03.06.2016 - ed. 2426



10.06.2016 - ed. 2427



24.06.2016 - ed. 2429



08.07.2016 - ed. 2431



15.07.2016 - ed. 2432



12.08.2016 - ed. 2436



19.08.2016 - ed. 2437



26.08.2016 - ed. 2438

ANEXO 2

